DO OFÍCIO E DA CIDADANIA

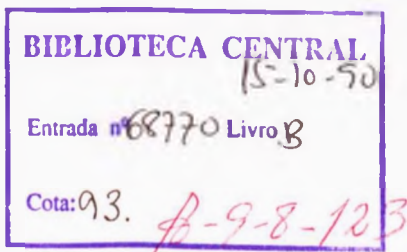
Combates por uma civilização da dignidade

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

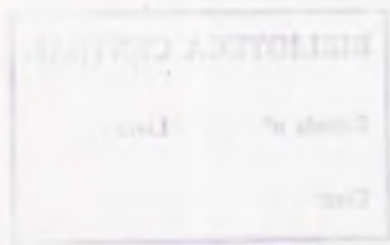
Edições
TÁVOLA REDONDA

Colecção
Pensar Portugal
entre o passado e o porvir

1. DO OFÍCIO E DA CIDADANIA, COMBATES POR UMA CIVILIZAÇÃO DA DIGNIDADE
De Vitorino Magalhães Godinho

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

DO OFÍCIO E DA CIDADANIA

Combates por uma civilização da dignidade

Edições TÁVOLA REDONDA
LISBOA, 1989

FICHA TÉCNICA

EDIÇÕES TÁVOLA REDONDA
Rua da Imprensa Nacional, 104-3.ºC, 1200 LISBOA
Telefs. 657500 — 676632

Título: DO OFÍCIO E DA CIDADANIA — Combates por uma civilização da dignidade
Autor: Vitorino Magalhães Godinho
1ª Edição: Maio de 1990
Depósito Legal: Nº 36780/90
Fotocomposição e Montagem: Intergráfica, Publicidade e Artes Gráficas, Lda, Rua Rodrigues Sampaio, 19-A, 1298 LISBOA CODEX.

Impressão e acabamento:
Solgráfica, Sociedade Gráfica, Lda.
Av. Sacadura Cabral, 21-B — 1000 Lisboa

TÁBUA DE MATÉRIAS

Os capítulos 1, 2 e 3 (Notas) em colaboração com Manuel Cadafaz de Matos

1
Problematização do mundo de hoje e os «males da Pátria»

Os problemas do nosso tempo e os «males da Pátria»

MCM — *Quais são as questões que Portugal tem prioritariamente de resolver, e a que tarefas devemos consagrar-nos a fim de o conseguir?*

VMG — Para responder a essa pergunta, que nos coloca logo de entrada no cerne das nossas preocupações, devemos antes de mais tentar um diagnóstico e uma etiologia do mundo de hoje, dos problemas em que se debate e que o afligem tantas vezes de forma dramática. Seguidamente, cabe interrogarmo-nos acerca dos defeitos de estrutura de que enferma o nosso país, sem a correcção dos quais não conseguiremos construir o Portugal por que ansiamos; ou seja, detectar, adoptando a expressão de Lucas Mallada em 1894, a propósito da Espanha, quais são os «males da pátria» — e os remédios para os curar.

MCM — *Já pensava assim quando, em 1975-1976, organizava a Área de Ciências Humanas na Universidade Nova de Lisboa, e incluía no currículo ensinos sobre esses dois grupos de temas?*

VMG — Tem razão. Entendo, sempre entendi, que quem pretende dedicar-se a estudar o homem e os homens tem de colocar-se na perspectiva dos diferentes tempos, desde a longa duração, desencovando o passado em diálogo permanente com o presente; e por isso mesmo não pode deixar de perscrutar as grandes questões com que nos defrontamos no nosso tempo, e com carinho, rigor, lucidez, objectividade em-

penhada aprofundar a realidade nacional e os projectos indispensáveis para a manter viva na mudança e fiel ao legado recebido.

MCM — *Nesse caso, comecemos, pois, pelos problemas essenciais que nos inquietam no mundo de hoje.*

VMG — Convém esclarecer liminarmente que considero já afastado há alguns anos o perigo de uma guerra nuclear em escala planetária. Se não partirmos dessa constatação, não descobriremos as pistas por onde encontrar as verdadeiras dificuldades a vencer. Se houve primeiro, e por vezes ainda nos assalta, a obsessão do perigo nuclear, no entanto, depois surgiu, difundindo-se, o receio, em muitos dos casos fundado, de um desastre ecológico que, enfim, afectaria a humanidade no seu conjunto.

Na verdade penso que o problema do desastre ecológico deve situar-se numa questão mais ampla que me parece ser uma das questões de fundo do nosso tempo. É que nós hoje vivemos aquilo que Patrick Lagadec chamou a «civilização do risco». Que devemos entender por isto? Não é apenas o facto de se terem criado formas de mentalidade marcadas por uma quase psicose, uma obsessão da segurança, o pavor do risco, dos perigos que de todos os lados nos assaltam. Estamos, de facto, perante o encastelar de miríades de múltiplas ameaças sobre os indivíduos, sobre as famílias, sobre os grupos, sobre a própria sociedade global. Isto é, vivemos num ambiente que, quotidianamente, se torna insuportável porque estamos ameaçados, como que encurralados sem qualquer possibilidade de saída desta praça bloqueada. Na verdade, assim esta civilização do risco é uma civilização da insegurança generalizada.

MCM — *A que tipo ou tipos de insegurança se refere?*

VMG — Insegurança de todos os sistemas. Evidentemente que o mais impressionante é a insegurança que resulta da proliferação da extrema violência do terrorismo, que não se tem acalmado. Sem dúvida, as guerras locais parecem aplacar-se, o que terá uma explicação económica e também cultural.

Mas na verdade os actos terroristas que nada respeitam dos valores humanos, que matam mulheres, crianças, velhos, que deixam gente estropiada, que tornam o quotidiano insuportável, são o fenómeno mais importante do nosso tempo.

Em todo o caso eu diria que a insegurança se instalou no dia-a-dia de uma forma insidiosa e talvez por isso também, sob certos aspectos até, mais perigosa. Chegou-se ao ponto em que todos os sistemas cujo

funcionamento é necessário para assegurar o quotidiano da nossa civilização são inseguros.

MCM — *Dizia-me há dias que o Estado de hoje não controla os sistemas, como deveria ser seu imperativo primeiro.*

VMG — Mais do que isso. Antes de ver o problema do Estado, chamaria a atenção para o facto de que, em quarenta e oito horas, houve importantes acidentes ferroviários, quedas de aviões, incêndios no centro de cidades, terramotos em relação aos quais não se está preparado — as construções estavam viciadas porque a busca do lucro levara a roubar no cimento e aumentar a parte de areia, e os socorros também não estavam organizados. Quer dizer...

MCM — *O caso da Arménia...*

VMG — O caso da Arménia, mas não só. Quer dizer que, quer consideremos as ligações aéreas, a aviação, quer os caminhos de ferro, quer a hecatombe nas estradas, nós vemos que nada funciona com garantia de segurança para os utentes, e isto é extremamente grave. E porquê? É a manutenção que é desleixada, feita apressadamente, mal feita; é a redução de pessoal que, por razões de rentabilidade, melhor, a busca de um superlucro, vai afectar o bom funcionamento destes sistemas — por exemplo, a redução da tripulação dos aviões ou dos que conduzem os comboios, os barcos; enfim, de uma maneira geral pode dizer-se que se pretende poupar nos custos da acção humana, mesmo que isso envolva, como envolve, graves riscos para todos e se esteja a saldar por desastres que afectam as colectividades, que matam milhares de seres humanos e que deixam um grande número de homens estropiados e inválidos para o resto da vida.

Ora, esta insegurança no quotidiano nota-se também no funcionamento das fábricas, onde os sistemas de segurança são um desleixo total. Nota-se numa cidade como Lisboa, o caso do incêndio do Chiado é disso a prova flagrante; mas basta dizer que os prédios têm todos instalações eléctricas antigas, sem ligação à terra; e que não correspondem às normas de segurança. As nossas estradas também não passam de caminhos de bois, esburacados, sem bermas, estreitos de molde a não permitir a ultrapassagem; o seu estado ajuda a provocar os acidentes, alonga as viagens, não escoa o trânsito. A construção de novas estradas e auto-estradas arrasta-se por longos anos, e mal acabam de ser feitas deterioram-se logo. As fábricas funcionam mal, sem a vigilância necessária, os modos de fabrico criam situações de extremo perigo, como a poluição do Reno realizada pelas fábricas de produtos farma-

cêuticos suíços. Isso mostra que há um desprezo total pela vida humana, porque esta chamada, impropriamente, «economia de mercado», só busca, como já Renoir tão lucidamente apontava, o superlucro, e em detrimento da segurança. Portanto, terrorismo, insegurança de todos os sistemas, falta de mecanismos de controle e de compensação, o funcionamento que não está a obedecer às normas necessárias, isto tudo levando, por outro lado também, à destruição da personalidade por esse meio da violência quotidiana, os assaltos, a impossibilidade de uma vida nocturna sã, o inebriamento da droga. Quer dizer, tudo leva a destruir a personalidade, como inclusivé (ponto a que teremos de voltar, porque é uma das chaves do nosso tempo, e Renoir também o dizia já), a publicidade, que nos esmaga, que destrói as paisagens, que desfeia e vai demolir todo o ambiente em que nós poderíamos viver com tranquilidade, com força e com beleza.

MCM — *Isso tem a ver com a questão de que me falava, dos problemas gerais do mundo de hoje, em relação por exemplo à civilização do audiovisual face à crise.*

VMG — Ao audiovisual, vamos já chegar... Mas eu diria que esta insegurança resulta também da destruição das heranças culturais, dos ecossistemas. Dois casos de que dependerá o futuro — ou a morte — da humanidade: a destruição da protectora camada de ozono, abrindo um «buraco» com a área dos EUA e a altura do Everest; a destruição da floresta amazónica, essencial no «sistema pulmonar» do globo terrestre — e que seria até bem mais fácil de evitar se renunciássemos a um pseudoliberalismo sem escrúpulos e devastador, e os Estados e sociedade cumprissem a sua missão. Há desprezo por tudo aquilo que constituía a essência das grandes entidades colectivas que faziam a coesão dos homens e que levavam à possibilidade de se realizarem com plenitude. Por exemplo, as línguas nacionais, cada vez mais calcadas, desprezadas, assassinadas, desrespeitadas sob todas as formas. É essa destruição das heranças, tal como nós a vemos em Lisboa, com as demolições perfeitamente loucas, porque estamos a ser dirigidos por loucos que nos arrebatam do ambiente natural; enquanto, por outro lado, não conservam os prédios como deveria ser. É realmente a recusa do nosso ser, do legado que recebemos e que nos dava a segurança de continuarmos uma grande obra colectiva. Essa insegurança... os prédios que ruem em Lisboa por si sós, o camartelo e o *bulldozer* em fúria demolidora, no fascínio do vazio. Trata-se de facto de ausência de mecanismos que assegurem o controle de todos os sistemas, de-

vido à busca do lucro desenfreado, à especulação sobre os terrenos, ao falso poupar sobre a mão-de-obra, que no fundo levam a essa insegurança total. Veja-se a violência no desporto, veja-se o aumento do número de lesões que a prática do desporto acarreta cada vez mais, a utilização dos jogadores como peças; só interessa curar a lesão para que possam jogar no dia seguinte ou dois dias depois, e não tanto restituir a plenitude do ser físico a que cada homem tem direito...

MCM — *Como era apanágio na Antiguidade...*

Aliás, o Prof. Jorge Crespo tem trazido importantes achegas nesta matéria.

VMG — Sim, os trabalhos dele neste campo contribuem para esclarecer estes problemas fundamentais dos homens. Falávamos da civilização da insegurança, do risco. Enfrentamos a actuação de forças extremamente possantes, que levam a buscar cada vez mais o superlucro com a formação de poderes gigantescos, de mamutes que controlam a sociedade e entre os quais não há verdadeiramente concorrência: há muitas guerras ferozes mas também alianças ocultas, subterrâneas, que permitem amarrar o conjunto da sociedade, julgando que ela está num regime de liberdade quando não está.

MCM — *Isso tem a ver também com as indústrias culturais, não é verdade?*

VMG — Tem a ver com as indústrias culturais, com o audiovisual. Mas, de uma maneira geral eu diria mais: tem que ver sobretudo com a inadequação das instituições tradicionais, aquelas que nos foram legadas, quer seja no campo político, quer no campo judicial e penal, quer no campo da educação ou da economia, ou da saúde — inadequação dessas instituições às necessidades presentes. Verificamos que as formas de organização política não funcionam verdadeiramente. A Presidência da República e o Governo, a Assembleia da República, não garantem a existência de uma democracia autêntica, aquela que seria indispensável para a dignidade dos homens, e não respondem aos imperativos de hoje. Veja o caso da saúde. Viemos de uma organização tradicional em que o hospital era apenas para os pobres e para a prática dos médicos e dos técnicos, e os outros doentes se tratavam, ou por caridade, nas Misericórdias, ou graças ao dinheiro, nas clínicas privadas; passámos a uma situação em que não temos Serviço Nacional de Saúde, mas também já não temos medicina privada — e de resto agora, convenhamos, é impossível que todas estas necessidades sejam satisfeitas por organizações privadas. O Estado tem um papel impor-

tantíssimo a desempenhar, o que temos é que transformar essas instituições, por exemplo as instituições políticas, de forma a garantirmos que o cidadão não seja um ser passivo que vota de quatro em quatro anos e que deixa tudo aos cuidados do Governo.

Nós hoje, em Portugal, não vivemos em democracia. A democracia é uma comédia representada no palco perante espectadores sem voz, reduzidos à passividade ou a intervenções desordenadas que nada constroem.

MCM — *Porquê?*

VMG — Nós temos mais propriamente uma ditadura de máscara, porque o governo instalado dispõe de uma maioria automática, não atende a críticas de nenhuma espécie e segue o seu caminho, que é o caminho dos interesses meramente materiais e de certos mitos ou ilusões, enfim, que perturbam a visão das realidades; de modo que os cidadãos acabam por não intervir a sério na vida política nacional. Não dispomos de partidos que a sério exprimam as opções fulcrais da Nação, discutam a fundo as questões que são realmente as estruturais, dêem voz às correntes de interesses que podem com legitimidade pretender modelar os nossos destinos (não confundamos os partidos com redes de compadrio ou confrarias de Beni Sim Sim). Esse desinteresse, essa despolitização está a afectar a sociedade inteira e permite estas formas larvares de fascismo, que são aquelas que se estão realmente a instalar.

Nunca, como agora, em Portugal o indivíduo se encontrou tão desprotegido, tão à mercê das prepotências e arbitrariedades de todos os serviços e autoridades. Não é um Provedor de Justiça que pode obstar ao esmagamento dos cidadãos. Só uma inversão total de métodos e de mentalidades de governação e administração, e o dotar o cidadão de poderes de resistência e de mecanismos para punir os que se excedem nas suas competências.

MCM — *Falando de indústrias culturais como estávamos a falar, abordemos uma discussão que estalou agora na sociedade portuguesa: se é ou não saudável para a vida cultural portuguesa a existência de indústrias culturais. Ou se o conceito de indústria cultural pode, de certa forma, instrumentalizar, como seja instrumentalizar no sentido negativo, a prática cultural?*

VMG — A expressão «indústrias culturais» é uma expressão que já vem de há duas décadas atrás. Nos anos setenta houve uma série de relatórios e discussões nas Comunidades Europeias e fora delas, sobre

essas indústrias culturais, como designação que então vinha traduzir uma realidade nova das relações entre cultura e economias cujas consequências eram imprevisíveis. Trata-se de uma noção sociológica, explicativa e não valorativa, isto é, nós não podemos questionar a expressão «indústrias culturais», recusá-la com o pretexto de que a cultura não pode ser instrumentalizada ao serviço da indústria; o que se trata é de descrever e compreender uma realidade. E essa realidade resultou do seguinte: a produção aumentou e as possibilidades de produção diversificaram-se e multiplicaram-se gigantescamente; isso deu em resultado que a colocação de produtos passou a esbarrar com obstáculos até aí insuspeitados e que obter lucros em relação a despesas crescentes se tornou cada vez mais difícil. Ora isso veio de certa maneira a resolver-se seguindo duas ou três vias fundamentais. Por um lado, a tónica na produção de armamentos, ligada ao tráfico de droga e aos grandes bancos internacionais, tornou-se uma maneira de os Estados encontrarem novos alicerces económicos para a sua sobrevivência e para manterem o conjunto de instituições que hoje são necessárias. Na impossibilidade de uma guerra generalizada (porque imperativamente nuclear), propagaram-se as guerras regionais — Vietnam, Biafra, Cambodja, conflitos israelo-árabes, Líbano, Afganistão, América Central, Angola (com intervenção cubana e sul-africana), Moçambique (Renamo), Tchade-Líbia...

Hoje tendem a aplacar-se, a ser a pouco e pouco travadas, a acabar, porque se tornaram entraves às grandes potências. Mas também é necessário ver que essa produção continuará, geograficamente alargada, por vezes sob outras formas (guerra química, por exemplo); e que está profundamente imbricada nas grandes teias, ou redes, ou mamutes que hoje controlam a economia mundial e a economia das nações.

Na verdade temos, não a antiga concentração horizontal de empresas que trabalham no mesmo ramo, ou a antiga integração vertical de empresas que fornecem as matérias-primas, as que as elaboram e seguidamente as que as acabam, dão a perfeição aos produtos e depois os colocam no mercado; mas outras formas de integração económica que são precisamente o que poderemos chamar os mamutes, as teias ou redes gigantescas, com uma multiplicidade de actividades, extremamente diversificadas, entre as quais não existe muitas vezes qualquer laço. Assim, há grupos que controlam a publicidade, a imprensa, a televisão, a produção de chocolates, ou certos tráficos de droga, mas que operam também a produção de armamentos, a produção de

aviões, a produção de automóveis, dominam empresas têxteis ou de vidros, bancos, companhias de seguros. Essas ligações múltiplas e a telemática impõem uma lógica nova ao funcionamento económico. O mercado como tal desapareceu, e os próprios oligopólios e monopólios, oligopsódios e monopsódios adquiriram um sentido diferente. Mais do que nunca se impõe que a sociedade disponha de instituições para se defender de tais tentáculos; e por isso precisa de mais Estado mas melhor Estado, que lhe dê expressão e formas de actuação, evitando por outro lado a estatização bloqueada. Receamos que, de contrário, precisamente o número dessas teias mamúticas que hoje controlam a economia e que contêm nas suas componentes a fabricação de armamentos, obrigue, depois de alguns anos em que poderemos respirar, a um regresso a formas de agressão ou, pelo menos, ao desenvolvimento ainda maior do terrorismo.

O outro caminho é o do ócio, é o de levar os homens a limitar o número de horas de trabalho ao longo do ano para disporem de lazeres mais frequentes e longos; então passa a produzir-se para preencher os tempos vazios — esvaziados. Uma grande parte das indústrias de hoje são indústrias que trabalham para o ócio. Vejamos o turismo, vejamos o desporto, vejamos as grandes comunicações internacionais: as companhias aéreas, o desenvolvimento da indústria automóvel, indústrias de televisão, da rádio, das videocassetes tudo isso são formas de ocupação dos chamados tempos livres, que afinal se transformaram também em tempos forçosamente ocupados; é aí que se colhem os lucros das grandes empresas, que no fundo hoje exigem determinada forma de passar as férias, os fins-de-semana, os feriados, todos os tempos que outrora se consideravam livres.

MCM — *Chegam a controlar a vivência pública!*

VMG — Toda, pública e íntima. Na vida da família e no exterior. Essa produção para o ócio é uma produção absolutamente fundamental para o sistema económico; aliás, por seu turno, implica um desenvolvimento das necessidades para levar as grandes massas a comprar os produtos...

MCM — *A publicidade desempenha aí um papel decisivo.*

VMG — A publicidade é hoje o grande motor da economia, como também já o dizia Jean Renoir. Ela é no fundo a essência do mundo económico de hoje: porque se trata não já de colocar certos produtos mas de comprar os compradores, de os adquirir, de os modelar de tal maneira que eles sejam presa constante dessa inundação do mercado

pelos produtos postos à venda — trata-se de viagens turísticas, cruzeiros, sejam automóveis, ou vídeos, ou discos compactos, trata-se de outras formas perfeitamente organizadas de turismo — idas a desafios de futebol ou a festivais de cinema ou a espectáculos. Simultaneamente formas de publicidade, por um lado, e, por outro lado, indústrias do ócio. Repare-se no desporto. O desporto actualmente não tem autonomia, não se destina a formar o corpo humano e a dar a plenitude ao homem, nem se destina sequer à beleza do espectáculo, mas sim a ocupar e a promover a venda de mais outros produtos. As equipes, até na União Soviética, têm nas suas camisolas anúncios publicitários, a vista dos campos está por eles esmagada. A publicidade invadiu todo o mundo e tudo (o escândalo da televisão), é ela que comanda porque é ela que cria mercados, é ela que cria poder de compra, que o orienta, que orienta os compradores, compra os seres humanos. Não se vendem objectos, compram-se seres humanos.

Esta orientação na economia, é, enfim, geral... Vimos dois grandes vectores do desenvolvimento: de certa maneira mostram que a antiga sociedade de que se fala como indo ressuscitar, ou seja, a economia de mercado, a livre concorrência, a empresa privada, tudo isso não passa de mitos.

MCM — *Isso faz-me lembrar que costuma dizer que não houve em Portugal uma autêntica transformação de fundo.*

VMG — Sim, eu penso que, quando abordamos o caso português, temos de considerar esses males da pátria como características estruturais que estão a condicionar imperativamente o nosso presente e o nosso futuro, das quais não temos sabido desenvencilhar-nos. Se nós não nos desenvencilharmos desse colete-de-forças estrutural não conseguiremos, de facto, uma nova sociedade de bem-estar, de autêntica liberdade e de dignidade humana. Essa inércia traduz-se pela rigidez e bloqueio das nossas estruturas. Aliás, nós vemos que as sucessivas políticas ditas de transformação estrutural ou de modernização têm todas falhado, e que o País, mau-grado certas diferenças, certas mudanças de vestuário, de roupagem, do aspecto exterior, no interior, no íntimo, permanece o mesmo. Se a emigração diminuiu por certas razões externas ao País, no entanto está pronta a disparar de novo, o que traduz a permanência dessa rigidez e desse bloqueio das estruturas e a total ineficácia das acções governativas.

No fundo Portugal foi um país que não passou pela Revolução Industrial. A industrialização começou nos anos sessenta, timidamente,

num processo extremamente longo e muito compassado, feito caoticamente, sem que se pensasse em industrializar de forma a crear condições novas para a nossa economia. Não basta introduzir os ordenadores e computadores para que a economia fique modernizada. Os nossos correios, telégrafos e telefones têm-se colocado sob o signo da modernização, da entrada no século XXI, com a digitalização, enfim, com novas formas de funcionamento; mas quem se dirige a uma estação de correios perde hoje muito mais tempo, encontra bichas intermináveis porque, onde havia cinco *guichets* estão abertos apenas dois; suprime-se pessoal, não se cuida de resolver problemas fundamentais de mau funcionamento da rede, da incerteza, do tempo que se perde, mas sim ir para formas que são puramente de exibição, como os telefones instalados nos automóveis, como as formas de Minitel ou outras ligadas à rede telefónica.

Portanto, não houve industrialização e também não houve uma transformação profunda na agricultura e na pecuária; a nossa população activa nestas actividades continua a ser excessiva, conquanto, por outro lado, falte a tal ponto que este ano vamos ter carências de azeite, escassez de azeite, porque a azeitona está toda por terra, não houve quem a fosse varejar, quem a fosse recolher.

MCM — *Mas não caímos no paradoxo?*

VMG — Sim, mas o que é que traduz a aparente contradição? É que havendo ainda um excesso de mão-de-obra na agricultura e na pecuária, ela falta, paradoxalmente, porque não se deu de facto a transformação agrária e agrícola indispensável. E digo transformação agrária e agrícola porque se trata, por um lado, de transformações técnicas, na utilização dos terrenos e na política de solos adequada, nas formas laborais — enfim, os trabalhos de intervenção, a escolha de culturas, de espécies, etc.; mas por outro lado também porque sem a correcção das formas de propriedade e de arrendamento nós não podemos realizar essa modernização. Não tem razão, evidentemente, o Partido Comunista quando berra que o essencial é a reforma agrária entendida à maneira ultrapassada da colectivização, por *kolkhozes* e *sovkhozes*; mas é incontestável que sem uma reforma agrária nós não podemos modernizar a agricultura portuguesa. O que está a acontecer é que não se faz a reforma agrária para deixar que a terra seja comprada ao desbarato aos camponeses pelas grandes sociedades, criando-se assim, de novo, formas de gigantismo diferentes dos antigos latifúndios mas nem por isso menos onerosas para a nossa transformação.

E, por outro lado, do ponto de vista político e cívico poderemos dizer que nós não fizemos nunca verdadeiramente a Revolução Francesa, não se transformou a sociedade civil nem organizou o Estado de uma maneira moderna; ficaram permanências do Antigo Regime, ficaram coacções muitas vezes insidiosas e subterrâneas de absolutismo. É por isso que digo que, neste momento, estamos praticamente em ditadura, embora aparentemente exista uma *soi-disant* liberdade de imprensa que permite casos tão escandalosos como o que se passou com certos jornais, sem que o Governo dê qualquer explicação à opinião pública, o que é extremamente grave; e tantos outros. Uma administração moderna não foi criada.

Todas as reformas administrativas o que têm feito é aumentar a burocratização. Este problema parece-me também fundamental.

MCM — *Exactamente, desburocratizar só na aparência, através da burocratização real.*

VMG — Na verdade há um discurso que não corresponde a uma acção e a uma transformação real das condutas, dos papéis sociais, dos actos, das formas de viver; porque há uma incapacidade geral de organização, de distribuir as responsabilidades. As responsabilidades continuam a concentrar-se; não é a descentralização e a regionalização, não é dar poder às autarquias que vai crear a verdadeira descentralização; esta implica algo de mais profundo, que é uma maneira inteiramente nova de conceber a administração pública. O que é que isto significa? Significa que vivendo nós, de há uns tempos para cá, sob o signo do mito da modernização, não temos nem dispomos do vigor para modernizar. Possivelmente porque nem sabemos sequer o que é modernizar, porque não discutimos o que é a modernização, e sobretudo porque aplicamos as receitas que se utilizam para as sociedades altamente industrializadas e com culturas universitárias extremamente desenvolvidas a uma sociedade que, seguindo a terminologia de Nicolau Sanchez-Albornoz, diríamos neo-arcaizante; quer dizer, é uma sociedade que mantém muito da essência do Antigo Regime, anterior à Revolução Industrial e à Revolução Francesa; aparentemente, modifica certos aspectos exteriores, mas não o que é profundo, não as maneiras de sentir, pensar e sobretudo de agir. De resto não se estudou a sério o nosso país e os governos têm manifestado um soberano desprezo por toda a actividade de investigação em ciências humanas, quando qualquer política deveria assentar num estudo prévio da realidade portuguesa feita na confluência da História, da Geografia, da Antropolo-

gia Social e Cultural, da Etnologia, da Psicologia Social e Colectiva, da Psicologia histórica das mentalidades, etc.

Bom, não temos autêntica modernização, não sabemos o que é modernizar, julgamos que é chegar às metas quantitativas a que chegam outros países que têm estruturas totalmente diferentes, como a Alemanha Federal, ou a França, ou a Grã-Bretanha, e limitamo-nos a copiar modelos estrangeiros. É o segundo mal. De facto, fazemos uma má tradução para péssimo português de sistemas como o «tatcherismo» que, inclusivé, nos seus próprios países, estão longe de ter demonstrado a sua eficácia. Ora as estruturas são heterogéneas, o nosso país é diferente, as nossas realidades são outras, não tem sentido comparar níveis de desemprego ou de investimento em Portugal e na Alemanha Federal, porque as estruturas são diversas, como não podemos comparar um electroencefalograma de uma criança de seis anos e o de um adulto de trinta, são formações heterogéneas, diferentes. Veja-se que tudo se subordina à balança das transacções externas, e isto, numa economia como a nossa, não quer dizer o mesmo que numa economia como a alemã-federal ou como a economia francesa.

MCM — *... é a tal ideia de uma solução única, a economia de mercado.*

VMG — É. De facto caiu-se nessa obsessão e cegueira, da privatização como solução única e infalível de tudo; apregoamos o imperativo de menos Estado e melhor Estado, quando na realidade temos cada vez mais Estado mas mais ineficaz, mais desconexo, por um lado, e, por outro, mais prepotente, mais avassalador. Quer dizer, o Estado hoje intervém de uma maneira obsessiva e quase totalitária, diríamos mesmo; mas, por outro lado, é ineficiente e gasta cada vez mais, realizando cada vez menos, e abandonando boa parte das suas funções fundamentais, enquanto vai buscar à riqueza nacional uma soma cada vez maior, está a sugá-la como vampiro insaciável. O déficite do Estado diz-se que diminui, mas a verdade é que a diminuição se opera com o aumento da dívida pública; para diminuir a dívida pública lançam-se títulos de dívida pública, ou seja, paga-se a dívida com a dívida, e com a dívida pretende-se pagar o déficite.

MCM — *Um círculo vicioso...*

VMG — É realmente algo de perfeitamente surrealista, que mostra a total incompetência da governação.

De resto, por outro lado, hipertrofia-se a penetração do capital estrangeiro; e a penetração do capital estrangeiro é sempre uma forma,

embora por outros canais, de aumentar a nossa dívida, de desequilibrar a nossa balança de pagamentos e de aumentar a nossa dependência.

Internacionalizar a nossa economia tornou-se a outra palavra de ordem. Como no futebol, com os desastrosos resultados que estão à vista. Sem dúvida, frente à URSS, aos EUA, ao Japão e complexo do Pacífico-Extremo Oriente, construir a Europa é condição imprescritível de sobrevivência das nações europeias. Mas não é o fim das nações, e são os Portugueses, é com os Portugueses e o seu trabalho, a sua poupança, o seu investimento, que temos de modelar o Portugal do porvir; o excesso de dependência em relação ao estrangeiro, mesmo que membro da mesma Comunidade Europeia, entravará o nosso desenvolvimento e estruturará as nossas gentes e terras de modo a tornar impossível uma sociedade de cidadania e dignidade sob todos os aspectos — materiais e culturais. A nação tem de manter-se como mediadora entre o humanismo universalizante, que é o grande legado, e a grande aposta da Europa para que, com os Descobrimentos, tanto contribuímos, e a riqueza e diversidade dos nossos patrimónios regionais e locais. O afluxo de capitais externos não é necessariamente um factor de mudança no sentido das metas que visamos; pode ser antes um travão, ou pelo menos orientar Portugal e os Portugueses por rotas que não seriam as da nossa livre, lúcida e consciente escolha. Já em começos do século XVII o economista italiano António Sena mostrou como, pelos mecanismos do capital, Veneza subordinou o reino napolitano e dele hauriu tanto do seu poder económico.

MCM — *Mas não é o único factor do avolumar da dívida...*

VMG — Claro: a dívida avoluma-se porque se gasta cada vez mais, e sobretudo no que se não deve. Temos o exemplo desta opereta bufa das comemorações dos Descobrimentos, em que tudo o que se tem feito é para esquecer. Gasta-se, sabe-se lá se em pura perda, multiplicando inconsideradamente as Universidades antes de garantir a sua qualidade e de estar certo da sua necessidade, multiplicando departamentos análogos em diversas Universidades, o que multiplica os gastos com bibliotecas e outros meios de trabalho, sem conseguir que em nenhum se encontrem os recursos indispensáveis à investigação e a um ensino decente. A dívida aumenta sempre porque a privatização não resolve todos os problemas e há funções que, hoje, têm imperativamente que caber ao Estado; é preciso que haja um sector privado mas que haja também um sector público, forte, bem gerido. Não se tem procurado

dar eficácia a esse sector público, porque o que se pretende é de facto entregar tudo aos grandes gigantes, cujos tentáculos, hoje, dominam a economia mundial. Portanto, dinheiro mal gasto: caso da XVII Exposição, caso do Centro Cultural de Belém, que é um projecto megalómano, caso das Comemorações dos Descobrimentos, que são mais do que um fracasso, estão-se quase a transformar em algo de profundamente censurável e que vai afectar a vida e até o prestígio nacionais. Repare-se que quando se pretende efectuar reduções nos custos, elas são sempre feitas onde não deveriam ser e não se corta onde se deveria cortar. Nunca se cortou na compra de automóveis de luxo para o Estado ou para os seus servidores, ou na realização de projectos de exibicionismo, mas vai-se sempre cortar, por exemplo, na existência de centros de investigação, não se criam os centros que nos faltam, não há uma política de bibliotecas, e assim, corta-se, tem de se cortar nos gastos das bibliotecas e ficamos mal apetrechados. Isso tudo traduz uma total incapacidade de organização, uma burocratização crescente, cada vez uma papelada maior...

MCM — *Portanto, o sistema levar-nos-ia à sua consideração de que Portugal está a ser lançado, cada vez mais, para a cauda da Europa, com um tecido social rasgado e com o triunfo da incompetência?*

VMG — Sim, isso é incontestável. Sistematicamente, pode dizer--se, quando se tem que escolher alguém para um lugar, escolhe-se o que é incompetente e nunca o que é competente. Isso é uma regra geral, generalizada.

Infelizmente, o Estado, no fundo, demitiu-se, e serve certas redes de compadrio, não é capaz de institucionalizar de forma autónoma aqueles organismos de creação natural, de investigação, ou de produção económica; portanto, não organiza recursos que são escassos e perde-se em papelada, perde-se no chamado pragmatismo, que é sempre uma ilusão. O pragmatismo é a falta de ideias, é a subordinação a interesses, é a realização de algo de horizontes curtos, que não permite uma transformação de fundo. Não há nada pior do que o pragmatismo, porque não é ele que significa uma acção no mundo real mas sim, e no fim de contas, acções ilusórias, dispendiosas e que se revelam totalmente, não só inúteis, como até prejudiciais. Repare que isto é tanto mais assim quanto todos os elementos nos mostram de facto Portugal na cauda da Europa. Então uma pergunta surge, abrupta, implacável: em nome de que pragmatismo é que estamos a agir politicamente, e

num país que é o mais atrasado, que tem de vencer esse atraso, se ainda por cima praticamos uma política restritiva de consumo. Se já temos os mais baixos consumos, não seria antes de praticar uma política que utilizasse a necessidade de aprofundar e alargar o consumo como um incentivo à produção e à transformação estrutural? Ora não se fazem políticas positivas de incentivo à produção; e não se fazem, repare, não é só o afundamento da Bolsa, é que os portugueses que querem poupar não têm onde colocar, e tanto assim é que o Estado, que proclama que devem restringir-se as funções do Estado em benefício dos particulares, está hoje a desviar para a dívida pública o dinheiro que deveria ir para o investimento na produção, na creação cultural, na investigação científica, nas actividades educativas e outras; quer dizer, a forma pior de aplicação dos dinheiros é aumentar a dívida pública. Isto é que não interessa nada para uma política de aumento da produção e vai conduzir necessariamente a que continue a baixar o nosso nível de vida.

MCM — *Isso também tem a ver com a questão de que, quando o Governo diz que estamos a recuperar o atraso, a ir ao encontro da Europa, está de facto a cair na falsa solução de problemas.*

VMG — Sim, nós não só não estamos a reencontrar a Europa, como estamos a afastar-nos cada vez mais dela e estamos a sofrer de uma crise profunda de mentalidade com a falta de estudo das realidades nacionais, com a incapacidade de propor modelos de intervenção que realizem essas indispensáveis transformações estruturais e com o afundamento numa realidade passiva e irracionalista que é hoje um dos problemas mais graves do nosso país.

MCM — *Jaime Cortesão e Sérgio diziam que há que repensar a sociedade portuguesa, ver com novos olhos, reflectir com uma nova mentalidade científica. Ora, actualmente dá a ideia de que não se está a procurar seguir essa via, mas estontear-nos, ludibriar-nos...*

VMG — Sim, julgo que a incapacidade e a falta de coragem de pensar nos levam precisamente ao ludíbrio da irracionalidade. Por isso se esquece Sérgio mesmo quando o homenageiam. Sérgio sempre defendeu o primado da razão, da clareza, da elucidação lógica das cousas; ora estamos a cair nos absurdos, nas fábulas, nos mitos mais descabidos, a exaltar tudo aquilo quanto é emocional, afectivo, e que não tem nenhuns fundamentos científicos, experimentais, de lógica, de comprovação. Esta mentalidade irracionalista, no fundo, é a mentalidade

que surge e triunfa num país atrasado, numa sociedade neo-arcaizante, confrontada com um mundo que progride e cujo progresso ela não acompanha e a que ela vai buscar as técnicas, apenas como receitas, maneiras de fazer, e não maneiras de pensar. O irracionalismo é a mentalidade compatível com a tecnolatria que se instalou na sociedade portuguesa; não é apenas a tecnocracia que manda, é o culto do técnico como tal; um culto do meramente empírico. Ora o empirismo não leva ao desenvolvimento tecnológico, é o contrário dele. O desenvolvimento tecnológico só se faz — e ainda o recente relatório da OCDE para isso chamava à atenção — com a investigação científica, com a creação cultural, com o avançar de valores que são de dignidade, de racionalidade, de consenso obtido na livre discussão e com provas que assentam na demonstração e na experimentação e não em fantasias. Nós caímos numa mentalidade mágica e utópica. No fundo é a desistência de pensar frente a uma realidade em mudança que exige formas de pensamento para que não estávamos preparados. Isto é exactamente a traição a António Sérgio. É natural, portanto, que se esteja a assistir à revivescência dos profetismos de António Vieira, de Pessoa, do Sebastianismo, as formas do V Império, a ideia megalómana de uma missão ecuménica de Portugal na mesma altura em que a França coloca em órbita um satélite novo de telecomunicações e a URSS um vaivém espacial. Nesse mesmo momento — que discronia! — havia quem, nos Jerónimos, em nome de uma filosofia que lá não estava, fosse exaltar esses valores irracionais, alguém que, por outro lado, presidia depois à abertura da Casa da Cooperação sob a égide de Sérgio. É uma contradição fundamental, que aliás ressalta, entre nós, também do proliferar das medicinas ditas paralelas, que são medicinas tradicionais. Como tal, devem ser estudadas sociológica e antropologicamente; mas não podemos substituir à medicina única que existe, que é a científica, com as suas bases biológicas, químicas, físicas e psicológicas, o mundo da magia, da feitiçaria. Isso é realmente uma inversão de mentalidades e que nos impedirá completamente de entrar no mundo moderno.

De resto vemos que a filosofia, como a história, desapareceram praticamente dos estudos. O desaparecimento do estudo da filosofia leva a todo um aventureirismo e ao dogmatismo, leva ou a um pensamento mágico, mítico e utópico, ou a um pensamento dogmático; e nesta confusão Portugal afunda-se e afasta-se cada vez mais desse mundo moderno de que diz pretender aproximar-se.

MCM — *Portanto, para concluirmos, se Portugal efectivamente, se o país que somos, não optar por uma via de esclarecimento, de reflexão da sua própria identidade, da sua própria consciência nacional, poderemos correr sérios riscos...?*

VMG — Estamos a correr sérios riscos e Portugal está-se a afundar. Está-se a afundar pelo desprezo que há pela investigação científica e incapacidade de a fazer arrancar, pelo desprezo que há pela creação cultural e pela ineficácia em instalar as condições para que ela possa florescer. Nós temos que crear uma comunidade científica que neste país insufle uma mentalidade racionalista, sem peias, uma atitude crítica, científica, problematizadora, ao mesmo tempo assente na demonstração e na prova experimental, que não vá atrás de suposições de tipo mágico ou formas de pensamento arcaizantes mas que aceite tudo aquilo que há na ciência moderna. A ciência nada tem a ver com dogmatismos, porque é perfeitamente aberta, é problematizadora, fundamentalmente, e não dogmática. Ora bem, nós temos que crear essa mentalidade, o que não quer dizer que assim esqueçamos o desenvolvimento das artes plásticas ou da música, ou da literatura, ou das formas de desporto. Tudo isto está entrelaçado no legado europeu: precisamente a Europa que queremos construir, ela parte, tem como vectores essenciais esse sentido artístico e lúdico, a busca da beleza, mas também a busca do rigor, a capacidade de problematizar, mas também a busca da demonstração e o exame crítico cerrado, severo, de tudo quanto nos é proposto e de quanto nós propomos. Temos de ter essa mentalidade aberta que, por um lado, se traduz num conjunto de actividades físicas de realização do homem na plenitude e na saúde, e por outro no conjunto das actividades de fabricar com tecnologia inovadora e preservadora e de pensar racionalmente...

É na lucidez, nas ideias claras e distintas, na grande tradição helénica e galileana-cartesiana, que vem a desembocar em Sérgio, em tantos outros, que nós devemos realmente situar-nos; e não nas fantasias descabidas que nos vão ensandecer nos quintos impérios das missões providenciais, nos mitos; sejam eles o mito da economia de mercado, ou da privatização, ou da livre concorrência ou outros mitos explicativos do universo e certas formas de cultura que não têm o rigor, a precisão, o espírito matemático e experimental que, juntamente com o espírito artístico, como mostrou e tanto sublinhou Henri Poincaré, e não só, estão na base da nossa civilização — uma civilização que usufrui do raro privilégio de ser capaz de pôr-se em causa a si própria e arran-

ca novas forças de renovação da insatisfação que sente com o que realizou.

MCM — *Mas a sua apologia veemente da racionalidade não contrariará as tendências agora dominantes para o ressurgimento do fanatismo?*

VMG — Acaba de tocar num dos problemas mais graves e de maior fundura com que a civilização em que vivemos e aquela que ansiamos por construir se podem defrontar. A atitude fanática impõe como sagrado aos outros aquilo que para eles é profano, e condena a profanação, isto é, o considerar profano aquilo que para os crentes é sagrado. Condena sem discussão, sem ser capaz de compreender a alteridade dos pontos de vista. Quando da expansão ultramarina quatrocentista e quinhentista, muitos europeus apodavam de «seitas torpes» as outras religiões, consideravam os actos dos respectivos cultos como insultos ao «verdadeiro e único» Deus, que seria o da Igreja Católica (ou o do Protestantismo, em qualquer dos casos o cristão); reservavam para esses outros a damnação eterna, diziam que eles blasfemavam do «santo nome de Deus», e da Virgem e dos Santos. Tenham-se em conta as dificuldades em integrar na cultura renascentista as contribuições religiosas gregas e romanas — apenas como mitologias, entendidas como efabulações de cunho meramente literário. A nossa civilização europeia veio a construir-se adoptando todos os seres de humana figura como creaturas do mesmo género humano, e procurando situar-se numa visão relativista para a qual todas as ideias e crenças são igualmente «verdadeiras», isto é, respeitáveis, e segundo a qual o que é sagrado para uns é profano para outros, e inversamente, com igual legitimidade. Deu-se um passo mais, quando se admitiu que o esforço de compreensão científica se podia e devia aplicar sem restrições a todas as religiões, a todas as crenças, a todos os diferentes «sagrados», e que esta consideração «laica» ou profana não constitui insulto para nenhuma fé ou crença, para nenhuma espécie de «sagrado», antes contribuía para unir os homens e exaltar a humanidade. Assim, a Bíblia, por exemplo, passou a ser analisada como qualquer outra fonte histórica, e os historiadores discutiram (mau grado alguns escândalos, que seria trágico ressuscitarem) a realidade histórica de Cristo — homem feito Deus, ou miticamente Deus feito homem?

Deveremos considerar aceitáveis só essas duas maneiras de considerar o sagrado; do ponto de vista da religião que o define como sagrado, ou do ponto de vista histórico (da racionalidade cientificamente

construída)? O que é certo é que desde sempre a creação artística pegou nas personagens e símbolos sagrados e os figurou de formas tanta vez acusadas de heréticas ou de profanações — como se fossem gente qualquer, do nosso quotidiano e sem nada de sobrenatural; como desse modo os inseriu em acções de ficção. São interpretações que dependem das épocas, dos meios sociais, dos modos de viver, de ideários e ideologias, como de sentimentos colectivos; destinam-se em geral a aprofundar o que é o cerne do humano e a dar o balanço aos destinos da humanidade. Recusar esta via de consideração, condená-la até, levaria a destruir monumentos — pagodes, catedrais, mesquitas —, a quebrar ou ocultar esculturas, a rasgar telas e cobrir pinturas, a não publicar ou mesmo a queimar romances, novelas, poesias, ensaios, destruir películas. Se considerarmos o choque dos diferentes «sagrados», pode dizer-se afoitamente que a humanidade ficaria irremediavelmente empobrecida, regressaria às formas primigénias.

Por isso todos se devem sentir inquietos, incluindo os próprios muçulmanos, por certas formas que o Islame por vezes parece querer assumir, como, incluindo os próprios cristãos, por certas tendências que se manifestam no catolicismo ou nas correntes protestantes. Lembremos as reacções que suscitaram em alguns meios filmes de Godard e de Scorsese. É o sentido profundo da cultura europeia, e das grandes civilizações à escala mundial, não só a tolerância (primeira etape), mas mais fundo, o respeito pelo outro e pelos outros, a humildade de sentirmos que não somos donos de uma verdade absoluta, antes na diversidade de pontos de vista e caminhos nos esforçamos todos por que triunfe a compreensão e o amor. Não estará aqui o cerne da religiosidade?

MCM — *Essa sua visão e atitude com base na racionalidade e de recusa de todos os fanatismos fortaleceram-se com as suas idas à Grécia?*

VMG — Elas vêm-me de obras que li quando estudante liceal, não só as de Sérgio, evidentemente, mas também *A Luta pela Liberdade no Pensamento Europeu*, de Newton de Macedo, e *A Religião Grega*, de Agostinho da Silva. Mas em Atenas e em Delfos sente-se, vive-se todo esse legado ímpar, ao mesmo tempo apolíneo e dionisíaco, que é o alicerce da nossa civilização europeia, um daqueles em que mais solidamente assenta. Estive em Delfos em 1981, a participar na comissão encarregada pelos Ministros da Cultura de preparar uma grande declaração sobre os objectivos culturais da política europeia; essa co-

missão nascera da reunião dos Ministros no Luxemburgo, em que as nossas intervenções tinham desempenhado um papel importante no sentido de tal formulação e de dar um conteúdo humanístico ao desenvolvimento. Reuniões realizadas em Estrasburgo, Roma, Delfos, e trabalhos preparatórios durante dois anos, com a apresentação dos projectos e discussão pública nos diferentes países (entre nós, fez-se a apresentação no Grémio Literário, seguida de debate), levaram a uma declaração final que não correspondeu às esperanças que nela depositáramos. Os nossos projectos foram publicados em *Identité Culturelle et Humanisme universalisant*.

Apesar da larga difusão entre responsáveis políticos, intelectuais, professores, homens da cultura ou simples cidadãos interessados, infelizmente não se conseguiu uma discussão ampla e viva como seria de desejar. Em Portugal não temos o hábito de discutir ideias e objectivos. Ou ficamos na justaposição de monólogos, tanta vez sem pertinência com o tema em foco, ou é difícil levar as pessoas a ultrapassarem o elogio ou a maledicência e assumirem criticamente posição, avançarem com novas ideias e enriquecerem as perspectivas e propostas com que são confrontadas. Mas no âmbito europeu tratou-se de um passo importante, que poderia ter sido decisivo se não esbarrássemos com um dos maiores obstáculos do nosso tempo: as burocracias de Estrasburgo, Luxemburgo e Bruxelas, como das capitais nacionais. As grandes organizações internacionais estão infelizmente dominadas por aparelhos burocráticos, as discussões são orientadas e os relatórios elaborados por intelectuais mangas-de-alpaca, que vivem de trabalhar burocraticamente nesses quadros e, por conseguinte, sem o gosto das dificuldades e da profundidade de pensar, pouco afectos (e afeitos) aos debates cruciais do nosso tempo, à formulação e discussão dos problemas que vão ao cerne das cousas (dominam os compromissos de trocas recíprocas).

Por outro lado, também o Governo Português acabou por não dar o apoio que poderia ter sido dado a tais projectos e discussões, preferindo as águas plácidas das declaraçõess inócuas. Ora Portugal tinha uma responsabilidade especial neste caso, devido ao peso da sua intervenção inicial (ou melhor, para se retomar um projecto que fora abandonado por facilidade...).

MCM — *Há meses voltou a Delfos...*

VMG — Sim, e uma vez mais senti aí quanto as nossas raízes afundam na Hélade. É um lugar único na Europa, talvez, e ponto de encon-

tro quase obrigatório, diria, para os europeus. Em Portugal poderíamos tentar, não contrabalançar Delfos, visto que Delfos desempenhou um papel ímpar na civilização helénica e logo na europeia; mas realizar algo que, de certa maneira, servisse também para esses encontros europeus: deveria ser em Tomar, porque aí temos um convento, temos uma extraordinária situação e paisagem, temos as condições.

Realizar um centro cultural em Lisboa, em Belém, é um disparate, como quase todas as medidas que têm sido tomadas por estes nossos governos iletrados e sem visão; este é outro e monumental. Porque vamos contribuir para o atravancamento de uma cidade já em caos, vamos destruir o equilíbrio numa zona em que esse equilíbrio deveria ser imperativamente mantido e vamos gastar uma soma fabulosa quando precisaríamos de realizar trabalhos de formação, investigação e creação que nos fizessem realmente entrar nesta civilização que é o final do século XX. Repare-se que dez milhões de contos para a realização material e, possivelmente, os quarenta milhões para toda a instalação, permitiriam que durante dez anos se assegurasse o indispensável, o absolutamente prioritário Instituto Português de História dos Descobrimentos e da Expansão, bem como centros de investigação, uma dúzia de centros de investigação, em todas as ciências humanas e sociais e não só, a formação de uma orquestra sinfónica (porque não é de um auditório que nós precisamos, é de uma orquestra). Nós andamos sempre a construir as pedras mortas em vez de construir as pedras vivas de que Sérgio falava. Com aquelas somas poderíamos realizar todo o restauro e conservação dos livros da Biblioteca Nacional de Lisboa, edições de obras fundamentais como o Atlas Histórico de Portugal, o Atlas de História dos Descobrimentos, enfim, tanta cousa basilar para a nossa cultura, a formação de jovens, esse funcionamento dos centros pelo menos durante dez anos. Isso é que seria uma grande obra nacional e não estas manifestações de luxo, que lembram o despotismo asiático, não a inteligência cultural europeia.

Mas, regressando à Grécia... Fomos lá discutir os nossos problemas decisivos no mundo de hoje, ligados a esta civilização do audiovisual em que vivemos. Infelizmente nem na nossa imprensa, nem na nossa rádio, nem na televisão se deu qualquer atenção a tal encontro, e no entanto tratava-se de um encontro em que estavam representadas todas as nações da Europa, mesmo países de Leste e a Turquia, e em que se debatiam questões fundamentais; entre outras, aquela que é uma das questões basilares do nosso tempo, ou seja, a opressão que a

indústria e a busca do lucro exercem sobre a creação cultural e a investigação científica, e até que ponto realmente o investigador e o creador ficam na dependência do capital e das incertezas, dos caprichos dos grandes capitalistas como um Berlusconi, ou um Maxwell ou tantos outros. Portanto, trata-se de assegurar a independência da creação cultural e também a independência e o direito do público a ter acesso às obras culturais independentemente das pressões em busca do lucro que infelizmente estão cada vez mais a dominar o mercado, nas garras de alguns gigantes extremamente poderosos.

Isto levar-nos-ia a reflectir sobre os perigos de o Estado abandonar aquilo que é uma das suas missões fundamentais e que de modo algum pode alienar, como promotor das condições para a creação cultural e investigação científica. Ele não pode, de forma alguma, abandonar tais actividades às empresas privadas, visto que não há um mercado, mas grandes impérios capitalistas, ligados aliás tanto à comunicação social como à indústria de armamentos, ou aos transportes ou ao turismo e a tantas outras formas de actividade, os quais não respeitam os valores específicos da cultura. Daí ser importante uma declaração a chamar a atenção para os perigos dessa comercialização. Perigos que já um homem como Jean Renoir tinha visto; e relembrando a sua vida no que é também o seu testamento, não apenas como cineasta mas como cidadão, com extrema lucidez, sublinha: a nossa religião agora é a técnica. O nosso latim, diríamos hoje nos meios de comunicação social, é a publicidade, a palavra de ordem é o rendimento que permite produzir mais, é a busca do superlucro, e quando o mercado mundial está saturado desencadeia-se uma pequena guerra para ganhar novos clientes.

MCM — *É a realidade...*

VMG — Enfrenta-se hoje o esmagamento, que chega a parecer inevitável, da cultura, na medida em que ela se mercantiliza e fica apenas nas mãos de entidades privadas desatentas aos seus valores profundos. Estas não são os editores de outrora, pequenos e médios produtores com alto sentido da sua missão no «mundo das letras»; mas sim essas organizações mamúticas que actualmente tudo controlam no mundo. Põe-se assim um problema de que depende o próprio futuro da humanidade: conseguiremos construir uma civilização para o homem, para todos os homens, ou ficaremos a ver os creadores de cultura, os autênticos inventores de humanidade reduzidos a trabalharem por encomenda para lucro de alguns (ou isenções fiscais dos chamados Mecenas)?

2
Passos de um itinerário sem ilusões nem desistência

MCM — *Uma questão de grande actualidade e que tem sido altamente polémica é a da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Como perspectiva essas comemorações?*

VMG — Bom, penso que houve uma extraordinária leviandade e incompetência da parte do Governo em crear uma comissão nacional dos Descobrimentos sem sequer primeiro se ter consultado quem podia, minimamente, dizer alguma cousa de válido sobre a questão: leviandade e incompetência, em segundo lugar, na megalomania de querer abarcar um processo de Descobrimentos estendendo-se por anos e anos, em vez de concentrarmos em pontos fulcrais desse processo. Até com o ridículo — a ignorância chega ao ridículo — de se dizer que estamos a comemorar quinhentos anos de Descobrimentos, quando quem comemora quinhentos anos de Descobrimentos são os Castelhanos — 1492 é Colombo; a comemorarmos, será mais de 550 anos! Isto é muito importante, porque é afinal, da parte desses comemorativistas que andam sempre a pôr penduricalhos de condecorações e a fazer discursos inflamados sobre a Pátria, esquecer que os Portugueses é que foram os pioneiros, e a uma longa distância. Mas antes de tudo o mais, haveria que ver o que é que Portugal pode fazer, e o que é que interessa fazer. Alguém se perguntou se não são descabidas tais comemorações nesta conjuntura, frente à grandiosidade das realizações espanholas; se não seria melhor guardá-las para mais tarde — penso que sim, indiscutivelmente.

MCM — *E não se põem ainda outros problemas prévios e de fundo?*

VMG — Primeiro ponto: Portugal teve desde o século XIX plêiades notáveis de investigadores que acumularam um manancial que tantos gostariam de apagar hoje, escamotear ou esconder ou até esquecer, e que é fundamental. Desde Diogo Köpke, desde Alexandre Herculano, desde o visconde de Santarém, passando por tantos autores do século XIX como Luciano Cordeiro, Andrade Corvo, Oliveira Martins, depois o grupo do *Archivo Histórico Português* — Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo, Esteves Pereira, etc., tantos outros mais. Lembre-se sempre o grande Jaime Cortesão, que os pigmeus desta terra ignoram e olham displicentemente, ou um Duarte Leite, que foi o

grande mestre da Cartografia (não foi Armando Cortesão, apesar do valor da sua contribuição). Duarte Leite foi o principal mestre da história da Cartografia em Portugal, e muito mais do que isso: de uma visão nova dos Descobrimentos, muito na linha do que virá a ser a reflexão e a metodologia de Lucien Febvre. Recordemos, e aproveitemos os contributos de Fontoura da Costa, Pereira da Silva, Teixeira da Mota, Barradas de Carvalho. Prodigioso acervo, que nos honra; e há boas e até excelentes edições feitas no século XIX e no começo do século XX.

MCM — *Essa tradição de grandes cientistas portugueses no campo dos Descobrimentos perdeu-se entre nós bastante nas últimas décadas.*

VMG — Mas depois disso veio a sucata, veio a incapacidade, a repetição, a falsa originalidade. Foram desaparecendo os especialistas e não sabemos editar as fontes e os textos de base. Repare que Braamcamp Freire reuniu as cartas de quitação do reinado de D. Manuel, obra fundamental para compreender a economia de finais do século XV e começos do século XVI, e nunca ninguém reuniu as cartas de quitação desde D. João I até D. João III, D. Sebastião, o que permitiria ver toda esta evolução capazmente. Repetem-se as edições sem qualquer espírito crítico, não se parte das fontes originais. Em certos casos a reedição impunha-se, ou impõe-se, como é o caso das viagens de Pêro da Covilhã, estudadas pelo conde de Ficalho, uma grande obra; mas não se lhe acrescenta nada (a não ser um pseudoprefácio).

MCM — *Dever-se-ia obstar, de alguma forma, a esse tipo de actuação.*

VMG — Para reproduzir os textos e outras fontes da época é imperativo pegar naquele documento-base que sob a minha direcção foi elaborado na Biblioteca Nacional sobre a reprodução das obras culturais; prefere-se ignorá-lo. E assim são publicadas com falsas actualizações de ortografia e modernizações, como se a maior parte delas interessasse ao grande público. Dou-lhe um exemplo simples: a *Suma Oriental* de Tomé Pires, como o livro de Duarte Barbosa, são fundamentais para conhecer todo o mundo para além do Cabo de Boa Esperança, na segunda década do século XVI; mas ao público de hoje não interessam, não sabe lê-las; modernizar para quê, se a exposição é

desordenada, os assuntos não estão agrupados, tantas passagens são de interpretação difícil. Se queremos chegar ao grande público — e devemos querer — não será muito melhor fazer uma obra que nos mostre como os portugueses viram o Oriente no começo do século XVI através das obras de Duarte Barbosa e Tomé Pires e de tantos outros; mas de uma forma ordenada: as economias e sociedades, as civilizações, as culturas, as línguas, os Estados, etc.; extraindo cuidadosamente as informações das fontes e ligando o texto com a ilustração da época, bem como com mapas feitos agora para esclarecer a apresentação desse mundo fascinante. Talvez assim muitos possam sentir até que ponto os portugueses, realmente, revelaram o mundo, e dele tomaram consciência os homens, e dos problemas dos outros homens.

MCM — *Nesse sentido também estamos distanciados dos espanhóis que, pelo menos, têm procurado ter uma actuação através da sua comissão dos Descobrimentos: porque têm procurado uma actividade editorial mais científica, talvez?*

VMG — Mais científica por um lado, e por outro lado, sem perder o rigor científico, aproximando-se do grande público. Simplesmente nós, como sempre, colocamo-nos na posição do «orgulhosamente sós» e em vez de procurarmos um entendimento com os historiadores espanhóis e uma acção conjunta que é perfeitamente possível, que é desejada por todos os historiadores espanhóis e que terminaria com as querelas de prioridade, o chauvinismo e outros disparates sem nome, evitamos essa colaboração, porque não temos também gente para ir pôr em confronto e colaborar com eles. E parece que nos envergonhamos do que os nossos antecessores fizeram. Pois não se reeditaram os *Portugaliae Monumenta Cartographica* sem que no rosto figurem os nomes de Armando Cortesão e Teixeira da Mota? Incrível — e totalmente inaceitável.

MCM — *Pelo seu discurso estou a antever uma certa opinião ou uma certa tomada de consciência de que a comissão sobre os Descobrimentos é algo que não existe?*

VMG — Não existe e é preferível que desapareçam os farrapos ainda a flutuar da mal creada comissão. Pois os desacertos voltam a agravar-se; como ainda agora o inacreditável lançamento de um lamentável *Diálogo Norte-Sul*, em malfadada hora

distribuído no estrangeiro. E seria erro crasso recrear para já outra comissão.

MCM — *Que fazer, então?*

VMG — Deve-se sim crear as instituições que permitam um trabalho sério, e, por outro lado, colaborar directamente na Exposição de Sevilha, de uma maneira ampla e larga. O plano para a exposição que foi apresentado por Graça Moura não me parece mal, e não tive dúvidas em ajudar a retocá-lo. Oxalá o comissário não se deixe enredar pelos falsos especialistas que se atropelam nesta terra à procura de poleiro e realmente saiba escolher as pessoas competentes. É indispensável uma Comissão Científica a sério, e não grupúsculos de jovens escrevinhadores (aprendam primeiro a investigar). Para já, pois, a participação na Exposição de Sevilha; e, paralelamente, um estudo muito sério do que é que nós devemos fazer, mas lá para 1998, para o ano 2000. Começando urgentemente por institucionalizar a pesquisa — primeiro que tudo, formar autênticos historiadores e creadores da altura.

MCM — *Qual então a solução que o Professor encontraria para esta situação?*

VMG — Já indiquei que a extinção da Comissão e o apagamento de todo o processo seguido até aqui são imperativos iniludíveis.

Até agora temos vivido na anedota. O que houve e sobrevive é algo que só fica mal que exista, é algo que nos desprestigia: é para esquecer depressa. De resto não vamos para querelas entre a Marinha e os outros ramos, não se continue a fazer como estes ministros, que só sabem crear comissões com representantes de burocracias diversas, de administrações; isso não interessa nada, as comissões têm de ser creadas a partir da comunidade científica; para tal crear primeiro a comunidade científica, e depois escolher quem saiba também divulgar. Divulgar também tem a sua arte, tem o seu rigor, não podemos andar a vender bacalhau avariado como se fosse cultura; ao povo temos de lhe dar cultura séria, e não massacrá-lo. Repare o que se está a fazer com Fernando Pessoa: vai acabar por determinar que ninguém leia Fernando Pessoa.

MCM — *Tal vai reflectir-se, cremos, num futuro próximo.*

VMG — Como a diarreia comemorativista vai levar a que

ninguém queira saber nada dos Descobrimentos. Porque a acumulação de programas os mais incríveis, cheios dos maiores erros, sem qualquer capacidade de comunicação pedagógica e didáctica, incutindo falsas visões, como esses inacreditáveis programas de televisão chamados «Portugal sem Fim», ou outras cousas do género, isso não pode continuar. O Primeiro-Ministro, como o Presidente da República têm de assumir as suas responsabilidades, que até agora não assumiram, e acabar com toda esta palhaçada, e de facto crear as condições necessárias para uma posição digna de Portugal no mundo.

MCM — *Alguns problemas de fundo se põem hoje a Portugal. Conviria, talvez, para os atacar, tentarmos uma retrospectiva da sua acção no contexto nacional e internacional?*

VMG — Comecei muito cedo a interessar-me quer pela intervenção cívica (com o futuro general Neves Cardoso, entre outros), quer por uma formação cultural extremamente larga. Devo-o, designadamente, a excelentes professores que tive no Liceu Gil Vicente, como Câmara Reis, à altura também um dos directores da *Seara Nova*. Foi ele que, quando eu tinha 14 anos, me introduziu no mundo de António Sérgio, Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Rodrigues Lapa, Mário de Castro e tantos outros. Fiquei muito precocemente ligado a esse mundo, tal como viria a suceder durante bastantes anos. Isso explica que então me preocupasse por uma acção que não era apenas a de cumprimento dos deveres escolares.

MCM — *A influência de seu pai foi também, de algum modo, decisiva?*

VMG — Houve também em mim, de facto, a influência do meio familiar. O meu pai, coronel Vitorino Henriques Godinho, era um homem que renovara a Estatística no nosso país e tivera um papel decisivo na intervenção de Portugal na Grande Guerra. Ele fora um dos jovens turcos de 1910 e manteve-se, depois, sempre fiel ao Partido Republicano Português. Essa influência de meu pai contribuiu, necessariamente, não só para um interesse quer pelas matérias científicas como a Matemática, que lhe eram de particular agrado, quer pela intervenção no campo político. Importava, sobretudo, não ficar neutral. O meu pai, nesse aspecto, tomei-o como exemplo. Foi demitido do cargo de director-geral de Estatística.

MCM — *Seu pai teve, também, outros sérios problemas com o regime então vigente...*

VMG — Em consequência dessa demissão ocorreu um longo processo no Supremo Tribunal, em que meu pai, ganhando a causa, infligiu um revés a Salazar. Tornou-se, assim, segundo dizia o próprio Salazar, no seu principal inimigo. Mas importa também lembrar meu tio, o Prof. Barbosa de Magalhães, um dos notáveis juristas portugueses deste século e que sempre se manteve na luta contra o fascismo e desempenhou papel de relevo no MUNAF e no MUD (de que foi presidente). Muito utilizei a sua biblioteca e aproveitei com as nossas longas conversas. Lembro ainda meu tio, o coronel Maia Magalhães, herói de Chaves contra os Monárquicos, combatente de Naulila, governador das ilhas de Cabo Verde e de Macau, onde desenvolveu uma acção notável (e cargo de que o 28 de Maio se apressou a demiti-lo). Todo esse ambiente familiar levou-me, desde muito cedo, a leituras fora dos currículos escolares. Posso referir, por exemplo, a leitura da *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, quando ainda estava na instrução primária, essa *História de Portugal*, em oito volumes, embora alguns possam hoje sorrir dessa influência.

MCM — *As influências culturais que recebeu dos seus mestres na passagem pelo Liceu Gil Vicente marcaram-no, então, profundamente...*

VMG — Além da influência de Câmara Reis, a que já me referi, poderia salientar, mais tarde, o caso de Newton de Macedo, Delfim Santos, Morais Neves e tantos outros. Constituíam uma plêiade de interessados em despertar a juventude para as grandes questões do nosso (daquele) tempo e que eram exigentes na formação. Tive a vantagem, por exemplo na aprendizagem da História, de não ser obrigado a decorar os terrivelmente maçadores compêndios de Fortunato de Almeida; a sorte de ser conduzido por um professor, embora mediano na sua formação e na sua acção, mas que era um espírito aberto. Fui assim levado a ler Guizot e outros autores julgados relevantes. Ele considerava isso mais importante do que saber exactamente o programa.

MCM — *O grupo da* Seara Nova *representou, nessa época, um particular fascínio para si?*

VMG — A minha ligação com o grupo da *Seara Nova* ocor-

reu desde o meu 4.º ano do liceu. Esses anos foram para mim absolutamente fundamentais. António Sérgio levou-me a ler directamente os grandes autores e não a conhecê-los através de comentários. Por outro lado participei, desde essa altura, em actividades políticas em vários planos.

MCM — *Em que circunstâncias conheceu António Sérgio?*

VMG — Conheci-o por intermédio de Câmara Reis, quando me levou a uma pequena oficina de encadernação que havia na Rua Nova do Almada, pertencente ao pai de Manuel Mendes e onde se reunia o grupo da *Seara Nova.*

MCM — *Ainda nos anos trinta?*

VMG — Isso passou-se, sim, ainda nesses anos trinta. Esse conhecimento aprofundou-se, enfim, intensificou-se quando a *Seara* passou para a Rua da Rosa. Mas foram contactos que mantive, até que António Sérgio se afastou dessa revista e eu, não querendo tomar partido nem por uns nem por outros, me afastei também.

MCM — *Essa ligação ao grupo da* Seara Nova *explica que tenha sido nas páginas dessa revista que publicou o primeiro escrito que figura no seu* curriculum, *a recensão ao livro de Joaquim Leitão,* Uma Mulher Ciumenta, *de 1934?*

VMG — É, antes do mais, uma ligação da minha parte ao antiacademismo na vida portuguesa. Penso que não foi por acaso que comecei por uma crítica ao trabalho de um académico. Ainda hoje penso que no nosso país as academias são instituições obsoletas e que não contribuem em nada ou muito pouco para o desenvolvimento da cultura portuguesa. A Academia das Ciências contribuiu no século XVIII e numa parte do século XIX. Mas, depois, afastou-se do cerne das inquietações e das aspirações do povo português e, portanto, eu não podia deixar, desde os começos das minhas actividades, de estar de fora das culturas oficiais.

MCM — *O início dessa acção de militância cívica e cultural na* Seara Nova *prolongou-se na sua passagem como aluno pela universidade...*

VMG — Aí começaram, no entanto, a ter lugar outras influências. Foram, quer as influências do próprio meio académico, em termos escolares, quer as advenientes das actividades que exerci, em organizações académicas clandestinas, desde o

meu primeiro ano. Desempenhei, então, um papel de certo interesse e não quero deixar de recordar a camaradagem de então, embora por vezes com alguns conflitos pessoais, com pessoas como Piteira Santos.

MCM — *Conheceu também então Álvaro Cunhal, não é verdade?*

VMG — Foi quando ainda frequentava a universidade que conheci, de facto, Álvaro Cunhal. Em todo o caso pode dizer-se que o Partido Comunista Português não exerceu então em mim influência. A experiência soviética, em vez de atrair-me, preocupava-me. Era para mim motivo de reflexão. Havia nela muito que me parecia, nessa altura, positivo. Mas havia também muito que eu já rejeitava, no seu dogmatismo, na sua negação da Democracia dita formal mas que considero indispensável para uma democratização total da vida dos homens. O estalinismo rejeitava a lógica moderna e reduzia a filosofia às teses sobre Feuerbach e a uma metafísica materialista simplista.

MCM — *Quais foram os professores que nessa sua passagem, como discípulo, pela universidade, mais o influenciaram?*

VMG — Desenvolvi então o meu percurso sobretudo como autodidacta, embora tivesse mestres como Vieira de Almeida. A situação geral da política portuguesa de então não permitia, no entanto, a esses docentes exercer uma acção suficientemente eficaz junto dos alunos. Tive também a sorte de, autodidacticamente, ir encontrando algumas obras de vulto, que me fizeram singrar na linha dos princípios que já tinham sido anteriormente indicados por António Sérgio e Newton de Macedo (que me levara a estudar Mommsen). Não posso também ignorar, ainda nesse período, o contacto muito estreito com o grupo do Café Portugal, sobretudo com Duarte Leite, meu mestre em História dos Descobrimentos (com Jaime Cortesão, então no exílio).

MCM — *Foi influenciado de alguma maneira, ou por alguma razão particular, na escolha do seu curso universitário?*

VMG — Como toda a minha formação até aí se situava na área da Matemática e da Física, a minha tendência natural seria para a Engenharia ou as Ciências Matemáticas. No entanto, e contrariamente ao que seria de prever, houve em mim uma opção, de natureza cívica, ligada, talvez, à minha presença na *Seara Nova*. Entendi-a quando se tratou da bifurcação que na

altura se me punha, quando vi que a carreira de professor seria fundamental para ajudar a transformar a sociedade. E que, para tomar consciência dos problemas dessa sociedade, a formação histórica e filosófica era a mais adequada. Isso sem esquecer a formação matemática e física, científica enfim, uma formação rigorosa que procurei continuar.

MCM — *Teve, então, contactos com cientistas de invulgar craveira.*

VMG — Mantive essa ligação com cientistas portugueses: sempre estive ligado ao grupo matemático de Aniceto Monteiro, de Hugo Baptista Ribeiro, Sebastião e Silva, do professor Barroso, irmão de Maria de Jesus Barroso, que morreu precocemente. Preocupava-me então muito, de facto, uma teoria do conhecimento científico, uma teoria da Ciência que me levou a estudar então os rudimentos, acessíveis a leigos, da Teoria da Relatividade, a Física Quântica, as Matemáticas Modernas. Apesar disso entendi, no entanto, que a minha acção como professor de História e Filosofia seria mais útil à sociedade portuguesa.

MCM — *Esse desembocar de interesses conduziu-o, a dada altura, à História Económico-Social. Começou então a aperceber-se, nessa linha de pensamento, da componente da História dos Descobrimentos.*

VMG — Muitas das opções fundamentais da nossa vida, autênticas opções, são empurrões do acaso. Nesse momento específico, eu poderia sobretudo ter-me consagrado à Filosofia da Ciência, à Lógica Científica, ou às Matemáticas. Acontece, porém, que um dos meus professores, Manuel Heleno, arqueólogo, me chamou para a História. E eu aceitei o desafio, visto que esse desafio se integrava no meu plano de acção cívica na sociedade portuguesa. Foi, de certa maneira, essa pressão amiga de Manuel Heleno que me desviou da Filosofia para a História. Também estou certo, no entanto, que, se por um lado nunca abandonei a Filosofia, por outro, nunca podia abandonar a História.

MCM — *Esse convite levou-o, portanto, à docência na Faculdade de Letras.*

VMG — Eu tinha frequentado, nessa altura, o estágio para professores de liceu, no Pedro Nunes. Era um bom passo passar-se primeiro pelo ensino liceal, em vez de se entrar directa-

mente no ensino universitário. Em face dessa pressão de Manuel Heleno aceitei ir para uma Faculdade que não me ensinara nada, pela qual não tinha respeito. Não esqueci que Rodrigues Lapa, de quem eu era amigo e que fora demitido dessa mesma Faculdade, dizia com razão que só se entrava para ela descendo. Mas mesmo assim procurei não descer e agir junto dos jovens.

MCM — *Qual é o balanço que faz hoje dessa sua primeira acção como professor universitário?*

VMG — Julgo que a minha acção como professor dessa Faculdade, durante dois ou três anos, não foi negativa. Não foi inútil se pensarmos que tive como alunos Barradas de Carvalho, Jorge de Macedo, Gentil da Silva, Mário Soares, Margarida Brandão, Bandeira Ferreira, Maria de Lourdes Belchior, Pereira da Costa, que durante tanto tempo foi director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que deveria continuar a sê-lo se não fosse a mesquinhez e tacanhez política da nossa terra. Foram também alunos meus pessoas que estiveram nas direcções de museus e bibliotecas, como Maria Madalena de Cagigal e Silva, que sempre se interessou pela arte indo-portuguesa, ou Maria de Lurdes Bártolo, na direcção do Museu de Arte Contemporânea; enfim, pessoal de arquivos, de bibliotecas, de museus, pessoas que tiveram uma acção cívica, e noutros campos, por exemplo as Ciências Pedagógicas, como Rui Grácio. Em relação a este último, contactámos longos anos, até que depois do 25 de Abril se revelaram insanáveis divergências entre nós.

MCM — *Os resultados dessa sua acção docente foram também úteis a si próprio, já se vê.*

VMG — Permitiram lançar-me não apenas numa História global, como conhecer, por mim próprio, os *Annales*, as grandes obras de Henri Pirenne, Marc Bloch, Lucien Febvre. Preocupava-me já então em Lisboa com toda esse efervescência no campo da História que, mesmo apesar da Guerra, se manifestava desde tempos atrás. Em Portugal essa corrente historiográfica era pouco conhecida. Esse meu interesse verificava-se, por outro lado, porque Manuel Heleno me encarregara das aulas práticas de História dos Descobrimentos.

MCM — *Foi aí que nasceu o seu interesse em pesquisar e publicar as fontes documentais dos Descobrimentos?*

VMG — Entendi então que era necessário levar os estudantes ao contacto com as fontes. Daí surgiram os *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, que então publiquei e considero que foram essenciais — perdoe-se-me a vaidade — para a compreensão da evolução da Cultura portuguesa. E isso porque pela primeira vez se tratava não de apresentar a História já feita, mesmo que explicativa, mesmo para além da simples narrativa: tratava-se de levar por diante, de uma maneira consequente, as ideias da nova História. Ou seja, de pôr o leitor perante as fontes e, através das notas e comentários, obrigá-lo a pensar, a reflectir. Era, no fundo, pôr em prática uma nova concepção historiográfica que é, antes do mais, aquela que ficou através da minha vida, de que devemos levar os outros a reflectir por si próprios e dar-lhes os elementos de prova.

MCM — *Essa sua nova perspectiva de encarar a História já está, afinal, também na obra* A Expansão Quatrocentista Portuguesa, *em que começa a dar testemunho dessa aproximação, portanto, numa perspectiva bastante diferente dos nossos historiadores do princípio do século.*

VMG — Esse meu trabalho, de 1945*, veio na sequência de pequenos ensaios anteriores e de aproximações várias. Tem, aliás, uma história curiosa, visto que começou ainda modestamente. Foi apresentado ao Instituto para a Alta Cultura, onde foi metido numa gaveta. Em certo momento supôs-se, mesmo, que tinha desaparecido. Reapareceu, mas nunca foi publicado pelas autoridades. Publiquei-o, então, graças a uma pequena editora particular que se creara. Nessa altura as editoras e os editores tinham uma consciência do valor cívico da sua acção que hoje, infelizmente, não têm. Hoje os editores são, sobretudo, gigantes, visam sobretudo o lucro, não têm escrúpulos culturais (e estou a falar da esmagadora maioria) na escolha do que publicam, não asseguram a qualidade das suas publicações.

MCM — *Haveria, então, uma maior humanização no exercício cultural dessa actividade?*

VMG — Os editores de hoje não visam, com efeito, a missão nacional humanista que devia ser a sua. E veja-se que nessa época alguns editores foram intervenientes culturais extrema-

mente importantes. Daí que eu tenha podido publicar *A Expansão Quatrocentista Portuguesa.* Mas esse não foi o único caso em que, com obras minhas, houve problemas, o que convém não esquecer. Sensivelmente na mesma altura foi-me pedida uma crítica aos textos de Joaquim Bensaúde sobre a «cruzada» do infante D. Henrique. Apresentei essa crítica para publicação na revista da Faculdade de Letras de Lisboa e, curiosamente, desapareceu.

MCM — *Era, para a época, polémica essa sua interpretação da acção do infante D. Henrique presente em* A Expansão Quatrocentista Portuguesa. *Esta figura, aliás, suscitou ultimamente por parte de António José Saraiva, na sua obra* O Crepúsculo da Idade Média em Portugal, *também uma interpretação crítica. Ou seja, que ele terá sido, sobretudo, um escolástico, menos aberto ao mundo, comparando, por exemplo, com a acção do infante D. Duarte ou do infante D. Pedro. Ao que transparece dessa sua obra dos anos quarenta, também já o Professor manifestara nessa altura a opinião de que o infante D. Henrique não terá sido o homem que esteve abertamente na gesta dos Descobrimentos. Ainda hoje mantém a mesma posição sobre essa problemática?*

VMG — António José Saraiva tem dado importantes contribuições para a interpretação da Cultura e da vida social portuguesa dos séculos XV e XVI, e em especial chamando a atenção para os estereótipos dos elogios das personagens. Nós conhecemos muito o infante D. Henrique através desses elogios estereotipados, que traduzem muito mais uma ideologia da época do que a realidade da personagem. A personagem é sempre o que há de mais difícil de apreender. Eu gostaria de lembrar — visto que, muitas vezes, durante longos anos, fui considerado como diabolicamente oposto à figura do infante D. Henrique — que sempre procurei dar da sua acção uma visão equilibrada. Penso que o infante D. Henrique não era um homem de cultura como o infante D. Duarte ou como o infante D. Pedro. O próprio D. Duarte não era um homem de Estado como D. Pedro, porque, através do que até nós chegou, verificamos que este último, através das suas viagens à Hungria, a Itália e aos Países Baixos, se preparou de facto para ser um homem de Estado.

MCM — *Há, também, as traduções de obras de Cícero que ele fez.*

VMG — É muito importante considerar-se que a obra de Cícero vai exercer uma influência decisiva na formação dos estadistas portugueses do século XV.

MCM — *E em relação à cultura do infante D. Henrique, problematizada, por exemplo, por autores como o padre Mário Martins?*

VMG — D. Henrique não era inculto. Não era um sábio, pois essa figura do sábio é uma construção do século XVI. Não era também um cientista, nem se rodeou de cientistas, não formou evidentemente nenhuma escola científica ou técnica particular. Era, sobretudo, aquele que teve a seu cargo o governo da Ordem de Cristo sem nunca ter sido grão-mestre porque não podia sê-lo. Teve uma acção complexa, misto de cruzada e de empreendimento mercantil. Julgo que não podemos separar estas componentes, quer no seu carácter e na sua acção, quer até na grande ideologia da época. Era, no entanto, um espírito que considerava a guerra mais importante para a Expansão, ao contrário do que o infante D. Pedro ou o infante D. João, cujas posições eram de facto diversas. O infante D. Henrique não teve a qualidade de estadista que estes tiveram mas contribuiu, sem dúvida, para a abertura ou lançamento do processo dos Descobrimentos.

MCM — *Qual o papel da Ordem de Cristo?*

VMG — O infante D. Henrique pôde, nesse sentido, proporcionar — por via da Ordem de Cristo, como grande instituição desses finais da Idade Média portuguesa — o surto dos Descobrimentos marítimos. Ainda há pouco o professor Shamuel Eisenstadt lembrava em Lisboa que as políticas não surgem, apenas, ligadas às iniciativas individuais, mas que há que ter em conta as instituições e o processo de institucionalização. Daí divergentes rumos da política. Uma política da Coroa, do Estado, primeiro de D. João I, depois, e especialmente, do infante D. Pedro. Houve políticas dos mercadores, políticas da Nobreza. O infante D. Henrique, como personagem controversa, situa-se um pouco numa encruzilhada. Não podemos hoje apreciar globalmente a sua acção ligada única e exclusivamente a uma política. Isso embora a sua tendência fosse no sentido de uma aproximação com a Nobreza.

MCM — *A obra quatrocentista* Horologium Fidei, *de Frei André do Prado, permite um aprofundamento da figura do infante D. Henrique.*

VMG — Esse livro, estudado há anos pelo padre Mário Martins e outros, não veio alterar o que pensávamos do infante D. Henrique. O que se torna essencial é não confundir os textos da época henriquina, ou da época imediatamente a seguir, com os textos do século XVI, que apresentam já um mito dos Descobrimentos, o mito da origem, o mito do destino nacional. Aí o infante D. Henrique ou é o cruzado, ou é cientista, mas já não é o homem de carne e osso que nós encontramos de facto no século XV, cheio de inquietações, pugnando, enfim, pela conquista marroquina, embora também pelos Descobrimentos marítimos e pela colonização dos arquipélagos. Trata-se, de facto, de uma personagem autoritária, que excedia facilmente os limites dos poderes de que estava encarregado mas que, por outro lado, não tinha na vida nacional aquele peso de intervenção que pudesse evitar, por exemplo, o drama que foi o de D. Fernando ou Alfarrobeira.

MCM — *Voltando à sua carreira ao serviço do ensino da História dos Descobrimentos, que circunstâncias conduziram, Professor — ainda nesses anos quarenta — à sua demissão na Faculdade de Letras?*

VMG — Antes disso gostaria de lhe dizer que os Descobrimentos marítimos foram um tema por que me apaixonei, por que continuo apaixonado e que me ocupou sempre muito tempo. Mas não foram o único tema nem, talvez, o principal. Tratava-se de pesquisar os Descobrimentos através de uma análise de cariz científico e cientificamente conduzida, como diria Lucien Febvre. Através dessa análise poderia encontrar-se a autêntica identidade cultural e social nacional, para além da ideologia fascista que o salazarismo pretendia impor.

MCM — *Essa perspectiva de «reconstrução» tem a ver com o seu conceito de «memória da Nação».*

VMG — Encontrar o que era a Nação e o que eram os Portugueses independentemente, de facto, dos *slogans* que os nossos balilas e a nossa Legião eram obrigados a gritar na praça pública, é conhecer uma parcela dessa memória colectiva. Mas há, enfim, um outro aspecto, que é o da História Económica e

Social, mas também o da História das Culturas. Eu leccionei, durante uns tempos, na Faculdade de Letras, a História das Religiões. E foi por causa das minhas aulas nessa cadeira que fui demitido.

MCM — *Houve «razões» próximas?*

VMG — Eu considerava, na verdade, que todas as religiões, enquanto manifestações dos homens, dos seus sentimentos, das suas maneiras de pensar e de agir, merecem um igual respeito. Portugal vivia, então, uma época de significativa intolerância religiosa. Recorde-se, por exemplo, a demissão do professor Barbosa de Magalhães, meu tio, da Faculdade de Direito de Lisboa. Essa intolerância religiosa levava a considerar que só o Catolicismo era a religião verdadeira. O Protestantismo era, então, tido como obra diabólica.

MCM — *O cardeal Cerejeira, amigo e ex-condiscípulo de Salazar, esteve indirectamente envolvido na sua demissão na Faculdade de Letras?*

VMG — O cardeal Cerejeira (1) tinha publicado recentemente a 4.ª edição de um livro com o título *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo* (1920), em que referia, designadamente, que o ateu era o aborto da Natureza. Eu como ateu encontrava-me, portanto, entre os abortos. Esse livro não só foi criticado por um grande espírito como Sílvio Lima, como também por Almeida e Paiva. As próprias críticas foram, evidentemente, proibidas. Como eu ensinava, portanto, Religião Egípcia, os dramas osiríacos (2)como religião tão verdadeira como o drama de Jesus na cruz, houve queixas contra mim da parte de alunos. Aquelas queixas foram, ao que parece, transmitidas ao Patriarcado, donde teriam alcançado o Ministério da Educação.

MCM — *Levaram, portanto, a uma sentença sem apelo, a demissão.*

VMG — O Ministério ordenou, então, que as minhas aulas passassem a ser vigiadas por um professor catedrático. Eu recusei, evidentemente, e isso levou a que a Faculdade rescindisse o

(1) Cardeal-patriarca de Lisboa desde 22 de Janeiro de 1930.

(2) É deste período a publicação de *O Antigo Império Egípcio...*, Lisboa, 1944.

meu contrato. E fê-lo com esta curiosidade; a notícia da rescisão saiu num jornal católico da manhã antes da realização do conselho escolar que determinou essa mesma medida.

MCM — *Na altura dessas suas aulas sobre História das Religiões vivia em Portugal, suponho, Mircea Eliade, desempenhando funções de adido cultural na Embaixada da Roménia em Lisboa. Não teve contactos com ele?*

VMG — Não tive, de facto. Mas em 1970 inseri a tradução do seu *Tratado de História das Religiões* na colecção «Coordenadas», da Cosmos. No entanto, sempre me preocupou muito o fenómeno religioso. Isso talvez por me ter dado, quando ainda era jovem aluno do Liceu Gil Vicente, com um jovem de uma velha família de Ovar que estava a frequentar o seminário galego de La Guardia, próximo à fronteira minhota. Os encontros de férias numa praia nortenha proporcionaram-me ler as obras de Teologia que ele era obrigado a ler.

MCM — *Foi também marcante para a sua formação essa aproximação de natureza teológica?*

VMG — Em consequência desse encontro, dessa aproximação a uma nova e importante gama de interesses, eu achei que também as religiões eram fundamentais, numa óptica de universo histórico.

MCM — *E o seu apego aos ideais do marxismo?*

VMG — Esses meus interesses filosóficos, históricos, científicos co-habitavam com os meus interesses de um ponto de vista marxista. Nessa altura eu também estava bastante interessado em Marx, até pela proibição que sobre as suas ideias pesava. Tive então, de facto, o ensejo de o ler, mas encontrei *O Capital* por uma razão muito simples: a Censura não lia inglês. Tive a sorte de encontrar *O Capital* na edição da Everyman's Library, com um prefácio do grande economista Selligman, por onde aprendi as suas teorias. Foi uma das obras base da minha formação, talvez uma das obras que me levou a nunca entrar para o Partido Comunista Português.

MCM — *Esses problemas levaram-no a sair da Faculdade de Letras. Então não partiu imediatamente para França, reflectiu ainda. O que, concretamente, o levou a trocar Lisboa por Paris?*

VMG — Não parti logo por várias ordens de razões. Primei-

ro porque a solidariedade de largas centenas dos meus alunos se manifestou publicamente na *Seara Nova*. Fizeram-no, nomeadamente, através de um rol de assinaturas em que figuram nomes que depois desempenharam grande papel na vida portuguesa. Esse protesto contra a minha demissão foi o primeiro acto político do actual Presidente da República, Mário Soares. Circunstâncias várias levaram a que se criassem, então, cursos particulares que se desenrolaram, durante dois anos, no Ateneu Comercial de Lisboa. Há a registar, por outro lado, que a actividade editorial, em particular da Cosmos de Rodrigues de Oliveira, onde estava Bento de Jesus Caraça, me convencera que era preciso agir aqui.

MCM — *Nesse último período de docência na Faculdade de Letras tinha já desenvolvido uma actuação como militante político.*

VMG — Essa acção era necessária de um ponto de vista nacional e humano, e, assim, tentei a formação de um pequeno movimento socialista, o Núcleo de Estudos, Doutrinação e Acção Socialista. Tentei depois, a partir daí, a colaboração com o Partido Comunista e com outras tendências, e daí a formação do Movimento Nacional de Unidade Anti-Fascista (MUNAF), por volta de 1942-1943.

MCM — *Como a sua demissão à universidade ocorreu quase a seguir, em 1944, essas razões terão pesado, também.*

VMG — Participava de facto na actividade política quando leccionei na Faculdade de Letras. Obviamente, tal não agradava ao salazarismo, para o qual era «ilegalidade». Entendia todavia que tinha de agir, de fazer algo. Foram sobretudo essas as razões que me levaram a colaborar no grande programa que o MUNAF então apresentou. Participei na edição do jornal que se fez então e cuja impressão estava a cargo de um grande amigo meu que depois seguiu a carreira diplomática.

MCM — *Data também sensivelmente desse período a sua intervenção como militante do MUD.*

VMG — Participei, seguidamente, embora distanciado, no MUD. Isso porque me parecia que o movimento legal não podia ser senão um dos instrumentos de um movimento submerso. Achava que não podíamos, frontal e legalmente, derrubar o salazarismo. Digamos que foi aí que se situou a minha ruptura

com a Oposição que, de certo modo, se deixou embalar pela acção puramente legal. Eu estava convencido — embora também não acreditasse em golpes militares nem estivesse ligado a eles — de que só se podia ir por diante com a acção das massas, através de uma acção constante de consciencialização e realização. Pensava que seria possível crear outras condições e até eventualmente mudar depois as condições legais.

MCM — *Esse seu corte com a Oposição organizada é que o conduziu a Paris?*

VMG — Essa ruptura levou-me, desencantado da acção política aqui, a procurar seguir no estrangeiro a minha carreira de investigador e de creador cultural. E graças a Pierre Hourcade consegui uma bolsa no Centre National de la Recherche Scientifique (vulgo CNRS). Não posso esquecer, com efeito, a sua amizade, a sua dedicação e a sua eficácia.

MCM — *Só a título de curiosidade, foi também Pierre Hourcade quem esteve na base da primeira vinda de Michel Foucault ao nosso país, onde veio dar uma conferência no Instituto Francês.*

VMG — Foram também os meus contactos epistolares com Lucien Febvre. Ainda hoje guardo as cartas que Lucien Febvre me escreveu, ainda antes de eu partir para Paris.

MCM — *Como é que então era possível a um ex-professor principiante da Universidade portuguesa chegar até grandes vultos como Lucien Febvre e Fernand Braudel? Marc Bloch não, porque já tinha, na altura, sido fuzilado pelos alemães, há poucos anos, embora.*

VMG — Eu tinha conhecido em Lisboa Marcel Bataillon. Esse investigador, um dos grandes senhores da cultura e da investigação, um reputado erasmista, tinha estado aqui em minha casa. Ele decidiu, também, intervir a favor dos meus estudos.

MCM — *Ainda o conheci nos anos setenta em Paris.*

VMG — Ele e a esposa foram grandes amigos nossos. De resto eu já tinha entrado em contacto, através de uma carta, com Lucien Febvre, que me manifestou uma total abertura em me acolher. Fui de facto para Paris e, nessa cidade, fui conduzido por Bataillon até Febvre. Este acolheu-me como um filho, como um discípulo de sempre que eu realmente era. Acontece que eu tinha lido, e mantenho ainda em meu poder, a primeira

tiragem do livro dele sobre Rabelais, *L'Incroyance au XVI^e Siècle* e que, em França, era ainda praticamente desconhecido. Isso criou junto de Lucien Febvre uma aproximação muito grande. Aliás ele era um homem extraordinário, talvez o espírito mais extraordinário que conheci até hoje.

MCM — *Ainda conheceu portanto Lucien Febvre antes de Fernand Braudel.*

VMG — Foi por intermédio de Lucien Febvre que conheci, de facto, Fernand Braudel, de quem, aliás, também conservo ainda as primeiras cartas que ele me escreveu, no ano de 46.

MCM — *Qual o principal teor dessa primeira correspondência que, ainda em Lisboa, travou com o Professor Febvre.*

VMG — Era, sobretudo, sobre a minha ida para Paris, sobre os meus planos de estudos. Tem, aqui, a primeira, que data de 25 de Fevereiro de 1946.

MCM — *Foi essa correspondência, afinal, o passaporte para entrar na intimidade com Lucien Febvre e Braudel.*

VMG — Tive os mais variados contactos com Marcel Bataillon e com Fernand Braudel, mas o meu grande mestre foi Lucien Febvre. Fernand Braudel conheci-o mais tarde, através, como disse, de Lucien Febvre. Já conhecia, pois, este grande pensador desde Lisboa, pelo menos desde 1942, altura em que devo ter comprado, numa livraria daqui, essa sua obra capital.

MCM — *Era um homem de grande erudição, Professor...*

VMG — Lucien Febvre tinha uma extraordinária abertura de espírito, uma notável cultura e solidez de preparação. Isso além de ele ser, como Marc Bloch, um grande cidadão do mundo, um grande francês. Marc Bloch tinha de facto sido fuzilado há pouco e Lucien Febvre, felizmente, prosseguiu com os *Annales*. Através dele é que eu entrei em contacto com Fernand Braudel, e passei a ser seu amigo, numa relação de carácter pessoal, quase familiar. Rapidamente tornei-me também frequentador desse círculo, colaborei com Fernand Braudel na preparação final da sua tese de doutoramento, como ele próprio refere no prefácio de *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico...*, e até no próprio texto.

MCM — *Além desses privou também com outros conhecidos vultos da História Social francesa.*

VMG — Entrei, ao fim e ao cabo, em contacto com um

mundo onde havia homens como Emile Coornaert, de uma extraordinária erudição, de um grande rigor, modesto mas também muito aberto. É o autor, entre outras obras fundamentais, de valiosos estudos sobre a História de Antuérpia.

MCM — *É também dessa época o seu contacto com Gurvitch.*

VMG — Georges Gurvitch — de cujas ideias fui um dos difusores, nomeadamente por via da edição das suas obras, em editoras portuguesas — exerceu também em mim uma grande influência, levando-me para o campo da Sociologia. Aliás devo dizer que fui dos primeiros a ter em França um diploma de Sociologia e de Economia. Fui aluno de Ch. Bettelheim, de Jean Weiller, de Jean Lhome.

MCM — *Esse diálogo permanente com os membros da escola dos* Annales *veio alterar ou não, nessa fase da sua carreira científica em Paris, o seu próprio discurso histórico?*

VMG — É difícil responder. Eu já estava muito influenciado por pensadores como Henri Pirenne, Marc Bloch e Lucien Febvre e, de um modo geral, por toda a corrente dos *Annales*, que, como referi, já conhecia desde Lisboa. Já respirava aqui, de certo modo, essa atmosfera, mas é evidente que estar em França em contacto quotidiano com esses homens, manter com eles francas e leais discussões — em que não havia diferenças hierárquicas mas, apenas, argumentos racionais e a busca de uma verdade —, toda essa acção me enriqueceu. Tal alargou, extraordinariamente sem dúvida, os meus horizontes de historiador. Se não tivessem sido esses contactos pessoais a minha obra não seria aquilo que foi, aquilo que é.

MCM — *Logo em 1949, portanto, principiou a explorar a problemática dos descobrimentos marítimos portugueses, começando a estudar os documentos que viria a revelar na sua tese de «doctorat d'État».*

VMG — Eu prosseguia a minha exploração sistemática e rigorosa de documentos em várias frentes. Interessou-me, por um lado, a História dos preços, a História Económica quantitativa (lembremos Labrousse, meu director da tese principal), a História Social e Cultural a que Marc Bloch (que já não conheci, como disse), Lucien Febvre, Braudel ou Gurvitch, e até o próprio Marcel Bataillon, estavam extremamente atentos.

MCM — *Já nessa altura esses ramos do saber histórico estavam a beneficiar de uma grande abertura por parte dos estudiosos naquele país, ou essa abertura só se veio a confirmar nos finais dos anos cinquenta e nos anos sessenta?*

VMG — Ao contrário do que dizem agora desses autores pessoas que os não conheceram — e que apenas se querem afirmar, freudianamente, matando o próprio pai —, já esses mestres se interessavam, com profundidade e saber, pelo estudo, não só da História Económica e Social, da História Quantitativa, do estudo da Economia Política, mas também da Sociologia, da Antropologia, das mentalidades, da Psicologia Social retrospectiva. Em Antropologia tive o privilégio de ser aluno em França de um dos grandes mestres do nosso século, Radcliff-Brown, e também de um mestre francês, Maurice Lenhardt.

MCM — *Conheceu Lévi-Strauss?*

VMG — Lévi-Strauss é um pouco mais novo que eu e, evidentemente, não teve nenhuma influência na minha formação, embora em 1960-1962 discutisse a sua obra nos meus cursos do ISCPU. Seguia eu pois por esse caminho, pelo caminho dos Descobrimentos, bem como por outros caminhos como o da História das Finanças. Foi um percurso curioso, o meu, nesse período entre 1947 e 1949. Encontrei uma série de documentos em que trabalhei e dei-os a público — mesmo que, ainda, em círculos restritos — sob a forma de uma tese complementar, que mais tarde veio a constituir a minha obra intitulada *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1636)*, publicada há anos pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris.

MCM — *Essa tese complementar trouxe-lhe alguns dissabores* a posteriori.

VMG — Apenas desencantos. Antes de vir a publicar essa minha tese complementar depositei-a, como era curial, em bibliotecas francesas. Abusivamente então, o caso é do domínio público — e não devemos esconder situações destas —, houve um francês e um português que tomaram conhecimento desse documento e resolveram publicá-lo antes de mim. O francês publicou o texto que se encontrava em Lisboa e o português o texto que estava em Paris, fazendo-o ambos sem um confronto crítico da matéria. Mas não foi essa a única situação do género

ocorrida com trabalhos meus. Num recente concurso de agregação houve a lamentar o caso infeliz de um candidato — e o assunto é também já do conhecimento da comunidade científica —, numa lição sobre «O império colonial português no início do século XVII» (estudo comparativo de estruturas económicas e administrativas), não referiu o meu nome nem citou os meus trabalhos:

1 — Porque a lição não é possível de fazer-se, tal como o tema proposto, sem utilizar (e dar a referência) «Os Descobrimentos e a economia mundial» (que vão até 1636), «Finanças Públicas e Estrutura do Estado» (que abrange os séculos XVII e mesmo o XVIII; aliás, um dos textos cuja publicação anunciara já foi editado em fac-símile... falta de imaginação — mas obra útil...); «Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales» (que vão de 1516 a 1636, não só no rol das fontes mas também no estudo das receitas — os sábios são distraídos... — mas não se deu por isso!); «Portugal and her Empire», na New Cambridge Economic History, até 1720; e alguns dos *Ensaios.*

2 — Impossível, por maioria de razão, não utilizar os trabalhos de Boxer e de Panduronga Pissurlencar, não citados na bibliografia.

3 — A bibliografia não cita, aliás, obras essenciais quer sobre o Brasil quer sobre as outras regiões do império português. Parece que o candidato por si só encontrou tudo o essencial e não precisa dos estudos dos outros.

4 — Alega-se que a lição não tratava das finanças públicas, embora a elas se referisse. Erro metodológico, denunciando falta de preparação. Mas então por que é que na bibliografia (distribuída ao júri mas ao que daí deduzo não dada na aula, erro pedagógico e científico sério) só cita para o Oriente um estudo e publicação de textos financeiros, e de igual modo para o Brasil? Mas com ufania vangloria-se de utilizar sobretudo o orçamento publicado em 1972 por Gentil da Silva, e depois fala dos orçamentos de Francisco Pais.

5 — Vê-se bem que o signatário da carta não sabe o que é um estudo estrutural, e então de tais dimensões como o império português. Não se poderia apoiar tão-só num ou dois documentos e olimpicamente «não utilizar» os acervos já arrolados, publicados e estudados. Parece que lhe é estranha a dimensão de

longa duração, fundamental nas estruturas. O caso é do conhecimento dos universitários, que infelizmente se esquecem de pôr os pontos nos iii [1].

MCM — *Esse tempo de pesquisa em Paris foi, portanto, também bastante frutuoso nos contactos humanos que lhe permitiu com grandes mestres da História.*

VMG — Ainda quanto a essa minha actividade de pesquisa em Paris, nessa altura estava já em contacto com Pierre Vilar, e com uma série de investigadores da minha geração como Alberto Tenenti, Carlo Cipolla, Vicens Vives, um catalão que foi um grande mestre da escola historiográfica espanhola, e muitos outros. Nessa altura não havia, ainda, um grande número de exilados. Eu próprio não era exilado, sempre me recusei a sê-lo ou a ser visto como tal. Achei que, com todos os riscos, devia estar sempre em contacto com o meu país, e voltar cá sempre que quisesse e quaisquer que fossem as consequências. Procurava desenvolver, sobretudo, um trabalho de rigor, tanto nos arquivos franceses, como nos portugueses, espanhóis e ingleses.

MCM — *Como se processavam, então, os seus contactos com Portugal, designadamente em termos de pesquisa de documentos.*

VMG — Vinha a Portugal regularmente e trabalhava com muita intensidade. A dificuldade principal estava no rigor da investigação. Eu não desejava apresentar uma tese de favor como há actualmente tantas, que têm sido obtidas para estrangeiro ver. Pretendia fazer carreira, aliás estava até talvez disposto a tornar-me cidadão francês e fazer uma carreira como francês. Como tal...

MCM — *Optar mesmo pela nacionalidade francesa?*

VMG — Tal estaria talvez no meu horizonte — nunca esclareci a sério a opção comigo próprio. O que é evidente é que Lucien Febvre e Fernand Braudel me disseram, desde logo, que eu tinha de falar e escrever como um francês, embora já dominasse bastante razoavelmente a língua francesa, também por razões de origem familiar. Mas a verdade é que fiz um doutoramento

[1] Reproduz-se aqui, em cinco pontos, o essencial da resposta de VMG a um comentário que a entrevista suscitara a propósito de tais considerações e que foram ambos publicados na edição do *JL* de 12 de Julho de 1988.

— como fez o professor Luís de Matos, na mesma altura —, um doutoramento de rigor, em que não havia o favoritismo que há para os estrangeiros que regressam aos seus países com um canudo.

MCM — *O seu tema foi objecto, seguramente, de profunda reflexão. Tinha-o escolhido há muito?*

VMG — Já quando passara pela Faculdade de Letras em Lisboa, e tinha a obrigação de me doutorar, havia escolhido como primeiro tema de tese Oliveira Martins. Trabalhara então profundamente na obra do escritor e tenho, ainda hoje, sobre essa matéria, um conjunto bastante considerável de *dossiers*. Eles já foram, aliás, várias vezes utilizados por mim em conferências ou, então em referências, mas ainda não no trabalho que queria e deveria, julgo, escrever sobre Oliveira Martins. Esse tema não foi, porém, aceite porque «demasiado actual». Desse modo voltei-me para os Descobrimentos.

MCM — *O que é que o levou a essa mudança de alteração de propósitos?*

VMG — Quando cheguei a França, os meus contactos com Lucien Febvre, com Bataillon, com Braudel e tantos outros, como Coornaert, fizeram-me ampliar, de facto, o horizonte em que havia visto, até aí, a problemática dos Descobrimentos. Tal verificou-se, sobretudo, a partir da tese de Braudel, apesar de já estar de algum modo patente em trabalhos meus anteriores, como aqueles que fizera sobre as sociedades de Marrocos e do Noroeste de África.

MCM — *Era um despertar gradual para novos campos da Expansão e não apenas dos descobrimentos marítimos.*

VMG — Abria outras perspectivas em que, até aí, não havia ainda sequer pensado. Fui levado a considerar, também, o conjunto desse império oceânico, através dos seus eixos fundamentais. O Brasil estava mais estudado. Optei, assim, menos pelo Brasil e preocupei-me mais com as rotas de África, da Guiné, designadamente com a rota do ouro, a rota do Cabo e a presença dos portugueses no Oriente.

MCM — *Era, no fundo, o prolongar ou ampliar nessa tese de uma obra já anteriormente esboçada em várias publicações suas.*

VMG — Procurava retomar, aí, uma linha que vinha de

1947, do primeiro volume da *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, editado pela Terra Editora. Essa obra focava, designadamente, as sociedades de Marrocos e aí afirmava, na introdução, que não podíamos estudar a expansão europeia sem nos colocarmos no ponto de vista dos outros, das sociedades, das economias e das civilizações com que tínhamos entrado em contacto. Importava verificar como é que eles também nos viam, como é que essas civilizações eram, independentemente da nossa acção de expansão.

MCM — *Tratava-se de um percurso aliciante, sem dúvida, denunciador da capacidade de olhar o outro.*

VMG — Tentei nessas investigações sobre os guanchos das Canárias, sobre as caravanas do ouro do Sáara, no estudo das sociedades da região da Guiné, desenvolver esse mesmo padrão de aproximação. Foi uma directriz extremamente importante em todo o meu trabalho. Procurei ver, por exemplo, o que eram os sistemas monetários existentes na Índia, estudando-os quer através dos documentos escritos, quer das colecções de numismática, nomeadamente das existentes no Museu Britânico. Importava, para mim, ver mais profundamente o que era esse mundo, independentemente da expansão portuguesa, embora, também, depois na sua própria dialéctica com a expansão.

MCM — *Foi todo esse processo epistemológico de pesquisa que veio a consolidar-se na sua tese de «doctorat d'État», intitulada «L'Economie de l'Empire Portugais au XV^e^ et XVI^e^ siècles — L'or et le poivre. Route de Guinée et route du Cap», que está na origem da obra, em dois volumes, publicada primeiro pela Arcádia e, a partir de 1981, pela Editorial Presença, sobre* Os Descobrimentos e a Economia Mundial.

VMG — Sobre a edição portuguesa dessa minha obra, importaria referir que a sua terceira parte já estava anteriormente prevista. Simplesmente foi considerado que, na altura, iria alongar desmedidamente a tese, bem como adiar o próprio doutoramento. Ficou, portanto, para mais tarde, tal como havia também outros aspectos que, evidentemente, ainda ficaram por estudar — não faltam problemas para ocupar autênticos investigadores, em vez de andarem a copiar o que já se fez ou a inventar laboriosamente «originalidades».

MCM — *Quem é que figurou como orientador dessa tese ou como patrono?*

VMG — Foram, essencialmente, Lucien Febvre e Braudel que me orientaram, que me ajudaram, com quem ia discutindo o avanço das minhas pesquisas nesta matéria. Isso embora o meu director de tese fosse, oficialmente, Ernest Labrousse. Contei, ainda, com a colaboração amiga de Michel Mollat, que se interessava pela expansão francesa do século XVI. Houve ainda a colaboração amiga de outros autores, embora de não tão decisiva importância.

MCM — *Essa tese representou para si o culminar de uma carreira científica.*

VMG — Nessa altura o «doctorat d'État» era a consagração de uma carreira e a entrada imediata no posto mais elevado do Ensino Superior, ao contrário do que hoje acontece. Era exigida uma tese principal e uma tese complementar em que um candidato mostrasse como era capaz de trabalhar as fontes, conhecer os arquivos, as obras culturais a partir da origem, fazer, enfim, uma análise erudita.

MCM — *Mas mesmo enquanto trabalhava em França — e vemos com que afinco — não desistia de intervir em Portugal, de contribuir para a nossa actualização cultural. Editou na Cosmos o* Panorama da Geografia, *participou activamente na* Revista de Economia.

VMG — Bom, a *Revista de Economia* foi uma realização de um grupo de jovens assistentes, uns, outros apenas discípulos de Bento de Jesus Caraça e de alguns outros professores portugueses, que pensaram que era indispensável realizar a publicação de estudos sobre a realidade nacional e de críticas tanto quanto a censura e o regime de repressão vigente o permitia, críticas à política oficial seguida pelo salazarismo. Assim, desde o fim da guerra, desde 1948, se formou um grupo de que recordo pessoas como Augusto Sá da Costa (que o 25 de Abril não soube aproveitar, talvez precisamente por causa da sua inteireza e competência), Costa Leal, Costa Miranda, Ramos Pereira e tantos outros; e, regularmente, graças ao apoio de uma editora, puderam publicar até 1964, portanto durante dezasseis anos, essa *Revista de Economia.* Ela teve muita importância para a formação e esclarecimento dos economistas portugueses, da opi-

nião pública em geral, embora a sua difusão não fosse suficientemente larga, pelo menos tão larga quanto o desejávamos; e ainda porque permitiu um certo número de iniciativas ligadas à revista e a este grupo de economistas, as quais também tiveram uma profunda repercussão nos estudos de História Económica e Social e de Sociologia Económica.

Na verdade, tinha-se fundado em França a Associação Marc Bloch para o estudo das civilizações, de que fui um dos sócios fundadores...

MCM — *Em que ano, Sr. Professor, recorda-se?*

VMG — Foi precisamente em 1948, com Lucien Febvre, com Braudel, Friedma, Maurice Lombard e tantos mais. Essa associação pretendia ter delegações em diferentes países e, como sócio fundador, pediram-me para tentar crear um núcleo de estudos em Portugal, segundo a perspectiva inovadora dos *Annales.*

MCM — *Quando é que surgiu o primeiro número dessa revista de economia?*

VMG — O primeiro número saiu em Março de 1948. Depois reuniu-se um grupo de gente nova de que faziam parte Jorge de Macedo, Rui Grácio, Barradas de Carvalho e vários outros que tinham sido meus estudantes na Faculdade de Letras de Lisboa, e tentámos crear um grupo português da Associação Marc Bloch. Fomos nisso apoiados pelo Instituto Francês em Portugal...

MCM — *Que na altura era dirigido por...?*

VMG — Por Pierre Hourcade. Chegaram a realizar-se conferências nesse Instituto. Mas as autoridades não só não permitiram a legalização do núcleo português da Associação Marc Bloch como, inclusive, exerceram pressão sobre o Instituto Francês, na embaixada de França, para que essas conferências e essa colaboração cessassem. Foi sem dúvida um prejuízo para Portugal, porque teríamos sido dos primeiros a estar ligados a esse grande movimento de renovação internacional. Mas havia um outro aspecto nessa colaboração com a *Revista de Economia,* que era trazer os investigadores estrangeiros a colaborar com os portugueses, e assim foi possível publicar na *Revista de Economia* artigos de historiadores tão importantes como Jean Meuvret, que foi um dos grandes mestres da Nova História Eco-

nómica e Social, como Albert Silbert e Frédéric Mauro. Colaboraram nos anos cinquenta e sessenta. Dois dos mais importantes artigos de Meuvret saíram aqui, na *Revista de Economia*, e eu próprio nela publiquei muitos dos meus trabalhos fundamentais, especialmente sobre a evolução da conjuntura económica e das estruturas vistas na longa duração.

Portanto, devemos acentuar o papel que essa revista, de 1948 a 1964, desempenhou no meio cultural português e também no meio político, visto que muitos dos artigos diziam respeito à política financeira, à política económica, social e de governo, etc., etc., e havia uma colaboração de pessoas como o Professor Henrique de Barros ou o Professor Castro Caldas. Lembremos que lá também publicou Oliveira Marques dois dos seus artigos, em 1962, e assim teremos uma ideia da importância que essa revista teve: sem dúvida a mais importante nesse sector.

MCM — *Em 1954, o Sr. Professor publicou em São Paulo, no Brasil, um importante trabalho intitulado* O Mediterrâneo Saariano e as Caravanas do Ouro. *Que outros resultados obteve dessa presença no Brasil?*

VMG — Esse trabalho sobre as caravanas do ouro e o Mediterrâneo saariano prendia-se já a um projecto de uma grande tese de doutoramento sobre os Descobrimentos portugueses. Integrava-se num amplo estudo das Sociedades e Economias do Noroeste Africano, do século XII ao XVI, de quem em 1947 saíra a parte consagrada a Marrocos, e depois também a das Canárias. Tratava-se já de superar o europocentrismo na visão da expansão, e de nos colocarmos no ponto de vista dos «outros» e dar essas realidades outras em si próprias, não em função de «nós». Inicialmente ficara seduzido pelo tema Oliveira Martins e a evolução do pensamento português, mas nessa altura era muito difícil aceitar-se que o estudo do século XIX fosse já do domínio dos historiadores. Considerava-se que a história parava antes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, por conveniências, evidentemente, do regime. Por isso mudei de rumo, com pena sem dúvida, e ainda conservo o *dossier* que utilizei em múltiplas conferências em França, no Brasil e em Portugal e até na organização de ciclos de conferências aquando do centenário de Oliveira Martins, quer em Lisboa, quer no Porto; esses

ciclos que se realizaram, mais do que de homenagem, eram de estudo da obra de Oliveira Martins e de reflexão sobre os problemas nacionais; colaboraram, por exemplo, Óscar Lopes, António José Saraiva, Henrique de Barros, Câmara Reis.

Mas voltei-me pois para os Descobrimentos, onde já tinha trabalhado, sobre que já tinha publicado os volumes de documentos relativos à Expansão portuguesa e o estudo sobre a Expansão renascentista portuguesa, que fora recusado pelo Instituto para a Alta Cultura e que publiquei numa editora particular. Felizmente que nessa altura os editores particulares tinham um forte sentido de acção cívica e consciência profissional, não eram simples merceeiros da cultura, como actualmente por vezes acontece. O caso da publicação em São Paulo prende-se ao facto de eu ter ido integrado na missão universitária francesa, e durante alguns meses, leccionar naquela universidade brasileira. Essas missões universitárias tinham começado anos antes da guerra, com a presença de Braudel, de Roger Bastide e de Pierre Monbeig.

MCM — *Lévy-Strauss também...*

VMG — Lévy-Strauss posteriormente. Não fez parte dessas missões iniciais. Especialmente estes três: Fernand Braudel, Roger Bastide e Pierre Monbeig, um grande geógrafo; tinham tentado formar uma grande escola de investigação em ciências humanas, brasileira, mas com as características e o cunho francês da interligação entre a Geografia e a História e também a abertura a todas as ciências sociais.

Fui escolhido em Paris para integrar a missão que iria nesse ano de 1954 a São Paulo. Já entretanto se tinham substituído as missões permanentes por missões anuais. Acompanhei o grande Maurice Lombard, que morreu prematuramente mas deixou uma obra notável sobre o Islame e toda a Idade Média, especialmente até ao século XII-XIII; e também na companhia de Pierre Monbeig. A nossa missão era essencialmente de após-graduação, de formação de quadros docentes, embora também realizássemos cursos para os estudantes universitários, e isso permitiu actuar nessa universidade, que Simões de Paula dirigia com a sua bonomia, e onde haviam homens à altura do espírito do pensador Cruz Costa, entre outros; uma excelente secção de

Geografia, que muito me ajudou a conhecer directamente o Brasil.

Foi também nesse ano que se organizou a grande exposição sobre os Descobrimentos e a Expansão, em 1954, em São Paulo; organização dirigida e orientada pelo grande mestre Jaime Cortesão, que tive ensejo de conhecer então pessoalmente e com quem convivi durante esses meses de estada em São Paulo. Essa exposição, que teve a colaboração de excelentes arquitectos e decoradores portugueses e de muitos intelectuais portugueses, também deveria representar um paradigma para as iniciativas que posteriormente vieram a empreender-se, como foi a tristemente XVII Exposição; e agora algumas das acções ligadas às comemorações dos Descobrimentos. Exerceu um impacto extraordinário nos meios culturais brasileiros, onde, de facto, Jaime Cortesão, exilado desta pátria donde fora praticamente expulso, marcava a sua presença, o seu estilo, de uma maneira inconfundível, como antes, desde os anos vinte aos anos trinta, tinha marcado a sua presença inconfundível Duarte Leite; e devo sublinhar que as principais influências portuguesas na cultura brasileira do nosso século estão ligadas a estes dois nomes (sem esquecer João de Barros). Como nota curiosa devo dizer-lhe que se realizaram então vários congressos em que tive a possibilidade de participar e que se realizaram também os Colóquios de Estudos Luso-Brasileiros; a minha presença não era desejada pela delegação oficial portuguesa que o governo de Salazar mandara, sob vigilância. Porém, os brasileiros impuseram a minha presença e pude assim participar e até ser eu a receber oficialmente essa delegação portuguesa.

MCM — *Que outros resultados obteve dessa presença no Brasil?*

VMG — Foi um momento importante para mim a descoberta do Brasil, onde realizei algumas conferências, uma delas, presisamente, sobre Oliveira Martins, e onde publiquei, na *Revista de História*, de São Paulo, vários trabalhos, entre os quais esse sobre *O Mediterrâneo Saariano e as Caravanas do Ouro*, bem como análises da historiografia portuguesa.

MCM — *A dada altura, por razões várias, sentiu que deveria regressar a Portugal. Essa pretensa nacionalização francesa não se concretizaria, portanto...*

VMG — O problema foi mais complicado. Sabemos até que ponto o acaso entra nas nossas decisões. São, por vezes, até pequenos factores de momento. Acontece que, depois do doutoramento, eu ia ser nomeado professor de uma universidade francesa. Para o Governo de Salazar tal representava, nessa altura, internacionalmente, um desprestígio. O número de emigrantes portugueses era, então, ainda relativamente pequeno. Essa minha nomeação universitária traria ao Governo Português algo de extremamente embaraçoso. Um emissário de Lisboa foi a Paris para me convidar a regressar a Portugal.

MCM — *Havia condições para o seu regresso?*

VMG — Esse intermediário garantiu-me que conhecia muito bem a minha posição política e que nada se exigia de mim. Devo dizer já agora, aliás, e também para que a história fique completa, que, quando em 1947 fora para Paris, houve quem tentasse que a atribuição da bolsa e a minha situação no CNRS não fosse mantida. Esta actuação foi-me contada pelo próprio Fernand Braudel, que a verberou acerbamente.

MCM — *Havia uma teia de influências, designadamente políticas, a mover-se contra si à distância, em Portugal?*

VMG — Argumentava-se — se de argumento se pode falar — que eu pertencia a uma família rica, que não necessitava de bolsas e de ajudas. Não havia, portanto, qualquer razão para eu ter uma bolsa do CNRS. É evidente que Braudel correu com esse professor e passados anos, portanto, tive este convite para regressar com as garantias dadas por Salazar. Devo dizer que nunca fui ingénuo e que imediatamente percebi que Salazar era um homem para quem o cumprimento da palavra dada não tinha qualquer importância. Além disso, esta pessoa que servia de intermediário poderia, enfim, ter algumas boas intenções: em breve, verifiquei que não merecia o benefício da dúvida.

MCM — *Vinha, portanto, sem grandes expectativas...*

VMG — Nessa altura eu não tinha, de facto, ilusões.

MCM — *Qual, então, a principal razão porque regressou?*

VMG — Sobretudo razões familiares. Meus pais estavam bastante idosos, tinham problemas e precisavam um pouco da minha presença. Eu entendia, por outro lado, que era necessário vir demonstrar, uma vez mais, que o regime era incompatível com a existência do professor universitário independente.

Não vim na ideia, evidentemente, de provocar qualquer ruptura, nem a provoquei por mim. E comecei, assim, a exercer no então Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina um magistério que teve alguma importância.

MCM — *Aí, mesmo apesar de a sua carreira não ser de longa duração, também veio a ter alguns conhecidos discípulos, a fazer escola.*

VMG — Daí resultou, por exemplo, a carreira do professor Mesquitela Lima, cuja tese de doutoramento, sobre os Kyakas de Angola, eu viria mais tarde a acompanhar numa universidade francesa.

MCM — *Nessa altura, mais precisamente em 1961, começou a contestação à «soberania portuguesa no Ultramar», por intermédio da guerra em Angola.*

VMG — Contrariamente ao que sucedia com o Governo Português, que não estava a par do que se passava em África (ou não tinha lucidez para lhe ligar a devida importância), quem quer que estivesse no estrangeiro sabia que a guerra colonial ia rebentar, que Portugal se ia encontrar numa situação difícil. E eu pensei que num momento em que Portugal se encontraria numa situação difícil, me competia estar aqui para tentar ajudar a resolver os problemas, segundo o consenso, a lógica, o Direito, os direitos humanos.

MCM — *Quando principiou a dar os seus cursos no ISCSP?*

VMG — Principiei os cursos em 1960 e estive nessa escola até 1962. Leccionava uma matéria que me foi desde sempre muito cara, Teoria e Metodologia das Ciências Sociais e Economia e Sociologia Históricas.

MCM — *O Professor Jorge Dias ainda aí era professor nessa altura?*

VMG — Jorge Dias entrara para o ISCSP pouco antes, assim como Luís de Matos; talvez tivesse contribuído para essas escolhas tão acertadas. Assim poder-se-ia ter feito nessa altura uma grande escola. Essa era, aliás, a minha ideia.

MCM — *As cousas, porém, não se passaram assim.*

VMG — Quem dirigia não tinha visão. Era um espírito tacanho e salazarista, embora dissesse que não, e impediu esse desenvolvimento. Acabaram por surgir, evidentemente, os conflitos quando começaram os telegramas de apoio a Salazar, por

afirmações e discursos que ele fazia e que eram subscritos por todos os professores sem lhes ser perguntado nada, sem lhes ser pedida opinião nem autorização.

MCM — *Isso levou-o a entrar numa linha de discordância, a colocar-se do lado oposto.*

VMG — Perante essa situação decidi que ficasse o meu protesto em conselho académico daquela escola e perante o ministro. Era o meu desacordo expresso em relação à política de Salazar. Houve nessa altura, ainda, a ideia de que eu poderia servir um pouco para um grupo de transição, de modificação e de uma certa abertura. É claro que se tratava de um engano total, porque se sabia perfeitamente que eu estava em oposição frontal e que essa política, para mim, não podia de maneira nenhuma continuar. Assim, quando houve as crises académicas...

MCM — *... a crise académica de 1962...*

VMG — Nesse ano houve uma reunião de professores na Cidade Universitária em que estes resolveram subscrever um documento de protesto contra o regime, que eu subscrevi também. Mas, no dia seguinte, esse documento de protesto foi retirado e face a essa atitude resolvi actuar sozinho, com toda a moderação possível. Numa carta particular ao director do ISCSP, chamei-lhe a atenção para a ocorrência e para a necessidade de verberar o governo pela política seguida.

MCM — *A sua medida isolada e de boa fé trouxe-lhe problemas.*

VMG — Essa carta particular foi, então, utilizada em transmissão oficial. Procedeu-se à instauração de um processo disciplinar. Tive algumas testemunhas que me apraz referir, como foi o caso dos professores Luís de Matos, Barahona Fernandes, Jesus Nunes dos Santos e Silva Cunha. Quaisquer que sejam as minhas divergências políticas e ideológicas em relação a este último, devo-lhe este testemunho: tantos outros se escusaram...

MCM — *Esse processo disciplinar ascendeu, pois, às instâncias jurídicas superiores.*

VMG — Foi levado ao Supremo Tribunal Administrativo. Nomeei meu advogado o meu irmão, José Magalhães Godinho. O processo, numa primeira fase, foi ganho por mim e essa vitória criou pânico. Era, de facto, uma bofetada no regime. Então apresentei-me imediatamente no Instituto para retomar o servi-

Não vim na ideia, evidentemente, de provocar qualquer ruptura, nem à provoquei por mim. E comecei, assim, a exercer no então Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina um magistério que teve alguma importância.

MCM — *Aí, mesmo apesar de a sua carreira não ser de longa duração, também veio a ter alguns conhecidos discípulos, a fazer escola.*

VMG — Daí resultou, por exemplo, a carreira do professor Mesquitela Lima, cuja tese de doutoramento, sobre os Kyakas de Angola, eu viria mais tarde a acompanhar numa universidade francesa.

MCM — *Nessa altura, mais precisamente em 1961, começou a contestação à «soberania portuguesa no Ultramar», por intermédio da guerra em Angola.*

VMG — Contrariamente ao que sucedia com o Governo Português, que não estava a par do que se passava em África (ou não tinha lucidez para lhe ligar a devida importância), quem quer que estivesse no estrangeiro sabia que a guerra colonial ia rebentar, que Portugal se ia encontrar numa situação difícil. E eu pensei que num momento em que Portugal se encontraria numa situação difícil, me competia estar aqui para tentar ajudar a resolver os problemas, segundo o consenso, a lógica, o Direito, os direitos humanos.

MCM — *Quando principiou a dar os seus cursos no ISCSP?*

VMG — Principiei os cursos em 1960 e estive nessa escola até 1962. Leccionava uma matéria que me foi desde sempre muito cara, Teoria e Metodologia das Ciências Sociais e Economia e Sociologia Históricas.

MCM — *O Professor Jorge Dias ainda aí era professor nessa altura?*

VMG — Jorge Dias entrara para o ISCSP pouco antes, assim como Luís de Matos; talvez tivesse contribuído para essas escolhas tão acertadas. Assim poder-se-ia ter feito nessa altura uma grande escola. Essa era, aliás, a minha ideia.

MCM — *As cousas, porém, não se passaram assim.*

VMG — Quem dirigia não tinha visão. Era um espírito tacanho e salazarista, embora dissesse que não, e impediu esse desenvolvimento. Acabaram por surgir, evidentemente, os conflitos quando começaram os telegramas de apoio a Salazar, por

afirmações e discursos que ele fazia e que eram subscritos por todos os professores sem lhes ser perguntado nada, sem lhes ser pedida opinião nem autorização.

MCM — *Isso levou-o a entrar numa linha de discordância, a colocar-se do lado oposto.*

VMG — Perante essa situação decidi que ficasse o meu protesto em conselho académico daquela escola e perante o ministro. Era o meu desacordo expresso em relação à política de Salazar. Houve nessa altura, ainda, a ideia de que eu poderia servir um pouco para um grupo de transição, de modificação e de uma certa abertura. É claro que se tratava de um engano total, porque se sabia perfeitamente que eu estava em oposição frontal e que essa política, para mim, não podia de maneira nenhuma continuar. Assim, quando houve as crises académicas...

MCM — *... a crise académica de 1962...*

VMG — Nesse ano houve uma reunião de professores na Cidade Universitária em que estes resolveram subscrever um documento de protesto contra o regime, que eu subscrevi também. Mas, no dia seguinte, esse documento de protesto foi retirado e face a essa atitude resolvi actuar sozinho, com toda a moderação possível. Numa carta particular ao director do ISCSP, chamei-lhe a atenção para a ocorrência e para a necessidade de verberar o governo pela política seguida.

MCM — *A sua medida isolada e de boa fé trouxe-lhe problemas.*

VMG — Essa carta particular foi, então, utilizada em transmissão oficial. Procedeu-se à instauração de um processo disciplinar. Tive algumas testemunhas que me apraz referir, como foi o caso dos professores Luís de Matos, Barahona Fernandes, Jesus Nunes dos Santos e Silva Cunha. Quaisquer que sejam as minhas divergências políticas e ideológicas em relação a este último, devo-lhe este testemunho: tantos outros se escusaram...

MCM — *Esse processo disciplinar ascendeu, pois, às instâncias jurídicas superiores.*

VMG — Foi levado ao Supremo Tribunal Administrativo. Nomeei meu advogado o meu irmão, José Magalhães Godinho. O processo, numa primeira fase, foi ganho por mim e essa vitória criou pânico. Era, de facto, uma bofetada no regime. Então apresentei-me imediatamente no Instituto para retomar o servi-

ço. Isso causou a algumas pessoas ainda maior pânico porque elas nunca pensaram — não sei porquê — que eu voltasse (mesmo ganhando a causa) a apresentar-me naquela escola. As pessoas em geral são, realmente, pouco consequentes consigo próprias. Se eu tinha ganho a causa cabia-me apresentar-me imediatamente.

MCM — *Mas o problema estava longe de se encontrar sanado.*

VMG — Imediatamente, foi-me instaurado um outro processo. Adiou-se, então, a publicação daquela anterior sentença no *Diário do Governo* até à data em que fui de novo demitido para, na folha oficial desse mesmo dia, ser publicada — em cumprimento do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo — a minha reintegração, logo seguida dessa nova demissão.

MCM — *Demissão não justificada, é claro.*

VMG — Não justificada. Houve novo recurso e, evidentemente, o poder político fez sentir nessa altura todo o seu peso para que a sentença me fosse desfavorável. Tive então o prazer, o extraordinário prazer, de ser condenado pelo Supremo Tribunal Administrativo por unanimidade dos seus juízes. E considero ser essa uma das grandes honras da minha vida.

MCM — *Mais uma vez afastado do ensino, talvez tenha então encontrado na actividade editorial uma certa possibilidade de dar escoamento à sua produção como investigador.*

VMG — Antes de mais nada, encontrava aí algum dinheiro de que necessitava para comprar o pão quotidiano. Já tinha uma família há longo tempo, desde os tempos de professor extraordinário da Faculdade de Letras. Portanto, a primeira cousa era resolver o problema financeiro. A segunda era uma certa missão, que se foi realizando apesar de tudo. No conjunto das obras cuja publicação diligenciei nesses anos contam-se, inclusive, a organização (já um pouco anterior à demissão no ISCSP) da obra de Duarte Leite sobre os Descobrimentos Portugueses, depois a monumental obra de Jaime Cortesão.

MCM — *De grande significado no que respeita à introdução nos ideais da «Nova História» em Portugal, são as colecções «Rumos do Mundo» e «A Marcha da Humanidade», editadas pela Cosmos sob a sua direcção.*

VMG — Todas essas colecções, a «Coordenadas» também,

foram elementos não dispiciendos na minha intervenção cultural dessa época portuguesa. É claro que tentei prosseguir sempre na investigação, em trabalho de creação. Naturalmente, eu tinha o direito de ser nomeado para uma universidade francesa. Assim, fui convidado em 1970 para ocupar o lugar de professor na universidade francesa de Clermont-Ferrand, por decreto assinado pelo presidente da República, Georges Pompidou.

MCM — *Acabava por ter de exercer no estrangeiro o magistério que era, na época, impossível de exercer aqui.*

VMG — É verdade. Quase que exerci mais o ensino no estrangeiro do que cá. Enfim, depois do 25 de Abril exerci o magistério em Portugal. Embora em condições não favoráveis, exerci-o mais longamente.

MCM — *Mas quando partiu para Clermont-Ferrand levava consigo um certo espírito de desilusão em relação a Portugal, não é verdade?*

VMG — Não, eu nunca me tinha deixado iludir. Sabia que era uma experiência que podia ser dolorosa. Podia-me trazer consequências desagradáveis, mas era necessário demonstrar que se tratava, de facto, de um regime totalitário e não apenas de um regime autoritário. Tinha a plena noção de que, como regime totalitário, impedia a liberdade de consciência, de opinião, a existência de professores livres e independentes, isentos do poder. Julgo que a minha atitude era uma demonstração importante para a própria luta antifascista no nosso país.

MCM — *Mas ausentando-se o Professor para Clermont-Ferrand, não passava, assim, a ser um dos opositores afastados, não estaria, portanto, lá mais neutralizado na sua acção?*

VMG — Simplesmente também tinha que decidir entre o prosseguir, aqui, numa oposição que não se manifestava organizada de uma maneira eficiente e capaz de transformar o País, e a minha própria carreira científica e intelectual, que, afinal, servia as minhas duas pátrias — a França e Portugal. Pensava então ser também capaz de resistir ao desafio de conseguir manter essa carreira científica e intelectual em meios mais difíceis como a França (não nos meios demasiado fáceis da nossa terra), onde a concorrência é grande, onde temos de estar na ponta da investigação. Se não agimos assim somos, evidente-

mente, calcados pela marcha inexorável das cousas. Esse era também um acto político em relação ao nosso país.

MCM — *Isso explica, portanto, a sua opção por leccionar nessa universidade francesa?*

VMG — Parti para Clermont-Ferrand em 1970 e regressei a Portugal depois da revolução do 25 de Abril, em fins de Junho ou começos de Julho de 1974. Fiz lá amizades. Entre elas conta-se Michel Morineau, que ainda agora nos visitou e que é especialista na História das relações entre o império holandês e português, em particular na América do Sul, no Brasil. Mas lembro o director Fuhrmann, o geógrafo André Fel, os historiadores Gabriel Fournier, Albert Silbert, Rossiaud, e ainda Jean Ehrard, tantos mais.

MCM — *Como é que viu e perspectivou, em França, de alguma forma distanciado, a eclosão do 25 de Abril?*

VMG — Estivera em Portugal depois da revolta de Março, nas Caldas, a passar as férias da Páscoa. Esse foi um princípio que sempre adoptei, o vir com regularidade ao meu país, quaisquer que fossem os riscos. Sentia que o regime português teria de mudar, como de facto veio a suceder. No entanto, não estava a par do que se passava.

MCM — *Antevia uma revolução desse tipo?*

VMG — A via que eu preconizava era um pouco diferente. Sempre pensei que era necessário, antes de mais, organizar as forças políticas e cívicas. Só depois é que os golpes militares e outras tentativas viriam a realizar, nesse aspecto, os objectivos pretendidos. Não foi assim o 25 de Abril. De certo modo foi, para mim, uma surpresa, que me deixou inquieto, que despertou em mim, sobretudo, um grande sentido de responsabilidade que todos os portugueses deveriam ter. De Clermont-Ferrand mesmo, escrevi uma série de artigos sobre a situação portuguesa para o jornal *República*. De resto, os amigos franceses perguntavam-me porque não havia em mim essa alegria em virtude dos acontecimentos registados em Portugal. E eu respondia que a tarefa era talvez demasiado pesada para nós, que ainda não estávamos preparados para ela.

MCM — *Por isso não optou logo imediatamente pelo regresso a Portugal, após a revolta?*

VMG — Não achava que devesse regressar logo, embora

fosse pressionado por telegramas, telefonemas, cartas de todos os lados, embora tivesse convites muito amáveis da Faculdade de Letras do Porto, de Coimbra, de Lisboa, da minha antiga escola, onde os alunos reunidos votavam pelo meu regresso. Pensava que estava a realizar uma carreira importante e que não podia malbaratar de um dia para o outro, por perspectivas incertas, o que já tinha conquistado.

MCM — *Tratou-se, em si, como que num não acreditar imediato nas transformações de um país que o tinha já prejudicado em termos de carreira?*

VMG — Não sabia bem o que significava esse golpe militar, quais eram as possibilidades portuguesas de transformar as condições estruturais deste país. Eu não estava nessa altura em ligação com as forças políticas organizadas, embora tivesse contactos com os meios de emigração. Mas não estava suficientemente a par da nossa situação para considerar que a minha presença fosse indispensavelmente útil em Portugal. Tinha, além disso, compromissos com a França, que foi o país que sempre me proporcionou condições de trabalho. Portanto, só vim a Portugal em fins de Junho, quando lá acabaram as aulas. Vinha de férias e trazia apenas a bagagem necessária.

MCM — *Então em Portugal, em contacto com a realidade após-revolucionária, é que decidiu ficar?*

VMG — Não, não decidi ficar. No final disto tudo, numerosas decisões da minha vida resultaram das circunstâncias ocorridas, foram muitas vezes (como já disse) fruto de acasos. Acontece que vim cair cá em plena crise ministerial, logo após a queda do primeiro governo de Palma Carlos. Procedia-se, então, à formação de um novo Governo e, por aquilo que eu tinha escrito de Clermont-Ferrand, apercebi-me, um tanto inesperadamente, que conquistara algum eco em alguns meios militares e em certos meios civis.

MCM — *E quanto ao seu alinhamento político?*

VMG — Eu era um elemento considerado de algum interesse, na medida em que, sendo democrata e socialista, não estava ligado a nenhum partido. Mas tinha boas relações com o Partido Comunista Português, com o Partido Socialista, como com os outros partidos. Essa a razão por que me convidaram para assumir a responsabilidade governamental — que então era, a

meu ver, a mais difícil de todas — do Ministério da Educação. Tratava-se de um desafio para mim e resolvi aceitar.

MCM — *A conjuntura política na época não deveria tornar as acções no âmbito da Educação deveras fáceis...*

VMG — Sucedia no cargo a Eduardo Correia, professor de Coimbra, demasiado bondoso. Aliás, as condições gerais do País não lhe permitiam também uma actuação decidida.

MCM — *Como perspectiva, sociologicamente, esse 25 de Abril que veio encontrar em Julho de 1974?*

VMG — O 25 de Abril, em minha opinião, não foi uma revolução mas o culminar de um processo de desagregação, que vinha dos últimos anos de Salazar. E como processo de desagregação creava, então, uma situação caótica, uma manifestação de utopias perfeitamente desconchavadas e de acções que, apresentando-se como utópicas, acabavam por ser sabotagens à construção de um novo regime.

MCM — *Uma nova política educacional — como a que pretendeu empreender — poderia, a seu ver, contribuir para uma certa supressão do estado de crise?*

VMG — Os estudantes não compreenderam qual era a acção que deviam ter. A maioria dos professores, por seu lado, teve medo, porque estavam ligados ao anterior regime. E, para se salvarem, tornaram-se extremamente esquerdistas e empurraram os estudantes para posições sem senso e que impediram a grande e verdadeira transformação do ensino em Portugal. O Governo, mais em particular o Ministério da Educação, tinha, por outro lado, um poder limitado. No que dizia respeito ao processo de descolonização, as medidas fundamentais não passavam pelo Governo.

Essa era, a meu ver, uma das limitações que, como político, eu não podia aceitar.

MCM — *Nesse seu período de governação entende, pois, que a articulação entre o Executivo e o MFA não se processava da forma mais desejável?*

VMG — O MFA pretendia, também, intervir na política ministerial. Ora isso levou, então, a conflitos graves entre membros do Governo e o MFA. Tal verificou-se especialmente quando o MFA tentou demitir o Ministro da Economia, Rui Vilar, ou quando as Forças Armadas não impediram o saque da

cantina da Cidade Universitária. Nem se impediam os vergonhosos e prejudiciais «saneamentos selvagens». Uma acção global lúcida e eficaz não era possível também porque, por outro lado, os elementos conservadores também não mostravam lucidez e clarividência. Não houve entre nós um Adolfo Suarez, como em Espanha, e o general Spínola não se mostrou à altura de desempenhar o papel que dele haveria a esperar.

MCM — *A formação política e cívica desses militares não deixava, em muitos dos casos, também bastante a desejar?*

VMG — Não posso deixar de referir que tinha, como tenho ainda hoje, uma grande estima pessoal pelo general Spínola. Ele, porém, não tinha suficiente preparação política e não soube, de facto, aproveitar as circunstâncias, nem compreendeu quais as forças políticas que, verdadeiramente, o podiam apoiar. Isolou-se na tentativa de gerir, pessoalmente, apenas com dois ou três ministros, a descolonização, passando ao lado de outros sectores importantes do Governo.

MCM — *Essa política de exclusão, em termos de medidas decisórias importantes, está na base da sua crítica?*

VMG — Uma política dessa natureza estava condenada ao fracasso. As Forças Armadas, por outro lado, eram comandadas por pessoas que sentiam a má consciência de ter colaborado com o antigo regime. Daí, portanto, que quisessem manifestar-se nesse esquerdismo que é a falta de autoridade. E sem autoridade não se faz uma revolução, fazem-se motins, desordens, estabelece-se o caos.

MCM — *Falava, há pouco, do general Spínola. Foi dele que partiu o convite para tomar conta da pasta da Educação em Julho de 1974?*

VMG — Fui convidado pelo general Spínola e por um grupo de militares, como o coronel Almeida Bruno e outros, e por pressão, também, de António Brotas, Maria de Lourdes Belchior, Orlando de Carvalho e Prostes da Fonseca. E hoje, à distância destes anos todos, reconheço que com uma equipe mais heterogénea do que eu julgava conseguimos fazer um trabalho relevante, meritório mesmo.

MCM — *Como é que hoje faria, pois, o balanço da sua actividade como Ministro da Educação?*

VMG — Com risco de incorrer em vaidade, eu diria que tal-

vez tenha sido, até hoje, o único Ministro da Educação em Portugal. Havia um plano completo, com uma reorganização das universidades que era a possível, e da gestão das escolas secundárias, que também era o possível naquele tempo. Havia uma série de linhas de transformação, modestas, porque primeiro era preciso limpar todo o ensino das infiltrações fascistas, para depois passar a reformas mais de fundo. Essas reformas mais profundas nunca devem, no entanto, ser globais. Não há nada pior do que julgar que leis de base do ensino servem para alguma cousa, ou que se pode fazer, até, uma reforma global do ensino.

MCM — *Acha que são, portanto, propósitos demasiado globais, desligados de aspectos pontuais da ampla realidade do ensino e, daí, perdendo a capacidade de intervir profundamente na realidade social portuguesa?*

VMG — Medidas dessas, anunciadas da forma como são, só em Portugal. Tais propósitos denunciam a incompetência de pessoas que estão em cargos de governação, com elevadas responsabilidades e, sobretudo, das pessoas que estão à frente de comissões desse tipo. Eu e a minha equipe prendemo-nos, antes, com pequenas modificações. Houve a reorganização geral dos programas escolares feita sob a direcção de Mário Dionísio, que prestou uma extraordinária colaboração. Houve uma série de medidas que eram indispensáveis. Antes, por exemplo, muitas das despesas do Ministério da Educação faziam-se mesmo sem ter de se apresentarem documentos comprovativos.

MCM — *Isso permite pensar, designadamente, em aspectos que se prendem com desorganização, com opções desgarradas pouco transparentes.*

VMG — Veja, por exemplo, o que sucedia na Faculdade de Medicina de Lisboa, no Campo de Santana. Era o próprio ministro que passava os cheques de pagamento dos vencimentos aos professores. Não havia nenhum diploma legal que regularizasse essa Faculdade. Constatei que em várias escolas tinha-se gasto dinheiro apenas porque se tinha assinado um cartão de visita. As escolas gastavam desmesuradamente e entravam em falência.

MCM — *Teve, portanto, também que resolver problemas de saneamento financeiro...*

VMG — Havia nessa altura no Ministério um grande déficite, um desaparecimento de verbas enorme. Não se sabia onde paravam entre 700 e 800 mil contos, o que na altura, em 1974, era de facto muito. Pessoalmente, e também com a ajuda dos engenheiros Brotas e Prostes da Fonseca, consegui alterar radicalmente essa situação. Com intervenção directa e essas ajudas decisivas, conseguimos, em poucas semanas, reduzir esse conjunto de verbas cujo paradeiro era desconhecido para menos de 400 mil contos.

MCM — *São resultados de gestão verdadeiramente significativos.*

VMG — Mas não nos ficámos por aí. Anunciámos e pusemos em prática uma série de reformas. No meu programa saliento, por exemplo, entre outras, uma que os sucessivos governos — incluindo o actual — têm considerado prioritária e que nenhum tem realizado, o projecto Universidade Aberta. Isso só prova a incompetência dos dirigentes que se têm sucedido neste país e a sua incapacidade de decisão. Só agora abriu... mas renunciando a linhas essenciais que em oito anos se traçaram.

MCM — *Porquê Universidade Aberta?*

VMG — Vivíamos então num país que tinha um sistema de ensino com uma rede muito ténue que pouco alcançava a grande massa das populações. Tratava-se, aliás, de um sistema de má qualidade, com uma taxa de analfabetismo extremamente elevada. Não eram as campanhas demagógicas de alfabetização — que tinham apenas objectivos políticos, apesar de um ou outro objectivo generoso à mistura — que poderiam resolver tão grave problema.

MCM — *Nessa conjuntura era, pois, um projecto prioritário que se lhe impunha levar a cabo.*

VMG — Tratava-se, essencialmente, de uma Universidade de ensino a distância, dirigida à massa dos cidadãos portugueses. Era um projecto fundamental — como ainda hoje se impõe — para formar essa consciência da vida e da Pátria e para as nossas gentes se aperceberem dos reais problemas do nosso país. Implantaria, sobretudo, os fundamentos válidos de uma acção cívica e política; mas não houve tempo para o iniciar. Nesse mesmo sentido criámos uma cadeira — que não era uma nova cadeira de propaganda, nem de ideologia —, a Introdução

à Política... Tratava-se de uma cadeira que deveria ser obrigatória e que só de facto a estupidez da classe dirigente política levou a extinguir.

MCM — *Foi uma cadeira de pouca duração no ensino desse tempo.*

VMG — Essa cadeira permitia, precisamente, pôr os grandes problemas com que os portugueses se confrontavam, levá-los a tomar consciência, a tomar conhecimento de questões essenciais à sua vida.

MCM — *Nesse período, e designadamente em tal matéria, colaborou com Ramalho Eanes?*

VMG — Antes de Ramalho Eanes se candidatar à Presidência da República, quando ainda se encontrava ligado à Radiotelevisão Portuguesa, chamou-me para a organização de um conjunto de programas políticos, tendo em vista a formação da consciência cívica dos portugueses. A ideia era excelente. Só que, infelizmente, não se chegou a pôr em prática. Não obstante, contribuí para o seu primeiro mandato, cujos resultados não devem esquecer-se, mau grado acções que me deixaram perplexo. Depois, divergimos totalmente nos caminhos.

MCM — *Empenhou-se, também, na reforma dos programas de ensino.*

VMG — Reforma propositadamente limitada — mas o que se fez depois não têm passado de meros arranjos e, em muitos dos casos, desconchavados. Em relação à necessidade de creação de universidades, fez-se então também um balanço. Procurou-se determinar quais eram as necessidades do País, fez-se um primeiro inquérito às carências do mercado do trabalho, para determinar que cursos, processos de formação deveríamos escolher.

MCM — *E quanto à descentralização do Ensino?*

VMG — Criou-se, então, um Instituto Politécnico na Covilhã. Não criei uma universidade, e penso que fiz bem. Fizeram mal aqueles que o passaram a Universidade. Penso que temos universidades a mais e não temos gente para elas. Criei também a Escola de Estomatologia de Lisboa, considerada uma das mais urgentes necessidades de Medicina em Portugal, bem como a Escola das Ciências Biomédicas no Porto, com Corino de Andrade. Houve, ainda, uma série de outras instituições e ou-

tras formações; extinguiu-se a inútil e esmagadora Junta de Educação Nacional, dividiu-se o Instituto para a Alta Cultura num Instituto de Investigação Nacional e num Instituto para a língua e cultura portuguesa no estrangeiro.

MCM — *A sua política tornou-se extensiva à formação pedagógica.*

VMG — Procurei fortalecer as escolas do Magistério Primário, embora quem executava não seguisse as minhas orientações. Teria sido sempre uma via mais lógica, mais económica e mais eficiente que a sua supressão e substituição por pseudo-escolas superiores de educação. Para estas não há pessoal preparado. Elas não passam, afinal, de construções no papel, salvo uma ou outra excepção, não podem ter uma actuação real.

MCM — *Que preconizaria, em alternativa?*

VMG — Era preferível melhorar o sistema que havia e aproveitá-lo. Essa rede de escolas do Magistério podia, de facto, ser melhor aproveitada. Veja um exemplo. Quisemos, mais tarde, a pedido do Conselho da Europa, fazer uma série de cursos e de formações práticas para os funcionários superiores franceses que se ocupam dos emigrantes portugueses em França. Foi graças à rede de escolas do Magistério Primário que eles puderam conhecer melhor a realidade portuguesa e trabalhar através de todo o País.

MCM — *O seu balanço, objectivo e desassombrado, contempla no Ministério da Educação uma acção política intensa mas que, no fundo — por se ter verificado apenas no período compreendido entre meados de Julho e fins de Novembro de 1974 —, teve pouca duração. Houve razões específicas para ser desta maneira?*

VMG — Claro que houve. Importa no entanto não esquecer que, apesar desse tempo relativamente restrito que indica, algumas medidas de grande interesse e alcance foram tomadas. Conta-se, entre elas, o regresso de Portugal à Unesco. Eu entendia então, como continuo a entender, que a Cultura é demasiado importante para ser deixada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Negociara, com a colaboração de um bom grupo, a reentrada de Portugal na organização internacional, e pronunciei até discursos em duas assembleias gerais da Unesco. Anos depois, representaria também Portugal na Conferência

Mundial sobre o Ensino e Investigação dos Direitos Humanos, organizada em Viena pela Unesco, onde também tive intervenções de certo relevo.

MCM — *Nessa acção programática concertada, sentiu ou não a dada altura entraves à política que procurava desenvolver?*

VMG — Senti sobretudo que o Primeiro-Ministro e um conjunto de ministros evoluíam no sentido de se tornarem cada vez mais instrumentos do Partido Comunista Português, e que não tinham autoridade para impor as verdadeiras alterações estruturais de que Portugal carecia. Portugal não podia continuar a viver nos moldes antigos. Era preciso energia, uma política firme, lúcida, perseverante, coerente, que não cedesse perante o tumulto e a desordem. Não é pela desordem e pelo tumulto que se estabelece a Democracia.

MCM — *Que condicionalismos é que levaram ao fim da sua prestação política no Ministério da Educação?*

VMG — Tal deveu-se, precisamente, a uma evolução geral da situação no Governo. Foi isso, sobretudo, que conduziu à minha saída do Governo em 30 de Novembro de 1974. Daí a situação evoluiu para uma tendência sectária, a tal ponto que o próprio Partido Socialista, já muito depois de mim, ou seja já em Janeiro de 1975, também se manifestou com vigor.

MCM — *Vivia-se, então, em Portugal uma grande instabilidade política...*

VMG — Sentia-se em Portugal uma evolução geral para tornar o Governo ineficaz ou um mero instrumento de correntes oportunistas. Tratava-se de instabilizar Portugal a fim de integrar as ex-colónias na órbita do bloco de Leste. Assim, o 11 de Março não foi, fundamentalmente, uma acção governativa. Foi, antes, uma acção de grupos, que o Governo aceitou pela sua incapacidade de intervir. No Ministério da Educação não havia os meios de autoridade que eram indispensáveis para que, de facto, se fizesse a democratização. A democratização não se faz no caos, não se faz na incompetência, não se faz abrindo, demagogicamente, as portas a tudo e a todos.

MCM — *O problema do* numerus clausus...

VMG — Se nós não temos escolas preparadas é absurdo querer abri-las a todos os alunos, a todos quantos queiram tirar

um curso superior. Além disso, eu não concordava com a supressão do ensino profissional. Pensava, antes pelo contrário, que se tratava de um ponto de vista absolutamente reaccionário: os meninos burgueses que receiam o trabalho manual, as oficinas, cavar nos campos e que, portanto, queriam um ensino meramente livresco. Isso foi o que veio, afinal, a suceder depois. Uma falta de preparação de quadros profissionais que seriam indispensáveis para transformar o País.

MCM — *E em relação aos saneamentos que nessa altura já eram tão frequentes?*

VMG — Eu não podia aceitar os saneamentos selvagens de pessoas extremamente competentes, como não podia aceitar que aqueles que tinham responsabilidades e culpas — e deveriam ser punidos — fossem, no entanto, maltratados pelas ruas. Isso aconteceu com um professor em Coimbra, que foi arrastado vexatoriamente através da cidade. Todas as atitudes desse tipo nenhum democrata podia aceitá-las. Mas não podiam continuar no ensino aqueles que, totalmente incompetentes e culpados de actos condenáveis, só tinham entrado por favores políticos: cabia-lhes a reforma, sem perseguições.

MCM — *Esses comportamentos e situações de excepção eram, aliás, extremamente pertubadores da evolução normal do ensino.*

VMG — Não podíamos aceitar, de facto, que os alunos do 1.º ano determinassem o que iria ser o curso de Medicina ou outro qualquer. Para isso eles não estavam, na realidade, preparados. Não sabiam o que era necessário. Pretendiam, por exemplo, suprimir a Anatomia; sendo assim, então como se estudaria, depois, a Cirurgia? Ainda recentemente alunos de uma escola superior de economia se mostravam muito ufanos por terem suprimido, graças ao 25 de Abril, o estudo do Inglês do seu curso.

MCM — *Logo após o seu afastamento do ministério, o professor continuava a sua intervenção cívica e, ao mesmo tempo, cultural. Estou a lembrar-me daquele artigo, na* Vida Mundial, *em fins de Janeiro de 1975.*

VMG — Foi o primeiro estudo histórico-estrutural do salazarismo, depois do 25 de Abril. Sobretudo preocupava-me em pôr, aí, os problemas fundamentais da política do País. Nesse

meu texto, nessa revista, está patente, realmente, um dos marcos do meu pensamento e do pensamento democrático sobre a evolução política que se vivia em Portugal nessa altura. A carga ideológica desse texto preparou, depois, o «Documento dos Nove».

MCM — *Não é de então, também, a sua ligação com Mendès-France?*

VMG — Quando ainda Ministro da Educação, endereçara a Mendès-France o convite para se deslocar a Portugal e nos aconselhar. Ainda o consegui, depois, levar a São Bento. Mas, enfim, essa intervenção vinha já demasiado tarde.

MCM — *Dadas as circunstâncias de Portugal e o imperativo, a que sempre obedeceu, de intervir na vida pública, como explica que nunca se filiasse em nenhum partido político?*

VMG — Nunca fui homem de me deixar arregimentar facilmente. Sempre prezei muito a minha independência e total liberdade crítica, embora compreendesse que tinha que me juntar aos outros para uma acção colectiva. Entendo que a acção política não é, de maneira alguma, uma representação de actor de primeiro plano ou de papel secundário isolado, de mero figurante, mas sim uma obra de conjunto.

Por isso mesmo estive com Piteira Santos e outros, como indiquei já, na origem do Movimento de Unidade Nacional Antifascista. Também fui um dos que lançaram o Núcleo de Estudos e Doutrinação Socialista, de onde depois veio a formar-se a Acção Socialista, a que pertenci também. Afastei-me quando discordei da orientação da luta política seguida no meu país, que me parecia demasiado imediatista e pouco projectada para o futuro. Lá fora realizei uma carreira de investigador. Nunca quis apresentar-me como exilado ou impedido de regressar à pátria [1]. Corri sempre o risco de cá voltar todos os anos e de intervir, e até regressei em 1960 para ser professor no Instituto de Estudos Ultramarinos e Ciências Sociais. Na verdade, entendia que a acção política era, antes de mais, um combate para

[1] Ver carta de V. M. G. enviada de França aos jornais de Lisboa, por altura do 25 de Abril, e publicada na íntegra pelo *Diário de Notícias*.

derrubar o regime salazarista, opressivo e odiento, que hoje tão esquecido está nesses seus aspectos negativos. Muitos dos responsáveis por esse regime apresentam-se actualmente nas primeiras filas da democracia, como combatentes de sempre por um ideal de liberdade que no fundo calcaram aos pés sempre que puderam.

MCM — *Não participou na creação do Partido Socialista...*

VMG — Foram circunstâncias diversas que me levaram a não participar na creação do Partido Socialista, o partido com o qual, digamos, tinha mais afinidades. A minha vida decorria em França, evidentemente, onde me cabia viver, como estrangeiro, beneficiando do total apoio das instituições e dos mestres e colegas com quem trabalhava; impunha-se manter-me fora das lutas políticas desse país. E não era também à distância que eu podia intervir nas do meu país.

Quando voltei para Portugal, em 1974, voltei à luta política. A edificação da democracia exigia, sem dúvida, a formação de partidos; infelizmente foi essa uma das suas fragilidades; é que, com excepção do Partido Comunista, que realmente tinha uma organização de há longos anos, e uma organização relativamente coesa e mesmo dura, os outros formaram-se um pouco segundo as circunstâncias e sem uma coerência e uma coesão que se impunham. Porque não encontrei neles a resposta ou a correspondência aos ideais que eu defendia é que continuei a exercer uma acção individual, embora, sempre que entendi necessário, apoiasse esta ou aquela corrente política. Simplesmente, comecei a ver também que em Portugal os partidos sofriam de graves distorções, desempenhavam funções que lhes não competiam e, em compensação, não se consagravam àquelas incumbências que seriam especificamente as que deveriam ser as suas.

MCM — *Qual deve ser, então, na sua perspectiva, o papel dos partidos políticos?*

VMG — Os partidos políticos organizam (ou devem organizar) as correntes de opinião e os movimentos sociais em volta de ideários que dêem uma resposta global aos problemas da sociedade e pelas vias institucionais orientem a acção do poder e dos poderes. Numa democracia os partidos políticos são muito importantes, mas são apenas um aspecto parcelar da organização política. É necessário que o conjunto dos cidadãos e a diversida-

de de interesses se exprima através de organizações extremamente diversas. Assim como existem as associações desportivas ou culturais, temos de admitir círculos de pensamento político, de debate, de discussão dos problemas, onde se congregam pessoas empenhadas no seu papel cívico.

MCM — *E de discussão das ideias...*

VMG — E de discussão de ideias; pessoas com formações diferentes e com orientações diferentes. Outros círculos e formas de organização e actuação que, inclusive, apresentem propostas e caminhos de directrizes nacionais, ou até projectos de resolução de certos problemas bem definidos com que a pátria se defronta. Essa acção é uma acção extremamente importante porque os partidos tendem a dividir segundo um espírito clubista e a apagar o sentido crítico, exaltando a unanimidade ou a luta pelo poder; ao passo que as associações cívicas se dirigem ao cidadão comum e, acima de tudo, pensam que é preciso, que é indispensável, formar essa consciência da cidadania, a obrigação para cada homem de não se reduzir à passividade perante a vida pública, mas de intervir em todos os aspectos decisivos para a existência colectiva e para a existência das diferentes agregações sociais e culturais que integram a entidade nacional ou organizações supranacionais.

Porque estava consciente da importância dessa formação, dessa pedagogia de formação do cidadão, e da importância de um pensamento que não deve e portanto não teme, que se situa fora de quaisquer limitações ou de quaisquer obediências, mesmo que criticamente assumidas, entendi que se tornava indispensável a existência de uma Comissão Cívica Independente, precisamente para contrabalançar o papel deficiente e tantas vezes distorcido, mal orientado, dos partidos políticos.

MCM — *Pensa que os partidos resvalam facilmente para o dogmatismo e o clientelismo?*

VMG — É esse um dos grandes males que afligem a ainda não construída democracia portuguesa. Conquanto caiba admitir, em vez de dogmatismo, vazio mental, e além de clientelismo, o pôr-se ao serviço de grandes interesses fundamentalmente materiais. Veja a previsível mas escandalosa suspensão do Dr. Carlos de Macedo, de deputado e membro do PSD, por ter discordado da acção do Ministério da Saúde e ter atribuído a

responsabilidade a quem a tem — o Primeiro-Ministro. Este revelou mais uma vez o pendor autoritário da sua mentalidade, a sua cegueira e impreparação perante os problemas basilares do País (já bem demonstradas noutros ensejos, como nas lastimáveis Comemorações dos Descobrimentos e incapacidade para compreender o papel da investigação e da cultura, aí e na própria modernização económica); e o partido, não se insurgindo logo, revelou uma vez mais que não passa de monobloco, máquina registadora. A democracia é um conjunto de atitudes, de maneiras de proceder, um espírito de respeito pela cidadania e de humildade dos governantes, sem renunciarem às responsabilidades da governação, como tanto se tem renunciado entre nós. Não podemos voltar do totalitarismo pluripartidário ao totalitarismo do partido praticamente único.

MCM — *Voltemos à sua carreira universitária e de intervenção cultural. Qual a razão que o levou, em 1975, a aproximar-se do grupo que tentava fundar a Universidade Nova de Lisboa?*

VMG — Os meus contactos vinham de trás, e já fora até convidado quando ainda estava em França. Em 1975, recorde-se, estava desempregado, depois de ter sido Ministro, e perdera o lugar em França. Fui para a Universidade Nova na esperança de poder construir algo de diferente: uma grande área de Ciências Humanas e Sociais, com a Geografia Humana, designadamente ao nível do estudo do espaço, a Demografia, a Economia, a Sociologia, a Antropologia Social e Cultural, a Linguística, a História, a Filosofia, a Psicologia, mas numa via interdisciplinar. Poder-se-ia começar por cursos para aqueles que já tinham os bacharelatos e dar-lhes o complemento de formação. Em segunda fase instalar-se-ia um sistema que levasse a um ensino de após-graduação. Porque, sem a formação de investigadores e de pessoal docente, não há reforma de ensino.

MCM — *Tinha então em vista, o que era inovador para os meios académicos portugueses desse tempo, um estabelecimento de ensino que visasse, sobretudo, a após-graduação.*

VMG — O projecto de creação nessa universidade da área das Ciências Sociais e Humanas ocorreu antes de o ministro Sottomayor Cardia ter dividido a Universidade Nova em faculdades, divisão reaccionária a que não podia deixar de me opor. Mas não se tratava, a meu ver, de instituir então apenas cursos

de após-graduação. Não era também uma faculdade o que se pretendia. Em contraste absoluto, era uma área (não departamentalizada) onde se investigasse, ensinasse e se creasse Cultura, que ao mesmo tempo fosse de após-graduação e de formação adiantada para aqueles que dela careciam. Tal estabelecimento viria, evidentemente, a englobar, a pouco e pouco, os primeiros anos universitários. Tudo isso teria, no entanto, de ser um trabalho lento, começando-se pela preparação de professores e investigadores.

MCM — *Tinha então como modelo a École Pratique des Hautes Études, de Paris, certamente.*

VMG — Decerto, essa foi a inspiração; embora muito modificada em relação com as condições portuguesas.

MCM — *Houve circunstâncias que levaram ao trair dessa sua expectativa?*

VMG — Houve, de facto. Primeiro, porque há dois ou três anos se estava a instalar a Universidade Nova e vivia-se, ali, uma vida santa, visto que os cursos não tinham alunos, não tinham estudantes. E uma das primeiras condições que pus foi a entrada de estudantes. Ora isso causou muita perturbação. Houve na realidade quem dissesse que eu estava a demolir todas as possibilidades de se crear uma universidade diferente. Houve quem se sentisse mal e até se demitisse e saísse da faculdade. Havia lá então professores a quem eu perguntei, «então que curso vai você dar? Poderá dar este ou aquele?». E era-me respondido de forma sistemática, «não, não estou preparado». Contrapunha, em alternativa, «então este». E a resposta igualmente elucidativa, «também não estou preparado». Uns tantos não estavam preparados para nada — embora quisessem dirigir seminários de investigação. Recebiam, no entanto, além do vencimento, subsídios de investigação.

MCM — *Não havendo, portanto, essa conjuntura que permitisse a creação desse centro de após-graduação, o Professor aceitou as regras do jogo. Foi assim? Creou então o Departamento de Sociologia da Universidade Nova?*

VMG — A creação de mais uma faculdade e depois de departamentos com uma certa autonomia não me é devida, era frontalmente contrária ao meu plano. O ministro Sottomayor Cardia foi, nesse sentido, muito influenciado, segundo parece,

pelo professor Silva Dias. Foi pois esse político que contribuiu, na altura, tal como já referi, para que a Universidade Nova fosse dividida em faculdades: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas por um lado, a Faculdade de Economia por outro.

MCM — *Foi quando se procurou levar a cabo a estrutura que apresenta ainda hoje...*

VMG — O transformar a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas numa outra Faculdade de Letras fechava, então, absolutamente todos os caminhos de renovação profunda. Eu achava que três Faculdades de Letras já eram de mais. Num país como o nosso importava, pelo menos, suprimir uma e crear outro tipo de escolas.

MCM — *Houve então a divisão em departamentos específicos. E nasceu, designadamente, o seu próprio Departamento de Sociologia.*

VMG — Fui, naturalmente, para um departamento, que apesar de tudo ainda era interdisciplinar, que nessa altura conjugava a Sociologia, a Antropologia Social e Cultural, a Comunicação Social e uma parte da História. Depois cada qual quis ter o seu próprio departamento, para uso pessoal e intransmissível. As nossas universidades vivem, essencialmente, da vaidade do mandarinato. Evidentemente o Departamento de Sociologia manteve-se um pouco à parte porque, apesar de tudo, temos lá sociólogos, antropólogos, geógrafos, economistas, historiadores, demógrafos. É ali que se faz a melhor História em Portugal. Os mestrados, inclusivé, foram concebidos como tendo um tronco comum, com a bifurcação em quatro ramos: Sociologia da Realidade Portuguesa, Economia e Sociologia Histórica e Antropologia Social e Cultural, Demografia. Isso também já acabou ou está a acabar. Iremos para uma superdivisão, até que um dia o bom senso regresse a esta terra.

MCM — *Entretanto, não abandonava todavia a sua acção no plano internacional?*

VMG — De facto, sob a presidência de Ralph Dahrendorf, estive na fundação e organização das Ciências Sociais e Humanidades na European Science Foundation; juntamente com Shamuel Eisenstadt, Walter Rüegg, Ricardo Petrella, François Furet e outros. Consegui que se desse prioridade a um projecto sobre migrações na Europa, que tanto nos importava então; e

instituiu-se uma comissão de três membros que devia orientar todos os trabalhos e sugerir as políticas a seguir neste campo em toda a Europa Ocidental; a presidência caberia a um português. O nosso Governo desleixou tudo — e perdemos as posições alcançadas. Contribuímos para a legislação relativa à utilização de dados privados para a investigação científica, texto que o Governo ratificou mas de que nunca se fala. Apesar de na institucionalização definitiva se terem formado (contra o nosso parecer) duas comissões, a de Ciências Sociais e a de Humanidades, o representante nacional precisava do apoio de comissões especializadas, não podia tratar de todos os *dossiers* sozinho. Durante um ano ainda funcionou benevolamente uma comissão não oficializada, mas como o Governo nunca percebeu que seria indispensável institucionalizá-la e dar-lhe os meios, não podia continuar numa representação sem dignidade e tudo foi por água abaixo, até recentemente, em que parece procurar-se repor as cousas no seu pé (entretanto não tínhamos entrado para o Committee for the History of European Expansion, desleixo que julgávamos conseguir remediar), mas já se está a deixar cair tudo outra vez.

MCM — *Foi já após a sua ligação à Universidade Nova e a esse empenhamento em crear um novo organigrama do Ensino Superior no âmbito das Ciências Sociais e Humanas que o Professor foi convidado para director da Biblioteca Nacional.*

VMG — O convite para director da Biblioteca Nacional foi, de certa maneira, uma surpresa, embora bastante lógica. Palma Ferreira tinha conseguido transformar a Biblioteca Nacional, reorganizá-la e torná-la numa grande casa. Esse director teve essa qualidade. Só que não era, talvez, uma pessoa muito perseverante; e depois de instalar, de montar um sistema, gostava de se afastar. E pensou desde muito cedo na minha ida para lá, como pensou também o ministro Lucas Pires. Inicialmente, enquanto eu supunha que podia fazer um trabalho razoável na faculdade, pensava não abandonar aquele meu posto no ensino, não saltitar.

MCM — *Mas sempre se decidiu.*

VMG — Chegou um momento em que, fruto de alguma inquietação pelo que se passava na faculdade, tal evolução me levou a decidir. O Primeiro-Ministro telefonou para minha casa e

disse-me: «Parto dentro de minutos para o estrangeiro e acabo de assinar a sua nomeação para director da Biblioteca Nacional e esta tarde irá a sua casa o Ministro da Cultura para falar no assunto.» De facto veio e insistiu em que eu seria a pessoa indicada.

MCM — *Já estava o processo todo montado, certamente?*

VMG — Também, se me vai perdoar a vaidade, seria talvez uma das pessoas mais preparada em Portugal para dirigr a Biblioteca Nacional. E apresentei um programa que julgo que estava inteiramente certo (foi publicado na *Revista de História Económica e Social*, no n.º 13). Só que foi abandonado, depois, por razões de propaganda fácil, e de grandes e espectaculares realizações que nada têm que ver com os problemas de fundo de uma Biblioteca Nacional.

MCM — *Não podia levar cabalmente por diante esse programa? Foi isso?*

VMG — Em Portugal confundia-se — e voltou agora a confundir-se, por incompetência de quem dirige estas instituições — a Biblioteca Nacional com uma biblioteca qualquer. Da mesma maneira que um laboratório de Energia Nuclear não é a mesma cousa que um laboratório de Química Elementar — aquele não se destina aos estudantes dos liceus, ao contrário deste —, só num país de incompetentes e de pessoas sem a mínima preparação cultural é que se pode julgar que uma Biblioteca Nacional se destina ao grande público.

MCM — *Qual é, então, o seu conceito de utilização de uma Biblioteca Nacional?*

VMG — É preciso que haja, por um lado, uma grande Biblioteca Nacional e, por outro, as grandes bibliotecas de faculdades, as bibliotecas de departamento. Hoje é impossível concentrar numa biblioteca única a produção mundial. Vejamos, por exemplo, o caso da Cirurgia Abdominal ou a das doenças hematológicas, ou seja a Economia, o Direito, seja que ramo de especialização for. O número de publicações é tal que só a existência de bibliotecas especializadas permite resolver essas situações.

MCM — *Há portanto, pela sua parte, uma outra concepção para esse sector.*

VMG — Uma Biblioteca Nacional correspondia a uma con-

cepção do passado, em que se reunia toda a produção bibliográfica de um país. Mas em que se reunia, também, o essencial da produção bibliográfica mundial. Hoje pode reunir-se a produção de um país e pode ter-se a memória desse país. Por exemplo, a memória pela produção bibliográfica até ao começo do século XX, até à Primeira Grande Guerra ou, até, à Segunda Guerra Mundial. Todavia não se pode pensar em ter só numa Biblioteca Nacional todas as obras ou revistas, designadamente sobre Genética, sobre Astrofísica, sobre ramos de Direito Penal, etc., ou, enfim, certos domínios como as chamadas Humanidades ou Ciências Humanas. Na Bibliothèque Nationale de Paris entram por ano 240 000 volumes. Não há organização que responda a este ritmo.

MCM — *Essa visualização do problema corresponde a práticas que já são seguidas, certamente, também por outros países...*

VMG — Uma Biblioteca Nacional deve ser, sobretudo, um lugar de investigação e de cultura. Tive o ensejo de receber então membros da Academia das Ciências da União Soviética e os directores da Biblioteca Nacional de Moscovo. Disseram-me que no seu país a Biblioteca Nacional é só para investigadores de alto nível. Em Portugal quis-se, até, que as criancinhas tivessem a sua sala na Biblioteca Nacional, que os estudantes dos liceus pudessem ir consultar os manuais a esta biblioteca, ou os estudantes universitários as obras de uso corrente, os usuais.

MCM — *Acha, portanto, criticável esse processo de franquear as portas da Biblioteca Nacional à comunidade?*

VMG — É um erro crasso, uma prova total de ignorância. Nós temos na Biblioteca Nacional um milhão e tal de obras, algumas exemplares únicos no mundo. Essas obras são não só a memória da Nação, mas um testemunho da participação de Portugal na cultura universal. São essas as fontes culturais que, antes de mais, temos de preservar. Isso porque todos os dias há dezenas de livros que se desfazem e desaparecem de podridão. Um dos problemas fundamentais da Biblioteca Nacional é, antes de tudo, o da restauração e da conservação das obras. Depois há problemas de inventariação e de catalogação. Há ali salas inteiras que ainda não sabemos o que contêm. Há ainda problemas em relação à Informação, à imprensa periódica, sen-

do urgente encadernar esses mesmos periódicos; conviria crear à parte uma hemeroteca para esses periódicos. Hoje em toda a parte se procede assim.

MCM — *A imprensa periódica é, de facto, também muito importante. E quanto à informatização em que a Biblioteca Nacional deu, designadamente, nos últimos tempos, um passo significativo?*

VMG — Há que actuar de forma cada vez mais decisiva contra a deterioração, contra a não resistência do papel ou de outras matérias à passagem do tempo. Tal leva a que a maior parte das obras tenham que ser consultadas em microfichas ou em microfilmes, e não directamente através dos originais. Isso é fundamental. Só pessoas ignorantes e inconscientes é que podem dizer o contrário.

MCM — *E o acesso do grande público à cultura escrita, sobretudo à imprensa?*

VMG — As bibliotecas municipais e dos centros culturais é que devem responder a essa procura, que nos merece o maior respeito, mas não pode prejudicar o tesouro da memória nacional e mundial a preservar. Porque não, sem cairmos na imitação servil, inspirarmo-nos na creação de complexos como o Centre Pompidou, de Paris? São lugares de encontros culturais a que todos têm livre acesso e onde livremente se movimentam, num espaço plural em que cohabitam a pintura e a escultura, o cinema e o teatro, os livros e periódicos, em relação aos quais se pode admitir uma percentagem anual de «baixas» porque podem facilmente ser substituídos os exemplares e onde o acervo se vai deslocando no tempo, para actualização permanente. Aliás, tentei instalar na Biblioteca Nacional um grupo de Música Antiga, mas o ministro não libertou os espaços que ocupava com arrumações e a ideia gorou-se.

MCM — *Mas para si cabem à Biblioteca Nacional outras funções ainda?*

VMG — À Biblioteca Nacional, como ao Museu Nacional, aos arquivos nacionais. Em parte estreitamente ligados às funções primordiais, mas não só. Há que instituir um Centro de História do Livro, e outros ainda. Ter grupos de trabalho a estudar áreas específicas, como tentei fazer.

MCM — *Em que se ocupavam ou ocupariam tais grupos de trabalho?*

VMG — Por exemplo, na catalogação e indexação dos livros do século XVI. É um trabalho que tem normas próprias. Os problemas gerais de catalogação, os da linguagem, indexação — tal como sucede com os da informatização — não podem ser entregues aos CTT ou a qualquer grande multinacional. Têm de ser estudados pelos especialistas. Podemos servir-nos de um qualquer sistema adaptado de lá fora, de um que aqui foi feito *à la diable* ou que levou muitos anos a conceber, mas há que adaptá-lo concretamente aos nossos problemas, à nossa situação específica.

MCM — *O que levou, concretamente, o Professor a afastar-se da Biblioteca Nacional? Foi apenas a recusa de meios para poder desenvolver o programa de actuação a que, com o seu adjunto, o Dr. Jorge Crespo, se propunha?*

VMG — Fui de facto admiravelmente secundado pela Dr.ª Cristina Prates, pelo Prof. Jorge Crespo e todo o pessoal. O meu afastamento deveu-se, directamente, à interferência do poder político numa instituição que, por lei, é inteiramente autónoma e onde esse mesmo poder político não pode interferir. A intervenção do poder político nos processos internos da Biblioteca, essa intervenção quanto às condições de acesso ou não à documentação, é inaceitável, só a Biblioteca o pode determinar e tem o dever de preservar esses acervos. Mas houve, também, uma série de enredos que, à margem, se iam desenvolvendo e que eu, portanto, não podia cohonestar. Como não podia permitir intervenções interessadas em processos de selecção, internos para mais.

MCM — *Tinha ali, portanto, os seus poderes de alguma forma limitados?*

VMG — A Biblioteca Nacional, tal como um Museu Nacional de Arte ou os Arquivos nacionais devem ser as instituições máximas da memória da Nação, e, como tal, gozarem de plena autonomia e disporem dos meios eficazes de actuar. Ora esses meios foram-me sistematicamente negados. Tal como, posteriormente, se tem vindo a verificar, neste e noutros domínios, a propósito e a despropósito. Houve intervenções do poder político, o que, além de incompreensível, eu não podia deixar de re-

jeitar com toda a veemência. Tinha que defender intransigentemente a autonomia cultural e a responsabilidade específica de quem dirige uma casa dessas e do pessoal especializado que lá está, não podia permitir que se pusesse em risco, já se vê — anulando-o mesmo — o programa que procurava levar a cabo.

MCM — *Programa esse que havia sido delineado em objectivos concretos...*

VMG — Entre esses objectivos salientava-se, designadamente, uma constante e prolongada acção de formação. Empenhávamo-nos, com efeito, todas as semanas nesse trabalho de formação, em fazermos, por exemplo, reuniões com os investigadores das universidades. É que para mim a Biblioteca Nacional é — deve ser — um grande centro de investigação e ter os meios para essa missão. Proporciona por si própria meios excepcionalmente importantes. A Biblioteca Nacional, entendia-a eu como centro de investigação e creação cultural. Era essa a maneira como Jaime Cortesão e Raul Proença a tinham entendido nos anos vinte, como Aquilino Ribeiro, que lá trabalhara também, a tinha tinha visto, e tantos outros. Era, pois, um lugar privilegiado para a transformação das condições culturais da sociedade portuguesa.

MCM — *Foi essa falta de condições que o levou a sair em 6 de Outubro de 1984, cerca de oito meses e meio depois de para lá ter entrado?*

VMG — Penso, hoje, que a minha saída da Biblioteca Nacional foi bastante desastrosa para as instituições de cultura portuguesa. Não só a minha saída dessa instituição, como outras, por exemplo, a saída de Pereira da Costa da Torre do Tombo. A saída deste do cargo que ocupava há dezenas de anos, aí está para demonstrar esses modelos autoritários e mecanismos de actuação dos poderes e seitas.

MCM — *Tal saída também terá representado para si, Professor, uma forma de manifestar publicamente a sua coerência consigo próprio. Ela permitiu-lhe, também, maior disponibilidade para investir a tempo pleno no Departamento de Sociologia na Universidade Nova. E, por outro lado, para continuar a crear uma escola (de discípulos) que efectivamente tem produzido bastante e com significativo rigor científico.*

VMG — Voltei para o Departamento e aí continuei, eviden-

temente, a obra que tinha começado. E que não abandonara enquanto director da Biblioteca Nacional. Pode perguntar-se a esses jovens quantas tardes passei reunido com eles na Biblioteca Nacional, discutindo os grandes problemas do País, incluindo as comemorações do centenário do nascimento de Jaime Cortesão, que Jorge Crespo preparava com tanta novidade de concepção e que foram sabotadas por um governo desconchavado.

MCM — *Permitiu-lhe, por outro lado, desenvolver outras formas de apoio ou colaboração.*

VMG — Possibilitou-me, de facto, recomeçar também o trabalho que tinha começado, uns anos antes, no Instituto Superior de Economia, e também na Universidade Nova, na formação de grupos de pesquisa, em vários campos. Para mim não existem, de facto, Ciências Humanas rotuladas e separadas. Existem Ciências Humanas que são convergência para o tratamento de todos os problemas que dizem respeito aos homens e ao Homem, à pluralidade e à unidade.

MCM — *A sua formação e ensinamentos processaram-se, aliás, sempre no âmbito dessa pluridisciplinaridade.*

VMG — Pluridisciplinaridade envolvendo desde a História à Geografia Humana, às realidades do espaço, à análise e construção do tempo, à Antropologia nas suas múltiplas vertentes, a uma Sociologia profunda como a conceptualizaram Gurvitch ou Norbert Elias. A História não é, afinal, uma disciplina à parte, mas uma maneira de pensar as outras Ciências Humanas e uma forma de as globalizar, de as integrar.

MCM — *E no campo da Antropologia, em que os seus ensinamentos na Universidade Nova já em 80-81 se nos revelavam tão precursores pelas pistas inovadoras que abria?*

VMG — Já antes da minha ida para a Biblioteca Nacional tinha acabado por deixar de dar apoio ao Departamento de Antropologia. Mas a minha acção de orientação pedagógica continuou, também, a desenvolver-se nesse domínio. Tive o ensejo de dirigir, desde então, um trabalho do valor do de Cristiana Lage, sobre a serra do Nordeste algarvio. De frisar, ainda, outros trabalhos, fossem de doutoramento ou de agregação, no âmbito da História dos Descobrimentos ou da História Económico-Social e também de Sociologia das Mentalidades, relativos a todo o percurso português. Seria indesculpável não voltar

anos atrás, e não citar já a tese de licenciatura e depois a de doutoramento de Romero Magalhães, hoje um dos mestres com que Portugal pode contar. Recentemente, a tese de Marinho dos Santos sobre os Açores dos séculos XV e XVI, em Coimbra. Como o estudo de João Rocha Pinto, no âmbito das provas de aptidão, acerca da Literatura de Viagens, um dos investigadores de que mais há a esperar para renovar a História dos Descobrimentos. Ou ainda os trabalhos de David Justino sobre a Formação do Mercado em Portugal; os de Nuno Valério e Maria Eugénia Mata sobre a Evolução das Finanças Públicas Portuguesas de 1840 até aos nossos dias.

MCM — *Haverá ainda a realçar, decerto, o seu apoio em trabalhos apresentados em provas de aptidão científico-pedagógica.*

VMG — Poderei referir, nesse âmbito, os trabalhos de Francisco Bethencourt, no campo da Inquisição e do Simbólico, os de Diogo Ramada Curto quanto ao discurso político seiscentista, de Ana Isabel Buescu sobre o Milagre de Ourique, de Pedro Tavares de Almeida sobre história eleitoral, de Rui Santos sobre Mértola, entre outros. Julgo que se creou um grupo numeroso, com mérito próprio e que importa esforçarmo-nos por crear uma comunidade científica coesa, unindo as nossas energias.

MCM — *O Professor, como figura-chave nesse movimento, não terá prejudicado, de alguma maneira, a sua própria produção científica?*

VMG — Sacrifiquei-a, sem dúvida. Isso porque tinha de ler cuidadosamente todos os borrões, propor as alterações, discutir os métodos, as conclusões, as hipóteses, a solidez das bases. Nunca me furtei a esse trabalho. De facto fi-lo com algum sacrifício da minha investigação pessoal. Penso hoje orientar a minha vida, as minhas actividades, segundo dois eixos fundamentais: a minha investigação pessoal e o apoio científico-pedagógico àqueles que comigo trabalham.

MCM — *Sabemos que apesar dessa actividade cívica e cultural, ao longo de todos esses anos, o Professor, hoje com 70 anos, ainda é um homem activo, com projectos para si e para a sua equipa e, sobretudo, um projecto para Portugal.*

VMG — Também se situa ao nível de dois grandes eixos

essa acção que procurarei agora desenvolver: um eixo institucional e um eixo de investigações e reflexões mais pessoais. Quanto ao eixo institucional, trata-se de crear um grande Centro de História dos Descobrimentos e da Expansão em Portugal, que não existe (afinal, parece que as autoridades não querem que exista... ou talvez criem um simulacro para brinquedo de uns diletantes seduzidos pelo El Dorado...). Existe um agrupamento de Cartografia Antiga mas, como se sabe, desde a morte do comandante Teixeira da Mota não há praticamente especialistas de Cartografia Antiga no nosso país. Haverá um ou outro jovem que começa, mas que apenas começa.

MCM — *O professor Luís de Albuquerque, talvez...*

VMG — Luís de Albuquerque — a amizade entre nós vem dos bancos da universidade — ocupou-se mais de certos aspectos da Náutica do que da Cartografia, mas não do conjunto também dos Descobrimentos, nunca visou uma ideia do processo global. Mas é dos raros com que Portugal conta. Os Descobrimentos só como processo global podem ser compreendidos. Além disso é necessário, ainda aí, formar gente, formar investigadores. O que, em vez disso, se queira fazer neste momento não passa de um logro, e até de um logro antinacional.

MCM — *Há poucos especialistas competentes, em sua opinião, acerca desta matéria. É isso?*

VMG — Nós não temos gente preparada para fazer, cabalmente, a História dos Descobrimentos e da Expansão. Antes do mais há que preparar essas pessoas e muito a sério. De contrário a batalha está perdida, logo mesmo antes de se iniciar. Isso porque lá fora, seja em Leiden, seja em França, na Noruega, seja nos Estados Unidos, há numerosos grupos bem organizados que estudam a Expansão europeia e os Descobrimentos, que estudam todos os aspectos, sejam os económicos, os sociais, os institucionais, a construção naval, a cartografia ou a arte náutica. Ou, ainda, as mentalidades, os contactos com as outras civilizações, a maneira como elas foram vistas. Trabalha-se muito e bem.

MCM — *O que não é o caso de Portugal, já se vê.*

VMG — Portugal não tem estado presente nessas actividades por incúria dos nossos dirigentes, cujo analfabetismo é realmente aterrador. Mas, também, por falta de um meio

essa acção que procurarei agora desenvolver: um eixo institucional e um eixo de investigações e reflexões mais pessoais. Quanto ao eixo institucional, trata-se de crear um grande Centro de História dos Descobrimentos e da Expansão em Portugal, que não existe (afinal, parece que as autoridades não querem que exista... ou talvez criem um simulacro para brinquedo de uns diletantes seduzidos pelo El Dorado...). Existe um agrupamento de Cartografia Antiga mas, como se sabe, desde a morte do comandante Teixeira da Mota não há praticamente especialistas de Cartografia Antiga no nosso país. Haverá um ou outro jovem que começa, mas que apenas começa.

MCM — *O professor Luís de Albuquerque, talvez...*

VMG — Luís de Albuquerque — a amizade entre nós vem dos bancos da universidade — ocupou-se mais de certos aspectos da Náutica do que da Cartografia, mas não do conjunto também dos Descobrimentos, nunca visou uma ideia do processo global. Mas é dos raros com que Portugal conta. Os Descobrimentos só como processo global podem ser compreendidos. Além disso é necessário, ainda aí, formar gente, formar investigadores. O que, em vez disso, se queira fazer neste momento não passa de um logro, e até de um logro antinacional.

MCM — *Há poucos especialistas competentes, em sua opinião, acerca desta matéria. É isso?*

VMG — Nós não temos gente preparada para fazer, cabalmente, a História dos Descobrimentos e da Expansão. Antes do mais há que preparar essas pessoas e muito a sério. De contrário a batalha está perdida, logo mesmo antes de se iniciar. Isso porque lá fora, seja em Leiden, seja em França, na Noruega, seja nos Estados Unidos, há numerosos grupos bem organizados que estudam a Expansão europeia e os Descobrimentos, que estudam todos os aspectos, sejam os económicos, os sociais, os institucionais, a construção naval, a cartografia ou a arte náutica. Ou, ainda, as mentalidades, os contactos com as outras civilizações, a maneira como elas foram vistas. Trabalha-se muito e bem.

MCM — *O que não é o caso de Portugal, já se vê.*

VMG — Portugal não tem estado presente nessas actividades por incúria dos nossos dirigentes, cujo analfabetismo é realmente aterrador. Mas, também, por falta de um meio

científico, de uma comunidade científica. Portugal está hoje a enfrentar um problema sério que é o da Tecnocracia, o da Tecnologia pela Tecnologia. O País está sem compreender que a técnica só vale inserida na Cultura. Está sem ver que os grandes problemas são definidos pela investigação científica, humanista, da sociedade, das mentalidades, das maneiras de agir e de sentir ou dos recursos técnicos. Não podemos confinar-nos apenas a modos de fazer, de saber fazer.

MCM — *Há como que uma crise de valores que põe em risco a nossa própria identidade?*

VMG — Temos que ter essa consciência de cidadãos e de homens, portanto temos de recuperar o nosso próprio passado e de o reconstruir, à face das nossas esperanças de hoje.

MCM — *Tal passa, designadamente, pela evocação de antigos valores históricos, pelo conhecimento de alguns dos passos mais marcantes da História, designadamente da História da Expansão?*

VMG — Temos, sobretudo, de conhecer o nosso passado, os nossos valores: e vir ao presente, e do presente remontar atrás. Isso passa pela acumulação do saber organizado, pela atenta e profunda investigação. Não se trata, portanto, de começar desde logo a publicar livros, menos ainda revistas. A maior parte do que se tem publicado nesta área do saber não vale rigorosamente nada. Poderia dar exemplos. Um deles: reeditaram-se há pouco *As Memórias de Um Soldado da Índia*. Trata-se de uma obra que, nos finais do século XIX, foi resumida, compendiada por um historiador português de valor, Costa Lobo. Só que essa obra não foi publicada na totalidade.

MCM — *O original está no Museu Britânico.*

VMG — Em vez de se ter ido agora a essa instituição reproduzi-lo fielmente e de se ter feito uma edição rigorosa e científica dessas memórias, que são de uma extraordinária importância, procedeu-se a uma reedição do resumo, sem significado.

MCM — *Mas não é caso único...*

VMG — Outras fontes continuam por editar, ou circular desde há muito em edições que não merecem confiança — basta não ir mais longe do que a obra de Oliveira Martins, um dos momentos altos da consciência de Portugal e dos problemas portugueses. Reedita-se a esmo, sem plano maduramente pen-

sado, e sem obedecer a critérios, a normas científicas e culturais. Que contraste com o que Consuelo Vaula e Juan Gil fizeram com os textos colombianos!

MCM — *Esse Centro de História dos Descobrimentos será criado no âmbito dos programas governamentais de apoio à investigação?*

VMG — Ignoro a existência de programas governamentais de investigação a sério. Mas é claro que a investigação não avançará se não se criarem oficialmente as instituições adequadas, fora de clientelismos inoperantes e impantes, e da confusão reinante entre o trigo e o joio; falta a coragem e a lucidez de seleccionar com rigor e sem complacências.

MCM — *Esse Centro assenta no propósito de melhor se conhecer o nosso passado português, a* alma mater. *E quanto ao presente?*

VMG — Haveria que conhecer, sobretudo, muito bem ou, pelo menos, razoavelmente, o país que somos. Conhecer o que são estas terras, estas gentes, o que fomos. Isso importa de facto ser estudado com muito mais rigor. Haveria que estudar a realidade portuguesa no seu plurifacetamento e não neste ou naquele aspecto. Mas tal só é possível em toda a espessura temporal e não limitando-se à fina película do chamado «presente».

MCM — *O estudo desse «país real que somos» está contemplado num outro projecto do Professor, sobre «Portugal e os Portugueses».*

VMG — Propus também a instâncias superiores um grande projecto colectivo. A ele estavam ligadas pessoas da UNL e de outras universidades, designadamente do Porto e de Coimbra. Tratava-se de um projecto de grande valor em que, a partir de um certo número de eixos problemáticos e temáticos fundamentais, iríamos reunir *dossiers* e ficheiros que seriam fundamentais para começar a conhecer a sério, e de uma forma sistemática, este país e as suas gentes. Mas, como temia, também foi vítima da desistência. Os mais novos ainda não perceberam que só coesos e em equipe evitarão ser esmagados.

MCM — *Vai proceder-se a uma análise e discussão de fundo dos problemas mais concretos que hoje se põem à realidade portuguesa. Será, ainda, uma forma de acção cívica, e até mesmo de militância?*

VMG — Não quer dizer, no entanto, que fôssemos abarcar tudo. Partimos com um projecto ambicioso, de meia dúzia de eixos muito bem definidos. Íamos tentar abordar, modestamente mas com isenção e rigor, uns quantos temas e problemas, crear instrumentos de trabalho e lançar o impulso para uma grande obra — que tem de ser nacional, de investigação — sobre Portugal e os portugueses.

MCM — *O conhecer de uma forma mais objectiva e sistemática essa realidade levará, seguramente, a linhas de acção...*

VMG — Eu julgo que só isso poderá levar a uma transformação deste país. Fala-se muito na modernização de Portugal. A maior parte dos que falam em modernização nem sequer se deram ao trabalho de ler obras fundamentais, como as dirigidas ou feitas pelo professor Eisenstadt, como a grande obra (em dois volumes) que saiu este ano sobre o processo de modernização em todo o mundo e sobre o sentido da civilização moderna.

MCM — *Para haver a construção de um novo país haverá, portanto, em seu entender, que conhecer as vias que há para o desenvolvimento, para um desenvolvimento harmónico e respeitando os interesses fundamentais dos cidadãos?*

VMG — Haveria, antes de mais, que estudar o que é este país, o seu passado, a sua memória, os seus problemas. E esses problemas não são de agora, vêm de trás. Repare, por exemplo, na incapacidade de transformar a Administração Pública. E porquê? Porque, no fundo, se perpetuam rotinas. Em vez de se estudar, analisar, explicar quais são os problemas reais que essa mesma Administração tem tido através dos tempos e de traçar caminhos novos — como eu tentei fazer num dos meus últimos livros, *A Pátria Bloqueada* —, os quais conduzirão necessariamente à própria dissolução da ideia de administração.

MCM — *Com esse projecto «Portugal e os Portugueses» analisar-se-ia, portanto, Portugal como pátria a desbloquear, como um repensar da nossa identidade nacional?*

VMG — Da identidade nacional, do Estado, da actuação dos partidos, dos sindicatos, dos grupos cívicos, da comunidade científica. Sem essa pluralidade não podemos realizar nada.

MCM — *Falou em que os nossos problemas só na longa duração se esclarecem. O Sr. Professor foi o historiador que, em*

Portugal, mais combateu para que se implantasse essa perspectiva. Quer explicitar...?

VMG — Bom... a perspectiva da multiplicidade dos tempos sociais vem já do século XIX. Mas pode dizer-se que só foi assumida explicitamente e de uma maneira crítica e operatória com os especialistas de ciências humanas do círculo dos *Annales*.

Trata-se de considerar que as sociedades e os homens vivem ritmos diferentes, uns na trepidação da curta duração, são os acontecimentos, como por exemplo um sismo, a Revolução do 25 de Abril, o Tratado de Adesão à CEE, que é assinado em determinado dia; mas também há movimentos que desde o século XIX eram detectados, de média duração, que ondulam, as flutuações económicas, movimentos com 8-10-15 anos de duração e que ritmam também as transformações políticas e culturais; se queremos todavia compreender todo esse conjunto de acontecimentos, por vezes extremamente fascinantes na sua conjugação, ou as flutuações de câmbios, de preços, de valores de emissões monetárias, de revoluções, é necessário ir mais longe, remontar mais atrás, situarmo-nos numa perspectiva que abrace não uma ou duas dezenas de anos, mas muitas dezenas de anos ou até séculos. Há sectores da actividade humana, formas de mentalidade que permanecem aparentemente imutáveis, ou quase, durante longos séculos, outros momentos em que se notam transformações, inovações, mudanças que se acumulam ou se precipitam mais rapidamente. Simplesmente, os grandes problemas com que nos enfrentamos não são quase nunca, a não ser em situações de emergência excepcionais que põem em perigo a vida de círculos humanos, como o sismo do México ou, agora, o sismo da Arménia, não são nunca os factos que se situam nessa duração curta mas sim aqueles que se ligam às estruturas. Não que as estruturas sejam imóveis através do tempo; as estruturas são teias de relações, cujos elementos vão mudando consoante uma geração sucede a outra geração e os seres humanos morrem e outros nascem e crescem; mas as próprias relações se vão modificando. Quando consideramos as estruturas, há que nos situarmos no nível de uma teia de relações conexas que são, elas próprias, relações de relações, e os elementos que entram nessas relações humanas, sociais, são, eles próprios, pólos ou campos, como diria Kurt Lewin, campos de relações. O

indivíduo é ele próprio na medida em que se situa na confluência, no cruzamento, na intersecção e na coesão de várias teias de relações.

Se queremos conhecer os problemas de Portugal, como os problemas do nosso tempo, temos de ir longe, não necessariamente ao dilúvio, como na *Monarquia Lusitana*, mas séculos atrás.

MCM — *Durante a Expansão, os portugueses estiveram em contacto com a China e evitaram os conflitos devido ao facto de a China ser, nessa altura, uma grande potência. Na sua recente viagem à China, em 1978, qual a perspectiva que, como historiador da Expansão, coloca perante a evolução desse país até aos dias de hoje?*

VMG — Se há país que me tenha fascinado, se há realidade humana que me tenha prendido, sem dúvida a China ocupa o primeiro plano. O mundo que eu conhecia através dos estudos de Marcel Granet, de Henri Maspéro, de Cordier, de tantos autores do século XIX, mesmo portugueses, que o visitaram. Mas destacaria os trabalhos de Marcel Granet, que representam uma das contribuições mais notáveis à compreensão de uma civilização, dentro do espírito da corrente dos *Annales*, que poderemos conceber e que apareceram no nosso tempo. De certo modo, com essas leituras, e as leituras das fontes portuguesas antigas, a compreensão da China, não digo que fosse fácil ou que a tivesse conseguido, mas as portas ficaram-me abertas; gostaria de lá voltar e até com mais vagar, embora a minha estada me permitisse já uma certa análise das realidades sociais, humanas e culturais. Posso dizer que, em especial graças à obra de Marcel Granet, me foi muito facilitado o acesso à civilização chinesa.

O que verifiquei nas conversações com os chineses? Tinham saído da Revolução Cultural, que rompera os laços com o passado; a sua memória colectiva sofrera um corte e, em muitos dos casos, eles já não sabiam interpretar formas ou as cores do seu património; no entanto, de importância decisiva, não apenas no domínio simbólico mas na estruturação das relações sociais. E só a pouco e pouco é que iam recuperar esse passado da China. Foi nessa altura que saiu a primeira História Económica e Social da China, feita pelos chineses. Até aí só...

MCM — *Em que ano?*

VMG — Foi em 1978-1979.

MCM — *Como se chamava o autor?*

VMG — Fu Zhufu. Propus a tradução para uma língua ocidental, mas não o consegui.

MCM — *Mas uma obra fundamental para compreender esse mundo foi impressa sob a sua direcção, em «Rumos do Mundo», na Cosmos...*

VMG — Trata-se de uma história da civilização chinesa de Jacques Garnnet, que é um excelente livro.

Em todo o caso eu gostaria de prestar esta homenagem a Marcel Granet, que é da mesma estatura de um Lucien Febvre, de Braudel ou de um Marc Bloch, embora injustamente esquecido.

O que me interessou mais foi, por um lado, a presença de um povo cujo passado tinham querido apagar e que se encontrava confrontado com um conjunto de transformações desencontradas, inadaptadas à realidade profunda e à sua mentalidade, e que, no entanto, sabia que tinha que mudar mas recuperando o passado; e mudar de uma maneira aberta, sem o dogmatismo do marxismo-leninismo tal como os soviéticos o tinham querido impor, até no estilo de construção — um estilo pesado, opressivo, de uma praça como a praça Tien-Men, em Pequim — agora um dos opróbios do nosso tempo.

Esse contacto foi para mim extraordinário, porque reencontrei os autores portugueses que revelaram a China. Verdadeiramente, a China foi revelada à Europa por Frei Gaspar da Cruz, no século XVI, uma vez que Marco Polo nos dá da China a visão que tinham os mongóis. Além disso reencontrei e pude estar nos campos, tive que conhecer várias cidades, pequenos núcleos, e entrar em casas chinesas, ver a realidade quotidiana, passear livremente, falar com os homens políticos, e tudo isso deu-me uma consciência de que a situação na China ia mudar, dentro desses próprios tempos, com o acesso ao poder de Deng XiaoPing e com a abertura da China a novos caminhos.

Foi-me possível discutir com o vice-primeiro-ministro encarregado da economia as transformações económicas que a China ia operar e ele respondeu a todo o questionário que lhe pus e

até às objecções que lhe levantei e dúvidas que suscitei.

MCM — *Não escreveu nenhuma memória desse diálogo?*

VMG — Não. Escrevi um relatório para as instâncias oficiais, visto que eu tinha ido realizar negociações com as academias de Pequim, de Xangai e de Cantão; negociações essas que levei a bom termo mas que depois foram, como é costume entre nós, abandonadas, para só mais recentemente serem retomadas, e não com todas as possibilidades que nessa altura se tinham aberto para nós.

MCM — *Mas apercebeu-se então da grande mudança do mundo...*

VMG — Era em 1958, no momento da chegada ao poder de Deng XiaoPing; se fui lá encontrar muitas das realidades com que, através da história, já estava em contacto, pareceu-me que um povo que ia mudar. Aí compreendi a grande mudança no equilíbrio mundial, a que deslocava para o Pacífico o eixo da civilização, do desenvolvimento do poder; e compreendi que a ligação do bilião de habitantes da China com os cento e tantos milhões do Japão poderia constituir a grande força do futuro. Mas a revolução da liberdade foi esmagada na China — vindo todavia a convulsionar todo o Leste comunista.

MCM — *Em 1988 o Sr. Professor deslocou-se a Sevilha. Quer falar-nos um pouco desse encontro e fazer uma reflexão sobre essa viagem, sobre o seu significado?*

VMG — Desloquei-me a Sevilha a convite da Comissão Espanhola Nacional do quinto centenário das comemorações dos Descobrimentos, na companhia do historiador Rocha Pinto, para participar no primeiro encontro científico que se realizou no âmbito das comemorações, a fim de discutir problemas ligados a Cristóvão Colombo e ao seu tempo.

Mais do que as discussões públicas dos trabalhos apresentados, teve importância o cruzar de ideias, a abertura de perspectivas, a apresentação de novos pontos de vista, por exemplo na análise dos textos, como fizeram, por exemplo, Luciano Formisana e Rocha Pinto, ou quanto à integração do mundo de construção mítica na actuação dos homens do século XV-XVI, como fez Chris Zacher, analisando as viagens de Mandeville.

Esse encontro foi duplamente esclarecedor: verificou-se que as fontes portuguesas podem contribuir para dilucidar muitos

problemas ligados às navegações castelhanas, como, por outro lado, as fontes castelhanas podem iluminar muitos aspectos ligados à expansão portuguesa; e, por outro lado, revelou-se mais uma vez que os cientistas, os historiadores, os sociólogos, os antropólogos, todos aqueles que se ocupam das sociedades, das civilizações e mais em particular da história dos Descobrimentos e da Expansão, portugueses e espanhóis, se podem entender perfeitamente, se entendem e desejam colaborar e considerar essa extraordinária viragem entre quatrocentos e quinhentos como algo que põe em causa toda a Península Ibérica e não separadamente, Portugal, por um lado, e a Coroa castelhana, por outro. Seria um dos maiores erros nós não colaborarmos com os nossos colegas castelhanos, catalães, galegos, valencianos. Não um comemorativismo fácil e ritualista de cerimónias oficiais que ninguém deseja, não para espectáculos com «primas donas» e grandes cantores, numa exploração exibicionista, destinada ao chamado «grande público»; mas sim para um trabalho de investigação, de edição de textos fundamentais, de uma forma crítica e lúcida, como também de obras para o grande público; mas sim para a realização de acções destinadas a construir um futuro moderno e de dignidade e a permitir-nos no nosso tempo vencermos os problemas do nosso tempo. Porque Portugal enferma de um problema de atraso, que é um problema de fundo, um dos problemas essenciais, e de nada serve estarmos a escondê-lo com manifestações perfeitamente ridículas, cómicas, que gastam muito dinheiro e impedem a realização daquelas obras, aquela actuação do nosso tempo que virão a resolvê-lo. Lembremos que em 1922 se publicou a *História da Colonização do Brasil*, um dos maiores monumentos da cultura portuguesa do século XX...

MCM — *Publicada por...?*

VMG — Publicada por Malheiro Dias, sob a direcção artística de Roque Gameiro, com a colaboração de Duarte Leite, de Jaime Cortesão, de Paulo Mereia, de tantos outros historiadores de excepcional craveira. Como íamos dizendo, realizou-se também a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, com Gago Coutinho e Sacadura Cabral. É essa travessia aérea que tem de ser para nós o paradigma, é o equivalente a esse feito que nós temos também de realizar no mundo de hoje; e não andar-

mo-nos a dispersar em comemoraçõezinhas para promoção pessoal de uns tantos merceeiros da cultura ou dirigentes analfabetos, como tem acontecido, com dispêndio escandaloso de dinheiro que faz muita falta para as tarefas realmente essenciais, realmente patrióticas.

MCM — *Hoje, com toda uma vasta obra realizada ao nível cívico, político e cultural, ao longo de mais de meio século, sente-se um homem realizado? A sua dinâmica está longe de parar, com os seus objectivos, os seus projectos.*

VMG — Penso que o homem tem de ser sempre projecto. Olhar para trás é morrer, tantas vezes. A História não é regresso ao passado, nem teimosia em querê-lo prolongar; é um meio, maneira de pensar tudo quanto é humano. Mas não me sinto realizado, antes talvez frustrado. E o pior é que talvez não por culpa minha. Portugal, ou melhor, os grupos portugueses dirigentes não quiseram nunca aproveitar a pleno, muitas vezes nem minimamente, aquilo com que para o meu país e a humanidade podia contribuir. Sabotaram mesquinhamente e implacavelmente todas as minhas tentativas mais válidas — num hino à mediocridade e à trafulhice que não nos honra nada. E raros são os sinais de pretenderem efectivamente desatolar-se deste lodaçal, arrepiar caminho uma vez por todas e crear as condições, dar os meios de trabalho para podermos prestigiar este país e construir uma sociedade de dignidade. Não é razão suficiente para desistir — mas seria ludibriarmo-nos a nós próprios não permanecer algo cépticos e desencantados. Ser pessimista não é ver e denunciar o que está mal, é cruzar os braços ou até colaborar. O optimismo autêntico é o que discerne nitidamente os obstáculos mas se recusa a desistir, é não deixar esmagar os esforços e quem os desenvolve. Não vamos desistir: temos de continuar a caminhar em frente, sem genuflexões e contrapartidas. O triunfo dos carreiristas, dos ocos galardoados, dos que tudo atropelam para subir é afinal o único espectáculo de humor a que nos é dado assistir, neste país.

MCM — *A concluir...*

VMG — A concluir, gostaria de lembrar três nomes que vêm dos nossos bancos da universidade. Percursos muito diferentes do meu. Mas todos eles deram muito ao País e souberam o que é a verticalidade. Óscar Lopes foi um dos renovadores da

história da literatura, bem como da linguística apoiada na lógica matemática. Quando fui demitido, em 44, da Faculdade de Letras de Lisboa, recusou o convite para ingressar no quadro docente daquela escola. Mário Dionísio foi o primeiro a ler-me e a levar-me a ler Fernando Pessoa, e tantos anos decorridos sobre esses anos 30 deu-me leal e valiosa colaboração nas tentativas vãs de o 25 de Abril fazer nascer uma autêntica democracia. Piteira Santos esteve comigo ligado em tentativas para organizar a oposição e lutar pela democracia; ligados ainda, mais de um trinténio volvido, para que ele pudesse ocupar um lugar em que servir o País — e o ensino na faculdade foi uma solução muito razoável, embora não tivesse continuado pela via da investigação. Os quatro acabámos de dobrar o mesmo cabo. Daqui quero singelamente dizer-lhes que não os esqueci.

Nota final (VMG)

Em relação aos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, os nomes de Armando Cortesão e Teixeira da Mota são amplamente referidos na Introdução da nova edição — era melhor que o não fossem! — e ao iniciar-se o fac-símile aparece o antigo frontispício em que também figuram — mas seria de mais que essa portada não fosse transcrita. No entanto, o essencial fica: no rosto desta segunda edição não lemos esses dois nomes a quem a obra se deve — querer-se-á catalogá-la como de «autor anónimo»? Essa ausência incrível é totalmente inaceitável. Haja o respeito devido aos que tanto e tão bem trabalharam.

In *JL/Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.os 313, 314 e 315 (ano VIII), de 5, 12 e 19 de Julho de 1988.

3

L. Febvre, F. Braudel e M. Bataillon: a inflexão de uma carreira

Três grandes vultos da historiografia mundial deste século ([1]), Lucien Febvre, Fernand Braudel e Marcel Bataillon, deixaram, curiosamente ou não, também o seu nome associado à historiografia portuguesa. Um elemento de charneira neste processo foi — a par de outros (que não muitos) como Barradas de Carvalho — Vitorino Magalhães Godinho.

O autor de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* não só travou relações de amizade como teve a mais dilatada gama de contactos científicos com vultos como Febvre, Braudel e Bataillon. A sua tese de doutoramento, subordinada ao tema «L'Économie de l'Empire Portugais au XVe et XVIe Siècles, route de l'or et route de poivre», não poderia nunca ter sido o que foi se não se tivesse registado o apoio recebido daqueles mestres.

Para os primeiros contactos de Vitorino Magalhães Godinho com Lucien Febvre e Fernand Braudel tiveram um papel preponderante dois grandes nomes da História da Cultura em Portugal de meados deste século, Pierre Hourcade, que nos anos quarenta desempenhava em Lisboa as funções de director do Instituto Francês, e Marcel Bataillon, a quem Portugal também tanto deve, em particular pelos seus estudos no âmbito do Humanismo e Renascimento.

Continuava ainda, até aqui, por se desconhecer — pelo menos em termos de grande público — a forma como se processaram esses primeiros contactos entre o historiador português e os grandes vultos da escola dos *Annales.* Neste sentido são aqui publicadas as primeiras cartas trocadas com essas figuras cimeiras da Nova História. Estes originais vêm, assim, colmatar uma lacuna no tocante à forma como aqueles historiadores franceses acolheram e incentivaram o Prof. Magalhães Godinho nesse ano de 1946, em Paris.

E, curiosamente, depara-se, quer na carta de Febvre quer na de Braudel, com uma notória simplicidade no relacionamento com um jovem investigador (então com 28 anos) que não tinha ainda uma vasta obra publicada, comportamento esse que mui-

([1]) In *JL/Jornal de Letras, Artes e Ideias,* n.º 316 (ano VIII), de 26 de Julho de 1988.

to aproveitaria, seguramente, a alguns «vultos» da intelectualidade portuguesa. Essas cartas são documentos que falam por si: atestam generosidade, saber, competência, capacidade, enfim, de ouvir as vozes entusiásticas dos investigadores mais novos.

São, também nesse domínio, uma outra lição.

Vitorino Magalhães Godinho conheceu pessoalmente Fernand Braudel logo a seguir a essa carta de 1946. Entre 18 e 20 de Outubro de 1985, também esse historiador português esteve presente, em Châteauvallon, no «ritual» da última lição proferida em público por Fernand Braudel, que não muito tempo depois desapareceria do mundo dos vivos. Era esse o encerrar de um ciclo.

Só que os mestres não morrem. E hoje pode-se salientar com plena consciência da responsabilidade da afirmação que a lição de Braudel, de Marc Bloch, de Lucien Fèbvre e de outros continua a «circular» também em Portugal. A obra de Magalhães Godinho — e de alguns dos seus discípulos (cujos testemunhos mais adiante apresentamos) testemunham bem da vitalidade e rigor do pensamento desses mestres do saber.

Carta a Lucien Febvre

Lisbonne, 20 janvier 1946

Monsieur le Professeur Lucien Febvre,

Je vous demande pardon de m'adresser à vous sans accomplir les formalités préalables. Je suis licencié ès Lettres (histoire et philosophie) et j'ai été pendant deux ans chargé de cours à la Faculté des Lettres de Lisbonne. Vers le milieu de la troisième année j'ai dû quitter toutes les fonctions d'enseignement officiel pour des raisons qui n'ont rien à voir ni avec la science ni avec la pédagogie (ni avec la morale, cela va sans dire): vous pouvez soupçonner peut-être les vraies raisons. Je dirige à présent une collection d'histoire universelle, composée en majeure partie de traductions d'ouvrages français, anglais, etc.

Je tiens à vous exprimer d'abord ma gratitude pour tout ce que je dois à vos travaux d'histoire. Je suis d'accord avec vos idées principales. Je me rapelle d'avoir été ébloui par la vigueur critique de *La Terre et l'Evolution humaine*, j'étais, à peine entré à l'Université. Tout récemment, *Le Problème de l'Incroyance au XVI^e^ siècle* m'a frappé de façon durable par ces mêmes qualités qui sont les vôtres et qui vous assurent une place de choix dans la science historique de notre siècle. C'est à l'école des *Annales d'Histoire Economique et Sociale* que s'est formé mon esprit de débutant d'historien. C'est avec une émotion pro-

fonde que j'ai appris la mort de Marc Bloch, dont j'attendais avec la plus vive impatience les deux tomes dans la collection «L'Évolution de l'Humanité» sur l'économie du Moyen Âge; *La Société Féodale, Les Caractères Originaux de l'Histoire rurale française,* combien de fois j'ai dû m'en servir pour toujours en profiter. Je tiens à souligner ma dette envers les *Annales.*

C'est parce que je vous tiens pour un de mes maîtres que j'ose m'adresser à vous afin de demander votre avis. Je prépare une thèse de doctorat à soutenir devant la Faculté des Lettres de Lisbonne. Mon point de départ a été le problème des causes des grandes découvertes et des conquêtes outre-mer du XV[e] et XVI[e] siècles. Il me semble maintenant que pour résoudre ce problème (c'est-à-dire, pour pouvoir esquisser une hypothèse d'ensemble nécessairement provisoire mais utile pour de nouvelles recherches) il faut connaître d'un côté l'économie, la vie sociale et les courants idéologiques de la Péninsule, et d'autre part ces mêmes conditions en Afrique et en Asie. J'ai dû choisir dans cet amas de questions un problème bien déterminé. En quelques mots, ce problème se définit: la détermination de l'état économique du Maroc et du Sahara au XV[e] siècle et au début du XVI[e]; autant que possible dans la mesure où il est indépendant de l'influence chrétienne. C'est-à-dire qu'il s'agit surtout de la géographie économique de ces régions. Le plan renferme les chapitres suivants: «Le Maroc méditerranéen»; «Le Maroc atlantique»; «Les Canaries»; «Le Sahara et les caravanes». Chacun des deux premiers chapitres sera sous-divisé selon les régions qu'il est possible de distinguer au Maroc au XV[e] siècle; l'étude des Canaries sera sous-divisée en deux paragraphes: le premier sur les îles le plus anciennement conquises et peuplées par les chrétiens, le second sur les autres. Dans le dernier chapitre j'étudierai en premier lieu la côte saharienne, en deuxième lieu les oasis de dattiers, et en dernier lieu les nomades et les relais du trafic trans-saharien. C'est surtout sur les sources portugaises que j'ai dû et que je dois encore bâtir; mais j'ai aussi profité des géographes musulmans depuis le XII[e] siècle, notamment Edrisi et Léon l'Africain.

Certes, les sources sont surtout des récits de voyageurs, des chroniques des découvertes et conquêtes, dûes à la plume de chrétiens; mais les sources musulmanes me semblent tout à fait

insuffisantes pour établir qu'elle était la situation économique et sociale du Maroc et du Sahara antérieurement à la grande expansion européenne. J'ai été obligé, partant, de choisir dans ces sources chrétiennes tout ce qui peut dépeindre un état de choses encore sans rapport avec la conquête portugaise et le commerce portugais, dont les effets doivent être étudiés plus tard et ne pourront êtres mesurés qu'après cette tâche préliminaire accomplie. Je crois pouvoir y arriver grâce à la comparaison avec les géographes musulmans. Je n'oublie pas non plus de puiser dans les géographies modernes, parmi lesquelles *Le Maroc* de M. Célérier, *L'Homme et le Sahara* de M. Eydoux, *Le Sahara* de Gautier, la *Géographie Universelle* de La Blache et Gallois.

L'enquête portera principalement sur la distribution des matières premières et de la production agricole, minière et industrielle; sur les routes du trafic et les objets d'échange; sur l'alimentation, le vêtement et l'habitation; sur la composition professionnelle et sociale des villes, bourgades et tribus; je rapporterai les références qu'on peut glaner sur les techniques; les renseignements sur la démographie — malheureusement si insuffisants et si peu sûrs — ne seront pas oubliés; autant que possible, chaque groupe humain sera replacé dans le cadre du paysage décrit par les contemporains (mais dont la description sera comparée aux descriptions modernes).

Je crois qu'il n'y a aucun travail d'ensemble sur ce sujet. M. Robert Ricard a à peine effleuré la question (son domaine, c'est l'histoire politique, militaire et topographique; d'ailleurs j'ai beaucoup appris dans ses articles); et de même M. Ch. André Julien. Bovill ne nous renseigne pas suffisamment sur l'aspect économique et social; M. de La Roncière écrit surtout en géographe. Par conséquent, quoique les sources soient en nombre très réduit, il me semble qu'il vaut la peine de poser le problème et de chercher à amasser ce qu'il y a de plus important pour le résoudre.

Est-ce que je peux compter sur votre obligeance pour obtenir une réponse notamment aux questions suivantes:

1.º Le project vous semble-t-il bien choisi et d'un interêt réel pour une histoire vraiment humaine?

2.º Les principes généraux de l'enquête vous semblent-ils sûrs et féconds?

Je dois ajouter que ce serait pour moi une joie incomparable et une aide précieuse d'avoir à ma disposition votre critique toujours si avisée et de pouvoir puiser abondamment dans vos conseils que d'autres ne peuvent remplacer. Je vous fournirai tout les renseignements complémentaires dont vous aurez besoin afin de m'aider.

Monsieur le Professeur, veuillez bien excuser mon impertinence et accepter l'expression de ma plus profonde admiration, et croyez-moi toujours à votre disposition.

Vitorino Magalhães Godinho

Resposta de Lucien Febvre a V. M. G.

Paris, le 25 février 1946

1. rue de Val-de-Grâce. 5e

Cher Monsieur,

J'ai été bien content de recevoir votre lettre. Je m'excuse d'y répondre si tard. Mais, outre que je suis accablé de besognes diverses, j'ai tenu à la montrer auparavant à mon ami le Professeur *Braudel,* qui est le meilleur connaisseur en la matière. Il est directeur d'Études pour les Langues, Littératures et Histoires Portugaises et Espagnoles à l'École des Hautes Études; il a fait un long séjour au Brésil où il a dirigé la mission française de São Paulo; il achève une thèse qui sera un monument et qui achèvera de le classer au 1er rang des historiens français, sur *la Méditerranée et le Monde Méditerranéen pendant le demi-siècle — (1550-1600) — que remplit l'activité de Philippe II.* J'ajoute qu'il a passé dix ans de sa vie en Afrique du Nord, et qu'il en connaît l'histoire admirablement. Il n'eût tenu qu'à lui d'être à Alger dans la chaire de G. Iver, l'historien officiel de ce passé. Je vous indique tout de suite qu'il ne demande qu'à être en relations avec vous. Il habite à Paris, 11, Rue Monticelli. Il vous répondra avec le plus grand plaisir. J'ai également pris connaissance de vos deux livres qui me sont bien, et vite parvenus. Il en sera rendu compte dans les *Annales* et précisement par les soins de Fernand Braudel: vous ne sau-

riez désirer de meilleur juge — et il m'a dit l'interêt qu'il avait pris à vous lire.

Mon avis personnel est que, sans doute, le sujet que vous indiquez est intéressant. Mais je me demance s'il ne serait pas plus intéressant encore et plus neuf, au lieu de traiter surtout du *Maroc*, d'étendre votre domaine jusqu'au golfe de Guinée et d'examiner de plus près l'état des très curieuses sociétés noires qui bordaient ce golfe — et qui, entre autres problèmes, posent celui de l'*OR*. Je vous signale entre parenthèses, que vous trouverez cette année dans le 1er numéro de la nouvelle série des *Annales* /année 1946; titre nouveau: *Annales (Économies, Sociétés, Civilisations);* Librairie Armand Colin, 103 Bd S. Michel, Paris/ un *remarquable* article de Fernand Braudel sur le grand drame monétaire qui fut, précisément, à la fin du XVIe s., le détournement de l'or soudanais par le Portugal et ses applications aux besoins non plus du trafic méditerranéen mais du trafic *Indien*. Il me paraît difficile que vous ne trouviez pas sur ce domaine soudanais des indications très riches et très neuves qui élargiraient votre sujet en faisant de lui un chapitre d'une grande *Histoire de l'Atlantique* et de sa découverte qui reste à écrire. Mais, encore une fois, j'en ai parlé avec Fernand Braudel et je ne peux que vous engager à vous mettre en relations avec lui. Nous serons très heureux de vous suivre dans votre travail. D'une façon générale, nous sommes toujours content de nous tenir en contact avec les travailleurs qui suivent l'effort de nos *Annales*.

Le 1er numéro de cette revue, année 45, retardé par diverses causes, paraît à instant. Il constitue, avec le 2e numéro qui paraître d'ici un mois, un hommage à Marc Bloch dont vous savez la fin héroïque.

— Je résume. Oui, votre étude, telle que vous la proposez, est digne d'un grand interêt.

Mais peut-être serait-il bon de la pousser sinon de la centrer sur les États noirs du Soudan (Côte d'Or, etc.).

Quant à nous, *Annales* — nous sommes tout prêts à vous aider de notre sympathie. Mettez vous en relations spécialement avec Fernand Braudel.

Et croyez, cher Monsieur, à mes meilleurs sentiments.

(signé) *Lucien Febvre*

Paris, Collège de France.

Carta a Fernand Braudel

Lisbonne, le 8 mars 1946

Monsieur le Professeur Fernand Braudel,

Le Professeur Lucien Febvre m'a engagé à vous écrire au sujet d'une thèse d'histoire économique que je prépare depuis déjà quelques années. C'est avec le plus grand plaisir que je me mets en relations avec vous, parce que j'ai appris que vous êtes profondément interessé par l'histoire et la culture portugaises et que le Prof. Febvre m'a parlé de vous en termes chaleureux.

D'abord, il faut que je vous explique comment le problème s'est-il posé à mon esprit. J'ai toujours été frappé para l'insuffisance des explications proposées ou acceptées sur la genèse des Grandes Découvertes et conquêtes du XV[e] et XVI[e] siècles. Même le grand Pirenne — dont l'oeuvre m'est si chère — s'est contenté de quelques idées trop simples et tout à fait inexactes (par exemple, que le Portugal n'a pas connu un grand développement du commerce avant les grands voyages de découverte). En 1938 je posai le problème pour la première fois, dans un petit essai, quelque peu développé peu après et publié en 1940. Depuis lors j'y suis revenu à plusieurs reprises, mais j'ai dû diviser méthodiquement la difficulté (une des règles de Descartes), et je pense préparer par une série de travaux partiels l'explication d'ensemble de ce vaste mouvement

d'expansion d'une durée de deux siècles. L'idée qui me semble essentielle est la suivante: il faut connaître

a) d'un côté, l'économie, la société et la vie mentale de la Péninsule Ibérique et de l'Europe (dans la mesure où elle est en rapport avec l'expansion) pendant ces deux siècles;

b) d'un autre côté, l'organisation de la vie économique, la structure sociale, les genres de vie des peuples avec lesquels les Européens sont entrés en contact;

c) en dernier lieu, les formes qu'ont revêtu ces prises de contact, l'influence mutuelle des diverses civilisations mises en présence, les changements économiques et sociaux qui en sont l'effet.

Je laisse provisoirement de côté — mais pas tout à fait, parce que cela est impossible — le premier aspect du problème, pour m'en tenir aux deux autres. La lecture des chroniques de découverte et de conquête, aussi bien que de quelques descriptions ethnographiques dûes aux navigateurs et conquérants et de quelques sources diplomatiques m'a convaincu qu'on peut établir avec leur aide quel était l'état économique et social du Maroc, des Canaries, du Sahara, du Soudan, de l'Afrique méridionale et orientale et de l'Asie à la veille de l'expansion européenne et pendant cette première prise de contact. Mais par après j'ai dû restreindre géographiquement mon problème, et j'ai choisi le Nord-ouest africain, c'est-à-dire le Maroc, l'archipel canarien, le Sahara occidental et le Soudan occidental. Comme j'avais besoin de contrôler les informations des navigateurs et conquérants, j'ai été amené à lire les écrivains musulmans (lire les traductions, puisque je ne sais pas l'arabe); j'ai largement puisé dans les *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti*, mais j'ai constaté qu'il fallait recourir directement aux traductions intégrales, et j'ai déjà mais à profit Idrisi et Ibn Batoutah. Je pense maintenant que le mieux est de traiter toute la période qui s'étend depuis le milieu du XIIe siècle jusqu'à la fin du XVe; si possible, pousser mon enquête encore d'un siècle, jusqu'en 1600, en étudiant déjà la présence européenne et les changements qu'elle a dû apporter aux sociétés indigènes. J'avais été amené à retrancher provisoirement de mon champ de recherches les états noirs du Soudan; le Professeur Febvre m'invite à les prendre d'ores et déjà en considération, et je suis d'accord avec lui, car on ne peut pas comprendre le Maroc et encore moins

le Sahara sans la connaissance des peuples qui fournissaient l'or et les esclaves. Une des raisons pour lesquelles j'avais décidé de retrancher le Soudan était l'impossibilité de consulter au Portugal l'oeuvre monumentale de M. Delafosse sur le Haut-Sénégal — Niger (c'est incroyable, mais elle n'existe pas chez nous!). Je crois que seul un long séjour à Paris pourra me permettre de mener à bout l'enquête que je me suis proposée.

Les principales sources pour mon étude me semblent être: Idrisi, Ibn Khaldoun, Ibn Batoutah, les chroniques soudanaises (que nous n'avons pas au Portugal), Cadamosto, Léon l'Africain, Marmol, les *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc,* les chroniques, routiers et chartes portugais, la description anonyme portugaise du Maroc de 1956, *Le Canarien* de Boutier et Le Verrier, les descriptions espagnoles de la côte du Rif (1504--1505). Les études modernes de géographie et d'histoire me sont aussi très utiles: La Roncière, Ch. A. Julien, E. F. Gautier, Bovill, la *Géographie Universelle* (collaboration d'Augustin Bernard), *L'Homme et le Sahara,* de H. P. Eydoux, l'analyse de Léon l'Africain entreprise par Massignon. Mais je crois que, dans l'ensemble du moins, mon sujet n'a pas encore fait l'objet d'aucun livre. Mon enquête porte surtour sur la démographie, la nourriture, la maison, le vêtement, les productions agricoles, l'industrie, le commerce et les routes du trafic, la composition professionnelle de la population et les classes sociales.

Le Professeur Febvre m'a parlé d'un *remarquable* article que vous allez publier dans les *Annales* sur le détournement de l'or soudanais de la Méditerranée vers l'Atlantique par les Portugais. J'ai écrit quelques lignes là-dessus dans *A Expansão Quatrocentista* et je m'en occupe aussi dans ma thèse. Je serais très heureux si vos conclusions venaient rejoindre les miennes, et je tiens à vous dire que j'attends le prochain numéro des *Annales* avec la plus vive impatience.

Et maintenant je passe à une autre question, au sujet de laquelle je pense écrire aussi au Professeur Marcel Bataillon. Il me semble qu'il serait d'un interêt très grand de créer à Paris un Centre d'Études et de Documentation Portugaises, dans lequel on rassemblerait toutes les principales sources de l'histoire du Portugal qui sont déjà publiées, aussi bien que les oeuvres des historiens portugais et les témoignages de l'activité de la culture portugaise

d'expansion d'une durée de deux siècles. L'idée qui me semble essentielle est la suivante: il faut connaître

a) d'un côté, l'économie, la société et la vie mentale de la Péninsule Ibérique et de l'Europe (dans la mesure où elle est en rapport avec l'expansion) pendant ces deux siècles;

b) d'un autre côté, l'organisation de la vie économique, la structure sociale, les genres de vie des peuples avec lesquels les Européens sont entrés en contact;

c) en dernier lieu, les formes qu'ont revêtu ces prises de contact, l'influence mutuelle des diverses civilisations mises en présence, les changements économiques et sociaux qui en sont l'effet.

Je laisse provisoirement de côté — mais pas tout à fait, parce que cela est impossible — le premier aspect du problème, pour m'en tenir aux deux autres. La lecture des chroniques de découverte et de conquête, aussi bien que de quelques descriptions ethnographiques dûes aux navigateurs et conquérants et de quelques sources diplomatiques m'a convaincu qu'on peut établir avec leur aide quel était l'état économique et social du Maroc, des Canaries, du Sahara, du Soudan, de l'Afrique méridionale et orientale et de l'Asie à la veille de l'expansion européenne et pendant cette première prise de contact. Mais par après j'ai dû restreindre géographiquement mon problème, et j'ai choisi le Nord-ouest africain, c'est-à-dire le Maroc, l'archipel canarien, le Sahara occidental et le Soudan occidental. Comme j'avais besoin de contrôler les informations des navigateurs et conquérants, j'ai été amené à lire les écrivains musulmans (lire les traductions, puisque je ne sais pas l'arabe); j'ai largement puisé dans les *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti*, mais j'ai constaté qu'il fallait recourir directement aux traductions intégrales, et j'ai déjà mais à profit Idrisi et Ibn Batoutah. Je pense maintenant que le mieux est de traiter toute la période qui s'étend depuis le milieu du XII[e] siècle jusqu'à la fin du XV[e]; si possible, pousser mon enquête encore d'un siècle, jusqu'en 1600, en étudiant déjà la présence européenne et les changements qu'elle a dû apporter aux sociétés indigènes. J'avais été amené à retrancher provisoirement de mon champ de recherches les états noirs du Soudan; le Professeur Febvre m'invite à les prendre d'ores et déjà en considération, et je suis d'accord avec lui, car on ne peut pas comprendre le Maroc et encore moins

le Sahara sans la connaissance des peuples qui fournissaient l'or et les esclaves. Une des raisons pour lesquelles j'avais décidé de retrancher le Soudan était l'impossibilité de consulter au Portugal l'oeuvre monumentale de M. Delafosse sur le Haut-Sénégal — Niger (c'est incroyable, mais elle n'existe pas chez nous!). Je crois que seul un long séjour à Paris pourra me permettre de mener à bout l'enquête que je me suis proposée.

Les principales sources pour mon étude me semblent être: Idrisi, Ibn Khaldoun, Ibn Batoutah, les chroniques soudanaises (que nous n'avons pas au Portugal), Cadamosto, Léon l'Africain, Marmol, les *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc,* les chroniques, routiers et chartes portugais, la description anonyme portugaise du Maroc de 1956, *Le Canarien* de Boutier et Le Verrier, les descriptions espagnoles de la côte du Rif (1504--1505). Les études modernes de géographie et d'histoire me sont aussi très utiles: La Roncière, Ch. A. Julien, E. F. Gautier, Bovill, la *Géographie Universelle* (collaboration d'Augustin Bernard), *L'Homme et le Sahara,* de H. P. Eydoux, l'analyse de Léon l'Africain entreprise par Massignon. Mais je crois que, dans l'ensemble du moins, mon sujet n'a pas encore fait l'objet d'aucun livre. Mon enquête porte surtour sur la démographie, la nourriture, la maison, le vêtement, les productions agricoles, l'industrie, le commerce et les routes du trafic, la composition professionnelle de la population et les classes sociales.

Le Professeur Febvre m'a parlé d'un *remarquable* article que vous allez publier dans les *Annales* sur le détournement de l'or soudanais de la Méditerranée vers l'Atlantique par les Portugais. J'ai écrit quelques lignes là-dessus dans *A Expansão Quatrocentista* et je m'en occupe aussi dans ma thèse. Je serais très heureux si vos conclusions venaient rejoindre les miennes, et je tiens à vous dire que j'attends le prochain numéro des *Annales* avec la plus vive impatience.

Et maintenant je passe à une autre question, au sujet de laquelle je pense écrire aussi au Professeur Marcel Bataillon. Il me semble qu'il serait d'un interêt très grand de créer à Paris un Centre d'Études et de Documentation Portugaises, dans lequel on rassemblerait toutes les principales sources de l'histoire du Portugal qui sont déjà publiées, aussi bien que les oeuvres des historiens portugais et les témoignages de l'activité de la culture portugaise

au XXe siècle. Je crois qu'il serait facile d'obtenir ce matériel gratuitement et je suis prêt à engager toutes les démarches indispensables. Les Brésiliens ont déjà au Musée de l'Homme un Intitut des Hautes Études Brésiliennes; peut-être pourrait-on commencer par une annexe portugaise à cet Institut; j'en parlerai d'ailleurs à Paris à M. Paulo Duarte. Vous savez très bien qu'il n'y a pas en France les éléments nécessaires pour écrire sur l'histoire et la culture portugaises. Je n'en veux donner que deux exemples: dans le livre *Le XVIe siècle* (collection Clio) par H. Sée et A. Rébillon, la bibliographie portugaise est incomplète, erronée (on indique l'Histoire du Portugal de Herculano qui s'arrête au milieu du XIIIe siècle!), et le paragraphe sur les découvertes portugaises n'est pas seulement très pauvre, il est plein de fautes les plus grossières. Il vient de paraître *La Faillite de la Paix* de Maurice Baumont — un livre excellent; malheureusement, tout ce qui se rapporte au Portugal est tout à fait insuffisant et ne mérite aucune confiance; la liste des ouvrages à consulter est incroyable et il y a des affirmations qui sont des erreurs (par exemple: M. Baumont dit qu'il n'y a pas de question agraire au Portugal; or, tout le monde sait qu'un des problèmes les plus angoissants de toute l'histoire portugaise c'est le problème de la terre).

Lorsque les conditions le permettront, je vous enverrai mes modestes travaux que vous ne connaissez pas encore: *Dúvidas e Problemas* et une publication méthodique de sources choisies qui se rapportent à l'expansion portugaise, avec de nombreuses notes d'éclaircissement et de discussion — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, deux tomes déjà parus; le troisième à paraître bientôt (1).

Je vais engager les historiens portugais à lire vos travaux. Veuillez agréer, Monsieur le Professeur, le témoignage de mes sentiments les meilleurs.

Vitorino Magalhães Godinho

(1) Braudel publicou depois nos *Annales* uma recensão crítica destas e de outras obras.

Carta de Fernand Braudel

11, rue Monticelli, Paris XIV^e Paris, 6 mai 1946

Cher Monsieur,

Excusez-moi de ne pas avoir répondu plus tôt à votre lettre passionnante. Mais j'ai dû quitter Paris d'urgence, pour le Jura, en raison d'une santé qu'un séjour de cinq ans en Allemagne n'a pas rendue florissante. Je relis aujourd'hui votre lettre avec le même vif et puissant intérêt qu'à la première lecture et j'admire, une fois de plus, avec quelle aisance vous écrivez notre langue. Je vous remercie aussi de la gentillesse avec laquelle vous me fournissez renseignements et idées. A l'époque, à la dure époque actuelle, de telles lettres et de telles confiances sont assez rares et d'autant plus réconfortantes.

Si je laisse de côté, pour aujourd'hui, ce que vous me dites de l'expansion portugaise à l'époque cruciale des grandes découvertes, votre lettre porte sur trois questions: votre thèse, votre venue à Paris, la création d'une section portugaise de documentation au Musée de l'Homme ou ailleurs. Pour cette dernière question, vous avez eu raison d'en écrire à Marcel-Bataillon qui, aux dernières nouvelles, va bientôt se rendre à Lisbonne et donc vous y rencontrera. Quand votre projet sera au point, Lucien Febvre vous donnera son appui qui, bien plus que le mien certes, peut être décisif.

Pour votre venue à Paris, dites-nous donc quand cela vous serait utile et agréable et, là aussi, nous essaierons de vous aider matériellement.

Quant à votre thèse, je vous approuve d'élargir votre champ d'études dans le temps et dans l'espace. Dans le temps, en remontant jusqu'au XIIIème s. (je dis XIIIème et non pas XIIème nécessairement) et en poursuivant jusqu'au XVIIème (non pas 1600, mais plutôt, j'aimerais vous en convaincre, 1640); le milieu du XVIIème s. étant la très grande cassure, de portée européenne et mondiale. Dans l'espace, en allant par delà le Sahara, non seulement jusqu'au Soudan mais, je vous en conjure, jusqu'au golfe de Guinée. Mais voilà un sujet énorme, beaucoup trop important sans doute. Vous n'en sortirez donc qu'en sacrifiant des années et des années de votre vie scientifique; ou alors en délimitant votre sujet, je dirais plus volontiers votre problème. Mais quel problème? La vie un peu statique du Maroc est un merveilleux sujet, comme vous le pensez, mais il vous conduira à une étude descriptive, très difficile à mettre en place. Méfiez-vous. J'ai bien peur que vous ne soyez pas payé de votre peine.

Par contre, quel passionnant problème que cette organisation des grands courants du trafic de l'Afrique «portugaise» de l'Ouest, ceux de l'or surtout, gagnant par terre, ou par l'Atlantique avec les relais des îles, les marchés du Portugal, de la Méditerranée, ou du Nord anglais, hollandais, voire basque. Robert Ricard, plus que vous ne le pensez, a été attentiff à l'histoire économique du Maroc et à cette histoire liée de la Berbérie et de la Guinée. (Voir son bel article: *Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'Empire portugais aux XVème et XVIème s.* dans: Annales de l'Institut d'Études Orientales de la Faculté des Lettres d'Alger, Paris, Larose, 1936.) C'est ce problème que je reprends et que j'élargis, je crois, en le ramenant à la Méditerrannée, dans la première partie de l'article dont vous a parlé Lucien Febvre et que vous recevrez sous peu. Mais ni Robert Ricard ni moi-même n'avons sur l'histoire portugaise en ce large coin d'Afrique, vos lumières, ni vos possibilités de lumière. Nous avons posé l'un et l'autre en termes *d'histoire générale* un problème puissant du passé portugais qui reste à résoudre. Si vous le repreniez, avec votre fougue, votre désir d'y

voir clair, je crois que vous nous rendriez un service signalé, que vos conclusions soient ou non les nôtres.

Vous verrez que tout se tient et fait bloc, la présence si curieuse, si large des Portugais en Méditerranée (encore nette en 1580: je puis vous donner le nom de navires portugais atteignant Livourne vers ces annés-là) ou le raid marocain sur Tombouctou, analogue à un raid algérien sur Ouargla, une trentaine d'années plus tôt. Cependant Tlemcen et Alger reçoivent encore de l'or soudanais vers les années 1580 et sans doute au delà. A la même époque, il en arrive aussi au Maroc et au Sous. Les Anglais viennent l'y chercher et les Livournais. J'ai même trouvé l'indication d'un sachet d'or dans le relevé de la cargaison d'une barque livournaise. Et d'habitude, vous le savez, on n'était pas si scrupuleux pour de telles déclarations...

Votre Maroc économique trouverait sa place dans le cadre de cette large étude, mais une place seconde. Et votre tâche se simplifierait, me semble-t-il, tout en s'élargissant.

Répondez-moi dès que vous aurez en mains mon article et, en ma compagnie ou contre moi, faites votre chemin dans ce magnifique champ d'histoire. Je vous donnerai avec plaisir toutes les précisions que je puis avoir dans mon fichier à ce sujet et même, quand ce sera possible, je vous ferai envoyer les livres ou articles qui vous manqueraient. Je suis d'ailleurs également à votre disposition pour tout autre sujet que vous choisiriez.

Puis-je ajouter à cette lettre une demande? Vous me signalez votre point de vue à propos de certains livres portugais ou français. Nous serions très heureux si vous vouliez bien rédiger certaines notes, principalement sur les livres récemment parus, et si vous nous les envoyiez pour les *Annales*.

A vous bien cordialement.

F. Braudel

Lucien Febvre

Bataillon

Brandel

Carta de Marcel Bataillon (I)

Collège de France
Chaire de Langues et Littératures
de la Péninsule Ibérique et de l'Amérique Latine

Paris, 3 juillet 1946
14. Rue de l'Abbé de V[e]

Cher Monsieur,

Merci bien cordialement pour votre très intéressante lettre du 22 Juin.

Elle me donne à entendre que vous n'avez pas reçu le mot que je vous ai écrit après avoir reçu les volumes expediés para M. Soares de Azevedo.

Oui, j'ai bien reçu les *Documentos* (1) ainsi que les *Dúvidas e Problemas* (2). Tout cela forme un ensemble de grand valeur. Vous vous attaquez, par le centre même, à une oeuvre de rénovation de l'histoire du Portugal selon les conceptions nouvelles que vous avez analysées dans *A Crise da Historia* (3). // Il me

---

(1) Trata-se de *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1943, 244 páginas, e *Idem*, vol. II, Lisboa, Janeiro, 1945, 266 páginas

(2) Trata-se de *Dúvidas e Problemas acerca de Algumas Teses de História da Expansão*, Lisboa, 1943, 32 páginas.

(3) Trata-se de *A Crise da História e as Suas Novas Directrizes*, Lisboa, Janeiro de 1946, 184 páginas (que tinha acabado de ser editada à altura da carta de V. M. G. que motivou esta resposta de M. Bataillon).

semble, comme à vous, que cet effort doit être connu, utilisé par les gens qui font de l'histoire vivante et non de l'histoire momifiée.

C'est vous dire si j'approuve votre project d'un centre de documentation portugaise qui orienterai les historiens vers les sources de votre histoire, leur permettrait d'intégrer celle-ci correctement dans l'histoire générale! L'insuffisance du *XVI^e^ siècle* de Sée et Rébillon, à cet égard, est lamentable. Je croyais que Baumont s'était mieux informé. Toute rectification que vous pourrez m'envoyer au sujet de son livre sera surement accueuillie par lui avec reconnaissance, et mise à profit, s'il en est temps encore, pour la 2e édition de *La faillite de la Paix*.//

De votre project, nous pourrons causer, j'espère, en Octobre, si rien ne vient se mettre en travers de mon plan de voyage à Lisbonne. J'aurais grand besoin de compléter ma documentation sur le sujet redoutable que je dois traiter dans un de mes deux cours de l'hiver prochain: Les Jésuites dans la vie religieuse et culturelle du Portugal entre 1540 e 1580. Les *Monumenta Historica Societatis Jesu* sont une mine très riche de documents dont le P. Francisco Rodrigues, tenu par son parti-pris de Jésuite (et de Jésuite Portugais) n'a pu extraire tout le suc. Les recherches que j'ai ménées cette année sur les débuts de la Compagnie en Espagne [4] m'ont rendu sensible à certains aspects trops negligés jusqu'ici. Les mots tout faits, et mal // faits, comme *Contre-réforme*, ont caché la complexité de mouvements qui s'apparentent à la «Réforme» protestante, mais bien plus profondément que par l'adaptation à la lutte contre elle.

[4] É, com efeito, neste período que M. Bataillon redige o trabalho «Les Jésuites dans la vie religieuse et culturelle du Portugal jusqu'à la réuniou avec l'Espagne», publicado no *Annuaire du Collège de France* (Paris), vol. XLVII, 1947, pp. 178-192. Vide «Bibliographie Portugaise de Marcel Bataillon» apresentada *in* Pina Martins, José V. de, *Au Portugal dans de Sillage d'Erasme — Exposition Bibliographique en l'Honneur de Marcel Bataillon*, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian (Paris), 1977, p. 32 (n.º 32). Este estudo de Marcel Bataillon encontra-se compendiado, de forma abreviada, *in* Bataillon, Marcel, *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian (Paris), 1974, artigo «L'Implantation de la Compagnie de Jésus au Portugal», pp. 221-224.

La «Compagnie» que H. Boehmer et Monod présentent comme l'achèvement d'une évolution du monachisme occidental, et qui l'est en un sens, est en même temps une création portée par le mouvement anti-monastique du XVIIe siècle (et qui justifie par là l'hostilité qu'elle suscita parmi les moines). Un terrain d'election pour ele est la bourgeosie marchandé. Elle fait des recrues et suscite des enthousiasmes chez les «nouveaux chrétiens» espagnols d'origine juive (d'où l'hostilité à son égard de l'archevêque de Tolède Siléceo).// C'est dire qu'elle n'est pas, à l'origine du moins, identifiée avec l'esprit «cristiano viejo» qui anime l'Inquisition. Mais tout cela est affaire de dosage et de dates. Cela ne peut se résumer en quelques lignes. Mon désir est grand d'étudier l'insertion des jesuites dans la vie portugaise sans me laisser guider par des idées preconçues formées à propos de leur installation en Espagne. Les deux milieux sont sensiblement différents. Et au Portugal les jésuites sont appelés par la cour dont ils font demblée la conquête, / ce qui n'a certes pas êté le cas en Espagne. Ils se sont intéressés à la création de l'Inquisition portugaise, mais sans s'y engager à fond, et en se gardant bien d'assumer la fontion inquisitoriale quand on la leur proposa. Leur attitude vis à vis des maîtres du Collège des Arts, le rôle de Simão Rodrigues dans le proces de Damião de Goes, ce sont des faits qu'il faut déterminer avec precision.

Mais il y a, comme vous le savez, une crise intérieure de la province portugaise qui aboutit à l'élimination de Simon Rodrigues, au départ de D. Teotónio de Bragança. Et bien entendu, c'est le contenu religieux de tout cela qu'il s'agit de tirer au clair. // Mais c'est aussi le conflit avec les dirigeants espagnols de la Compagnie, où il entre des questions de tendance et des questions de personnes. Et je me demande si le milieu social où se recrutent les jésuites portugais les plus marquants est bien le même que celui d'où sortaient les dirigeants espagnols. Bien entendu les archives de la Compagnie ne disent presque rien de ceux qui la quitèrent en même temps que D. Teotonio — D'après les notices du P. Francisco Rodrigues, ceux qui ont laissé un nom dans la province-même de Portugal ou dans les missions sont, autant qu'on peut voir, des nobles — Avez vous des lumières sur cette question du rôle joué par la bourgeosie — en particulier par les nouveaux chrétiens — dans l'aile // marchante de la réforme catholique?

Ce rôle, qui m'a frappé dans l'erasmisme, se retrouve chez

les jésuites espagnols et dans le mouvement des disciples de Jean d'Avila, apôtre de l'Andalousie ([5]).

Mais il est très possible qu'il n'y ait rien de semblable au Portugal à cause du décalage chronologique et de la moindre ampleur avec laquelle s'y manifeste le problème des nouveaux chrétiens. Toute indication que vous pouvez me donner sur l'aspect portugais de la réforme catholique (où l'influence castillane me semble décisive) sera reçue avec profonde gratitude.

Pardon par cette lettre trop longue et confuse, interrompue par des visites importunes. Ce sera un grand palisir de lire l'*Esquisse* de Condorcet traduit par votre femme et prefacée par vous.

En attendant, mes souhaits les plus chaleureux pour la bonne marche de vos travaux.

M. Bataillon

([5]) Remete-se, em particular, a respeito dos discípulos de João d'Ávila, apóstolo da Andaluzia, para Jereczek, Bruno, *Louis de Grenade disciple de Jean d'Ávila*, Ed. Lussaud, 1971.

Carta de Marcel Bataillon (II)

Collège de France
Chaire de Langues et Littératures
de la Péninsule Ibérique et de l'Amérique Latine

Paris, 20 décembre 1946

Mon cher Ami,

Dès mon rétour ici, exactement dès l'assemblée du Collège qui eut lieu le 24 de novembre, j'avais vu Lucien Febvre et avais eu l'assurance que vos travaux projectés étaient assurés dès maintenant du meilleur accueil. J'esperais avoir vite quelques précisions et remettais à ce moment-là le plaisir de vous écrire. Et puis Lucien Febvre s'est absenté pour un enseignement temporaire à Bruxelles d'où il n'est revenu qu'hier matin. Nous sommes de nouveau en contact. Dès qu'il aura// des détails nouveaux, je vous les communiquerai soit directement soit par l'intermediaire de M. Hourcade à qui j'écris par ce même courrier.

Mais je veux vous dire sans plus tarder — j'ai déjà trop. attendu — combien j'ai été touché de votre cordial accueil, de votre confiance, quel bon souvenir nous gardons, ma femme et moi, des bons instants passés à votre foyer. Voulez-vous le dire à Madame Magalhães Godinho?

Je me suis trouvé, en arrivant à Paris, devant un énorme courrier en retard, devant le travail urgent de préparation des cours. Et comme j'avais reservé pour Paris de dépouillement de

toute une énorme documentation// récente sur l'Université de Coimbra et le Collège des Arts, je n'ai pas eu beaucoup de moments por souffler. Je devais faire tout à l'heure mon dernier cours du trimestre. Et ce cours n'aura pas lieu parce que le Collège de France est en deuil. Nous venons de perdre Paul Langevin (1). On lui fait demain les obsèques nationales. C'est un grand citoyen qui nous quitte en même temps qu'un grand savant. Je sais que vous êtes en pensée avec nous dans un pareil deuil, et c'est pourquoi je vous en fais part — Bien entendu, je ne bouge pas de Paris pendant les courtes vacances de Noël et du jour de l'an. Si je pouvais vous être utile en quelque chose,// n'hésitez pas à me l'écrire.

Partagez avec votre famille nos meilleurs voeux pour l'anné qui vient. Et croyez-moi votre ami dévoué.

M. Bataillon

Bien entendu L. Febvre ne voit pas d'inconvénient — au contraire — à ce que vous traduisiez mon étude sur *Le Problème de l'Incroyance au XVIe Siècle* (2). Il suffira de mettre au début un note indiquant où a paru cette étude.

Question inépuisable que cette incroyance! En lisant le procès de João da Costa (3) je me disais que l'accusation d'athéisme au XVIe s. a peut-être un peu plus de portée que L. Febvre lui en attribue. Mais je crois que pour l'essentiel il a raison.

---

(1) Paul Langevin (1872-1946), físico francês, professor do Collège de France desde 1902, director da Escola de Física e Química (1925), onde sucede a Pierre Curie, realizou investigações sobre a ionização dos gazes, o magnetismo e a estrutura da matéria, a relatividade dos ultra-sons, e descobriu simultaneamente com Einstein certas propriedades da energia. Foi Langevin quem com mais elegância expôs a nova teoria da relatividade e difundiu a mecânica ondulatória. Essencialmente professor, toda a sua vida interveio nos combates políticos (por exemplo ao lado de Romain Rolland), pela democracia; aliou-se, durante a 2.ª Guerra Mundial, à Resistência e chegou a ter de se evadir. Em Langevin o cientista, o professor e o interventor cívico formam uma unidade que bem se traduziu no projecto de Reforma do Ensino que elaborou com Henri Wallon depois da Libertação, na mira de levantar a França e lhe restituir o seu papel na cultura.

(2) Esta obra veio a público, sob a chancela da Editorial Início, inserida na Biblioteca «Evolução da Humanidade», Lisboa, 1971, com tradução a cargo de Rui Nunes.

(3) Os documentos deste processo foram estudados e publicados por Mário Brandão e pela Universidade de Coimbra em 1944.

Evocação de Fernand Braudel (1)

A Humanidade perdeu um dos maiores pensadores do nosso século. Perdi o companheiro de trabalho quase quotidiano durante treze anos, uma amizade única incrustada na rocha e que por isso resistiu aos redemoinhos da superfície, uma directriz de vida que em boa parte coincidia entre nós — na defesa da autêntica democracia, generosa e humanista, nacional e universalizante, no apaixonado amor pelo ensino e pela investigação científica, no apego ao rigor e na ousadia das hipóteses de rasgados horizontes,

Conheci Braudel pela mão tutelar e amiga de Lucien Febvre e de Marcel Bataillon, nesse Janeiro de 1947 de um desolado Paris a tiritar com — 20º. Lucien Febvre foi nesses primeiros anos o meu mestre incontestado, como o era dos outros com quem aprendi e trabalhei; e tive o raro privilégio de aprender, trabalhar, conviver com Bataillon, Georges Gurvitch, Émile Coornaert, Charles Morazé, Maurice Lombard, Ch. Bettelheim, Georges Friedmann, Lucien Goldmann. O círculo alargava-se e lá estavam Edouard Perroy e Robert Boutruche, Roger Portal, Roberto Lopez, Armando Sapori, Michel Mollat, Jean Meuvret, cujas lições metodológicas se revestiram de excepcional importância, Pierre Vilar, com quem também tão de perto trabalhávamos, tantos outros. Aos seminários de Braudel comparecíamos Alberto Tenenti, Carlo Cipolla, eu próprio, como igualmente aos cursos de Lucien Febvre, que frequentava Henri Martin, o grande especialista do livro. Lucien Febvre conseguia pôr de pé um dos grandes projectos dos *Annales:* a Secção de Ciências Sociais e Económicas da École Pratique des Hautes Études — e como recordarei sempre a singela celebração dessa vitória que nos reuniu «chez Balzar».

Foi o passo institucional decisivo para a profunda renovação das Ciências Humanas e Sociais em França (e porque não no mundo?), na convergência da história estrutural e conjuntural, da geografia humana de Vidal de La Blache, L. Febvre, Demangeon, Le Lannou, Pierre Gourou, Jules Sion, da antropologia cultural e social ou etnologia de Marcel Mauss e da sociologia de Halbwachs e Gurvitch, da economia de Simiand e Perroux, e mais além de Schumpeter, da psicologia de H. Wallon, Jean Piaget, P. Janet, I. Meyerson, da história da arte de P. Francastel. Tudo sob a égide dos desaparecidos sempre presentes: Henri Pirenne, J. Huizinga, Marc Bloch, o extraordinário companheiro de Lucien Febvre que os alemães fuzilaram.

Nas origens de tudo, os *Annales,* desde 1929, esse foguetão lançado por Lucien Febvre e Marc Bloch que iria abrir nas ciências humanas e sociais a «era espacial». Acabar antes de mais com «os campos de conhecimentos definidos pelo seu objecto e reunidos sob a unidade de método, de modo a formarem sistemas»: é dos homens, dos agrupamentos humanos, das sociedades que temos de partir, e logo dos problemas com que se defrontam no dia-a-dia, sem atender a etiquetas — isto é psicologia (porque respeita ao indivíduo, à personalidade), aquilo é sociologia (porque respeita aos «fenómenos sociais»), agora estamos na história porque lidamos com o tempo, quando não encadeamos factos económicos entre si, sem atender nem ao tempo nem ao lugar nem às personagens. Toda a investigação científica parte de uma problemática — de um feixe de problemas que não interessa rotular; e temos de a atacar com toda a panóplia operatória disponível ou que venhamos a fabricar, e que tanta vez se revelará fecunda nos domínios mais diversos. Os problemas mais pertinentes não serão precisamente os que se levantam nas fronteiras dos chamados «sistemas de conhecimentos»? Logo, à partida, de nada serve — e terá sequer sentido? — acumular «dados», «informações», com que *depois* enlaçaríamos os enunciados «científicos»: partimos sempre de supostos «dados», de «fontes», que só se tornam verdadeiramente dados e fontes na medida em que operatoriamente os vamos forjando, em função dos problemas que nos inquietam — embora por seu turno vão tais «dados construídos» e «fontes» suscitando novos problemas.

Tal problematização começa pelo próprio quadro em que vai desenrolar-se a análise. Esse quadro, ou, se preferirmos, a personagem histórica central, não o são os indivíduos (menos ainda as personalidades) que o definem, mas uma configuração espacial, de espaço físico mas também social e cultural, ocupando temporalmente duração demarcada por zonas mais ou menos longas, e neste entrelaçar de espaço-tempo entrelaçando-se teias relacionais geográficas, económicas, sociais, políticas, de mentalidades: propusemos designar tais totalidades (como gostava de dizer Gurvitch) por «complexos histórico-geográficos». Espaço: o complexo de múltiplos espaços — as montanhas, os vales, as planícies, como as terras e os mares, as massas continentais e as imensidões oceânicas, as cidades, vilas, aldeias, campos, caminhos, mas ainda os mapas da distribuição de actividades de uma firma, ou de circulação das letras de câmbio, ou de implantação das feiras e mercados, os itinerários da transhumância como das caravanas cameleiras, os monumentos românicos como os góticos, o estabelecimento de tipografias. Tempo: a multiplicidade de tempos diversos igualmente tecidos entre si e com os espaços, caracterizando-se pelos ritmos e durações, pelas maneiras de viver e pelos modos de tomada de consciência e de apropriação física (como em relação aos espaços). Em primeira aproximação, o esquema tripartido de um tempo quase imóvel, estendendo-se por milénios, pelo menos plurissecular, das actividades de base (a civilização material), ao rés-do-chão; um tempo de transformações ainda lentas, desenrolando-se por séculos, pelo menos por um século com a aceleração da história, o qual é o tempo das estruturas e flutuações longas; e por fim o tempo sacudido dos acontecimentos, na conjuntura curta e média. Decerto as durações mais longas enquadram, condicionam as menos longas, que por seu turno criam em relação às primeiras «espaços de liberdade»; não se trata de explicações deterministas por «infra-estruturas» e «super-estruturas», porquanto os diferentes tempos formam um tecido temporal, interferindo os menos longos nos mais longos, a acumulação de acontecimentos influenciando a conjuntura e a própria estrutura (o «regresso ao acontecimento», de que tanto se fala agora, não é novidade quanto à proposta braudeliana). Esta tessitura de espaços-tempos entrelaça-se com as estruturas

sociais e culturais, como estas naquela tessitura se entrelaçam. São as distâncias-duração, que Chaunu medirá para a «carrera de Indias» (ou rota de Colombo), entre Sevilha e os povos americanos; ou a duração do circuito económico, por exemplo entre Lisboa e Cochim ou Goa, ou entre Lisboa e Malaca, de dois anos no primeiro caso, de três no segundo; em que entram imperativos geográficos, apropriações técnicas, composição e natureza de oferta e procura, exigências da guerra e dos mercados, e tantos vectores mais.

Mas hoje esquece-se com demasiada facilidade que Braudel nunca escapou ao fascínio do acontecimento — dos acontecimentos — e da personagem — das personagens. Entre as páginas mais notáveis artisticamente e mais argutas do seu Mediterrâneo no tempo de Felipe II conta-se a narrativa da batalha de Lepanto, com seus antecedentes e evolução subsequente. Não foi por acaso que em Châteauvallon, pouco antes de morrer, foi falar aos alunos dos primeiros anos liceais do cerco de Toulon de 1707 — lição que depois a televisão levou a toda a França. E na sua última obra, que coroa todo o seu percurso, sobre a identidade da França, retoma precisamente este tema num capítulo decisivo do 1.º volume — desse estudo do «espaço e história». Como foca com que nitidez de recorte um cardeal Granvelle, um António Pérez, Carlos V, o próprio Felipe II, que se movimentam diante de nós como num palco que fosse a própria vida. Sempre, todavia — ainda a lição de Lucien Febvre (o da biografia de Lutero), no jogo complexo das estruturas enquadrantes e da margem de acção individual. É que, por outro lado, Braudel não estava menos fascinado pela longa duração, por esses tempos que escorrem quase sem deixar marcas. A sua formação de geógrafo? Sem dúvida. Mas algo mais. Quantas vezes Braudel recordou que a antítese fundamental entre os acontecimentos trepidantes e aparentemente caóticos e as grandes permanências de fundo lhe surgira, e em boa parte a fora buscar, à extraordinária novela de Carlo Levi, *Cristo si è fermato a Eboli*, de 1945. Esses camponeses das pequenas aldeias da Lucânia viveram séculos e séculos deixando passar guerras, lutas, mudanças políticas sem que a sua maneira de viver se modificasse. O fascismo e os seus empreendimentos imperialistas não os apaixonaram, como tinham ficado indiferen-

tes à passagem de Franceses e Espanhóis. Só as já longínquas histórias de salteadores, e a terrível guerra desses homens fora da lei que acabara em 1865 os faziam ainda vibrar. Como a sua existência de miséria se arrastava, fora do tempo, dir-se-ia, entre o quotidiano sem esperança e a utópica América para onde se desejaria emigrar. Assim, contraste entre esse decorrer sempre igual ao rés-do-chão e o turbilhão dos acontecimentos que por cima rolam sem ir às raízes. Eis a oposição entre a quase imobilidade da longa duração e a agitação *événementielle* que introduz outra ordem das cousas, outra lógica das acções.

Assim, em vez de «Felipe II e o mundo mediterrâneo», Braudel deu-nos, em 1949, seguindo sugestões de Lucien Febvre, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, título aliás ainda enganador, pois o tempo resistente de séculos e séculos é fundamente tratado, como também todo o «longo século XVI» (de 1450 a 1630). Como o complexo histórico-geográfico do Mediterrâneo (falemos também do complexo do Índico, dos sucessivos complexos do Atlântico, desde que as caravelas começaram a configurá-los). Os indivíduos e os acontecimentos não são eliminados, bem pelo contrário: Braudel tem a paixão do que é singular, mas enquadra-o, condiciona-o, limita-o pelo estrutural — pelos tempos mais longos, os espaços mais vastos, as tessituras mais complexas —, seguindo, uma vez mais, o Lucien Febvre da magistral biografia de Lutero.

Mas vale a pena uma pausa para sublinharmos que Braudel, o construtor de duas catedrais — *O Mediterrâneo* e *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, esta em 1979, trinta anos depois daquele —, não se dispersou em artigos e recensões, ao contrário do nosso mestre Lucien Febvre. Mas, como ele, constrói sobre os alicerces de uma erudição extremamente segura, prodigiosamente vasta, rigorosa, eficiente para o trabalho científico; ninguém como ele conhecia os arquivos estratégicos do mundo mediterrâneo, trabalhava as fontes (fossem documentos, paisagens ou outras obras culturais), num domínio do ofício que Marc Bloch tornara um dos imperativos — dos principais — da construção histórica. Braudel exigia de nós esse seguro manejo da ferramenta — pedia-nos para lhe mostrarmos como líamos os documentos do século XVI, como procedíamos a todas as operações de construção dos dados. Não se trata de

sínteses de segunda mão, como pende a ser a do seu discípulo e depois colaborador estreito Wallerstein. Sim de obras-primas, porque elaboradas a partir do material primário.

Braudel não se fechava no seu próprio pensamento, ia integrando todos os pensamentos num vector-resultante eminentemente pessoal, decantado por profundo exame reflexivo. Di-lo-á no prefácio à 4.ª edição de *O Mediterrâneo*, em 1976: «O que muda mais é a problemática do nosso ofício. Já não vejo a sociedade, ou o Estado, ou a economia exactamente como ontem. O leitor poderá dar-se conta reportando-se aos três volumes de *Civilização Material e Capitalismo*, ..., onde pude formular melhor os meus pontos de vista e explicar a sobrevivência, de espantar mesmo a meus olhos, da prosperidade relativa do Mediterrâneo.»

.Trinta anos depois de *O Mediterrâneo*, *Civilização Material, Economia e Capitalismo* vem realizar para os séculos XIV a XVIII incluído, o que Marx realizara para os séculos XVIII-XIX, e com a mesma importância, seguindo abordagens diferentes — Braudel mais erudito e complexo, menos construtor de modelos, mais perto do real na sua profusão de diversidades, Marx mais preocupado com os modelos formalizáveis mas em boa parte de erudição embora não directa. Agora, a abordagem procede por *andares:* no rés-do-chão, a civilização material, esses mecanismos primários que asseguram aos conjuntos humanos a sobrevivência, embora em níveis rudimentares — as técnicas fundamentais, as relações com o espaço, o trabalho dos homens para conseguirem a alimentação, o vestuário, a casa. Acima, as trocas, a economia de mercado, com o pulular de numerosos agentes de produção e consumo e de mercadores, em concorrência constante, lutando contra o açambarcamento, a monopolização; abrange tanto as permutas entre bens e serviços como, desde que surge em cena a moeda, as compras-e-vendas (com a introdução do tempo — o diferido, o futuro no presente); é o mundo do borbulhar das iniciativas, dos ajustamentos decisivos, das inovações que tudo vão transformar. Por último, o capitalismo. Se a economia de mercado interliga as cidades e vilas, e começa a organizar a produção, a orientar e comandar o consumo, o capitalismo, estrutura em acção desde séculos antes de Cristo — determinantes o ferro e a escrita alfabética, a moeda e o de-

senvolvimento do Estado? —, é essencialmente a afirmação de grupos minoritários que do alto controlam os vários andares da vida económica e da sociedade — ou melhor, tentam controlar, em luta permanente com os inúmeros agentes da economia de mercado, a que contrapõem os monopólios e oligopólios.

Decerto pode-se rastrear capitalismo e capitalistas em todos os andares, desde os aldeões de tamancos, as lojas e os bufarinheiros; no entanto a força histórica pertence aos que, manejando o Estado ou empurrados por ele, se servem dos poderes para obter o poder económico e social — não há capitalismo sem Estado, embora este nem sempre o favoreça; é sempre o privilégio de um grupo restrito, que contudo nunca consegue apropriar-se, refundir o quotidiano, com as suas rotinas, os gestos repetidos das actividades de base, marcando as fronteiras do possível e do impossível — uma vez mais Braudel volta ao mestre Lucien Febvre. O capitalismo seria uma espécie de super-estrutura — Braudel, enraizadamente marxista (ou melhor: atento ao pensamento de Marx, tendo-o em conta), de Marx se afasta, como é natural com a mudança dos tempos. Não há porém uma sobreposição vertical de sentido único, antes constante vai-e-vem nos dois sentidos, como no interior de cada andar distinções verticais que se afirmam — assim de bufarinheiros e almocreves, passando por tendeiros e lojistas, aos mercadores da circulação intra e inter-regional e a distâncias maiores. No fundo, trata-se de três forças fundamentais que, não sendo sincrónicas na sua génese (a primeira definiria uma economia e sociologia universal, a segunda não distaria muito daquela no aparecimento, a terceira mais tardia), no entanto, uma vez em campo, interagem em permanência.

Assim, por aproximações sucessivas, complexificando cada vez mais a partir dos três tempos da primeira versão de *O Mediterrâneo*, se chega à sociedade como conjunto dos conjuntos — acharíamos preferível complexo dos complexos. Provavelmente perguntará o leitor se Braudel não se esqueceu um pouco de um campo que de há quinze ou vinte anos para cá tanto tem sido desbravado e cultivado — o das mentalidades, voltando ainda aqui a Lucien Febvre, ao seu *Problema da Descrença no Século XVI*, introduzindo na panóplia a «ferramenta mental». Braudel ainda aqui sofreu também o impulso de Lu-

cien Febvre, como pode ver-se quando, a abrir a 2.ª parte de *O Mediterrâneo*, nos procura dar «a medida do século». Na realidade, para Braudel o estudo das mentalidades faz-se a todos os níveis e âmbitos, imbricado no quotidiano e nos jogos das trocas, na respiração do capitalismo e no pulsar dos acontecimentos e do individual, como da sociedade global e suas subtotalidades. Trata-se de um discurso complexo, onde se combinam disposições e movimentos verticais múltiplos e teias horizontais, múltiplas também, e o plurifacetamento dos conjuntos e actividades dos homens. É uma abordagem e percurso essencialmente pluridisciplinar, de todas as ciências do homem; mas de ciências do homem todas profundamente embebidas da maneira de pensar histórica, uma história que nelas se dissolve para depois as recuperar na sua *démarche* própria de tender à apreensão globalizante (embora sem esperanças de agarrar a totalidade).

Se *Civilização Material, Economia e Capitalismo* é a obra capital para a compreensão dessas sociedades, economias, civilizações de Antigo Regime (séculos XIV-XVIII), que em si próprias se definem (e não como transição qualquer), para cá da sociedade senhorial e urbana até o século XIV, e antes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, é ainda muito mais do que isso: porque ilumina o complicado processo de génese da Industrialização pelo vapor e carvão, depois pelos caminhos-de-ferro e navegação a vapor e pela química; porque é a maneira de pensar que mais importa, será referência, inspiração, paradigma para pensar as sociedades e economias do mundo industrializado e liberal, como até os nossos problemas de hoje. Só na longa duração se tornam claras as questões que afligem os homens. Por outro lado, como disse Alain Minc, o dirigente da Saint-Gobain, uma das maiores empresas mundiais do vidro, na preparação mesma do gestor é mais decisivo ler Braudel, reflectir sobre os seus escritos, do que estudar tratados de gestão e manuais de economia política. Recentemente, já depois da morte de Braudel, o economista Jacques Attali sublinhava que «não devemos admirar-nos se de oravante nenhum economista, nenhum sociólogo, nenhum historiador puder compreender o tempo presente e o porvir sem se alicerçar na história», e acentuava ainda mais: «A presença de Braudel no nosso pensamento

vai sem dúvida ampliar-se.» A irrupção do irreversível (e mesmo dos acontecimentos) na explicação e previsão económica, como na sociológica, obrigam-nos a reler Braudel e a ter em conta os caminhos do seu pensar, mesmo que seja para o superar, enriquecer as suas perspectivas. Porquanto na sua obra percorre-se incessante reflexão sobre os laços e lutas do reversível e do irreversível, dos processos e das mudanças com as constantes.

Coube a Braudel em história, como a Perroux em economia, mostrar que na explicação dos processos de desestruturação e reestruturação das sociedades e civilizações jogam permanentemente as desigualdades de desenvolvimento, as disparidades de sentido, grau e de natureza (qualitativas estas) entre os processos de mudança. Desigualdades, disparidades que nos espaços coexistentes se marcam pelos contrastes e relações de dominação — dependência entre o que, na terminologia wallersteiniana (e de outros) se chama o centro, a periferia e a semiperiferia. Assim no século XVI as regiões já industrializadas e mercantilizadas, com agricultura inovadora, do Norte de Itália e dos Países Baixos, a primeira pluripolarizada em volta de Veneza e Génova, Florença e Milão, a segunda mais polarizada ao redor de Antuérpia, disseminando-se depois em núcleos urbanos a menor escala, ligadas, uma, ao complexo mediterâneo, outra, ao complexo do mar do Norte, e entre si. O complexo atlântico, que está agora a tomar a iniciativa, tecendo a rede mundial de circulação, tornando a mercancia factor dominante que cria outra escala de mercadorias e tratos, permanece todavia como semiperiferia, embora lhe caiba a liderança nos novos mundos. E para além, a periferia das Américas e da África, de umas quantas regiões da Ásia (outras são outros centros) — das plantações e da escravatura, dos resgates e feitorias, da exploração mineira e exportação massiva de metais preciosos. Aqui ainda não saberei distinguir bem entre o pensamento de Braudel e o que, nos mesmos anos de 50, avançámos — ambos muito antes dos que posteriormente fixaram a terminologia e desenvolveram outros aspectos. Pela nossa parte insistimos em que as mudanças fundamentais se geram nas semiperiferias (não falamos das que assim se classificam devido a desindustrializações e descomercializações), porque os entraves postos pelos centros as impelem a desvendar novos caminhos.

Braudel, o homem do Mediterrâneo, terá sido também o homem de além-Atlântico, onde viveu alguns anos, ao lado de Pierre Monbeig, o geógrafo, de Roger Bastide (o «Bastidinho»), um dos creadores da sociologia religiosa e especialista das religiões negro-africanas, e de Paul Bastide (o «Bastidão», nos carinhosos nomes dados pelos universitários brasileiros); essa missão francesa tinha por incumbência ajudar a crear a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. A Monbeig se deve o lançamento do movimento geográfico brasileiro, obra depois continuada em Paris, no Institut d'Amérique Latine. Braudel formou as gerações de historiadores — Simões de Paula, Eduardo França, Caio Prado, tantos mais; e depois de instalado em Paris acolheu e orientou os mais novos que ali procuraram formação. O Brasil marcou profundamente Braudel — e deste modo ficou sensível aos problemas do Atlântico (para cujo estudo encaminhará Chaunu e Mauro) e de toda a América Latina. Ao Brasil conseguiu levar ainda Lucien Febvre, cuja influência lá não deve minimizar-se. Braudel mediterrâneo — mas também brasileiro: nos encontros de Châteauvallon, um mês antes da sua morte, não era do Brasil, suas paisagens e gentes, anedotas e colegas, que se comprazia em falar-nos? E com que «saudade», como ele mesmo dizia. A Portugal nunca quis vir (detestava a hipócrita ditadura salazarista), e só esteve a conseguir-se que viesse quando transitoriamente ocupei a direcção da Biblioteca Nacional: a minha forçada demissão impediu esse propósito. Mas é ainda pelo Brasil que Braudel descobre Portugal, e se deixa seduzir pela obra de Jaime Cortesão, a qual conhecia de perto e lhe sugerira outros horizontes: é que a história de Cortesão também é do âmago geográfica, se bem que menos integradora das estruturas económicas e sociais ou até das mentalidades, e mais propensa a destacar as individualidades, mau grado a indirecta influência marxista que recebeu no início dos anos 20.

Mas Braudel é também o profundo conhecedor da Espanha do século XVI e começos do XVII, como o grande, inesquecível Marcel Bataillon (que me abriu o convívio com Lucien Febvre), embora quanto a aspectos diferentes. Daí o seu despertar para os problemas do Portugal quinhentista (ainda que na mesma direcção impelido pelo seu estudo do Levante); e a Braudel ficá-

mos a dever linhas de interpretação fundamentais desse Portugal de Quinhentos, por exemplo quanto à união dinástica de 1580, quanto ao «Mediterrâneo atlântico» que Açores e Madeira compõem com Canárias, Marrocos, Andaluzia, Algarve. Destaquemos a decisiva influência que, primeiro através de Vicens Vives (ainda alguém do círculo parisiense a que pertencíamos), depois, de muitos mais, e juntamente com Pierre Vilar, exerceu na formação da grande escola historiográfica espanhola de hoje.

Em 1981 voltámos a estar com Braudel, na «sua» Maison des Sciences de l'Homme, para cuja projecção mundial e capacidade de servir de maneira inovadora pesquisadores e investigação continuava a esforçar-se com entusiasmo. Como se sentia amargurado por ter tido de se afastar da École des Hautes Études em Sciences Sociales que sucedera à 6.ª Secção da École Pratique des Hautes Études saída das mãos poderosas de Lucien Febvre e a que Braudel assegurara durante anos e anos um prestígio ímpar. Como se sentia distante dos novos caminhos dos *Annales*, perdidos em meandros que se não encontram, abandonadas as rotas difíceis que conduziam aos horizontes cada vez mais amplos. Este homem dos vastos mares e da construção de catedrais atabafava no confinamento e afunilamento da problemática e da operatória. Mas para além dessa amargura, e mais forte até do que o seu carinho pela *maison* que moldara, era o empolgamento por uma funda reflexão sob a França, essa pátria pela qual, oficial de artilharia, se batera na fronteira de Leste e depois sofrera durante quatro anos o campo de concentração. Essa pátria por que fora fuzilado Marc Bloch, com quem não chegara a conviver mas de quem se considerava discípulo, como o era de Lucien Febvre, que tanta vez se debruçara sobre a consciência de pátria e o sentimento do patriotismo. Mas no projecto em que amorosamente Braudel decidira passar o resto da sua vida — depois do vasto mar Mediterrâneo e do gigantesco fresco das economias e sociedades dos séculos XIV a XVIII, era agora das suas raízes mais fundas que se tratava —, como não sentir perpassar o sopro épico de De Gaulle? Esse homem (como os Reis Católicos tinham chamado outrora a D. João II), esse francês, incarnara a resistência e a libertação da França, e durante dez anos, à sua testa, tentara moldar a realidade ao ideal de grandeza do destino nacional, para o

que continuara o projecto descolonizador de Mendès-France. Sem dúvida Braudel considerará que depois de De Gaulle a nação francesa, vivendo embora à sombra da sua herança, entrou «em *panne* de espaço» e no declínio quanto à «grandeza», desde então anacrónica. Todavia, para Braudel, a França era ainda o país mais moderno do mundo, na sua vida quotidiana, pelo sentido de bem viver.

Nesse dia, no *boulevard* Raspail, reencontrámo-nos em uníssono, nesse imperativo de reflexão historicamente conduzida sobre cada uma das nossas nações, tomada de consciência dos legados que nos enriquecem como das inquietações que por nós perpassam, dos problemas de vida colectiva a resolver, e assim inspiração e orientação para os desafios que enfrentamos e para a construção do nosso porvir comum. Estudo feito solidamente a partir das fontes, iluminado pelas sucessivas reflexões e projectos dos homens, sobre o qual reflectimos por nossa vez a par e passo, e na ambição de traçar um rumo colectivo vindo das rotas sulcadas séculos em fora. Por nossa parte, pretendíamos, pretendemos uma sucessão de aproximações, tentativas reflexivas e sondagens (mas também em que atraso estão os estudos da nossa história e das nossas gentes em relação à maioria dos países da Europa Ocidental!). Braudel, como sempre, empreendera edificar mais uma catedral — a da nação francesa, a da sua pátria. E ainda em Châteauvallon, um mês antes da sua morte, a esse propósito continuava apegado, e para um projecto semelhante nos incitava.

Ficam-nos as imagens de Châteauvallon, do lutador de pé que sentimos a vergar e tememos que os ventos tombem. Vêm-nos as imagens desse doutoramento na sala Liard da Sorbonne, em 1949, onde dez anos depois estaríamos por nosso turno sentados, tendo-o em frente. Está bem que acabasse meditando sobre a pátria e o destino nacional, sem esquecer os valores europeus e de humanismo universal para que a França tanto contribuiu, quem era o homem do Mediterrâneo e dos rumos do mundo.

Um imenso vazio nos oprime. A luta tem de continuar.

(1) In *JL/Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 182 (ano V), de 28 de Dezembro de 1985.

4

Duas obras em análise: «L'Économie de l'Empire Portugais» e «A Economia dos Descobrimentos Henriquinos»

4.1 — Os Descobrimentos e a Economia Mundial

GODINHO, Vitorino Magalhães — *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Vol. I, de 310X240 mm e 548 páginas. Arcádia. Lisboa, 1963.

O estudo dos aspectos económicos do devir histórico, em qualquer plano social que se processe, é fundamental para encontrar a solução de muitos problemas. Independentemente disso, é por si um ramo das ciências, tão digno de atenção como qualquer outro. Magalhães Godinho tem-se especializado nesse campo de investigação, quer na Metrópole quer no Ultramar, e, nomeadamente, com relação ao tempo da nossa expansão atlântica e oriental. A presente obra tem mais vastas aspirações: estudar as repercussões económicas dos descobrimentos na economia mundial e na criação do mundo moderno. Na introdução, historiam-se os processos pelos quais o homem aprendeu a situar-se, quer no espaço, quer no tempo, e a referenciar os elementos económicos, de que se circunda ou se vale, mercê da numeração para a organização administrativa dos seus recursos, pela contabilidade e pela estatística. Apuram-se estes factos: o fantástico geográfico dá lugar ao real. A economia de saco é substituída pela economia de cômputo. Esta evolução conduz, naturalmente, a diversas orientações vectoriais de carácter económico-social, segundo as motivações que preocupam o indivíduo e as atitudes pelas quais ele opta, provocando vários tipos de condicionalismo social e cultural.

Posto isto, o A. passa a estudar, em duas partes, o processo evolutivo da economia mundial e a repercussão que nele tiveram os descobrimentos, pois a posição anterior a estes foi profundamente alterada.

A primeira parte versa a função dos metais e moedas na economia, o que leva a um confronto entre as economias pré-monetárias e monetárias. Estuda-se a tradição do ouro criada no mundo mediterrâneo saariano, através do comércio caravaneiro, cuja história e localização se faz (redes central e ocidental), com as suas condições de tráfego e organização. Surge o comércio do ouro e as suas permutas operam uma revolução monetária no Egipto medieval. A metalização do ouro muçulmano, do morabitino à dobra, traz consigo uma transformação da economia na Europa do século XIII, com oscilações de estabilidade e crises profundas, quer em Portugal quer no estrangeiro, pela interferência da prata alemã. As crises de 1357 a 1383 provocam o desmoronamento, de 1384 a 1434, o que dá em resultado o regresso ao ouro e a estabilização da prata, de 1435 a 1489.

A economia da caravana sofre a competição da economia da caravela. A feitoria de Arguim põe em cheque os mercados do ouro de Marrocos. Os resgates da Guiné, com o ouro da Serra Leoa e de São Jorge da Mina, desviam de rumo os mercados sudaneses desse metal. Mas a reorganização das caravanas cameleiras saarianas tira vingança da supremacia caraveleira, comprometida, por outro lado, na sua organização monopolista pelas intromissões impunes dos particulares e de potentados estrangeiros.

Ao ouro africano do Sáara sucede o do Monomotapa e o do Extremo Oriente, cuja extracção, comércio muçulmano e conquista portuguesa de domínio sobre o tráfico marítimo, desde os seus primórdios até ao controlo dos jazigos, em mina ou aluvião, com o consequente comércio e povoamento dos rios de Cuama, se estuda e computa estatisticamente. À atracção da África, associa-se a do Índico. Sultanis do Egipto e larins da Pérsia seguem o rumo do Oriente. Do Egipto é a rota do ouro; da Pérsia, a da prata. Ao passo que o comércio de Levante sangra a Europa, o do Cabo, em espécies e metais preciosos de Portugal, na primeira metade do século XVII, parece não ter sido de grande vulto (80 000 cruzados). Os aumentos de 1524 e 1528 foram devidos a causas políticas,

O valor aquisitivo do ouro e metais preciosos era maior na Índia que em Portugal, por causa do maior volume dos bens em circulação. Dos metais amoedáveis, enviados para a Índia, o cobre teve a primazia. Na segunda metade do século XVI e no século XVII a composição das exportações para Leste inverte-se. A prata supera o ouro.

Magalhães Godinho traça a rota das moedas indianas: dos *delhiwals* e tolás no Hindostão; das moedas mogores até ao advento da rupia; dos pagodes e fanões no Decão. Vem, depois, o ciclo do cobre e dos cauris, desde Portugal à América do Sul e de Benguela às Filipinas. É interessante a história das emissões portuguesas, para conhecer os fluxos das moedas de ouro, e a quota-parte que neles tiveram o ouro do Sudão, o ouro da América e a circulação oriental. Instrutivo é, também, o diagrama dos fluxos da prata, no circuito atlântico e oriental.

Na parte II, passamos, dos metais e moedas, às especiarias. O seu uso em Portugal data da independência (1145). O primeiro comércio tentado é o da malagueta do Gâmbia e das especiarias da Guiné. Surge, depois, a preocupação das especiarias asiáticas, que leva à criação das feitorias do Malabar e provoca o advento do imperialismo da pimenta. As especiarias principais em circulação no Oriente eram seis: pimenta, gengibre, canela fina, maçãs, noz-moscada e cravo, cuja produção e circulação o A. estuda. Se o comércio do Ocidente era importante, o do Extremo Oriente foi muito maior.

Estudo de uma erudição espantosa, ele abre-nos novas perspectivas de grandeza para o mundo económico que os portugueses criaram.

Domingos Maurício, *Brotéria*, vol. LXXX, n.º 5, Novembro de 1965, pp. 549-551.

Magalhães-Godinho (Vitorino), *L'Économie de l'Empire Portugais aux* XVe XVIe *Siècles*, Paris, SEVPEN, Publications de l'EPHE (VI Section): Coll. «Ports, routes, trafics», 1969, 857 pages.

Après dix années d'une existence confidentielle, dactylographique, dans les réserves de la Sorbonne, la belle thèse de Vitorino

Magalhães-Godinho paraît enfin au grand jour. Pour le spécialiste, c'est déjà un classique. L'historien y trouvera une tentative d'histoire économique exemplaire. Toute intérprétation idéologico-religieuse cessante, le poids des mobiles économiques y est, à chaque étape, non seulement souligné, mais démontré. Replacé à chaque page dans le contexte d'une économie mondiale, l'Empire portugais apparaît dans ce livre comme une passionnante aventure du profit.

Annales — Économies, Sociétés, Civilisations, 24e année, nº 6, Paris, novembre-décembre 1969, pages bleuses à la fin, rubrique «Les choix des Annales».

L'Économie de l'Empire Portugais aux XVe *et* XVIe *Siècles*, 24X16,857 p., 1 table, dépl, h.t. — ÉPHÉ, 6e section, Centre de recherches hist., coll. «Ports, routes, trafics», 26. 1969, SEVPEN — 135 f.

Ce volumineux ouvrage mérite à tous égards d'être signalé comme un des monuments les plus remarquables de l'historiographie moderne. Le lecteur sera émerveillé par l'extraordinaire érudition de l'auteur et par la nouveauté des aperçus qu'il nous ouvre sur l'économie et la politique mondiale au XVIe siècle. Les bases sur lesquelles le petit Portugal a édifié un empire colonial prodigieusement riche (or et épices) sont analysées et décrites avec une minutie qui ne laisse rien ignorer: les points de la côte d'Afrique où aboutit l'or de l'intérieur sont méthodiquement occupés ou controlés, puis c'est le tour des côtes du golfe Persique et de l'Inde; enfin, dans une dernière étape, la Malaisie, l'Insulinde et la Chine. Une fois fondé cet Empire grâce à la hardiesse des navigateurs portugais et à la supériorité de leurs vaisseaux, il faut écarter les concurrents, ce qui est fait avec une froide cruauté qui fait régner la terreur dans toute la partie occidentale de l'océan Indien et sur la côte occidentale de l'Afrique. Le présent ouvrage n'est qu'une partie d'une histoire plus vaste, en plusieurs volumes, consacrée aux grandes découvertes et l'économie mondiale, qui commence à paraître à Lisbonne en langue portugaise.

Ces quelques lignes ne donnent qu'une faible idée des richesses de ce livre: étude des pistes et des routes de l'or à travers l'Afrique

tout entière, du Sahara atlantique à l'Égypte, organisation des caravanes, description des multiples types de monnaies qui sont en usage tout le long de ces milliers de kilomètres de côtes, contrôle établi sur les marchés soudanais de l'or et sur les placers ainsi que sur tout le trafic maritime, sont analysés avec une précision et une aisance qui témoignent de la maîtrise de l'auteur. Il en est de même pour les comptoirs guinéens dont on nous donne une véritable étude géographique. Tous ces problèmes ont leurs répercussions politiques: devant la poussée des marins portugais, la marine arabe qui, jusque là, dominait l'océan Indien, entre en décadence, les routes de la mer Rouge, c'est-à-dire de l'Égypte, sont fermées et Venise en subit le contre-coup ruineux, tandis que le roi du Portugal, Jean III, devient un des princes les plus riches du monde. Toute la vie économique et politique de l'Europe s'en trouve transformée, ainsi que l'idée que nous nous faisions, jusqu'ici, de l'histoire du XVI^{e} siècle.

Bulletin Critique du Livre Français, Mars 1970, nº 291, nº 78 728.

La thèse de Godinho était depuis dix ans ensevelie, dactylographiée, dans les réserves de la Sorbonne. Sa publication tardive comble une lacune et les espoirs de ceux qui l'attendaient avec impatience. L'auteur, qui à reçu la double empreinte de ses maîtres portugais et, en France, de Fernand Braudel, est déjà bien connu pour la hardiesse de ses prises de positions et l'indépendance de sa pensée à l'égard de toute tentative, nationaliste ou autre, pour détourner l'histoire à des fins autres que scientifiques.

Le livre qu'il nous donne aujourd'hui porte la marque de la même exigence et du même enthousiasme créateur; il est de ceux qu'on lit en gourmand, très vite, avant d'en reprendre lentement de nombreux chapitres la plume à la main. Même les pages les plus érudites — je pense aux délicieux exposés sur la cannelle ou le poivre rond — séduisent de bout en bout. Ce sont là les roses d'un travail dont on craint de trahir la richesse à l'évoquer trop vite à la suite d'une lecture très récente. L'économie de l'empire portugais y est appréhendée, avec un maximum d'exigences, dans la perspective la plus féconde: celle qui ouvre à l'histoire les frontières abusives dans lesquelles, trop souvent, s'est enfermée l'histoire des

Empires. Qu'il s'agisse des métaux précieux, des monnaies ou des épices — les grands thèmes du livre — c'est l'Europe et l'Afrique, la Méditerranée, l'Asie et, dès qu'il surgit, le Nouveau Monde, qui, ensemble, passifs ou dynamiques, mais également impliqués, victimes ou triomphants, mais tous participant à un même rythme, sont sollicités de fournir, au delà de la description, une explication de l'évènement et de sa dynamique. Peu soucieux de conformisme, volontiers démystificateur sans agressivité, Godinho nous livre, avec le résultat de laborieuses recherches sur des sources en grande partie inexploitées, une ample matière à méditation et à discussion.

Mais c'est presque toutes les pages qui retiendront l'attention du lecteur. Par exemple, les concordances de monnaies sont établies par Godinho sur des données toujours vérifiables dont les spécialistes lui sauront gré, comme d'ailleurs du bel exposé sur les monnaies indiennes ou les rapports entre métaux. L'histoire sociale n'a pas été négligée: au hasard des pages, Godinho a semé des indications brèves mais toujours suggestives sur le comportement et la psychologie de tel officier, gouverneur ou vice-roi, ou esquissé les traits de tel type social: témoin, la très belle évocation du *peruleiro*. On trouvera de nombreux tableaux statistiques toujours discutés ou justifiés. Godinho ne cache pas sa préférence pour des informations dont certains font peu de cas. Il se méfie des chiffres officiels. On ne peut que l'en approuver. Les estimations des contemporains, politiques ou marchands, lorsqu'elles sont passées au crible d'une critique exigeante, peuvent en effet être souvent plus proches de la vérité que les colonnes rigides de fonctionnaires inexacts, mal informés ou intéressés. Ce qui n'empêche de tirer de celles-ci le meilleur parti et de se garder de tout «impressionisme» facile. L'auteur a su le faire. Il nous donne ainsi un livre qu'on aura plaisir et profit à relire.

Guy Chaussinand-Nogaret, em *Annales — Economies, Sociétés, Civilisations*, Novembro-Dezembro, 1970, pp. 1591-1596.

A obra imponente de V. M. G. apresenta um contraste impressionante e reanimador com as obras de moldes antiquados, mesmo se eruditas, de Hamman e Aquarone. Membro destacado da escola dos *Annales*, o autor deu-nos um livro digno daqueles a quem reconhece como mestres, Lucien Febvre e Fernand Braudel.

M. G. nunca esteve na Ásia (ao contrário de Aquarone), mas esforçou-se incansavelmente por compreender o ambiente asiático dos séculos XV e XVI, graças ao estudo cuidadoso das melhores fontes disponíveis em várias línguas. Está igualmente bem informado acerca da história económica da Europa Ocidental, do Norte de África, do império otomano e da colonização espanhola no Novo Mundo. Em resultado, conseguiu desfiar os fios à meada da economia tão intrincadamente variada do império marítimo português, de Marrocos e do Brasil às Molucas e ao Japão, com uma largueza e profundidade que nunca tinham sido alcançadas, nem sequer tentadas anteriormente. Em especial, a sua utilização perspicaz do material de fontes numismáticas permitiu-lhe desvendar e explicar os sistemas monetários altamente complicados do Oriente português, não obstante a quase total perda dos registos das Casas da Moeda respectivas.

Não é dos menores méritos do livro de M. G. a maneira como mostra as conexões entre os mundos atlântico, mediterrâneo, índico (em sentido lato) e pacífico. Dá-nos o que é sem dúvida a melhor análise feita até hoje das movediças relações entre as três artérias do comércio de especiarias quinhentista com a Europa: a rota do Cabo, o mar Roxo e o golfo Pérsico.

Muitos outros campos de futuras investigações são sugeridos pela leitura desta obra fascinante e bem documentada, entre outros a dicotomia entre as atitudes anticomerciais inerentes às ideologias senhorial e eclesiástica que impregnavam as classes dominantes em Portugal e os factos económicos da vida que as compeliam a transformar-se (como o seu monarca, «o rei-mercador») em monopolistas e comerciantes por grosso dos tratos marítimos, ou então em traficantes de contrabando.

[...] a edição portuguesa que está a sair dos prelos em Lisboa em fascículos apresenta-se em formato maior e mais profusamen-

te ilustrada do que a francesa, com o título de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, e trata esta visão de conjunto até 1640.

C. R. Boxer, em *The American Historical Review*, vol. LXXV, n.º 6, pp. 1686-1691.

Any intelligent reader, with only a slight knowledge of Portuguese history, could read Boxer's book with pleasure and profit. It is unlikely that the «general» reader will get very far into Magalhaẽs-Godinho's. This is history written for historians, in the formidable tradition of the school of the *Annales*, of wich the author is a distinguished member. It is a work of meticulous research and immense erudition. It runs to nearly a thousand closely printed pages, heavily annotated, including fifty-odd pages of bibliography (with, however, some odd omissions). It has no index, a serious defect in a book which will be much used for reference. Despite its size, it is not, and does not claim to be, a complete economic history. Brazil is hardly mentioned and little is said about the islands. Two-thirds of the text is concerned with monetary history, with coinages and with the price, availability, and dispersal of the principal monetary metals; the remaining third deals with the spice trade. Much of the information is already familiar, at least to specialists, from the work of Fernand Braudel and R. S. López on the Mediterranean area, E. W. Bovill on north Africa, and M. A. P. Meilinck-Roelofsz on the East Indies; but there is also good deal of new and important material from the Portuguese archives. The special merit of the book is not only that it explains the monetary and commercial history of the Portuguese empire in more precise detail than has ever been done before, but also that is sets Portuguese oversea activity, for the first time, in an intelligible relation with the commercial patterns of the world at large, or of those parts of the world with which Europeans come in contact.

It is curious that the creation of the Portuguese empire — which contemporaries outside Portugal regarded, with a mixture of contempt and envy, as an almost purely enterprise —

should have been so little studied from a strictly commercial point of view. The Portuguese chroniclars are partly responsible for this. Magalhaes-Godinho brushes aside the crusading clement in the history. He points out that the kingdoms of the Maghreb did not present a threat to Christian Europe; that at the time of the first African voyages the Ottoman power was relatively quiescent; and that in any event it was far out of reach of any «out-flanking» move which the Portuguese might attempt. He dismisses — a little too cavalierly, perhaps — the search for «Prester John» and the desire to proselitytise as chroniclers' embellishments or as exercises in public relations. The African voyages were searches for the source of the gold which was known to reach the Maghreb by desert caravan at a time when gold was in high and growing demand for monetary purposes all over Europe. The search was successful. Portuguese traders on the Guinea coast, and later prospectors in the Zambezi area, the «empire of Monomatapa», obtained gold in quantities sufficient to make the voyages well worth while, with the monetary consequences which are described in great detail. They obtained other commodities, also, as incidental bonuses: Senegal gum and malagueta pepper brought the Portuguese into the spice business. Their experience with malagueta probably encouraged them, from the 1480s, in the project of penetrating by sea to India, where real pepper and other more valuable spices could be obtained.

In dealing with the spice trade in the sixteenth century, Magalhaes-Godinho makes a number of interesting and original points. He belittles — perhaps, once again, too cavalierly — the part played by Genoese and other Italians in supplying both ideas and investment capital; the early trading voyages, he considers, were not only planned and executed by the Portuguese, but also were financed by them. This is a somewhat different picture from that drawn by Charles Verlinden and other students of sixteenth-century trade. Again, more convincingly, he shows that the gold trade and the spice trade, though connected, were less closely interdependent than has sometimes been though. Relatively small sums in gold were exported from Lisbon in the first half of the sixteenth century to pay for spices. Of the gold which was used for this purpose, a high proportion

either came from east-central Africa or was gained by trade in the east — from Sumatra, and later from China. The most important metal exported from Lisbon at this time was copper, obtained from Germany. Lead, tin, quicksilver, vermilion, and coral wer also significant exports. In this respect the Portuguese were considerably better placed than the Venetians, who bought spices in the Levantine markets chiefly with gold. Magalhaẽs-Godinho gives the best account so far available of the constant and rapid shifts of emphasis and profitability between the three principal routes of the spice trade between Europe and the Eas: the Cape route, the Persian Gulf, and the Red Sea. He shows that in the second half of the sixteenth century the situation changed, to the disadvantage of the Portuguese. Copper ceased to be a significant export, partly because the substitution of cast guns of brass or bronze led to an acute demand for copper in Europe, partly because of the development of an export trade in copper from Japan to the markets of Asia. Simultaneously, the money markets of Europe became flooded with Spanish silver from the New World, a commodity for which the demand in India and China was insatiable. Like the Spaniards, like all European traders to the East untill well into the 1700s, the Portuguese became exporters of silver to Asian markets. Magalhaẽs-Godinho has some interesting details on the monetary consequences of all of this in the East, and on the ways, licit and illicit, in which the Portuguese endeavored to ensure a steady supply of silver for trading purposes.

The story which Magalhaẽs-Godinho tells is, on the whole, a story of success. No doubt the effort of empire strained Portuguese resources, and in the 1600s the strain became all too apparent; but seventeenth century Portugal, unlike seventeenth-century Sapin, did not suffer a loss of population, nor did it experience the disastrous *vellón* inflation which disorganized the economic life of Spain. There is a need for more detailed study of activity of Portuguese commerce and shipping during the years of the union of the two crowns; and of the nature and profitability of the «country trade» which Portuguese merchants, often in partnership with Asians, carried on from port to port in the East. Possibly the loss of many Asian and West African territorial bases in the 1600s was less disastrous economically

than Portuguese contemporaries believed it to be. It is in the nature of a major work of research that it provokes further questioning, though the daunting problems posed by the state of Portuguese records preclude the hope of quick and easy answers. On the questions to wich his book is addressed, Magalhaẽs-Godinho has added immensely to our detailled knowledge. His work has not the vivid immediacy, the personal familiarity with the Asian scene, which distinguishes Boxer's; but, in thorough investigation of all the available sources, in penetrating analysis, in clarity of presentation, it is outstanding. Certainly no future writer on the Portuguese empire can afford to neglect it.

John H. Parry, em *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. II, no. 3, Winter 1972, pp. 283-286.

VITORINO MAGALHÃES-GODINHO

L'ÉCONOMIE DE L'EMPIRE PORTUGAIS AUX XV^e ET XVI^e SIÈCLES

S. E. V. P. E. N.

L'Economie de L'Empire Portugais

A terceira versão de um grande livro

O ouro e a pimenta

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., ed. Presença, Lisboa, 1981-1983.

O destino de um grande livro não é permanecer imutavelmente apegado à sua forma inicial, mas viver, renovar-se. É o caso deste.

A primeira edição, em francês, saída em 1969, dez anos depois da sua defesa, na Sorbonne, como tese de doutoramento de Estado em Letras, dava-nos já um vasto fresco do mundo português dos séculos XV e XVI. Duas partes: o metal precioso e as especiarias.

Na edição publicada em fascículos em Lisboa entre 1963 e 1971, com uma luxuosa iconografia, o autor acrescentou uma terceira parte: «Economia de Subsistência e Mão-de-Obra». Mais, mudou a introdução, visto que a da edição francesa era *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, publicada em 1962. O autor não só traduziu, mas reescreveu, corrigiu e completou o texto original. Mudou ainda a conclusão, relacionando esta história com a sua teoria dos «complexos histórico-geográficos», das tendências prolongadas e dos cachos de inovações. Infelizmente, a estes dois grandes volumes faltava um terceiro, on-

de se incluiriam as fontes, a bibliografia, os anexos diversos e sobretudo um índice.

Era uma obra magnífica, mas cara e de difícil manuseamento, e, como acabámos de dizer, estava ainda incompleta do ponto de vista do autor. Todos estes males acabam de ser remediados com o aparecimento de uma nova edição da Presença. Neste caso, o que se esperava ser o terceiro transformou-se num quarto volume. A iconografia sofreu uma redução substancial. O conjunto parece ser ao mesmo tempo mais acessível e de mais fácil manuseamento.

O texto não sofreu alterações, pois nem as grandes sínteses recentes de Braudel ou Wallenstein, nem as monografias mesmo excelentes que foram aparecendo, justificavam a mudança, ou qualquer modificação, deste texto ainda recente.

Assim, surge sob forma duradoura uma grande história do mundo português dos séculos XV e XVI, uma história da geografia, tecnologia, economia e, em especial, uma história do oceano Índico português, na linha do grande profeta Fernand Braudel, que, depois de ter estudado o Mediterrâneo de uma certa época, quis partilhar com os seus alunos os vastos oceanos do mundo da mesma e de outras épocas.

Além disso, Magalhães Godinho acaba de nos dar um complemento importante — desta vez, de certa forma, político —, com a publicação, pela Fundação Gulbenkian de Paris, da sua tese complementar sobre *As Finanças do Estado Português da Índia Oriental. 1517-1635 — Materiais para Um Estudo Estrutural e Conjuntural* (1982).

Para o leitor não informado, as expressões que usamos para qualificar a obra de Vitorino Magalhães Godinho talvez mereçam algumas explicações. A história geográfica, que nos parece de importância capital, é mal compreendida pelo grande público e mesmo pelos entendidos. Quem se dá conta de que os historiadores deverão fazer pelo passado tudo o que os especialistas das diferentes ciências humanas fazem pelo presente?

A história geográfica não é, como muita gente pensa, uma espécie de toponímia retrospectiva, mas sim o estudo das relações do homem com o espaço e o meio físico que ocupa este espaço nas diferentes épocas do passado. Domínio imenso em que intervêm a história agrária e a história urbana, a história marí-

tima e a história dos rios e mesmo a história dos climas. Este o resultado da grande lição dada aos historiadores pela escola geográfica de Vidal de La Blache. Os Portugueses sabem-no melhor que outros povos, visto que tiveram com Orlando Ribeiro e os seus discípulos uma grande escola geográfica portuguesa, cujo espírito encontramos ao virar de cada capítulo em Magalhães Godinho.

Esta história geográfica é também uma história económica que assenta no conhecimento profundo das técnicas. Técnicas administrativas, financeiras, monetárias, náuticas e marítimas, mercantis e financeiras, agrícolas e artesanais. Como a geografia, a economia é uma disciplina mista, ao mesmo tempo física e humana. É um misto de tecnologia e sociologia. É uma disciplina de contactos, e reduzi-la a uma ou outra, como o fazem alguns, é desejar-lhe a morte. Vitorino Magalhães Godinho continua, por seu lado, atento ao que é necessidade técnica e rigidez social.

Esta dupla preocupação — geográfica e económica — não retira à obra do mestre a sua unidade. Não será o espaço um bem raro, um bem económico? Raridade positiva, pode-se dizer, quando a terra é cara, mal repartida. Raridade negativa, quando é a distância e a distância excessiva que contam. Este papel da distância, Magalhães Godinho não deixa de o pôr em evidência com os seus mapas, pela presença das longas viagens, ao tomar em consideração o espaço imenso que representam os oceanos, os «mediterrâneos», incluindo o Mediterrâneo do Sara, cujas ondas de areia vêm quebrar-se contra os portos secos argelinos, marroquinos ou sudaneses.

O autor de uma obra tão vasta, que abrange dois séculos, podia ter seguido uma ordem cronológica, começando primeiro pelo século XV e entrando depois no século XVI: o primeiro, o século da África, o segundo, o da Ásia portuguesas. Preferiu, no entanto, a ordem temática: o ouro, depois as especiarias, por fim, a economia de subsistência. Mas serão assim coisas tão diferentes? A África e o século XV são dominados pelo ouro, pela riqueza que este pode oferecer. No século XVI, pelo contrário, a Ásia põe à disposição as suas especiarias, em troca do metal precioso da África e da América. É um século XVI breve: abala as actividades de subsistência do velho Portugal e cria novos ti-

pos de agricultura nas ilhas do Atlântico Oriental — Madeira, Açores — e no Brasil, um outro arquipélago português.

O sonho do historiador é fazer coincidir o plano cronológico e o plano geográfico e este com o plano lógico, temático. Magalhães Godinho conseguiu-o sem esforço aparente. Que melhor demonstração para a sua teoria dos complexos histórico-geográficos, em que se passa de um para o outro, através do longo prazo, do que a crise prolongada — porque não dizer de Kondratief e o movimento secular — e os seus «cachos de inovações»? É que este complexo histórico-geográfico é o célebre «ciclo» de que Lúcio de Azevedo fala nas suas *Épocas*, mais completo, acrescido de todo o tipo de elementos subsidiários que lhe emprestam um verdadeiro rosto, e ainda mais enraizado *hic et nunc* no seu enquadramento geo-histórico. Não é já o ciclo do ouro ou o ciclo das especiarias, mas o complexo ouro-especiarias-sal-trigo-cana-de-açúcar-grande comércio atlântico e indiano.

O livro de Frank Spooner *A Economia Mundial e a Cunhagem da Moeda em França* dava-nos já um vasto panorama dos fluxos de metais preciosos, em moeda ou não, em todo o planeta, desde Cristóvão Colombo a Luís XV. Que bem ilustra a vida do mundo deste tempo, as viagens dos comerciantes, o brilho das civilizações, a miséria dos povos! Vitorino Magalhães Godinho oferece-nos o mesmo quadro, mas, naturalmente, mais rico e mais preciso, no que se refere a um quarto do planeta — talvez a quarta parte mais importante —, dos momentos mais tristes da Guerra dos Cem Anos à morte de Filipe II de Espanha, primeiro de Portugal. É o quarto mais importante, porque é nos movimentos de moeda desta parte que se joga a acumulação de capitais, que irá fazer cair a economia portuguesa nas redes do capitalismo comercial, três séculos antes de se precipitar mais tarde nas garras do capitalismo industrial. Ao furtar-se, e com razão, a escrever uma história crítica ou apologética, Magalhães Godinho soube restituir a Portugal o papel louvável que teve num momento importante da história do mundo.

Mas regressemos uma vez mais aos metais preciosos. Cerca de 1500, a Ásia é um continente que não precisa de nada, que se basta a si próprio, mergulhado no seu orgulho. Não é nele

que se encontram as mais antigas civilizações do mundo? Não esperou pela vinda dos rústicos do Ocidente. A Europa, pelo contrário, deseja conhecer a Ásia e comprar-lhe os seus produtos, sem ter de lhe dar nada em troca, a não ser ouro e prata. Prata e ouro, as chaves do Oriente.

O ouro é, em primeiro lugar, para os Portugueses, o ouro da região atlântica, mas, com o aumento das trocas e apesar da importância da prata, torna-se insuficiente, e o crédito encontra-se demasiado avançado para o substituir ou completar. Daí a sorte dos Portugueses quando encontram *o ouro do Sudão*, na costa africana da Guiné, este ouro do qual uma parte chega já à Europa, trazida pelas caravanas do Sara e os mercadores do Magrebe.

Apesar destes obstáculos, em Lisboa o precioso metal entra às mãos-cheias na economia portuguesa, ajudando a fomentar o comércio e sofrendo uma desvalorização relativamente à prata. No princípio do século XVI e até 1521 passam todos os anos pela Casa da Moeda de Lisboa 410 quilos de ouro.

Mas há uma outra terra em África que produz ouro, o Monomotapa, o actual Moçambique. Em quantidades a não desprezar: pelo menos uma tonelada por ano até 1505. Na segunda metade do século XVI este número situa-se nos 500 a 1000 quilos. Mas este ouro do oceano Índico continua no oceano Índico. É a espinha dorsal do seu comércio. Porque já houve quem dissesse, injustamente, que a economia asiática assentava na base do metal prata. Na verdade, a Índia recebe ouro. Que lhe chega do Monomotapa, do Sudão português, mas também do Extremo Oriente — a Índia não produz quase nada. Samatra, Java, Bornéu, Celebes, são as zonas de maior produção, mas é igualmente possível encontrá-lo noutros lugares.

Todo este ouro, a caminho da Índia, passa por Malaca, que, por volta de 1510, regista por ano cerca de duas toneladas de ouro todos os anos. Sem esquecer, vindo da direcção oposta, o ouro do Egipto, em que os sequins de Veneza se misturam com o metal amarelo da Abissínia, da Núbia, do Sudão. Deste modo, a Índia surge como uma «zona de baixas pressões-ouro» que atrai os metais preciosos de todas as direcções, as quais entram, se assim se pode dizer, em concorrência umas com as outras. E os portugueses das praças portuguesas da Índia aca-

bam por criar moedas luso-indianas, que, infelizmente, se vão ressentir do declínio da influência portuguesa na Índia.

A importância da prata para a Ásia talvez seja mais bem conhecida. Quer se seja alemão, mexicano ou peruano, sabe-se que, no que respeita ao Levante, ela vai acompanhar na Ásia dos séculos XV e XVI um sistema onde já é dominante. Seguir com Magalhães Godinho os altos e baixos da prata levar-nos-ia muito longe...

Não se trata aqui de retomar, como o autor o faz, o problema da pimenta, das especiarias e dos outros produtos asiáticos que, durante algum tempo, trouxeram a fortuna a Lisboa e à sua feitoria de Anvers. Nem de voltar, uma vez mais, à economia de subsistência e aos problemas de mão-de-obra, onde Magalhães Godinho vê já, no que se refere ao século XVI, o que nós próprios encontrámos para o século XVII [1]. Assim se faz a ligação entre dois séculos. Depois de nós, isto é, depois de 1960, outros autores mais recentes continuaram [2].

Resta-nos agora concluir, ou seja, lançar um olhar de conjunto sobre a obra de alguém que ficará, para a posteridade, como um grande historiador. Apesar dos seus outros livros, este marca a sua obra de maneira irreversível. Ainda em vida, a Eternidade transforma-o... Vitorino Magalhães Godinho ainda é um homem jovem, com uma longa carreira à sua frente. Mas o seu nome ficará ligado, antes de mais, à historiografia internacional, o homem do oceano Índico português na época do Renascimento.

A nova escola da História ocidental, nascida com os anos 30, adquiriu uma feição especial em cada país. Em Portugal, foi Magalhães Godinho que lhe deu essa feição, em colaboração com os seus discípulos, entre os quais o saudoso Joaquim Barradas de Carvalho. Antes dele, os historiadores portugueses fo-

(1) *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique*, nova edição de «Portugal et l'Atlantique au XVIIème siècle» (Paris, 1960), publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

(2) Ver crónica recente do Autor, in *Latin American Research Review*, Austin, 1983.

ram grandes escritores. Com ele, tornam-se, de certa maneira, sapientes. Eles são os físicos e os químicos da História. Possam eles salvar-nos dos alquimistas e feiticeiros.

Fréderic Mauro, em *Diário de Notícias*, «Revista de Livros», de 5 de Fevereiro de 1984.

A ECONOMIA
DOS DESCOBRIMENTOS
HENRIQUINOS

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

Livraria SÁ DA COSTA *Editora*

A economia dos descobrimentos Henriquinos

4.2 — «A Economia dos Descobrimentos Henriquinos»

GODINHO, Vitorino Magalhães — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1962.

Há quase vinte anos que Vitorino Magalhães Godinho se vem debruçando sobre a problemática da expansão marítima portuguesa. No registo, já grande, das obras do Autor, os temas sobre os descobrimentos e a colonização ocupam, de longe, o maior lugar. Mas, ao contrário da tradicional historiografia portuguesa, quase sempre preocupada (com honrosas excepções) em aliar expansão com nacionalismo e mitologia com factologia, convertendo a grandiosa epopeia colectiva no labor exclusivo de alguns heróis, Vitorino Magalhães Godinho tem preferido a análise objectiva dos acontecimentos, o estudo aprofundado das motivações e, em especial, o exame das estruturas organizadoras dos meios de acção com vista a um fim útil. Simultaneamente, os problemas económicos merecem-lhe uma atenção constante e cada vez mais acentuada, a ponto de, no panorama da nossa historiografia económica, o termos de colocar num dos primeiros, senão no primeiro lugar.

Faltava, na vasta obra de Vitorino Magalhães Godinho, como na

historiografia portuguesa, um trabalho de síntese, onde se aliasse uma panorâmica geral dos descobrimentos com um estudo económico de conjunto. Essa lacuna foi agora, e em parte (porque o presente livro terá de ser o primeiro de uma série de estudos sobre a economia de toda a expansão) suprida, com a edição do volume *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos.*

Não cabe nos limites de uma crítica necessariamente resumida a explanação encadeada da vasta matéria que este livro inclui. Mas talvez que uma simples indicação dos títulos de cada capítulo possa elucidar o leitor sobre o objecto da obra.

Depois de um luminoso *tour de horizont* sobre a *história tradicional e os novos rumos da pesquisa,* verdadeira introdução crítica a uma história geral da expansão portuguesa, inicia Vitorino Magalhães Godinho propriamente o seu estudo com o problema, a que poderíamos chamar das origens.

Esse problema merece-lhe cinco capítulos e quase um terço do livro: desde a *irradiação mediterrânica para o oceano e o seu abortar (1290-1348),* até aos *factores do surto da expansão quatrocentista,* são abordados aspectos que a história tradicional tende a abandonar ou menosprezar, como seja o das *raízes hispano-portuguesas medievais,* ou a tratar apenas como biombo de idealismos anacrónicos de sabor político-religioso muito à moderna, como seja o dos *Turcos Otomanos. O problemas das origens na historiografia portuguesa,* que suscita ao Autor mais de dez páginas, talvez preferentemente inseríveis na Introdução, é glosado com visão penetrante e crítica impiedosa, embora sempre objectiva. E, ainda como «prólogo» a um estudo económico dos descobrimentos henriquinos, surge o capítulo intitulado «As maneiras de sentir e de pensar e o comportamento económico», um dos mais originais e importantes deste livro, visto a necessidade que aponta ao leitor de integrar toda a actuação de carácter «materialista» no espírito e nas vivências de uma época.

Ceuta e Marrocos constituem o 7.º capítulo; a ele se seguem os *rumos da expansão* (8.º), os *vectores do descobrimento do Atlântico* (9.º), *o povoamento das ilhas* (10.º), *os impérios negros do ouro* (11.º) e os *resgates de Arguim e Guiné* (12.º). Numa *Conclusão* são recapitulados os princípios de investigação e as conclusões mais importantes dos diversos capítulos. Não resistimos a transcrever alguns dos seus passos mais significativos:

«De cerca de 1409 a cerca de 1475, a expansão portuguesa alterna-

-se entre modalidades e feixes de objectivos vários. A um lado, uma política de conquistas territoriais pela 'cruzada' contra o Islame maghrebino, a outro, a metódica devassa do oceano desconhecido para desenvolver os circuitos mercantis, e colonização dos arquipélagos ermos. Crise financeira da nobreza e necessidade de mercados e escápulas da burguesia. O ouro do mundo negro como alvo dominante, mas também os escravos, as cores tinturiais, o trigo e o açúcar. Políticas ora acerbamente opostas, ora em convergência.

Pouco depois de dobrado o meio do século, as especiarias africanas acrescentam-se à lista dos produtos cujo trato se pretende controlar... No último quartel do século XV surgem vectores expansionistas novos: demanda de ilhas e terra firme a Oeste, e sobretudo da rota oceânica para as especiarias asiáticas, em concorrência com o comércio levantino de Veneza, e ainda alargamento das pescarias para os bancos de bacalhau transatlânticos.»

Uma *orientação de leituras* vem concluir este estudo. Como o título já o indica, não se trata apenas de uma lista de livros, secamente alinhados, sobre a época dos descobrimentos, mas antes de uma bibliografia crítica que classifica as fontes e agrupa os estudos por temáticas, salientando as obras preferíveis e relegando para segundo plano ou até excluindo da consulta do leitor as de menor importância.

Extremamente úteis são também os índices remissivos, de pessoas, topónimos e assuntos; e bem assim a cómoda e clara colecção de mapas que vem ilustrar os vários aspectos tratados.

A. H. de Oliveira Marques, em *Revista de Economia*, vol. XIV, fasc. II, Lisboa, Junho de 1962, pp. 147-148.

Godinho, Vitorino Magalhães — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Volume de 115×175 mm e xvi+248 páginas com 5 mapas. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1962

O factor económico, na evolução histórica do mundo, não é, de certo, elemento exclusivo. Mas ninguém, medianamente familiarizado com os acontecimentos e seus comparsas desconhece a quota-parte que lhe cabe.

Magalhães Godinho, querendo abordar o problema da génese dos descobrimentos henriquinos, fixou-se, prevalentemente, nas razões de ordem colectiva, sem, todavia, descartar as de carácter individual. As transformações sociais, consideradas objectivamente, obedecem, evidentemente, a um somatório de impulsões e solicitações. Que razões moveram os dirigentes, os colaboradores e o geral da população, para se abalançarem a tal empreendimento e em que condições, tanto uns como outros, o fizeram?

Para Magalhães Godinho, a expansão do século xv não teve por causa o imperialismo turco. A impulsão veio-lhe da convergência das necessidades de dilatação territorial da nobreza e de conquista de mercados da burguesia. As solicitações surgem sucessivamente de Marrocos, da Guiné e da Índia. Quanto à iniciativa da expansão, ela não é singular mas plural.

Para Ceuta, coube a João Afonso e D. João I; para a passagem do Bojador, a D. Henrique e talvez a D. Pedro; para a exploração da costa africana até à Serra Leoa, a D. Henrique, D. Pedro e particulares; para Tânger, a D. Henrique e D. Duarte.

A iniciativa dos descobrimentos, para o mesmo Autor, não se deve atribuir a qualquer particular, mas talvez à Ordem de Cristo, capacitada, especialmente, para isso, em razão da sua riqueza fundiária e mobiliária.

É de assinalar que Magalhães Godinho, enumerando as razões que moveram D. Henrique aos empreendimentos expansionistas — curiosidade pré-científica, perspectiva comercial, espírito de cruzada e de cavalaria, considerações político-estratégicas — registe o serviço de Deus e do reino, ao qual todas elas se subordinaram.

Na expansão actuaram duas orientações divergentes: a ocupação territorial e a navegação comercial. Aquela, alimentada pela nobreza. Esta, pela burguesia. A regência de D. Pedro promoveu, prevalentemente, a segunda, através do Atlântico. D. João II uniu as duas, apro-

veitando a valorização económica dos povos de Marrocos para o comércio da Guiné.

O plano da Índia nasce da concorrência comercial ao monopólio veneziano-muçulmano. O bloqueio português do Estreito de Meca contribuiu para a ruína do Sultanato do Egipto e conquista deste país pelos turcos, em 1517, tal como a descoberta de Bartolomeu Dias e a viagem de Vasco da Gama até às Índias feriram gravemente o comércio veneziano no Levante, de 1503 a 1535, afectando mais gravemente a rota de Adem que a de Ormuz.

A hegemonia marítima portuguesa do Índico, todavia, nem foi um golpe de morte para o império turco, de natureza prevalentemente continental e mediterrânica, nem arruinou o comércio veneziano no Levante, precisamente porque as bases essenciais deste assentavam em linhas geográficas fundamentalmente independentes.

Magalhães Godinho conclui, também, do seu trabalho, que os progressos do Islamismo e da sua projecção política do século XVI não foram detidos pelos descobrimentos dos portugueses, o que é verdade com respeito ao aspecto continental. Não há dúvida, porém, de que as possibilidades turcas de experiências marítimas para o Índico foram cerceadas e o encurralamento do Mar Vermelho eliminou, em grande parte, as possibilidades que ele teria, com a ocupação do Egipto.

A afirmação de que a expansão do século XV não teve por causa o imperialismo turco, no sentido específico do termo, parece-nos, ao menos parcialmente, verdadeira. Talvez não o seja, se, em vez do imperialismo *turco,* pusermos imperialismo *islâmico.*

Livro sério na informação e no rigor lógico das deduções, ao menos na sua linha geral, explora um tema certamente muito importante, para a compreensão dos grandes movimentos colectivos, no desenrolar da história, como é o factor económico.

Cumprirá, no entanto, não lhe atribuir aquela densidade dialéctica que uma escola fatalista lhe atribui.

O capítulo referente à utilização das fontes (pp. 219-235) é sumamente lúcido, na análise crítica do valor informativo de cada elemento.

G. S., *Brotéria,* vol. LXXV, n.º 5, Novembro de 1962, pp. 485-486.

The economic motives for portuguese expansion

A Economia dos Descobrimentos Henriquinos. By Vitorino Magalhães Godinho. Lisbon: Livraria Sá da Costa, 1962. Pp. Xiii, 247, sketch-maps.

In chapter I the author discusses the voyages of discovery made by Catalan and Italian galleys in the Atlantic during the period 1290-1348, and the reasons why they achieved no lasting results, apart from the rediscovery of the Canaries and the development of portulan charts. Chapter II describes the roots of Iberian overseas expansion, stressing the contribution made by three regional centres of maritime and commercial activities on the Atlantic — Biscay, Portugal and Andalusia. Chapter III is of limited interest to non-Portuguese readers, as it analyses the origins of Portuguese expansion as seen by leading nineteenth-and twentieth-century Portuguese historians from Oliveira Martins to Jaime Cortesão. Chapter IV, «The Ottoman Turks and the genesis of European expansion», combats the theory that the latter was in any way due to pressure exercised by the former, a theory controverted as long ago as 1915 by Lybyer in his EHR article, «The Ottoman Turks and the routes of Oriental trads». Chapter V analyses the economic and sociological factors whicke sparked off the expansion of Europe pioneered by Portugal from 1415 onwards. Chief among them the author lists the search for trans-Saharan gold, due to the scarcity of precious metals in Europe; the need for a new and impoverished Portuguese nobility and gentry to find fresh sources of income; Portugal's chronic deficit in cereals, which inspired the wish to conquer corn-growing lands in Morocco; the development of sugar cultivation in the Algarve and later in Madeira, which led to the demand for slave labour. Chapter VI analyses the prevailing ideology and «climate of opinion» in fifteenth-century West Europe in general and of Portugal in particular. In this connexion, the author discusses how far Prince Henry and other Portuguese leaders were inspired by religious and/or

economic motives, and how by personal ambition, glancing at Christian attitudes to war and trade with the infidel.

Chapter VII, «Ceuta and Morocco», maintains that the idea of conquering Ceuta and other Moroccan cities originated with João Affonso, King Dom João I's finance minister, whose project was warmly supported by the king and the merchants of the seaports. Magalhães Godinho argues that Ceuta was selected because it was a key to the trans-Saharan gold trade, and (it was hoped) a gateway to the neighbouring corn and sugar-growing districts. After the capture of Ceuta, the Portuguese were faced, in effect, with the choice of trying to conquer Morocco, or of directing their maritime expansion down its Atlantic coast and westward into the Ocean Sea, or of intervening in the Mediterranean. The third alternative does not seem to have been seriously considered by the Portuguese Crown, at any rate for long, though it did make an abortive attack on Moorish Malaga in 1465. There was considerable oscillation between the first two alternatives, for reasons analysed by the author in chapter VIII. He seeks to distinguish between «a policy of territorial conquests advocated by the nobility, and a policy of geographical discoveries, colonization, and peaceful trade advocated by the bourgeoisie» (p. 144). To some extent, Prince Henry is cast as the protagonist of the former policy and Prince Pedro as champion of the latter. Chapters IX and X discuss Portuguese expansion in the Atlantic, the colonization and economic development of Madeira and the Azores, and the possibility of the Portuguese having discovered America before Columbus. Chapter XI, «The Negro empires of gold», briefly considers the kingdoms of Ghana, Mali, Djenne, and other States of Guinea and western Sudan. Chapters XII describes the barter-trade conducted by the Portuguese at Arguim and along the Guinea coast and rivers, with special emphasis on the commerce in malagueta, gold, Guinea pepper, and slaves. The author summarizes his conclusions in the last five pages of the text, and the book is rounded off by a critical bibliography and discussion of sources, and provided with an adequate index.

This work is largely a recapitulation of arguments and views already advanced by Magalhães Godinho in previous books and articles, of which it will suffice to mention here his basic *História Económica e Social da Expansão Portuguesa — Marrocos* (1947), *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* (3 vols., 1943-1956), and *Les Grandes Découvertes* (1952). He has, however, taken some account of pre-

vious criticisms of his views, and has further developed and explained them. The chief merit of the book is that it situates Portugal firmly in the general European and African setting, and emphasizes the importance of economic and sociological factors as opposed to the actions of individuals, however eminent. Perhaps the author goes too far in playing down the significance of religious motives, and he does not include in his bibliography the essential work of Ch-Martel de Witte, O. S. B., *Les Bulles Pontificales et l'expansion portugaise au XV siècle* (Louvain, 1958). (1) But his views are as stimulating and closely argued as one would expect from this disciple of Lucien Febvre and Fernand Braudel, and this book can be warmly recommended to anyone interested in the subject who can read Portuguese. For those who cannot, and who feel that the late E. Prestage's once-classic *Portuguese Pioneers* (1933) is no longer the last word in English on this topic, Bailey Diffie's *Prelude to Empire: Portugal before Henry the Navigator* (University of Nebraska, 1960), may be recommended as a safe guide to the results of recent research and to further reading.

King's College,
University of London.

C. R. Boxer, em *The Journal of African History*, vol. III, 1962, nr. 3, pp. 506-508.

(1) Na realidade a obra de De Witte figura na Bibliografia, p. 230, §I. (V.M.G.)

GODINHO, Vitorino Magalhães — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962, 247 p., 5 cartes hors texte.

Il sera désormais difficile de traiter de la question des découvertes portugaises au XV^e siècle sans se référer à cet ouvrage dense, fourmillant de renseignements peu connus et de remarques percutantes. Ce sont toutes les raisons profondes de l'expansion du Portugal à la fin du Moyen Âge qui sont exposés ici, ainsi que leurs résultats.

Les conclusions méritent d'être citées:

1° Le problème des causes des découvertes ne se confond pas avec le problème des raisons qui ont fait agir l'Infant ou d'autres.

2° Le problème des raisons qui ont fait agir l'Infant ou d'autres ne se confond pas avec le problème des causes de sa conduite.

3° Le problème de la genèse des découvertes se décompose en trois aspects:

a) Relations entre les transformations sociales considérées objectivement (point de vue de causalité sociologique). Problème des impulsions et des sollicitations.

b) Raisons qui ont fait agir les dirigeants, les collaborateurs et le gros de la population et conditions des conduites individuelles et collectives (point de vue du conditionnalisme psychologique).

— Problème des initiatives et des adaptations.

c) Systèmes d'idées qui ont conditionné la conduite des découvertes et ses directives (point de vue du développement structurel des idéologies).

— Problème des valeurs culturelles.

4° Les trois aspects s'intègrent dans un tout par les connexions partielles:

a) Relations entre les valeurs culturelles et les raisons et conditions qui ont motivé les différentes conduites.

b) Relation entre les raisons et les conduites qui ont déterminé les divers comportements et les transformations sociales.

c) Relation entre les transformations sociales et les valeurs culturelles.

5° La conjonction de ces relations du point de vue de l'explication historique.

Les résultats de l'état actuel des recherches sont les uns, sûrs, et les autres, des hypothèses plausibles. Ce sont:

1) L'expansion au XV^e^ siècle n'a pas pour cause l'impérialisme turc.

2) L'expansion au XV^e^ siècle a:

a) Pour impulsion: la convergence des nécessités d'accroissement territorial pour la noblesse et de conquête de marchés pour la bourgeoisie.

b) Comme sollicitations, successivement:

Maroc: céréals, tissus, or (du Soudan), pêcheries position stratégique.

Guinée: or, esclaves, malaguette.

Indes: épices, pierres précieuses, bois rares et aromates.

3) L'expansion n'est pas due à une initiative unique mais à une pluralité d'initiatives:

a) Ceuta: João Afonso et D. João I.

b) Doublement du cap Bojador: l'infant Henri et peut être D. Pedro.

c) L'exploration de la côte africaine jusqu'à la Sierra Leone: l'infant Henri, D. Pedro et des particuliers.

d) Tanger: l'infant Henri et D. Duarte.

4) L'initiative des découvertes n'est pas due à quelque particulier mais à l'Ordre du Christ.

5) L'Ordre du Christ a pris l'initiative car c'était une organisation ayant une grande richesse foncière et mobilière, et, partant, une force socio-économique.

6) Les raisons qui ont fait agir l'infant Henri, subordonnées de façon complexe au service de Dieu et du royaume, sont en même temps la curiosité préscientifique, la perspective commerciale, l'esprit de croisade et de chevalerie, et des considérations politico-stratégiques.

7) L'expansion n'a pas dévié de deux orientations: la conquête territoriale et la navigation commerciale.

8) Les deux orientations de l'expansion correspondent aux intérêts contraires de la noblesse et de la bourgeoisie.

9) La régence de D. Pedro a détourné les esprits du plan marocain et promu d'une façon décisive l'exploration atlantique.

10) D. João II a réuni les deux orientations: valorisation économique du Maroc par le commerce de Guinée.

11) L'évolution de l'historiographie du XV[e] siècle reflète de développement du conflit des groupes sociaux et des directives d'expansion.

12) Le plan des Indes est né de la concurrence commerciale au monopole vénitien et musulman.

13) Le blocus portugais de la mer Rouge a contribué à la ruine du Sultan d'Égypte et à la conquête de ce pays par les Turcs en 1517.

14) La découverte de la route du Cap a affecté le commerce vénitien vers le Levant avec une certaine gravité de 1503 à 1535.

15) L'expansion portugaise n'a pas ruiné les routes d'Ormuz et d'Aden, mais a favorisé celle-là au détriment de celle-ci.

16) L'expansion portugaise n'a pas porté un coup mortel à l'empire turc.

17) L'expansion n'a pas ruiné le commerce vénitien au Levant.

18) Les progrès de l'Islam et de sa projection politique ne sont pas interrompus au XVIe siècle.

Raymond Mauny, em *Bul. de l'Institut Français d'Afrique Noire* (IFAN), t. XXIV, série B, nr. 1-2, Dacar, 1962, pp. 310-312.

A Economia dos Descobrimentos Henriquinos. By Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa, 1962. Livraria Sá da Costa Editora. Maps. Notes. Index. Pp. 247. Paper.

The words «descobrimentos Henriquinos», meaning the discoveries commonly associated with Henry the Navigator, are used for the reader's convenience, because the famous prince is considerably reduced in stature by Magalhães Godinho. He is somewhat deprived of his scholarly intellectual rating and loses rank as a crusader. Instead he becomes largely the spokesman of the new Portuguese nobility created after Aljubarrota by the prince's father and brother, Kings João I and Duarte. This latter-day peerage, striving to acquire fiefs and having no chance to do so in small Portugal, strove with Henry's help to remedy this lack in Morocco and adjacent lands. The new nobles supported such enterprises as the attacks on Ceuta and Tangier and opposed ventures south of Cape Bojador.

Magalhães distinguishes another line of Portuguese thought; that of the bourgeoisie merchants who disliked imperialism as such but welcomed distant exploration because of the trade opportunities it promised. He names Henry's brother, Prince Pedro, as the champion of this point of view, a thesis suggested by the present reviewer in the *HAHR* in 1948 and more fully enunciated by Francis Rogers in his recent *Travels of the Infante Dom Pedro.*

The belief that the Turkish capture of Constantinople had much bearing on the expansion of Portugal is knocked in the head again by Magalhães, who makes considerable use of the Lybyer thesis that the Ottoman threat had no noticeable effect on the prices of Asiatic products in Europe. Considerable emphasis is placed on the search for gold and other valuables that by the 15th century could be definitely

located in the southern Sahara. The author doubts that in Henry's time the idea of rounding Africa and reaching India existed in any clarified way.

There is no doubt in the reviewer's mind that Magalhães is on the right track.

Charles E. Nowell (University of Illinois), em *The Hispanic American Historical Review*, Novembro de 1963, pp. 589-590.

Le Portugal et l'Afrique au XVe siècle (1)

Le récent ouvrage de l'historien portugais Vitorino de Magalhães Godinho (1) présente des thèses nouvelles, solidement étayées par un appareil critique étendu qui fait largement appel aux documents d'époque (chroniques et sources d'archives). L'auteur, qui a contribué plus que personne à introduire au Portugal l'histoire économique et sociale, déclare, dans sa préface, au nom des principes énoncés par Henri Berr et M. Fernand Braudel, qu'il se détournera d'une histoire strictement événementielle ou individuelle (telle qu'une biographie du prince Henri le Navigateur) pour tenter de tracer le tableau social et culturel d'une époque et d'un milieu.

Aux yeux des historiens français, qui sont désormais rompus à ces méthodes, l'introduction revient un peu lourdement sur cette «profession de foi»; mais il ne faut pas oublier le conservatisme étroit et la méconnaissance absolue des sciences politiques, économiques et so-

(1) Vitorino MAGALHÃES GODINHO, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisbonne, 1962, XIII et 247 p., 5 cartes hors texte, Bibliog., Index.

ciales qui ont marqué l'historiographie portugaise jusqu'à ces dernières années (2). On apprécie alors à sa juste valeur ce véritable exposé méthodologique du travail de l'historien (suppression des obsessions nationalistes aiguës à propos de la formation de l'empire portugais; exigence de rigueur dans le choix et la critique des sources; nécessité de lutter contre l'«histoire historisante» en faisant appel à toutes les sciences sociales, y compris l'étude des phénomènes d'acculturation...). On reste confondu qu'il ait fallu attendre jusqu'à maintenant pour établir le véritable sens d'événements apparemment aussi connus que les Grandes Découvertes portugaises: mieux que personne un historien portugais pouvait le faire.

L'auteur fait remonter au XIIIe siècle les origines de l'expansion hispano-portugaise: dès cette époque, on peut opposer au monde méditerranéen (Gênes-Venise), qui reste tourné ver l'Orient (trafic des épices et problème de l'or), la péninsule ibérique où se développent trois centres à la fois agricoles et maritimes orientés vers l'Atlantique: Pays Basque («complexe» de la baleine dans l'Atlantique nord, du fer et de la laine de la Meseta), Portugal et vallée du Guadalquivir. Reste à elucider pourquoi c'est d'abord au Portugal que triomphe cette association du marin et du pasteur, de la vie maritime et de la vie agricole, des intérêts mercantiles et de ceux de la noblesse foncière.

Après un chapitre de critique historiographique (chapitre III, pp. 37-50) qui introduit les développements ultérieurs, M. de Magalhães Godinho prend méthodiquement le contre-pied de ses prédécesseurs. *Les causes de la prépondérance portugaise* ne furent pas «mystico-religieuses» (Oliveira Martins: ferveur d'expansion de la foi et recherche du royaume mystérieux du prêtre Jean): ce serait projeter sur le XVe siècle des croyances qui appartiennent aux XIe et XIIe siècles (3) Ni même «político-religieuses» (Joaquim Bensaúde: l'Islam frappé dans le dos par un mouvement tournant des Européens alliés aux empires chrétiens d'Afrique): ce serait attribuer aux hommes du XVe siècle l'idée d'un blocus à l'échelle mondiale, idée anachro-

(2) On ne saurait conseiller au lecteur peu familiarisé avec l'école historique portugaise meilleure introduction que l'article récent de F. MAURO dans la *Revue Historique: «L'histoire au Portugal» (avril-juin 1963, pp. 433-442).*

(3) Raisonnement étayé par le chapitre XV: «As maneiras de sentir e de pensar e o comportamento económico», pp. 83-108.

nique surtout si on la suppose issue du lointain Portugal [4]. Elles ne furent pas non plus économiques au sens étroit (António Sérgio: crise de subsistance au Portugal et en Europe au début du XVe siècle, tandis que la progression turque au Levant coupait les routes commerciales entre Inde et Occident): l'auteur démontre que l'explication de l'expansion du XVe siècle par les perturbations commerciales dues à l'avance ottomane est irrecevable; d'une part le bas prix des épices prouve que l'expansion océanique et l'imperialisme turc ne coïncidèrent pas avec une hausse des prix; d'autre part et surtout, l'ascencion même de l'empire ottoman n'exerça en fait aucune influence: tout prouve au contraire que le contrôle de la principale route méditerranéenne (c'est-à-dire la voie maritime méridionale passant par la Mer Rouge et Alexandrie), dont le trafic fut intense jusqu'à Vasco da Gama (1498), échappa totalement à cet empire anatoliobalkanique dont l'avance vers l'Océan Indien ne fut pas antérieure à 1516-1517 [5]

La tentative de synthèse (Jaime Cortesão) entre ces deux courants explicatifs contradictoires (mystique et économique) n'est guère satisfaisante, non plus que la contribution de Veiga Simões, à qui revient cependant le mérite d'introduire une étude sociale des grands personnages (l'infant D. Henrique) et l'esquisse du processus collectif de l'expansion. L'histoire restait faussée par le primat aveuglément accordé à l'influence turque, et souffrait aussi du rôle primordial attribué à l'infant D. Henrique (Henri le Navigateur) et à l'intense préparation, théorique et pratique, des Découvertes.

Une parenthèse ne sera pas ici inutile pour le lecteur français peu familiarisé avec l'histoire intérieure du Portugal (il serait d'ailleurs souhaitable d'accompagner une éventuelle traduction française d'un tableau chronologique des faits principaux). Rappelons donc que le Portugal connut en 1383 une révolution dynastique, épilogue de la montée de la bourgeoisie marchande et victoire de l'élément urbain sur la noblesse rurale. Une oeuvre systématique d'organisation se poursuivit sous les règnes de João I Avis, puis de Duarte I (1433-1438), et sous la minorité d'Alphonse V où les bourgeois impo-

[4] Chapitre IV: «Os Turcos Otomanos e a génese da expansão europeia», pp. 51-68.

[5] Chapitres III et IV.

sèrent la Régence de l'infant D. Pedro, fils de João I et frère de l'infant D. Henrique (1440-1448). Le parti aristocratique, dirigé par D. Henrique et le roi Alphonse lui-même, reprit le pouvoir à partir de 1449, mais connut un nouveau déclin sous le règne du roi João II (1481-1495).

L'expansion portugaise du XVe siècle est la conséquence de cette évolution, à la fois économique et politique. Nous n'insisterons pas sur la description des transformations économiques (chapitre IV), décisives mais bien connues des historiens français; à partir du XIIIe siècle, le facteur déterminant fut la vitalité d'une classe nouvelle: la bourgeoisie des villes (crise de la noblesse foncière et formation d'une richesse mobilière; développement des banques et des échanges internationaux: crédit, assurances, foires). Le déséquilibre financier (solde négatif avec l'Orient) qui résulta de l'essor économique et démographique des XIIIe et XIVe siècles, puis de la longue dépression de la fin du XIVe et du XVe siècles, coïncida avec la nécessité d'élargir l'horizon géographique: la chance du Portugal au XVe sicle fut de voir accéder un moment la bourgeoisie au pouvoir.

M. de Magalhães Godinho rappelle en effet que les plus grandes entreprises portugaises eurent lieu sous le régne de João I (prise de Ceuta 1415, découverte de Madère vers 1420, redécouverte des Açores en 1427), et surtout sous la Régence: on doit à D. Pedro, qui réalisa la politique des cités, l'essor de la colonisation aux Açores, et le progrès dans l'exploration des côtes du Sahara et de Guinée.

Quel fut donc D. Henrique, le fameux «Henri le Navigateur»? Un ascète, anxieux de salut chrétien et de châtiment des Infidèles? Un homme de science passionné par les découvertes? Ni l'un ni l'autre (rien ne permet d'affirmer ni sa piété particulière, ni sa vaste culture, ni même un rôle quelconque dans l'impulsion scientifique au Portugal); mais, face à la politique d'expansion pacifique de son frère (p. 145), un grand seigneur avant tout, partisan de la conquête armée, où les nobles ruinés serviraient à la fois Dieu, le roi et leur propre gloire. D'où son insistance à s'emparer du Maroc et le désastre de Tanger qui s'ensuivit (1437). D'où le rôle joué par l'Ordre du Christ dont il était le Grand Maître (c'est-à-dire une des plus grosses puissances bancaires du temps); et s'il obtint, de 1443 à sa mort (1460), le contrôle de tous les voyages au sud du Cap Bojador, ce fut à des fins strictement financières: le cinquième des bénéfices réalisés par toutes les expéditions, versé auparavant à l'État, lui revenait désormais. C'est à ce

nique surtout si on la suppose issue du lointain Portugal (4). Elles ne furent pas non plus économiques au sens étroit (António Sérgio: crise de subsistance au Portugal et en Europe au début du XVe siècle, tandis que la progression turque au Levant coupait les routes commerciales entre Inde et Occident): l'auteur démontre que l'explication de l'expansion du XVe siècle par les perturbations commerciales dues à l'avance ottomane est irrecevable; d'une part le bas prix des épices prouve que l'expansion océanique et l'imperialisme turc ne coïncidèrent pas avec une hausse des prix; d'autre part et surtout, l'ascencion même de l'empire ottoman n'exerça en fait aucune influence: tout prouve au contraire que le contrôle de la principale route méditerranéenne (c'est-à-dire la voie maritime méridionale passant par la Mer Rouge et Alexandrie), dont le trafic fut intense jusqu'à Vasco da Gama (1498), échappa totalement à cet empire anatolio-balkanique dont l'avance vers l'Océan Indien ne fut pas antérieure à 1516-1517 (5)

La tentative de synthèse (Jaime Cortesão) entre ces deux courants explicatifs contradictoires (mystique et économique) n'est guère satisfaisante, non plus que la contribution de Veiga Simões, à qui revient cependant le mérite d'introduire une étude sociale des grands personnages (l'infant D. Henrique) et l'esquisse du processus collectif de l'expansion. L'histoire restait faussée par le primat aveuglément accordé à l'influence turque, et souffrait aussi du rôle primordial attribué à l'infant D. Henrique (Henri le Navigateur) et à l'intense préparation, théorique et pratique, des Découvertes.

Une parenthèse ne sera pas ici inutile pour le lecteur français peu familiarisé avec l'histoire intérieure du Portugal (il serait d'ailleurs souhaitable d'accompagner une éventuelle traduction française d'un tableau chronologique des faits principaux). Rappelons donc que le Portugal connut en 1383 une révolution dynastique, épilogue de la montée de la bourgeoisie marchande et victoire de l'élément urbain sur la noblesse rurale. Une oeuvre systématique d'organisation se poursuivit sous les règnes de João I Avis, puis de Duarte I (1433-1438), et sous la minorité d'Alphonse V où les bourgeois impo-

(4) Chapitre IV: «Os Turcos Otomanos e a génese da expansão europeia», pp. 51-68.

(5) Chapitres III et IV.

sèrent la Régence de l'infant D. Pedro, fils de João I et frère de l'infant D. Henrique (1440-1448). Le parti aristocratique, dirigé par D. Henrique et le roi Alphonse lui-même, reprit le pouvoir à partir de 1449, mais connut un nouveau déclin sous le règne du roi João II (1481-1495).

L'expansion portugaise du XV^e^ siècle est la conséquence de cette évolution, à la fois économique et politique. Nous n'insisterons pas sur la description des transformations économiques (chapitre IV), décisives mais bien connues des historiens français; à partir du XIII^e^ siècle, le facteur déterminant fut la vitalité d'une classe nouvelle: la bourgeoisie des villes (crise de la noblesse foncière et formation d'une richesse mobilière; développement des banques et des échanges internationaux: crédit, assurances, foires). Le déséquilibre financier (solde négatif avec l'Orient) qui résulta de l'essor économique et démographique des XIII^e^ et XIV^e^ siècles, puis de la longue dépression de la fin du XIV^e^ et du XV^e^ siècles, coïncida avec la nécessité d'élargir l'horizon géographique: la chance du Portugal au XV^e^ sicle fut de voir accéder un moment la bourgeoisie au pouvoir.

M. de Magalhães Godinho rappelle en effet que les plus grandes entreprises portugaises eurent lieu sous le régne de João I (prise de Ceuta 1415, découverte de Madère vers 1420, redécouverte des Açores en 1427), et surtout sous la Régence: on doit à D. Pedro, qui réalisa la politique des cités, l'essor de la colonisation aux Açores, et le progrès dans l'exploration des côtes du Sahara et de Guinée.

Quel fut donc D. Henrique, le fameux «Henri le Navigateur»? Un ascète, anxieux de salut chrétien et de châtiment des Infidèles? Un homme de science passionné par les découvertes? Ni l'un ni l'autre (rien ne permet d'affirmer ni sa piété particulière, ni sa vaste culture, ni même un rôle quelconque dans l'impulsion scientifique au Portugal); mais, face à la politique d'expansion pacifique de son frère (p. 145), un grand seigneur avant tout, partisan de la conquête armée, où les nobles ruinés serviraient à la fois Dieu, le roi et leur propre gloire. D'où son insistance à s'emparer du Maroc et le désastre de Tanger qui s'ensuivit (1437). D'où le rôle joué par l'Ordre du Christ dont il était le Grand Maître (c'est-à-dire une des plus grosses puissances bancaires du temps); et s'il obtint, de 1443 à sa mort (1460), le contrôle de tous les voyages au sud du Cap Bojador, ce fut à des fins strictement financières: le cinquième des bénéfices réalisés par toutes les expéditions, versé auparavant à l'État, lui revenait désormais. C'est à ce

titre seulement que l'on peut lui attribuer l'initiative du tiers environ des voyages. Mais la légende s'empara précocement de l'infant D. Henrique, dès que la noblesse triomphante voulut, en idéalisant le rival de D. Pedro, faire oublier l'épisode «bourgeois» de la Régence; le personnage était bien fait pour séduire les hommes de la Renaissance qui mirent la dernière touche à un portrait d'érudit éclairé, «conforme ao goût du XVI[e] siècle, mais fort anachronique pour le siècle précédent».

M. de Magalhães Godinho retrace ensuite en détails la progression des découvertes (chapitre XI), de la conquête, du peuplement, enfin de la mise en exploitation (céréales, canne à sucre, etc.) des grands centres d'expansion: Ceuta (chapitre VII), Madère et les Açores (chapitre X). Il consacre la fin de son étude aux empires noirs de l'or (chapitres XI et XII): après avoir rappelé ce que nous savions déjà des routes caravanières, des différents royaumes noirs (Ghana, Galam, Tirakka puis Tombouctou, le Niger) et du système de la «troca muda» («troque muette», à la distance, entre Musulmans porteurs de sel et Noirs producteurs d'or), l'auteur passe en revue, chroniques et archives en mains, les centres portugais en Afrique Noire (Arguim, Côte de Guinée, Côte de la Mine et Royaume du Bénin), et dresse l'inventaire des productions (or, ivoire, poivre malaguete, esclaves surtout, dont le nombre total, de 1450 à 1505, s'éleva aux alentours de 140 000). Il définit enfin le régime commercial, qui oscilla constamment entre le commerce privé (sous réserve de l'autorisation du Roi ou d'un concessionnaire) et le monopole (de l'État ou d'un particulier, portant sur un espace ou un produit): à cet égard, le plus énorme monopole connu, depuis celui de D. Henrique, est le monopole du commerce de toute la Guinée (sauf Arguim et la zone frontière du Cap Vert) qui fut concédé en 1469, pour cinq ans, à un bourgeois de Lisbonne, contre 200 000 réaux par an et l'exploration annuelle de 100 lieues de côtes.

Depuis les origines lointaines des Grandes Découvertes jusqu'à l'époque de leur plein rendement, l'ouvrage fait le tour de la question; sur de nombreux points, il renouvelle entièrement notre vision du monde portugais au XV[e] siècle: il substitue au tableau traditionnel de la décadence méditerranéenne, considérée comme ferment d'expéditions nouvelles, la vision d'une expansion océanique qui trouva en elle-même ses forces vives, à l'histoire d'un homme celle d'un groupe social et d'une époque. Au détour des pages et des chapitres se dessine peu à peu en touches précises — en dépit de quelques passages lents

ou difficiles à suivre — la courbe de l'évolution; un des charmes de l'ouvrage est en effet de ne jamais asséner brutalement une vérité historique mais de faire apercevoir peu à peu les différentes facettes d'une réalité complexe, que nous embrassons finalement dans sa totalité.

Les spécialistes critiqueront peut-être l'opposition tranchée, et quelque peu schématique, entre les deux frères: D. Henrique, champion de la réaction aristocratique «pour une politique de conquête dans un style encore médieval», et le Régent D. Pedro, «appuyé par la bourgeoisie nouvelle pour pratiquer une politique de routes maritimes et de commerce pacifique avec les indigènes» (1). Il n'empêche qu'il y a là un ensemble cohérent, solide, nouveau, pourvu d'une bibliographie critique (sources et bibliographie, pp. 219-235), d'un index détaillé et classé (p. 236-247) et de cinq cartes hors texte. Souhaitons que ce travail considérable soit bientôt traduit afin de connaître une large audience auprès des historiens français.

Catherine Coquery Vidrovitch, em *Annales*, Paris, 1964, pp. 201-204.

GODINHO, Vitorino Magalhães — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Un vol. in-8.°, XIIII-247 p., 5 cartes hors texte, Lisboa, 1962.

Ce livre est, d'abord, un combat pour une histoire dégagée des soucis nationalistes et des simplifications exagérées. L'expansion portugaise ne peut uniquement s'expliquer, ni par l'esprit de Croisade, ni par le désir de pallier les perturbations commerciales dues à l'avance ottomane, ni par l'action de quelques personnages marquants dont l'infant Henri le Navigateur est le plus connu. Pour M. Godinho

---

(1) Voir en particulier les annotations de la *Chronique de Guinée* de Gomes Eanes de Zurara par M. L. Bourdon (préface et traduction de L. Bourdon, n.° 60 des Mémoires de l'IFAN., Dakar, 1960, 301 p., in-4.°), et le compte rendu que fit de cet ouvrage H. Moniot dans les *Annales*, juillet-août 1961, pp. 822-823.

(p. 212), l'expansion s'est faite d'abord par «impulsion» *(por impulsão)*, de l'intérieur, par les besoins de terre de la noblesse et le désir de la bourgeoisie d'ouvrir de nouveaux marchés, et ensuite de l'extérieur par «sollicitations» *(por solicitações):* le Maroc avec ses céréales, ses tissus, l'or qu'il recevait du Soudan, ses pêcheries et sa position stratégique, puis la Guinée (son or, ses esclaves, la malaguette) et l'Inde (ses épices, ses pierres précieuses, ses bois rares et ses aromates). De cette démarche résulte une série d'études convergentes abordant les tentatives méditerranéennes vers l'Atlantique aux XIII[e] et XIV[e] siècles (chap. II), l'action des Turcs ottomans (chap. IV), sur l'opposition de don Henrique et de son frère le régent don Pedro (p. 140 et sq.), le climat économique, social et spirituel du Portugal des découvertes (chap. VI), etc., et visant, par une série de touches subtiles — quelquefois difficiles à suivre —, à restituer l'histoire «globale» des découvertes portugaises. Car ce livre de combat est un nuancé, que évite de tomber dans la simplification que condamnait l'introduction. On appréciera l'analyse très fine des sentiments religieux de la bourgeoisie marchande (chap. VI), des liens entre la politique intérieure portugaise et les étapes des découvertes (chap. VII à XII). Peut-être la politique «européenne» d'Afonso V, avec son offensive commerciale vers les mers étroites, est-elle insuffisamment précisée: mais ce livre n'est pas un manuel, c'est une excitation à la réflexion et à la recherche.

Il se révèle aussi, bien que le souci de l'auteur fût ailleurs, un bon instrument de travail. La bibliographie sélectionnée, bien classée, permet une approche facile des problèmes économiques du XV[e] siècle portugais. (Il suffit d'y ajouter deux livres que l'auteur n'a pu connaître: celui de V. Rau et J. de Macedo, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV, Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, 1962; et celui de Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*, Coimbra, 1963.) L'intérêt de ce qui est dit des sources narratives, cartographiques, etc., fait d'autant plus regretter la minceur du paragraphe consacré aux sources diplomatiques. On aurait été reconnaissant à l'auteur de rappeler les séries essentielles de la Torre do Tombo et les publications qui en ont été faites (pourquoi citer celles de A. Braamcamp Freire p. 224 et celles de J. M. da Silva Marques p. 226, et ne pas mentionner que le Centro de Estudos Históricos Ultramarinos mettait en chantier la publication des *Gavetas?)*, et de signaler que les fonds des ordres religieux et les archives locales (ainsi Vila do Conde) étaient susceptibles d'apporter encore bien des ren-

seignements. Une édition française ainsi complétée permettrait aux historiens français de mieux participer à la recherche documentaire où l'auteur (p. 16) voit, à juste raison, la seule direction de progrès décisif.

Henri Touchard, em *Annales*, n.º 4, 1964, pp. 611-612.

5

Testemunhos e apreciações

5.1 — Depoimentos vários

Difícil encontrar entre nós quem se apresente como o autor: sólida preparação filosófica (psicológica e sociológica), desperto senso crítico (lógico matemático), variada cultura histórico-económica de visão universalista e comparatista.

É neste ponto, sem embargo, que para mim avulta a posição marcada pelo autor dentro da nossa história pátria: o dar-se conta da complexíssima problemática levantada pela metodologia coeva; o dar-se conta de que redunda numa utopia e num erro o pretender explicar geneticamente o devir social dentro da psicologia, da história e da lógica clássicas; o dar-se conta, em resumo, da profunda *revolução estrutural* da história acontecida nos séculos XIX e XX.

Sílvio Lima, professor da Faculdade de Letras de Coimbra, em *Biblos*, vol. XIX, 1943.

Les ouvrages sur l'expansion portugaise au XV^e^ siècle poursuivent le travail critique brillamment commencé par l'essayiste António Sérgio. Délaissant les simplismes faciles, ils s'attachent à saisir sur le vif toute la compléxité des faits spirituels, intellectuels, économiques et

sociaux qui ont donné naissance à cette expansion. Ils s'appuient, avant tout, sur une analyse extrêmement riche des documents. Les résultats auxquels est parvenu M. V. M. G. s'ordonnent en une structure très solide qu'on ne ferait que trahir en essayant de la résumer.

I. S. Revah, director de estudos da École des Hautes Études de Paris, *Bulletin des Études Portugaises,* 1947.

Tous ces problèmes du destin portugais n'échappent pas à l'impérialisme de notre jeune colaborateur et ami V. M. G. Il les reprend à son compte, les transforme, les éclaire, avec un goût que ses devanciers n'ont presque jamais eu pour les réalités économiques et sociales. Dès maintenant on aperçoit l'immensité et la nouveauté de son labeur. A ce chercheur infatigable, le Portugal est un admirable outil de prospection et de connaissance de l'histoire générale du monde entre ce que l'on est convenu d'appeler le moyen âge et les temps modernes.

Fernand Braudel, professor do Collège de France, em *Annales — Économies, Sociétés, Civilisations,* Abril-Junho, 1949.

[...] auteur d'une série de très bons travaux d'histoire coloniale et économique.

Ch. Verlinden, *Revue Belge de Philologie,* 1954.

Avec une maîtrise vite reconnue, il s'était attaqué déjà à un grand sujet, un de ceux qu'entre autres ses compatriotes traitent avec le plus d'insistance et d'éclat: celui des Grandes Découvertes... Méticuleux dans son érudition... Et puis, dans ce milieu des *Annales,* sa vision première s'élargissait. Dans les Temps et dans l'Espace. Il passait du XV^e^ au XVIII^e^ siècle, consacrait aux flottes du sucre et aux flottes de l'or portugaises, ou bien au commerce anglais dans l'Amérique espagnole, ou encore au travail forcé au Méxique, des articles substantiels, évocateurs de réalités rendues présentes à notre esprit par un savoir sans défaut. Après quoi, planant sur de vastes ensembles, il parlait en termes excellents de la création et du dynamisme du monde atlantique. Et

voilà que, par un nouveau raid sur un domaine dont les historiens d'avant-garde commencent à peine la prospection scientifique, il nous apporte ce livre-pionnier sur les prix portugais aux XVIII^e^ et XIX^e^ siècles. On voit l'heureux travail et l'énorme effort qui'l n'a cessé d'accomplir...

Lucien Febvre, prefácio a *Prix et monnaies au Portugal* (1955).

5.2 — *Um mestre português no estrangeiro*

Todos ou quase todos os dias se assiste na imprensa portuguesa, mercê de abundante noticiário, comentário e ilustração fotográfica, à valorização singular da força e destreza física, em equipa. O que foi um espectáculo na arena torna a ser um espectáculo nas colunas dos jornais. Em compensação, e mau grado os suplementos e páginas literárias, é mínimo o interesse pela criação individual do espírito.

Se os homens dão bons pontapés (e ai de nós que bem lhes invejamos a solidez dos jarretes!), merecem o aplauso e o incitamento carinhoso da turba, já o cientista, o artista, o escritor, que no silêncio do seu gabinete prepara as obras, tantas vezes imortais, que definem um povo e lhe dão perpetuidade, que enriquecem o património espiritual da Humanidade e são fonte perene de alegria, merecem bem menos audiência nos grandes quotidianos e, por consequência, do grande público.

Veja-se, por exemplo, o que agora sucedeu com a atribuição dos prémios às melhores obras na produção literária de ficção. Dir-se-ia que tudo bem comparado, após o alarde publicitário da semana desportiva, caiu sobre os nomes de Rodrigues Miguéis, Maria da Graça Freire e Urbano Tavares Rodrigues o silêncio e a sombra penitentes de uma Quarta-Feira de Cinzas.

Mas não se queixem os homens de letras e pensamento. Não se queixem sobretudo os criadores originais de humanidade, os portado-

res da Boa-Nova. Só verdadeiramente são grandes os que suportam com valor a solidão, o esquecimento e o abandono; os que não desanimam; na grandeza na arte, cabe quase sempre o pão amargo da incompreensão e do ostracismo. Mas no alto das trapeiras onde vivem, agarrados a um sonho, Quixotes dos grandes desertos, chega-lhes de quando em quando, na voz do vento que vem de longe, o incitamento e a solidariedade fraterna dos seus companheiros de trabalho, dos que ateiam e velam em silêncio a mesma chama.

Por nossa parte — e é o nosso objectivo presente — desejaríamos contribuir para manter acesa a consciência da comunidade dos espíritos, que trabalham para além do êxito comum, ruidoso e de momento.

Ainda há dias ecoou na imprensa, quase a medo, à excepção deste jornal, um facto, que não teve, ao que nos parece, a ressonância que merece. O Prof. Vitorino Magalhães Godinho, tendo prestado provas na Sorbonne perante um júri de altas competências, obteve a mais alta classificação, «très honorable», no doutoramento de Estado, o que equivale em vernáculo à classificação de professor catedrático, ou, mais explicitamente, naquele instituto universitário de Paris.

No caso de Magalhães Godinho, e sem pretendermos fazer jogo de palavras, o Estado Francês sancionou e oficializou como universitário um professor universalista, profundamente penetrado de humanismo compreensivo e tolerante, que concebe e constrói a sua obra com sentido ecuménico.

Historiador que tem renovado a história pelo escrupuloso estudo das fontes e a sua publicação, como, por exemplo, com os *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, e pela interpretação económica e sociológica, talvez nenhuma das suas obras dê melhor a medida do conjunto das suas capacidades, compreensão filosófica da história e até possibilidades de estilo, claro e directo, como breve mas substanciosa monografia, escrita em francês, com o título de *Les Grandes Découvertes*.

Começando por definir o seu método de estudo, ele procura afastar, e afasta, os dois vícios que, a seu entender, mais tem prejudicado o estudo da época dos «Grandes Descobrimentos»: o prejuízo chauvinista e o espírito académico, ou sęja, de rotina e respeito pela falsa autoridade. E, após ter denunciado, e com razão, os excessos nacionalistas de alguns historiadores portugueses, condena — e com razão maior — aquilo a que chama o «imperialismo» dos historiadores italia-

nos, ao que poderia haver juntado, generalizando o caso de Pohl, certa superficialidade ingénua, frequente na historiografia americana. A seguir, o historiador, num escorço rápido mas seguro, põe os problemas e define os factores dos grandes descobrimentos, na complexidade dos seus impulsos, dando maior valor às causas económicas e, dentro do quadro, excelentemente esboçado das navegações peninsulares, à ciência náutica dos portugueses.

Mau grado as reservas que faz a algumas conclusões dos historiadores nacionais, raros trabalhos como o seu haverão, pela isenção e ecletismo que o inspiram, melhor e mais decisivamente contribuído para difundir e enraizar no estrangeiro, e particularmente em França, a importância dos descobrimentos portugueses, considerados nos seus autênticos valores, e, mais que nenhum outro, o da ciência náutica. O nome de Magalhães Godinho faz hoje autoridade, e, como tal, é, com frequência, citado pelos seus colegas estrangeiros.

Quer isto dizer: que um e outro, Magalhães Godinho e nós, concordemos sempre e inteiramente na interpretação da história? Não. Divergimos muitas vezes e continuaremos a divergir. Todavia, Magalhães Godinho fá-lo sempre com a seriedade e respeito pelo trabalho alheio, que são um dos traços mais vigorosos do seu carácter, e sem a «morgue», tão frequente e fastidiosa em certos catedráticos ou pretensos catedráticos.

Mas um e outro, do livre debate tiramos glória. Praticamo-lo, como condição inerente à ciência histórica e à própria dignidade do historiador. Aceitamos a diversidade dos conceitos e da sua aplicação, pois sabemos que a história, longe do relato dos factos estritamente averiguados, é a resposta, sempre renovada, a problemas que envolvem o sentido da vida. E que, por isso mesmo, escrever história é praticar um acto de consciência.

Jaime Cortesão, «Um mestre português no estrangeiro», em jornal *República*, de 8 de Julho de 1959.

5.3 — *Outras apreciações*

[...] le probléme que vous envisagez est peut-être le plus important de toute l'histoire portugaise. Jusqu'ici vos prédécesseurs n'avaient apporté que des solutions partielles et en quelque sorte unilatérales. Vous étes le premier, je crois, à traiter la question sous tous aspects en tenant compte de la compléxité des faits. La lecture des textes, abstraction faite de toute hypothèse, m'avait conduit à des conclusions très proches des vôtres [...] Mais vous les appuyez sur une connaissance générale de la méthodologie et de l'histoire économique. J'ai beaucoup apprécié aussi l'interprétation psychologique du sentiment religieux à une époque déterminée. Vous nous rendez compte ainsi des contradictions apparentes qui s'expliquent par la diversité des tendances de la bourgeosie et de la noblesse et par les attaches des chroniqueurs et des historiens avec chaque courant d'opinion. Le recueil des *Sources inédites de l'histoire du Maroc...* me semble vous donner raison sur beaucoup de points [...]

Georges Le Gentil, professor da Sorbonne.

Il y a sans doute beaucoupe à retenir dans la tentative de M. M. G. Avant lui, on a eu tendance à mettre trop exclusivement l'accent soit sur les causes religieuses, soit sur les causes exclusivement économiques des découvertes. On a eu tendance également à exagérer l'action de l'infant Henri le Navigateur, et à penser qu'on avait résolu le problème quand on avait déterminé les motifs qui l'inspiraient et les buts auxquels il visait. On voit que les recherches de M. M. G. sont riches de suggestions et marquées d'un caractère très personnel. Leurs conclusions seront discutées; elles ne seront peut-être pas acceptées par tous; mais leur interêt et leur nouveauté ne sont pas contestables.

Robert Ricard, professor da Sorbonne.

Il est trois noms toutefois à qui nous désirons rendre un hommage particulier: Mariano Feio, grand connaisseur des problèmes de l'Alentejo, qui nous a fait partager sans réticense son savoir et a tant facilité notre enquête dans la région de Beja; Orlando Ribeiro et Vitorino Magalhães Godinho, à qui la géographie pour l'un, l'histoire pour l'autre doivent au Portugal, depuis plus de vingt ans, l'essentiel de

leurs progrès. A eux trois, nous voulons apporter em même temps l'assurance de notre grande estime intellectuelle, de notre amitié et de notre reconnaissance.

Albert Silbert, *Le Portugal méditerranéen XVIII^e-début du XIX^e siècle*, 1966, t. I, pp. 11-12 avant-propos.

Vitorino Magalhães Godinho — que se situa, a mais de um título, na linha de pensamento fecunda de Duarte Leite, de igual modo que na dos *Annales*, de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel — nem por isso deixa de derrogar à sua fria imparcialidade. Aconteceu-lhe frequentemente, sem que os seus trabalhos com isso percam, antes pelo contrário, terçar armas contra a injustiça colectiva de que tanta vez tem sido vítima a obra de Portugal nos séculos XV e XVI. V. M. G. mostra, assim, que um pensamento progressista, de inspiração marxista, não corta forçosamente com as ópticas nacionais e que um exercício crítico é mais fácil no quadro dos passados estrangeiros do que no próprio passado, o que justifica plenamente, entre outras coisas, o intercâmbio internacional no campo da investigação histórica.

Veja-se, por último, o magnífico esforço de síntese de V. M. G. Graças a ele, a expansão portuguesa ficou a ser o capítulo melhor inserido da expansão europeia.

Pierre Chaunu, *L'Expansion europeéenne du XVIII^e au XIX^e siècle*, Paris, Col. «Nouvelle Clio», 1969, pp. 245, nota, e 249.

Vitorino Magalhães Godinho, um dos mais vigorosos temperamentos de historiador aparecidos entre nós; a ele se deve ter colocado a História dos Descobrimentos, tradicionalmente preocupada com problemas de prioridades e de arte náutica, numa perspectiva económica mundial.

Orlando Ribeiro, professor da Universidade de Lisboa, em *Ensaios*, vol. I, p. 29 (Lisboa, 1970).

Há insistência na denúncia do desconhecimento da moderna literatura portuguesa no Brasil. Parece-nos que se deve lembrar que o mesmo se verifica relativamente às Ciências Sociais, de todo ignoradas. Queremos fazer referência especialmente a uma, que é a História. É possível que Portugal não tenha hoje importante contribuição à Economia, à Sociologia, como não teve ontem. Falta-lhe tradição, como lhe faltam agora as condições ideais para o desejado florescimento. Conta, porém, com apreciável historiografia, em geral ignorada entre nós. É que aí já se encontra tradição rica, desde os cronistas dos Descobrimentos aos eruditos do século XIX, passando pelo romantismo e vindo aos dias atuais, quando há numeroso grupo que se orienta da melhor maneira, seja quanto à formação severa para o ofício de historiador, seja quanto à problemática, convenientemente captada — com a superação do simples descritivismo de viagens ou biografias. O resultado é uma historiografia rica, pela temática, pelo trabalho rigoroso de pesquisa e pelo superior entendimento do que há de vivo na ciência social. Vamos exemplificar com a simples apresentação de um nome que já se impôs pela obra realizada: o de Vitorino Magalhães Godinho, que devia ser mais conhecido no Brasil. Não se pretende aqui estudo completo de sua obra, mas apenas chamar a atenção para o que ela é e representa e precisa ser sabido ao menos pelos que se dedicam à História.

Vitorino Magalhães Godinho foi aluno e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Viveu de 1947 a 60 em Paris, obtendo o diploma em Ciências Econômicas e Sociais na École Pratique des Hautes Études (1955) e o de Doutor na Sorbonne (1959). Trabalhou como professor e pesquisador no Centre National de la Recherche Scientifique, integrando-se no grupo de historiadores, sobretudo os que se reunem na chamada «école des *Annales*». Muito de sua produção é escrita em francês. Absorveu assim a metodologia que aquele grupo desenvolveu, aplicando-a à história de Portugal. Esteve no Brasil, por curto período, como professor visitante (é claro que na Faculdade de Filosofia de São Paulo). Escreve, além de livros em que apresenta pesquisas longas e bem elaboradas, artigos nas principais revistas de História de seu país, França, Inglaterra, Espanha, Brasil. De

todo esse labor resulta bibliografia ampla, com o traço da alta qualidade. Poder-se-ia dividi-la em alguns setores: 1) os títulos dedicados aos descobrimentos e expansionismo, como *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 1944; *História Econômica e Social da Expansão Portuguesa*, 1947; *L'Économie de l'Empire Portugais aux XV-XVIe siècles* (tese de doutoramento); *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, 1962; *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, em publicação; 2) os que tratam de documentação, em linha erudita, com textos dos cronistas, prefaciados e anotados, como *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, I, II e III, 1943, 44 e 56; 3) os de História econômica de outros períodos, a exemplo de *Prix el Monnaies au Portugal (1750-1850)*, 1955; 4) os de Metodologia de História, como *Razão e História*, 1940; *A Crise da História e as Suas Novas Diretrizes*, 1942; *Introdução à História Econômica*; 5) os que reúnem pequenos livros, artigos e conferências, como *Ensaios*, I e II, 1968, que tratam de História Universal e de História de Portugal; 6) os de natureza política, em que debate problemas de seu tempo, como *O Socialismo e o Futuro da Península*, cuja terceira edição é de 1970. E os escritos diversos, sem falar nas muitas traduções. Como se vê, produção grande e diversificada. Na impossibilidade de examiná-la em pormenor, queremos dar as suas linhas marcantes.

As que se destacam são as preocupações com os descobrimentos e expansionismo, História Econômica e Metodologia da História. O interesse pelas viagens e o Império é compreensível em autor português, uma vez que é aí que sua nação tem o momento alto, em que marca mesmo, como pioneira, a vida do mundo. A maior bibliografia nacional se refere exatamente ao assunto, como é óbvio. Se ele já provocou obras extraordinárias, de erudição de pesquisa e lucidez interpretativa, diversas se perdem em pura descrição, com o debate de aspectos irrelevantes, deixando de lado o que o movimento representou na economia e sociedade da Europa e do mundo nos séculos XV e XVI. Há até as que descambam para a fantasia ou o mito, com explicações pouco racionais e que viciam parte da historiografia portuguesa, com milagres e sigilos. Sem falar no que é feito como simples louvor, sem qualquer crítica, ou na idealização romântica de passado grandioso que se contrapõe à atualidade modesta, em produção cheia de lágrimas, suspiros e invocações, que nada tem a ver com a história. Godinho cuida do tema, na melhor tradição: a pesquisa erudita, o reexame dos cronistas em análise de textos. Contribui procurando classificar as teses e exa-

minar suas validades, como se vê, entre muitos outros títulos, em *A Expansão Quatrocentista*, com o debate do problema das origens e linhas de evolução, modelo de abordagem crítica de tema nem sempre cultivado com rigor. Além de colocar a problemática, com perspectivas fecundas para o estudo, detém-se no que representou para Portugal e o mundo o expansionismo, através de análise social e econômica.

Outra constante do autor é a História Econômica, como se vê até pelos títulos lembrados. O tema aparece em ligação com o do expansionismo — a sua história econômica e a de outros períodos. Aí, destaque-se o importante *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*. É obra que se afirma não só pela vastidão da pesquisa como pela superioridade do tratamento. Escrita em francês, é significativa da orientação que absorveu em seus longos períodos na França. Figura em lugar de relevo no quadro da escola dos *Annales*, como proclama no prefácio Lucien Febvre. É o estudo de um século de vida econômica — uma «longue durée» —, na captação dos aspectos essenciais. Servido de técnica apurada de pesquisa e análise, aplica a orientação quantitativa, sem se deter no simples número, mas extraindo sua riqueza de conteúdo, que permite a análise qualitativa. Interessa não só à história de Portugal como à do Brasil. É que esse é o período da economia da mineração. Para o estudo do problema, encontra-se no livro contribuição fundamental: ele vem a ser, assim, básico para a historiografia mineira, que no entanto mal toma conhecimento de que existe. Parece-nos urgente a tradução e edição aqui, para chegar a público mais vasto. Além do que representa de levantamento original, em dados e fontes, destaque-se que a técnica de elaboração é de nível que raramente se atinge no Brasil, de modo que pode ficar como modelo de tratamento de material.

Lembre-se agora, com a mesma brevidade, outro traço da produção do autor: o interesse pela natureza da História, conceitos, métodos. Já o livro de 1942 *A Crise da História* era muito bem feito e rico de perspectivas. É impressionante fosse escrito por alguém tão jovem — Godinho nasceu em 1918 —, revelando tanta leitura e capacidade de organização. Ainda pode ser lido com proveito. Há pouco aparece *Introdução à História Econômica* (o volume não tem data, mas deve ser de 1970 ou 71). Já se lembrou que o autor sempre se dedicou ao assunto, não só em aplicações como em reflexões, tal como se lê no artigo *Histoire Économique et Économique Politique*, na *Revista de Economia*, de Lisboa, de setembro de 1951. No presente volume as duas

preocupações — metodologia e pesquisa — aparecem. Sua leitura é que nos provocou êste artigo, que tinha o propósito inicial de ser apenas comentário, resenha. Estendemos por demais a introdução, pelo fato de que o autor é pouco conhecido no Brasil.

Introdução à História Econômica divide-se em duas partes, expressivas das preocupações e métodos do autor: evolução da História Econômica e posição atual dos problemas e pesquisa de preços e conjuntura em Portugal, do século XV ao XIX. A primeira é uma síntese do que é a História Econômica, em linhas muito gerais, em três capítulos: da descoberta do econômico até a primeira guerra mundial; da primeira guerra mundial à grande depressão de 29-34, depois da depressão — orientações e problemas de hoje. Assinala como é recente a disciplina, uma vez que os fatos sociais e econômicos não eram vistos com autonomia, por longos séculos: «até o século XIX só esporadicamente, sem qualquer continuidade ou esforço de sistematização, é possível documentar o interesse pela vida econômica do passado» (p. 12). Analisando o que se escrevia então, conclui poder «considerar que por alturas de 1840 estão gizados os primeiros lineamentos da história econômica. Faltavam, contudo, dois tópicos essenciais: introduzir o sentido histórico na economia e marcar a importância dos fatos econômicos no conjunto da história» (p. 17). O que seria feito logo, pela escola histórica de economia e pelo materialismo histórico, como consigna, embora não examine em que consistiu êsse trabalho, que teve «relativo insucesso» (p. 18), pois «os meados do século XIX fracassaram tanto em historicizar a economia como em teoricizar a história econômica» (p. 21). Godinho lembra alguns dos principais títulos dessa bibliografia, apreciando-lhes o alcance. Aponta as contribuições fundamentais dos economistas nos estudos dos ciclos. Como afirma, «é com a entrada no século XX que se dá o passo decisivo no sentido de aliar a narrativa à explicação teórica» (p. 36). Destaca a contribuição de Sombart, explicitando-a, bem como as de outros autores que marcaram a ciência no começo do século: «nascia uma nova história econômica, fundamentalmente estatística» (p. 52), realçando Simiand como «quem infletiu a pesquisa histórica para o ponto de vista quantitativo» (p. 53). Justo o que afirma que há «certo atraso de utensilagem teórica de história econômica em relação à própria teoria econômica» (p. 51). O melhor capítulo é o terceiro, não só pelo que arrola, com crítica, de bibliografia mais inovadora, como pelo seu relacionamento com a ciência econômica e com o próprio quadro histórico que leva às trans-

formações (crises de 29, segunda guerra). Examinam-se aí, de maneira brevíssima, alguns problemas que tem exata colocação. Como exemplo: «os atuais povos subdesenvolvidos não se encontram na fase ou em fases por que já atravessaram os atualmente desenvolvidos. [...] Chega-se à conclusão de que os fatores que no passado serviram ao crescimento e desenvolvimento de certos países ou regiões são exatamente os mesmos que hoje impedem o arranque ou atrasam a aceleração dos subdesenvolvidos» (p. 72). Observações do gênero revelam sensibilidade para captar as diferenças, o sentido da dinâmica, em que se realiza o verdadeiro historiador.

Haveria muito o que comentar, algum ponto de desacordo, mas a matéria nos levaria longe demais. Não podemos deixar de estranhar, no entanto, duas omissões no quadro que procura traçar: a de Jean Marczewski, bom teórico de História Quantitativa (ainda que se recuse sua concepção, ou se duvide de sua viabilidade, como é o nosso caso) e a da *New Economic History*, que se desenvolve com resultados importantes na última década nos Estados Unidos, como se vê na obra de Robert Fogel. É claro que Godinho as conhece: sobretudo Marczewski deve ser-lhe familiar, que o economista dirige o grupo de História Econômica do Instituto dirigido por François Perroux (autor cujo elogio é feito). Deve-se interpretar a omissão como recusa de uma linha de trabalho? É direito seu, mas, a nosso ver, devia referir ainda que para discordar, que as novas orientações francesa e norteamericana são dois caminhos que se apresentam ao pesquisador — e dos mais originais e fecundos.

Quanto à segunda parte, não temos elementos para comentar. É a história dos preços em Portugal, do século XV ao XIX. A matéria é muito especializada e tem bibliografia importante em vários países. Já há pesquisas do gênero em Portugal, às quais se soma a presente. Como o autor tem o preparo requerido, o estudo deve ser bem feito. De investigações assim é que está necessitada a história econômica do Brasil. Sabemos que alguns esforços já se fazem, notadamente na Bahia. Deles é que se espera a renovação da historiografia econômica de nosso País, com o rigor e a objetividade que ainda não tem. Daí a valia da presente obra, como de toda a produção de Vitorino Magalhães Godinho, que precisa ter aqui, entre estudiosos de História, a divulgação que merece.

Francisco Iglésias, «Notas sobre V. M. G.», em *Minas Gerais* (suplemento literário), n.º 289, de 11 de Março de 1972.

5.5 — *Para um Plano da* **História de Portugal**

O plano deve muito a Vitorino Magalhães Godinho, na medida em que se mostra uma adaptação do plano geral previsto para a grande *História de Portugal*, em vários volumes, que aquele historiador projectava e projecta orientar, e onde eu também me honro de ter parte. A divisão por épocas segue-o de perto. O carácter de manual de consulta levou-me, todavia, a desdobrar cada época em duas partes: uma relativa à metrópole e outra ao ultramar.

A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, vol. 1, 1972, prefácio (pp. XIV-XV).

[...] lembre-se o Prof. Vitorino Magalhães Godinho, que reformulou toda a História dos Descobrimentos Portugueses, que até então era feita em moldes antigos, inaceitáveis, ou então patrioteiros, como, pelos vistos, se está a querer fazer agora.

A. H. de Oliveira Marques, «Historiadores deveriam conduzir comemorações dos Descobrimentos», in *Diário de Notícias*, de 8 de Maio de 1988.

5.6 — *Sobre a acção em Clermont-Ferrand*

UNIVERSITÉ DE CLERMONT

Clermont-Fd, le 10 Septembre 1974

Monsieur Magalhães-Godinho Vitorino

Ministre de l'Education Nationale

Lisbonne — Portugal

Monsieur le Ministre et Cher Collègue,

Rentrant de vacances je viens de prendre connaissance de votre aimable lettre et vous me permettrez de vous adresser mes très amicales et sincères félicitations pour votre nomination dans ce haut poste de responsabilités qu'est le Ministère de l'Education.

Je voudrais vous dire tout le plaisir que nous avons eu de vous compter parmi nos enseignants et vivement souhaiter que les liens déjà tressés entre nos deux pays sur le plan de l'Education, se renforcent et que les échanges à tout niveau entre mon Université et celles placées maintenant sous votre haute direction se développent dans l'intérêt de tous.

Le souvenir et l'impact que vous laissez à Clermont ne sont pas le seul fait de la grande qualité de l'enseignement que vous avez dispensé mais résultent également de votre grande personnalité qui vous a conduit à vous intéresser et participer activement aux problèmes généraux de la Faculté et de l'Université qui pendant quelques annés ont été les vôtres.

Je vous renouvelle au nom de l'Université et en mon nom personnel toutes nos félicitations, tous nos souhaits de réussite dans ce haut post et vous prie de croire, Monsieur le Ministre à notre haute considération et si vous le permettez, Mon Cher Collègue, à mon amical souvenir.

R. Kohlmuller

5.7 — *Um especialista em lógica moderna*

Grande historiador de prestígio internacional, o Prof. Vitorino Magalhães Godinho — nascido em Lisboa em 1918 — é também um especialista em lógica moderna e em teoria do conhecimento, devendo-se-lhe as mais notáveis contribuições para a criação de uma verdadeira metodologia histórico-estruturalista; e seria necessário dispor-se do largo e profundo saber interdisciplinar que, entre nós, só ele afinal possui para se falar convenientemente dos múltiplos vectores da sua obra. Desta obra, que constitui um dos mais sólidos monumentos da cultura portuguesa de todos os tempos, limitamo-nos a referenciar os seguintes trabalhos: *Razão e História* (1940); *Documentos sobre a Expansão Portuguesa até 1460* (3 vols., 1943-1956); *A Crise da História e as Suas Novas Directrizes* (1946); *As Sociedades e Economias do Noroeste Africano — Marrocos — Séculos XI-XVI* (1947); *A Economia das Canárias nos Séculos XIV e XV* (1952); *Prix e Monnaies au Portugal, 1750-1850* (1955); *L'Économie de l'Empire Portugais aux 15ème et 16ème Siècles* (1969); *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales, 1517-1635* (1958); *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (1962); *Introdução às Ciências Sociais* (1964); *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (2 vols., 1963-1971); *Ensaios* (4 vols., 1967, 1968, 1971); *O Socialismo e o Futuro da Península* (1969); *Introdução à História Económica* (1960); *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (1971); *Um Rumo para a Educação* (1974); *A Educação Num Portugal em Mudança* (1975).

Doutorado pela Sorbonne com a mais alta menção, sócio fundador da Association Marc Bloch pour l'Étude des Civilisations, membro da British Academy e doutor *honoris causa* pela Universidade de Clermont-Ferrand, Vitorino Magalhães Godinho foi Ministro da Educação a seguir ao 25 de Abril de 1974; e só há a deplorar que não tenham sido jamais ensaiados, ou sequer tomados em devida consideração, muitos dos seus projectos de ordem política geral e de reforma das instituições portuguesas. Seja como for, tais projectos ficam a assinalar um nobilíssimo espírito de intervenção cívica. A sua competência científica, a sua exigência moral e o seu rigor metodológico

tornam-no uma personalidade ímpar e naturalmente incómoda num meio em que tais virtudes não abundam nem são muito prezadas.

D. M.-F. [David Mourão-Ferreira], «V. M. G. (n. 1918)», em *Portugal — A Terra e o Homem* (Antologia), II vol., 2.ª série, Lisboa 1980, pp. 47-48.

5.8 —

Desconheço bastante da História de Portugal. O que melhor conheço é, sobretudo, através das leituras das obras do Prof. Vitorino Magalhães Godinho.

Admiro sobretudo os seus trabalhos sobre os descobrimentos portugueses e a economia mundial. Trata-se de um livro de grande envergadura, uma obra de base de especialistas de História. Renovou, em particular, quer a minha própria visão quer a de outros historiadores franceses acerca da História de Portugal, em relação ao Ultramar, em particular no Oriente, durante os séculos XV e XVI.

Entrevista de Manuel Cadafaz de Matos com Jacques Revel, *in JL*/**Jornal de Letras, Artes e Ideias**, de 12 de Outubro de 1987.

5.9 — Um testemunho e um voto

Para aqueles que gostavam de história e a queriam estudar, há quase 25 anos, a obra de Vitorino Magalhães Godinho apresentava-se como alguma coisa de estranho, diferente, inovador, que mal se pode hoje avaliar. Não só a obra mas também a pessoa. Aureolava-a a recente expulsão de que fora vítima por solidariedade para com os estudantes. Confrontada a obra e o homem com aquilo que nos era dado para estudar e com aqueles que nos ensinavam, tinha-se a sensação de mundos diferentes separados por anos e anos. Com avidez se liam os seus livros, onde a história era outra.

Recordo que em 1964, em busca de um tema para a dissertação de licenciatura, em cada página sua achava uma ideia a desenvolver, uma pesquisa a empreender. Foi assim que decidi que o melhor seria entrar em contacto com esse mestre. Um acaso feliz fez-me saber que no Verão de 1964 se encontrava por perto, na praia de Albufeira. Não foi difícil chegar à fala e imediatamente me marcou uma sessão de trabalho. Era ainda uma Albufeira pacata, a de 1964, onde se conversava horas e horas, sem empurrões nem barulhos. E começou a minha vergonha. Nunca tinha ouvido falar de Febvre, Braudel, Labrousse e muitos outros. Dos autores fundamentais apenas Marc Bloch me era familiar (abençoado Torquato Soares!). E logo nesse dia, além de tema para licenciatura — o Algarve económico no século XVI — ficou pronto o projecto inicial do trabalho. Regressado a Coimbra, apresentei o caso a quem de direito (Lopes de Almeida e Salvador Dias Arnaut) e recebi a necessária concordância para fazer o trabalho sob a direcção de Vitorino Magalhães Godinho. Ao tempo, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra vivia numa profunda crise, com velhos mestres indiferentes em fim de carreira, sem que os novos se pudessem ainda mostrar. Ninguém orientava ninguém, e bastava saber para o exame. O resto não contava, pelo que nos sentíamos em liberdade.

E começou aí uma aprendizagem completamente nova e deslumbrante. Mais uma amizade que sempre sinto não ser capaz de retribuir.

Vitorino Magalhães Godinho alia a um magistério de rigor, estímulo e motivação máximos, uma atenção pessoal incomparável. É difícil distinguir, quando se trabalha com ele, o que é preocupação com os problemas das matérias em estudo das solicitações pessoais. Tanto conta uma questão a resolver como uma indisposição de saúde. Obra e pessoa confundem-se, numa «globalidade» que se torna difícil para alguns.

Antes de mais uma confiança total e plena (quantas vezes ingénua) em quantos dizem que querem trabalhar. Ao contrário do costume no ofício, não escamoteia um dado, não deixa de indicar um livro, vai ao cúmulo de emprestar cópias de documentos que ainda não utilizou. Em contrapartida dessa confiança plena, exige que o resultado seja atingido com total seriedade. Não é preciso ter génio ou qualidade invulgar. O que é indispensável é o rigor na investigação e a humildade perante a ciência.

Ao longo destes quase 25 anos tenho assistido ao lançamento e queda de alguns. Magalhães Godinho propulsiona-os, mas não admite

que lhes falte o combustível do trabalho e da honestidade. Se estes falham, se há batota pelo meio, então a explosão é inevitável e imparável. A falha é tomada como uma ofensa à ciência que toma como pessoal. A batota é o que mais detesta, creio. E não menos a deslealdade. E dói-lhe muito, fere-o muito, prejudicar alguém ou ver que alguém é prejudicado por intervenção sua. Vou dar um exemplo. Poucas vezes o senti tão magoado como quando uma sua classificação numas provas académicas levou a que o resultado final tivesse sido o que propôs. É que não imaginava que o patrono do candidado deixasse de o defender. Mas isso foi o que aconteceu. E, como sempre, à deslealdade responde com violência. Não é uma lealdade «feudal» de «mandarim» académico a que exige e pratica. É lisura e honestidade a que pratica e quer como contrapartida.

Acima de tudo a Pátria e o seu prestígio pela ciência. E ultimamente muita tem sito a sua paciência perante o grotesco das comemorações dos Descobrimentos. O improviso, a ignorância, o desnorte, o espectáculo público de incompetência irritam-no e ferem-no. E ferem-no tanto mais quanto há um desperdício de dinheiros públicos que poderiam e deveriam ser postos ao dispor de investigadores, que é necessário formar para depois se conseguir compreender e mostrar o nosso passado com a dignidade que merece.

Às vezes parece que há quem o entenda e ouça. Será desta feita que se consegue criar o Centro Português de História dos Descobrimentos e da Expansão? Há boas vontades, há apoios inequívocos. Esperemos que desta vez esse sonho sempre adiado venha a realizar-se. Oportunidade a não perder.

Joaquim Romero de Magalhães, «Um testemunho e um voto», em *JL/Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 316 (ano VIII), de 26 de Julho de 1988.

5.10 — Uma política de cultura na Biblioteca Nacional

Vitorino Magalhães Godinho assumiu as funções de director da Biblioteca Nacional em 1984, num curto período mas suficiente para dar a saber quais os princípios que devem orientar um organismo de tal dimensão científica e cultural. Na oportunidade, tratava-se de continuar, «num mundo tão mudado», a obra de renovação encetada por Jaime Cortesão e Raul Proença, nos anos 20, deste modo proporcionando à Biblioteca as condições para ultrapassar os seus limites materiais, administrativos e técnicos, situando-a no «plano da dinâmica cultural» à escala do mundo inteiro.

Para o efeito, tornava-se necessário dispor de meios materiais e humanos adequados, impunha-se o aperfeiçoamento do complexo jurídico-administrativo, reclamava-se a plena autonomia, libertando a Biblioteca dos defeitos e maus hábitos da função pública, dinamizando os serviços e o pessoal no sentido da participação e da responsabilização.

O processo de institucionalização da Biblioteca Nacional não podia desenvolver-se com os estereótipos e as rotinas do passado, mas antes com a afirmação das competências e solidariedades humanas, com a intensificação das permutas entre obras, conhecimentos e actividades com tendência a separarem-se em compartimentos estanques. Em especial, havia que enfrentar as ameaças da uniformização e transformar a Biblioteca num autêntico complexo cultural, através da integração harmoniosa de «maneiras de pensar, de sentir e de agir», numa totalidade dinâmica orientada pelos valores da pátria e da humanidade.

Para concretizar o desígnio, V. Magalhães Godinho lançava uma ideia mobilizadora e algo surpreendente para muitos — a possibilidade de todos os que trabalhavam na casa, sem excepção, desde o operário com suas ferramentas até aos responsáveis pelos diversos serviços, se ultrapassarem e comprometerem num projecto de criação cultural. Assim, justificavam-se as propostas de especialização e de aperfeiçoamento profissional contínuo, a pedagogia do sistemático esclarecimento dos objectivos a atingir, a dinamização da «prática crítica do pessoal», enfim, de acordo com Leite de Vasconcelos, destacava-

-se o permanente apelo à superação dos limites técnicos da intervenção, situando-a nos planos da ciência e da cultura. Por exemplo, o pessoal não devia reduzir-se aos simples mecanismos de montagem de uma exposição mas, pelo contrário, comprometer-se, de acordo com os seus interesses e capacidades, em todas as fases da operação, desde a concepção do projecto à pesquisa dos elementos e posterior divulgação dos materiais.

Nesta linha, o centenário do nascimento de Jaime Cortesão e de Raul Proença era a oportunidade para a concretização do projecto, uma ideia que afinal se prejudicou por interferências mesquinhas, sempre presentes quando as «comemorações» servem mais os interesses de pessoas ou grupos do que a aspirações da colectividade. A este propósito, não deixou V. Magalhães Godinho de apontar o caminho, assinalando: «Entendemos que estas Comemorações devem ter algo diferente de que é costume, serem mais projectivas e abertas à colaboração com a juventude, centrarem-se na discussão dos grandes problemas nacionais.»

A transformação da Biblioteca Nacional num lugar de investigação científica e de criação cultural era um requisito fundamental para se atingir a dimensão cívica da investigação, a dignidade da sua participação na vida portuguesa. Por isso, V. Magalhães Godinho persistia na exigência de uma Biblioteca activa, com capacidade de iniciativa, capaz de converter o repositório de livros, manuscritos e colecções de obras culturais em verdadeiros dados, afeiçoados na problematização das gerações antecedentes e das aspirações do futuro. O objectivo devia ser concretizado por grupos de jovens investigadores, comprometidos e orientados pelo pessoal da Biblioteca no «itinerário do pensar científico».

Neste contexto, salientava-se a urgência do estudo de «um plano nacional de publicações de fontes para o conhecimento de Portugal», em colaboração com outras instituições congéneres de todo o País. Por outro lado, definia-se uma política de exposições orientada por um conjunto de problemas e não por motivos de circunstância, desta maneira projectando-se para o exterior o acervo do património reunido na Biblioteca e envolvendo a população em geral. Também, a urgência de se organizarem instrumentos de trabalho (atlas, dicionários, tratados) susceptíveis de facilitar a análise rigorosa dos documentos, através de um «gigantesco esforço de erudição». Neste domínio, como no âmbito da «reprodução das obras culturais», a Biblioteca era chamada

a desempenhar um papel normativo e paradigmático em relação a outras instituições do País.

Enfim, em 1984, Vitorino Magalhães Godinho não se limitava a palavras de circunstância ou a um simples enunciado de actividades. Para a Biblioteca Nacional traçava um sentido mas, em especial, apresentava aos portugueses um exemplo concreto do que deve ser uma política de cultura, o que nunca existiu em Portugal.

Jorge Crespo, artigo «Uma política de cultura na Biblioteca Nacional», em *JL/Jornal de Letras Artes e Ideias*, n.º 316 (ano VIII), de 26 de Julho de 1988.

5.11 — Contundente e duro mas sempre com razão

Falar de Magalhães Godinho é muito arriscado. Arriscado porque nunca conseguirei dizer dele o que penso. Não vou, por conseguinte, tecer considerações de carácter científico. Por inúmeras razões: a extensão e profundidade da sua obra, a sua capacidade como investigador, pedagogo e professor e, ainda (parece inusitado dizê-lo), pelo facto de ter tido sempre, em relação a ele, um complexo que me não abstenho de explicitar: «não saber tanto como ele». Este complexo acompanhou-me sempre na minha carreira como antropólogo e de universitário. Penso que foi este complexo que me levou a trabalhar e a realizar a obra que hoje possuo. Sempre que lia um trabalho seu ou o escutava, isto dava-me mais alento, mais forças e incentivava a minha produção científica e, digamos, até literária.

Penso que M. G. é daqueles professores que marcam efectivamente. Em situação de aula, o seu discurso é tão claro e tão profundo que, embora não esmague, quase não deixa margem a comentários. De uma lucidez extrema, as suas análises, sejam elas escritas ou orais, são limpidamente claras. Mais: os seus discursos sobre assuntos académicos e científicos são sempre pejados de inúmeras e variadas pistas, di-

ria mesmo constelações ou miríades de sendas, de novas portas apontando para novas perspectivas de pesquisa e de reflexão. É daqueles professores com quem se aprende sempre. Quer dizer que o seu ensino se transforma, de imediato, em aprendizagem.

Julgo, por consequência, que M. G. é um autêntico mestre. Daqueles que só de vez em quando surgem nos horizontes e no firmamento de um país.

Tive muitos e bons mestres, não só no liceu mas também na universidade. Em relação ao liceu, tomadas as devidas proporções, M. G. sempre me fez lembrar Baltazar Lopes, meu antigo professor do velho Liceu Gil Eanes, em São Vicente de Cabo Verde. Tanto um como outro, dotados de centelha e brilho criador como de profunda cultura, entusiasmavam o estudante e faziam com que considerássemos, por vezes, um drama ou uma tragédia faltar a uma sua aula. É claro que tive a sorte de ter tido bons mestres como Lévi-Strauss, Balandier e outros, com obra tão significativa, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, mas, confesso, nenhum deles me entusiasmou tanto... talvez porque, quando M. G. foi meu professor, eu estivesse no princípio da minha carreira, andasse mesmo a tactear... e ele encaminhou-me na senda certa. Devido a ele é que fui para França estudar e daí o meu encontro com a etnologia francesa e os grandes nomes da década de 60.

Falando de mestres. Por exemplo, fui aluno de Jorge Dias, com quem muito aprendi e que me prezava. De facto, esse grande mestre da etnologia portuguesa constituía um dos meus guias, particularmente no término do curso realizado no antigo ISCSPU e em relação ao qual éramos obrigados a apresentar uma dissertação. Embora Jorge Dias fosse o orientador e responsável pelo trabalho (que vem a ser publicado pelo Museu do Dundo e Companhia de Diamantes de Angola), quem mais me ajudou foi M. G.

Tenho de confessar (com mágoa) que não pertenço àquilo que, eventualmente, se pode denominar por Escola Jorge Dias. Se hoje me arrogo ou me reclamo da Escola Etnológica e Sociológica Francesa dos anos de 60/70 (Lévi-Strauss, Balandier, Leroi-Gourhan, Maquet, Denise Paulme, G. Sautter, R. Bastide, Mercier e outros), devo-o, efectivamente, a M. G., que me entusiasmou a frequentar a velha Sorbonne e a antiga École Pratique des Hautes Études (V e VI Secções). Inclusive, escreveu recomendando-me a Braudel, ao tempo director da

referida École. Isto passa-se em 1965/66, quando M. G. já tinha sido demitido do ISCSPU.

Muita gente critica M. G. porque, sem papas na língua e sem peias na caneta, desanca em pessoas e instituições. Critica aberta e contundentemente. Que se pode esperar de um historiador e sociólogo, que conhece bem o seu país e o mundo, cujas análises são de uma lucidez espantosa? Não há dúvidas de que é contundente e duro, mas, também, é verdade que tem sempre razão no que diz. Alguns afirmam que tem mau feitio. Talvez... e compreendo. Nisto sou de opinião de um meu amigo que é, igualmente, amigo de M. G.: num país como o nosso, uma personalidade com o estofo, sabedoria, ciência e projecção do Prof. M. G., tem «jus» em possuir mau feitio.

Não quero terminar este depoimento sem um último comentário. M. G. não tem somente papel importante no País no domínio da História Económica e Social, como muitos pretendem. O seu dedo e a sua marca estão bem patentes na actividade de investigação e do ensino na área da antropologia e da sociologia e de outras ciências sociais, desde o começo da década de 60, em que se dá a primeira abertura no domínio daquelas ciências, abertura essa que se vai alargar quando M. G. entra para a UNL, logo a seguir à Revolução de Abril de 1974.

M. G. jubilou-se há dias. Espero que continue, pois a universidade portuguesa necessita da sua presença.

Mesquitela Lima, artigo «Contundente e duro mas sempre com razão», em *JL/Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 316 (ano VIII), de 26 de Julho de 1988.

5.12 — *A homenagem dos mais novos*

Para uma geração de estudantes universitários a personalidade e a obra de Vitorino Magalhães Godinho tornaram-se, muito cedo, antes ainda da entrada nas faculdades, referenciais obrigatórios. Conhecido o seu combate pela cidadania e contra o regime de Salazar e Caetano, que lhe valera perseguições e infâmias e o obrigara ao exílio, a sua passagem pelo Ministério da Educação viera exibir a verticalidade do seu carácter e a frontalidade, por vezes incómoda, das suas intervenções públicas. Ao mesmo tempo, prestes a concluírem o curso dos liceus, muitos estudantes aprendiam na leitura de *A Estrutura da Sociedade Portuguesa* como se escreve a história, como se estabelece o laborioso diálogo entre o estudioso e as suas fontes.

Mais tarde, aqueles que, como nós, escolheram o caminho do estudo da história encontraram um meio universitário onde imperavam as concepções marxistas. Preservava-se, no entanto, mesmo nesses anos conturbados, imediatamente posteriores à Revolução, a liberdade de criticar, a capacidade de questionar e discutir. Ao longo do curso, principalmente nos domínios da História dos Descobrimentos e da Expansão e da História Económica e Social em geral, íamos verificando a grandeza e a indispensabilidade da obra de Vitorino Magalhães Godinho, e íamos igualmente descobrindo o seu imenso prestígio internacional, testemunhado pelas citações elogiosas que publicavam algumas das mais destacadas figuras da historiografia, como Lucien Febvre, Fernand Braudel ou o marxista Pierre Vilar, para nomear apenas algumas.

Assim mesmo, partíamos para a leitura dos seus textos, questionando-os à luz do paradigma a que todos, mais ou menos espontaneamente, aderíamos. Mas, quantas vezes, o rigor da sua erudição, a profundidade teórica, combinada com a imaginação problematizadora e interpretativa, devolviam-nos as interrogações e demoliam-nos as certezas. Nas nossas dúvidas, aproximávamo-nos de Vitorino Magalhães Godinho.

Para nós, esta aproximação haveria de estreitar-se ainda mais, quando tivemos o privilégio de integrar uma equipa de jovens investigadores e docentes que o Prof. Magalhães Godinho apostou em criar,

em torno do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mas com ramificações noutros departamentos e noutras escolas. O seu gosto pelo magistério e a dedicação à formação dos jovens — emprestando-nos livros, ouvindo-nos, acompanhando os nossos trabalhos — chegam a ser surpreendentes, mas fazem parte do empenho que põe na criação de uma comunidade científica em Portugal. Com ele aprendemos diariamente, obriga-nos sempre à abertura de perspectivas: quando nos orienta as investigações, uma breve troca de impressões pode significar, para nós, meses de trabalho a desenvolver. E mesmo nas conversas de corredor ou à mesa do café, entre um desabafo e uma manifestação do seu humor mordaz, revela-se um finíssimo poder de observação, uma permanente atenção a todos os movimentos, enriquecendo sempre a sua perspectiva científica no diálogo com as realidades do quotidiano.

Agora, quando inicia um novo ciclo da sua vida, que trará ainda, estamos certos, contribuições decisivas para a reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua história e, em particular, sobre a aventura dos Descobrimentos, a melhor homenagem que nós lhe podemos prestar é assinalar quanto lhe devemos na formação da nossa mentalidade científica, sobretudo na capacidade de criticar os paradigmas e as escolas, mas também de aproveitar as suas virtualidades, enriquecendo-os no pluralismo do contágio entre si e no confronto permanente com a realidade.

Esta atitude permeou um grupo de investigadores em diversos campos das ciências sociais e humanas, que levam a cabo estudos de caso, monografias regionais, investigações à escala nacional: os seus trabalhos continuarão também a ser, de algum modo, trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho.

Rui Santos e Jorge Miguel Pedreira, artigo «A homenagem dos mais novos», em *JL/Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 316 (ano VIII), de 26 de Julho de 1988.

5.13 — *Visto por um historiador britânico*

«Pride of place for surveys of economic history is held by the distinguished scholar V. M. Godinho. His *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (4 vols, Lisbon, 1981-1983) is a truly great achievement, a landmark in our field. His edition, the second in Portuguese, is much to be prefered to the better-known French edition, *L'Economie de l'Empire Portugais aux* XV*e et* XVI*e siècles* (Paris, 1969), which is shorter, contains no illustrations, and has no index, while the Portuguese edition, unsually for continental scholarship, does. Godinho has also published two collections of his essays, all of them provocative, stimulating, essential. These are *Ensaios*, vol. I, «Sobre história universal», and vol. II, 'Sobre história de Portugal' (Lisbon, 1968),»

«V. M. Godinho's *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (Lisbon, 1962) is basic for economic aspects of the discoveries,...»

M. N. Pearson, *The Portuguese in India*, I — 1 da *New Cambridge History of India*, Cambridge, 1987, pp. 166 e 167.

5.14 — *O conhecimento na Polónia*

«J.L. — Também em Portugal alguns historiadores beneficiaram da sua aproximação à historiografia francesa e à Escola dos *Annales*. Conhece a obra de Vitorino Magalhães Godinho?

B. G. — Conheço a sua obra sobre os Descobrimentos Portugueses, primeiro pela sua importância e depois porque sou capaz de ler em português. Isso apesar de alguns historiadores portugueses também terem publicado várias obras, sobretudo em francês e também em inglês. Mas quero frisar que na Universidade de Varsóvia havia um seminário consagrado às grandes descobertas e os trabalhos de Magalhães Godinho eram aqui conhecidos de praticamente todos os investigadores polacos que connosco trabalhavam, como o são dos franceses. Tenho, aliás, por ele uma grande admiração; penso que pelos trabalhos que fez é um dos maiores historiadores do momento.»

Entrevista com Bronislaw Geremek, por Manuel Cadafaz de Matos

No *Jornal de Letras* de 25/07/1989, p.17.

6

Intervenções cívicas e culturais: a unidade de acção frente à diversidade de problemas

6.1 — Um intelectual e a sua acção

Da personalidade intelectual do jovem professor universitário V. Magalhães Godinho já alguma coisa se disse. A entrevista que nos concedeu é uma esplêndida imagem do seu espírito.

— *Que trabalhos tem em preparação?*

— Preparo o 2.º volume de *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.* Ao mesmo tempo vou carreando materiais para o estudo do problema da génese e grandes linhas de evolução do expansionismo nos séculos XV e XVI. Mas procuro não descurar certas questões que já aflorei e me parecem dignas de aturado exame: o problema da natureza da explicação histórica, o problema da técnica e da evolução humana.

— *Quais lhe parecem ser os deveres actuais do intelectual nas suas relações com o público?*

— Não me parece legítimo ou razoável exigir de todos os investigadores esse contacto com o grande público. Mas se é disparatado querer que cada cientista, cada historiador, cada filósofo, trabalhe pensando nos frutos próximos do seu labor ou na divulgação dos seus estudos, afigura-se-me certo que a cultura não pode no conjunto isolar-se das grandes massas sem que estiole e morra. Por um lado é preciso que o grupo dos investigadores seja seleccionado só pelo mérito e não por circunstâncias extrínsecas. Por outro lado é preciso que a cultura seja a expressão de todas as pessoas, que o conjunto dos investigadores não permaneça alheio às grandes inquietações da sua socie-

dade e ponha ao serviço do bem-estar humano o seu labor. Vou mais longe ainda: parece-me da essência da própria cultura a sua difusão. Com efeito, a razão, base da cultura, é universalidade, comunicação, harmonia dos homens na diversidade para a realização de uma tarefa comum, conexa.

— Parece-lhe, porém, que a história pode interessar largos círculos de homens?

— Considero muito natural que a história possa interessar círculos cada vez mais largos de homens — se é verdade que nada interessa tanto ao homem como os seus próprios problemas. A história é antes de mais a recordação da experiência de todos os homens, e vale desde logo como variação quase ilimitada da experiência individual. Mas a experiência, para definir-se e ser utilizada, necessita de elaboração racional; a história combina-se assim com a psicologia e a sociologia, carreia materiais para estas ciências. Por outro lado, a história, precisamente porque estuda o passado em si próprio, serve para explicar o presente e o libertar dos prolongamentos mortos do passado. Dos problemas de ontem a história reconduz-nos aos problemas de hoje e de amanhã. A história chega a colorir toda a nossa concepção da vida, colocando-nos como elos de uma cadeia que em nós não começa e em nós não pára — a cadeia da evolução dos homens e do universo.

— Interpretação subjectivista da história, ou confiança na sua objectividade?

— Não confio ingenuamente na objectividade da história, não aceito a arbitrariedade das interpretações subjectivistas. O historiador, eu sei, é influenciado pelas correntes religiosas, divisão das classes sociais, antagonismos de nações, partidarismos políticos, interesses seus e do seu círculo, temperamento e educação. Mas confio no esforço de objectivação, sobretudo à medida que as condições sociais o forem estimulando, e só aceito como verdade histórica a afirmação universalmente válida — válida para todos os homens. Só na medida em que se libertar ou superar aquelas influências é que aquele que trabalha em história será historiador.

— Condena então a construção da história a partir de teorias?

— Entendamo-nos. Toda a posição de um problema é já uma relação, de certo modo uma hipótese. Toda a resolução de problemas procede por hipóteses. Observe-se, entre parênteses, que o papel da hipótese em ciência não significa que seja lícito discordar das suas conclusões devido a razões não científicas. Portanto a história também neces-

sita absolutamente de hipóteses. Mas é absolutamente necessário que tenhamos espírito crítico, o sentido da inadequação. O grande perigo é resolver os problemas com rótulos — sejam eles o espírito de cruzada ou o desenvolvimento das forças produtivas. A todos os dogmatismos a ciência tem sempre de contrapor a livre investigação, a subordinação ao real, a dúvida crítica.

«10 minutos com Vitorino Magalhães Godinho», em *Vida Mundial Ilustrada*, de 27 de Janeiro de 1944.

6.2 — A História é o estudo de todos os homens

O historiador português Dr. Vitorino Magalhães Godinho já se tornou bem conhecido dos nossos meios culturais. Especialista em História Económica, e professor da École des Hautes Études de Paris, o Dr. Magalhães Godinho é um dos mais representativos historiadores dentre os que se entregam aos estudos económicos. Sua obra extensa e variada inclui trabalhos que muito têm contribuído para a precisa colocação de certos problemas da historiografia portuguesa.

É difícil distinguir, em sua obra, este ou aquele trabalho, pois sua bibliografia é bastante una. Por isso, seu nome projecta-se, dia a dia, prestigiando e enriquecendo o património científico de Portugal.

Ciente do regresso do Dr. M. Godinho para a Europa, nossa reportagem foi encontrá-lo no gabinete de História Moderna e Contemporânea, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde teve o ensejo de tomar conhecimento dos programas dos cursos que o renomado historiador desenvolveu, de Agosto a Outubro, como professor visitante, nesse nosso instituto de ensino superior.

O historiador Magalhães Godinho começou dizendo:

— «A história deixou de ser anedotário ou bisbilhotice de comadres; não tem como temas centrais as batalhas, negociações diplomáticas, intrigas de corte, festividades mundanas; não se ocupa só dos consagrados grandes personagens, nem daqueles fatos arbitrariamente classificados de importantes — de acontecimentos. Não responde ao diletantismo de uma minoria mais ou menos ociosa, nem é exaltação nacionalista ou arma de propaganda de grupos. Não consiste, tampouco, em exercício de estilo, embora o historiador possa e deva ser escritor de quilate.

— *Que lhe parece, então, que é a História?*

— Definiu-a primorosamente Lucien Febvre: o estudo cientificamente conduzido do passado dos grupos humanos. *Do passado de todos os homens — e não apenas de alguns:* desde o rei ao escravo de engenho, do grande banqueiro ao tecelão, do capitão de indústria ao marujo, da condessa à lavadeira, do embaixador e do juiz ao pegureiro

e ao tendeiro. Todos os homens, de todas as raças, de todos os cantos da terra. Passado considerado na integralidade dos seus aspectos, porque todos são humanos: a paisagem física incluída; o trabalho e sua técnica, o regime de produção e de partilha, o consumo, a estrutura social, as formas de convívio, as atividades culturais — artísticas, filosóficas, religiosas, etc. —, os lazeres e a vida quotidiana, as guerras e suas repercussões na existência das massas, as maneiras de sentir e de pensar, que sei eu mais! A História busca deslindar as grandes forças coletivas que fazem o destino dos homens, ao mesmo tempo que circunscreve e define o âmbito e o alcance da acção dos indivíduos. É sociologia, mas é também psicologia.

— Disse que a História se ocupa do passado. É então estranha ao presente e às preocupações do presente?

— Pelo contrário. Todo o presente se desvanece logo em passado, e é absurdo distinguirmos passado próximo e longínquo, para proibirmos um e reservarmos o outro ao historiador. O historiador tem de ser bem um homem do seu tempo, mal dele se não passar de antiquário! Deve viver todas as angústias e anseios de sua época, procurar agir no mundo em que vive para o melhorar ao serviço da humanidade. Se vai a terra ou cidade desconhecida, não pode meter-se logo no arquivo e de lá não sair, tem que observar a realidade que o cerca, procurar senti-la e vivê-la no seu dinamismo. Em São Paulo o que mais interessa o historiador é o seu crescimento actual...

— Qual a diferença entre o historiador e o geógrafo ou o sociólogo?

— Nenhuma. A História é, em boa parte, um método de análise de problemas de toda a ordem: económicos, sociais, políticos, geográficos, etc. Como aliás a Geografia: o estudo do meio físico e das suas relações com as sociedades humanas pode e deve fazer-se para qualquer época da evolução da humanidade. Hoje que a História se tornou económica, sociológica, cultural, a economia, a sociologia e até a psicologia se historicizam mesmo sem o querer — e mais vale que o façam querendo-o. A própria acção política, desde que não se confine ao oportunismo, acaba por alicerçar-se numa concepção do *processus* histórico.

— Não valorizaremos assim excessivamente o passado em relação ao presente?

— Não é esse o meu pensamento. A História estuda o passado, mesmo o recentíssimo, mas não para o perpetuar, nem com quaisquer

fins apologéticos desta ou daquela tradição. Ao invés, porque todo o seu combate é contra o anacronismo e porque explica o presente pelo passado, mas por um passado visto à luz do presente, ela nos liberta antes de todo o peso morto das tradições que se sobrevivem sem razão. Do mesmo passo, aliás, enriquece-nos com toda a riqueza desse passado — transmite-nos sob a única forma viva tudo o que os homens criaram através dos tempos. A História é assim, simultaneamente e, se quiserem, paradoxalmente, liquidação do passado, alijando o presente do que só existe porque é tradicional, e incorporação do passado no presente, situando o momento de agora na sucessão dos momentos. O passado determina o presente, e porque o determina é que aplicamos o método regressivo, indo do agora para o antes; sem, no entanto, projetarmos o presente no passado, antes procurando compreender um à luz do outro discernimos o que os separa. Mas o passado é a cada momento reconstituído segundo a mentalidade do presente, logo há um vaivém permanente e a história se torna, em parte, a autodeterminação do momento de agora por si próprio.

— *Que diz da historiografia brasileira?*

— Evidentemente, a pergunta assim formulada é demasiado vasta para que eu possa responder em algumas palavras. A ausência de côrtes reais no Novo Mundo, ou seu estabelecimento tardio e fugaz existência, tornaram muito mais visíveis do que na Europa os fatos de interesse coletivo, tais como a ocupação entre casa grande e sanzala, ou entre sobrados e mucambos, enfim, tudo o que concerne à geografia humana, economia, sociedade. Pense-se em Capistrano de Abreu, ou até em Roberto Simonsen. Atualmente, considerando nomes como os de Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues, Caio Prado Júnior, Alice Canabrava, para outros não citar, concluímos que os estudos históricos brasileiros, sobre temas brasileiros, estão entre mui boas mãos. É com aprazimento que registro o despertar do interesse pela História de Portugal, com as duas teses de Eduardo França e aquela, em preparação, de Manuel Nunes Dias. Penso, na verdade, que a História do Brasil não é história à parte, e que deve ser considerada nas suas relações com a História do meu país, e ambas integradas na evolução mundial. Conviria que os jovens licenciados, doutorandos ou assistentes pudessem passar uns dois ou três anos na Europa: um ano em França, por exemplo, para preparação geral, e outro em Portugal, para pesquisas arquivísticas e geográficas. Como convinha que viessem

também, por um ano ou dois ao Brasil, em regime de intercâmbio, os jovens de lá.

— *Que pesquisa histórica deveria considerar?*

— Há todo um mundo a desbravar! O século XIX — e o XX — não têm merecido as atenções, talvez porque muitos os consideram demasiado perto de nós e receiem que o historiador se queime nas labaredas do nosso tempo... A história dos preços, salários, rendimentos está inteiramente por fazer. Quanto à das técnicas quase nada se sabe. Acerca das classes e grupos sociais, a ignorância é total, com exceção talvez da Idade Média portuguesa. No domínio da cultura falta-nos quem siga na esteira de um Lucien Febvre e nos dê a evolução das maneiras de sentir e de pensar, da utensilagem mental. É preciso vermos o funcionamento efetivo das administrações, para além das leis e regimentos tanta vez não cumpridos. O ouro e o açúcar ainda não tiveram os estudos de conjunto indispensáveis. O surto algodoeiro do Norte no século XVIII não mereceria também análise aprofundada? E o movimento estatístico dos portos, do comércio externo, das frotas? E a evolução monetária brasileira, considerada também estatisticamente?

— *Julga irrelevante o estudo histórico do Brasil, uma vez que se trata de país só com quatro séculos de história?*

— Não. Um país é novo ou não consoante a força com que enfrenta os problemas atuais e o espírito criador que revela. Mas o Brasil tem uma história tão longa como Portugal. E o povo brasileiro um passado tão rico como o de qualquer povo europeu. Porque o povo brasileiro está na confluência de três grandes ramos: português, índio e negro — sem falar dos afluentes menores como o italiano, o espanhol, etc. —, e, portanto, reúne todas estas tradições. Quando se diz: povo sem história, pensa-se na velha história anedótica, dos «acontecimentos», e não na história profunda que é a da vida coletiva. Se o povo português herdou os legados da Grécia, de Roma, do Islame e tantos outros, «o Brasil, mundo que o português criou e que agora o brasileiro está a criar», deles herdou também. A exposição histórica de Ibirapuera marca-o bem.

— *Que pensa dessa exposição?*

— Constitue certamente um dos maiores prazeres de quem vem a São Paulo visitá-la. Apresentação agradável, e de bom gosto, de um acervo riquíssimo e criteriosamente escolhido. Ninguém poderia ter cumprido melhor que o Dr. Jaime Cortesão, grande português e por

isso grande brasileiro, talvez o maior historiador de língua portuguesa atualmente.

— *Que acha do porvir da cultura luso-brasileira?*

— Desejaria que, irmanados por uma língua que é património comum e deve continuar a ser comum elaboração, soubéssemos marcar, num mundo em constante transformação, um lugar na pesquisa científica como na criação arquitectónica ou literária, em suma, em todos os ramos da atividade cultural. Para isso, que seja plenamente assegurada a dignidade e autonomia de todos os cientistas, escritores, artistas, pensadores, doutrinários, num ambiente de ampla comunhão com as aspirações de vastos conjuntos humanos. Que todos estejam bem atentos aos ventos dos quatro cantos da terra, sem chauvinismo, mas também sem cair no macaquear do estrangeiro. Só há cultura quando há criação de cultura», terminou por dizer o ilustre historiador.

A Gazeta de S. Paulo, Dezembro de 1954.

6.3 — A criação ou remodelação das instituições de cultura nacionais

Soubemos, ocasionalmente, no decorrer do 3.º Colóquio Luso-Brasileiro, da presença, em Portugal, do Prof. Vitorino Magalhães Godinho, e não quisemos perder a oportunidade de trocar algumas impressões com um dos raros valores da historiografia portuguesa.

Todos recordam o notável professor que, durante dois anos, regeu, na Faculdade de Letras de Lisboa e motivos de vária ordem tiveram como consequência a perda, para aquele estabelecimento de ensino superior, de um dos poucos valores com que contava.

Estudioso perseverante e notável investigador, apresenta já uma vasta bibliografia rara no nosso país, para uma pessoa ainda jovem.

Além de várias traduções, a sua primeira obra data de 1940 — *Razão e História*. De então até agora, os seus trabalhos sobre História — nomeadamente a da expansão portuguesa —, sobre Filosofia ou sobre problemas contemporâneos vieram confirmar o Prof. Vitorino Magalhães Godinho como valor imprescindível à cultura nacional.

Desde 1947, a sua actividade exerce-se no Centre National de la Recherche Scientifique, em Paris. Diplomou-se em Ciências Económicas e Sociais, na École des Hautes Études, onde também realizou cursos sobre temas portugueses durante quatro anos seguidos. Em 1954 esteve como professor visitante na Universidade de São Paulo.

Nos últimos três anos publicou vários trabalhos em revistas da especialidade, nomeadamente sobre as flutuações económicas do século XVI, e três livros. *Prix et monnaies au Portugal* — 1750-1850, compreende, na primeira parte, uma recolha de dados numéricos relativos aos principais mercados do País, quer quanto a preços, quer quanto a amoedação, acompanhada de um estudo das fontes onde se vão beber esses dados. Na segunda parte, uma análise histórico--económica, procurando alcançar a explicação dos movimentos históricos em termos que interessem à construção da teoria económica.

Precisamente a orientação seguida pelo Prof. Magalhães Godinho liga-se a uma maneira determinada de interpretar os problemas, correspondente à concepção de que a História não é uma disciplina autónoma, delimitada das outras. É, sim, uma maneira de pensar os problemas que se põem em todas as ciências humanas.

O terceiro tomo dos *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, com que se acaba o estudo do período que vai até 1460.

Como nos explicou o seu autor, o método seguido teve por intenção colocar o leitor em contacto directo com as fontes, de modo que possa, por si só, formar uma explicação dos acontecimentos históricos e, através das notas, evidenciar os problemas que os textos suscitam.

Mais recentemente publicou, em São Paulo, o *Mediterrâneo Saariano e as Caravanas de Ouro*, onde se compara o Sáara, na sua função histórica, a uma espécie de mar mediterrâneo, e que é uma continuação do 1.º volume da *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Nestes dois tomos, Magalhães Godinho teve como pensamento director uma concepção da Geografia, encarada de um ponto de vista histórico. Isso, não só porque é possível e necessário efectuar o

estudo geográfico das épocas passadas, como também porque as paisagens presentes só historicamente se explicam.

Presentemente, o autor tem em preparação um trabalho acerca da «Estrutura Económica do Império Português nos Séculos XV e XVI» em duas partes: uma sobre economia monetária, outra sobre as especiarias e a rota do Cabo. Além disso, prepara dois capítulos para a nova História Moderna que a Universidade de Cambridge vai publicar.

*

Começámos por perguntar ao Prof. Magalhães Godinho os motivos que o tinham entre nós. A resposta veio rápida e segura:

— Por um lado, os laços de família e de amizade, assim como o amor à terra. Por outro lado, a própria actividade que exerço no Centre de Recherche. Aí, oriento-me pelo princípio de que a História portuguesa é um excelente miradouro para a interpretação da História universal. Na verdade, a partir do século XV é possível interpretar os factos históricos, ocorridos em qualquer parte do Mundo, à base de testemunhos portugueses.

Para documentar esse trabalho é imprescindível consultar as nossas bibliotecas e arquivos, muito embora no estrangeiro exista uma rica documentação concernente aos assuntos portugueses. Além disso, vir cá é tomar consciência dos nossos problemas, e não vejo possibilidade de trabalhar na História portuguesa sem esse contacto íntimo.

— *Por que trabalha lá fora?*

— A Universidade portuguesa não me deu a preparação indispensável para a realização dos trabalhos que ambicionava: a investigação no nosso país encontrava-se, e ainda se encontra, especialmente no domínio das ciências humanas, atrasada de umas boas dezenas de anos. Portanto, só num meio estrangeiro, mais evoluído, me era possível adquirir o apetrechamento para as pesquisas que me propunha.

Aliás, parece-me que a estadia no estrangeiro, a viver num ambiente completamente diferente do nosso, é muito importante para tomarmos consciência do que realmente somos e dos nossos problemas.

— *Mas então por que se mantém ligado aos temas portugueses?*

— Por um lado, uma razão simples: é que, lá fora, felizmente para os outros países, existe um corpo de investigadores numeroso e de qualidade. Seria estultícia nossa pensar que somos indispensáveis a es-

ses meios. Só o seremos na medida em que lhe desvendarmos horizontes que eles estão menos aptos a ver por si próprios.

Nesses meios intelectuais estrangeiros encontrei sempre o mais caloroso incentivo para continuar a dedicar-me a temas portugueses. Penso ainda que o estrangeirado, precisamente porque compreende melhor os problemas da sua terra, sente que a sua missão está ligada ao país a que pertence, e nele será mais útil que em qualquer outro.

— *Qual lhe parece ser a situação da pesquisa e da criação científica no nosso país?*

— Em quase todos os domínios contam-se dois ou três investigadores de craveira; mas não mais, e em alguns ramos nem isso. Numericamente, tal estado de coisas equivale a um deserto cultural. Além disso, uns estão no estrangeiro, outros trabalham por seus próprios meios e com mil sacrifícios, e os que pertencem a instituições de cultura nem sempre encontram ambiente propício e apetrechamento conveniente; têm-se malbaratado promessas seguras. Os trabalhos que se realizam, tantas vezes com tão boa vontade e tanta abnegação, são geralmente vacilantes e incompletos. É um grito de alarme, lancinante, que é preciso lançar, se queremos, de facto, viver no Mundo de hoje.

— *Que reformas julga úteis a uma renovação da nossa cultura?*

— Antes de mais, ter a coragem de acertar os critérios de selecção, norteando-os unicamente pela competência científica e pela autonomia mental, e reunir os poucos reais valores com que contamos, dando-lhes as condições de trabalho digno e proficiente. Desde logo há que preparar dezenas de trabalhadores intelectuais, em todos os ramos, escolhendo com rigor os que podem aproveitar do estágio de dois anos e meio nos centros especializados lá de fora. Ir criando ou remodelando as instituições de cultura, capazmente apetrechadas, para que os novos elementos, vindo agregar-se ao punhado dos que já há, comecem a exercer a sua actividade, depois de bem preparados, de modo a obterem-se resultados indiscutíveis. Não se devem instituir centros de pesquisas sem pessoal habilitado; ao instituí-los, é preferível começar modestamente com um pequenino núcleo sólido e sério a satisfazer as vaidades do amadorismo consagrado. Aos investigadores deve ser assegurada condigna situação material, e os institutos devem dispor dos indispensáveis instrumentos de labor.

«Impõe-se a criação ou remodelação das instituições de cultura nacionais», em *República*, de 8 de Outubro de 1957.

6.4 — Prioridade para a cultura

Distanciado de Portugal por largos anos, solicitado por outros temas de investigação e de reflexão, não deixou o historiador Prof. Vitorino Magalhães Godinho de acompanhar a evolução dos estudos de história dos descobrimentos e de reunir para ela materiais, interpretações e concepções inovadoras. Assim o veio comprovar o volume agora publicado *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* — uma obra que constitui, à luz das realidades culturais da nossa época, um acontecimento de invulgar significação. Prosseguindo o labor de Duarte Leite, Veiga Simões, António Sérgio, Jaime Cortesão; completando-o e até alargando-o em alguns sentidos fundamentais; abrindo novas vias a que as futuras gerações de investigadores e historiadores hão-de dar continuidade fecunda — Vitorino Magalhães Godinho retoma com esse livro uma presença fundamental na cultura portuguesa contemporânea. Foi essa a razão da presente entrevista.

— *Que motivos o levaram, professor Magalhães Godinho, a voltar a ocupar-se de uma época da história portuguesa e de temas de que parecia ter-se desviado longamente?*

— Os motivos são bem claros e é com muito gosto que os esclareço. Começara, à volta de 1940, o estudo da obra de Oliveira Martins, e chegara a carrear um acervo de materiais de certo tomo, que depois utilizei em conferências e que talvez um dia tenha ensejo de aproveitar integralmente. Mas como entre nós não se considerava então o século XIX objecto de História, tive de voltar-me para os Descobrimentos, para que aliás me aliciavam já as próprias páginas de Oliveira Martins, a ousadia das hipóteses de Jaime Cortesão, o rigor das análises de Duarte Leite, a inteligência dos ensaios de Sérgio, a largueza sociológica do trabalho de Veiga Simões. Abandonei, porém, o meu projecto inicial de um estudo aprofundado da génese da expansão e do período henriquino, quando Veiga Simões me expôs as pesquisas que durante tantos anos realizara por toda a Europa e me anunciou que elaborava uma «História do Infante D. Henrique» e uma «História do Infante D. Pedro». São tantos os problemas por estudar, no que à nossa História respeita, que não se me afigura razoável andarmos todos ao redor dos mesmos e a refazer o trabalho que outros já fizeram, quando não a correr para nos anteciparmos...

— *Que razões o moveram, nesse caso, a escrever recentemente* A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, *em aparente contradição à resolução que tomara?*

— Fui solicitado nesse sentido, por sugestão de Armando Cortesão. Entendi que não devia recusar, dadas as delongas em descobrir o paradeiro da obra de Veiga Simões e as dificuldades em a editar. Por outro lado, ponderei que o grande público tinha direito a ser esclarecido por um historiador sobre os problemas que tanto se agitavam, e que entre a erudição monumental do corpo cartográfico reunido por A. Cortesão e Teixeira da Mota e a simples jornalística circunstancial se impunha a apresentação de um ensaio que assentasse em investigações efectivas, travejando-as segundo uma estrutura científica, e não segundo concepções há muito ultrapassadas; simplificando a apresentação das provas, mas permitindo ao leitor ir mais além graças a uma bibliografia crítica, abrindo caminhos para novas pesquisas. Sem as solicitações de que lhe falava não me teria, contudo, decidido; contava só mais tarde, uma vez publicados os estudos de Veiga Simões e novas colecções de fontes, voltar com vagar aos problemas da génese do expansionismo e suas primeiras orientações, repensando-os então inteiramente e focando a pleno aspectos agora apenas abordados, como os de psicologia histórica. Não podemos esclerosar-nos na pura manutenção de posições já assumidas, de ideias já aventadas.

— *Disse que, no ensaio, convém aligeirar o aparato erudito. Não lhe parece que um dos males da nossa cultura está precisamente num peso morto de erudição?*

— Não concordo de forma alguma. Em fins do século XIX e começos do nosso século tivemos umas duas gerações de admiráveis eruditos, recordemos Gama Barros, Leite de Vasconcelos, Braamcamp Freire, David Lopes e tantos outros; alguns eram também excelentes historiadores, no pleno sentido da palavra, como Costa Lobo, Alberto de Sampaio, Duarte Leite. Esse esforço não se perdeu, e sobre ele continua a assentar grande parte do trabalho histórico entre nós. Depois decaiu-se verticalmente, e muito menos se acompanhou a renovação da própria erudição que lá fora se operava. O nosso mal não está em nos deixarmos esmagar pelos ficheiros — mas sim em que nem sequer temos ficheiros! Não está em nos limitarmos a republicar textos antigos, está sim em que nem sequer os sabemos editar, em que não sabemos fazer edições críticas, em que não temos bibliografias, nem tratados de paleografia, ou de arqueologia, ou de numismática — con-

tinuamos a viver do velho Teixeira de Aragão... Não é por sermos eruditos que não temos ideias — porque não primamos pela erudição, em parte por não termos ideias; mas o próprio ensaísmo só pode desenvolver-se num meio cultural de investigação profunda, metódica, séria, em que as obras apresentem as provas das afirmações feitas. Temos de sair de uma vez para sempre das improvisações e do amadorismo.

— *Mas por que caminho enveredar para o conseguir?*

— Cumpre, antes de mais, crear um quadro nacional de investigadores, hierarquizado de maneira a permitir uma carreira, e organizar as pesquisas segundo um plano seriamente meditado e discutido, abrangendo todos os ramos da ciência. Não nos esqueçamos de que no mundo de hoje civilização dinamicamente dominante é a do humanismo científico e de que é condição imperativa de sobrevivência a nossa integração, tantas vezes adiada, nessa civilização. Não podemos continuar a recusar a civilização moderna, com o maquinismo e a industrialização mas também com a mentalidade científica; trata-se de ultrapassar o pensamento mítico como o pensamento mágico. Por isso nenhuma urgência é maior do que a prioridade absoluta dos investimentos culturais e económicos. Esses investigadores devem formar-se pela frequência, durante quatro a seis anos, de centros científicos estrangeiros responsáveis, como os de Paris e Londres. É perder tempo e estragar o futuro estar a mandá-los para centros secundários ou de terceiro plano, e deve-se-lhes exigir que regressem com títulos incontestáveis — e não com simples licenciaturas baptizadas de doutoramentos, preparadas em seis meses ou pouco mais. A esse corpo nacional de investigadores irá a Universidade recrutar o seu pessoal docente, sem pressas, inimigas de uma preparação sólida; mais vale não criar cadeiras ou não as abrir, a preenchê-las por quem não tenha prestado provas irrecusáveis. Todo o professor universitário tem de ser um investigador, mas para o exercício do professorado requerem-se ainda outras qualidades propriamente pedagógicas e didácticas, além da independência intelectual, do desprezo pela adulação, da firmeza de carácter, da capacidade de assumir responsabilidades, da recusa a pôr a cultura a servir interesses e poderes.

— *Parece-lhe que, para atingir tais fins, nos podemos inspirar na Universidade francesa?*

— Sem dúvida, conquanto atendendo às nossas condições específicas. Em primeiro lugar, porque a França é, pelas suas creações pró-

prias, uma civilização — outras nações são tão-só partes de uma civilização, outras nem isso. Em segundo lugar, porque a Universidade francesa é verdadeiramente o centro propulsor da cultura francesa, o cadinho onde ela se elabora e vive (estou a falar de Universidade no sentido lato, abrangendo o CNRS, o Collège de France e outras instituições); não acontece, como em outros países, que a creação cultural se processe fora dela. A Universidade francesa vive ao ritmo da nação e não da «raison d'État», impõe-se pela total independência das suas atitudes, norteadas por uma sã consciência cívica e pela vivência de autênticos valores, não sacrifica a César nem a Mamon. A sua lição culmina em actos como o doutoramento póstumo de Maurice Audin, e podemos sintetizá-la num nome, para mais de um grande lusófilo: Marcel Bataillon.

— *Não acha, no entanto, que ao ensino superior compete antes a formação para as profissões, a formação de homens de acção?*

— Disse-se já que o nosso século, mais ainda do que pela revolução técnica da energia atómica, será moldado pelo desenvolvimento das ciências sociais e humanas. Toda a acção, para não ser cega, tem de partir de investigações prévias, e no seu decurso tem de ir sendo verificada por outras investigações; os resultados devem por seu turno ser objecto de rigoroso exame científico. Lidar com os homens sem previamente os conhecermos na sua cultura, na sua estrutura social próprias, é arriscarmo-nos a esfrangalhar uma e outra sem benefício para a humanidade. A matéria resiste, e sem o conhecimento das leis da física nuclear não é possível desintegrar o átomo; mas não é preciso conhecer as ciências humanas e sociais para desintegrar sociedades e aniquilar valores. Ora os homens são fins em si próprios e não instrumentos ao serviço de fins alheios. Seria de toda a conveniência fundar faculdades de ciências sociais — ou alargar, por exemplo, a Faculdade de Economia do Porto de maneira a abrangê-las, o que teria maior relevância para a nossa cultura do que a creação de novos cursos de Letras. Aí haveria as secções de Psicologia, Sociologia, Economia, História, Etnologia e Antropologia, com conjuntos variáveis de ensinos permitindo combinações múltiplas; mas nunca sobrecarregando o aluno com mais de quatro (e é já um máximo) por ano, sob pena de ineficiência.

— *Que papel atribui à História nesse complexo de ciências humanas e sociais?*

— Deixou a História de ser um género «literário» e tornou-se, se

não numa ciência, pelo menos numa pesquisa cientificamente conduzida (como dizia o grande Lucien Febvre) do passado dos homens — dos grupos humanos. Todas as ciências humanas se historicizaram, e a história abriu-se a toda a problemática de todas elas. Mais do que uma disciplina autónoma, ela é hoje o método por excelência de todas as ciências humanas e sociais, uma maneira de perspectivar todos os problemas de que elas se ocupam. Por isso o historiador necessita de sólida preparação sociológica e psicológica, económica e etnológica, assim como para o sociólogo, o psicólogo, o economista, o etnólogo, o geógrafo a explicação tem de fazer-se em função da variável, tempo, ou melhor, das variáveis tempos, e assim carecem de boa formação histórica. É que em toda essa problemática, como mostrou Gurvitch, há uma multiplicidade de tempos sociais. A dinâmica das estruturas — uma autêntica dinâmica, e não a simples oscilação ao redor de situações de equilíbrio ou a simples consideração dos prazos de realização — é actualmente o problema dominante que a todas essas ciências se põe. Não é a velha (e ultrapassada) História narrativa e descritiva que pode responder a tais perguntas; mas sim uma História que se elabore com os operadores de estrutura e conjuntura e outros, que alargue sistematicamente o método estatístico às eras passadas, que busque inclusivé a construção de modelos. Daí o resvalar-se da História económica para a Economia histórica, da História social para a Sociologia histórica, e do mesmo modo nos outros ramos. Ainda na lição inaugural do ano passado Evans Pritchard concluia pela historicidade da Antropologia e da Etnologia.

— *Nessa orientação de pesquisas, quais são os seus projectos?*

— Preparo em primeiro lugar a publicação da minha tese principal de doutoramento de Estado sobre a economia do império português nos séculos XV e XVI, defendida em Junho de 1959 e desde então em consulta pública e largamente aproveitada por outros investigadores. Pretendo também publicar a tese complementar, sobre as finanças do Estado da Índia até 1635, também já largamente utilizada por outros. Está no prelo o volume VI da «New Cambridge Modern History», em que colaboro com um longo capítulo sobre Portugal e o império de 1680 a 1720, continuando o que dei para o volume anterior e que abrangia o período 1648-1680. Concluo o estudo final para a *História dos Descobrimentos*, de Duarte Leite. A *Revista de Economia* vai publicar dois estudos sobre problemas económicos do século XVI. Também tenho para publicar um estudo sobre as guerras do pão em Marro-

cos e a feitoria de Andaluzia. E comecei a preparar o livro sobre os descobrimentos e a expansão europeia do século XIII ao XVII que me foi pedido para a nova colecção francesa de manuais do ensino superior «Le point de l'histoire». Nos meus cursos de altos estudos estou ainvestigar a sociedade e a civilização das Canárias pré-cristãs e a sociologia dos contactos, e as sociedades e civilizações negras desde o Senegal ao golfo da Guiné nos séculos XV e XVI. Entendo, na verdade, que os cursos do ensino superior se devem basear em investigações pessoais em boa parte. Conto ainda elaborar os dados já há anos recolhidos para a história dos preços em Portugal do século XVI a 1750; *mas seria necessário constituir equipes de investigadores para este* como para tantos outros problemas. Considero de toda a urgência que junto a cada cadeira ou grupo de cadeiras funcione um centro de pesquisas dotado com um quadro de investigadores. Não são precisos edifícios mas sim «pedras vivas» de um pessoal de investigação e ensino cuidadosamente preparado e escolhido só pela sua competência.

— *Mas o trabalho de grupo não significará o fim da creação individual, o cerceamento da afirmação da personalidade?*

— Não me parece que isso se dê, se inteligentemente orientado e com respeito pelos valores humanos. Tal trabalho constitui hoje condição *sine qua non* do avanço da ciência, e problemas há que sem ele não podem sequer ser abordados. Trata-se principalmente de uma divisão de tarefas, de uma harmonização de iniciativas, de um confronto leal de resultados, de um auxílio mútuo franco, de uma elaboração em comum de planos de trabalho, da discussão de métodos; trata-se de uma convergência de competências — o estatístico e o cartógrafo auxiliando o historiador, o matemático e o historiador trabalhando com o economista, por exemplo. Assim cada qual enriquecerá a sua personalidade, desde que as normas de planeamento e de actividade sejam as imanentes ao próprio espírito científico e não extrínsecas, alicerçando-se pois na universalidade da razão crítica e não na unanimidade do sacralizado. Sob o acicate de ir sempre mais além, visto que nesta civilização do humanismo científico não há cultura sem creação de cultura, não se vale pelo que se fez mas pelo que se estiver a fazer

Artigo «Prioridade para a cultura», in *Diário de Lisboa*, de 22 de Fevereiro de 1962.

6.5 — Os escritores falam do que escrevem

Vitorino Magalhães Godinho dirigiu com o engenheiro Manuel Rocha e o professor Celso Cunha as edições portuguesas de *Focus* — Enciclopédia Internacional e de *Rumos do Mundo* (história universal) fundada por Lucien Febvre e a colecção de ciências humanas «A Marcha da Humanidade».

Acerca da sua actividade, declarou-nos:

— Com a saída dos prelos do 1.º volume de *Ensaios* iniciámos a colectânea dos nossos escritos dispersos de mais de um quarto de século de indagações, sondagens, análises a níveis diversos, tentativas de sínteses parcelares ou de maior amplidão. Para já, organizámo-la em quatro volumes, embora contemos com outros posteriormente. Por outro lado, estamos a concluir *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, de que faltam apenas cinco fascículos para fecho do 2.º volume: empreendimento ambicioso (mesmo se sem a pretensão de completo) de investigação com todo o rigor científico e apresentação das provas, em que nos esforçamos, todavia, por não afogar na indispensável erudição os fios condutores das grandes explicações históricas. Nos dois registos nos parece que deve mover-se o esforço de creação cultural, e aliás entre ambos as diferenças não são tão vincadas quanto seria de supor à primeira vista.

E, a propósito, disse-nos:

— O ensaio busca formular problemas, propõe hipóteses para os resolver, aventa caminhos de demonstração, compraz-se na aventura e no risco, no exame crítico para desbravar terreno; o estudo científico nasce da mesma ânsia de enfrentar o desconhecido por pistas não trilhadas, e procede igualmente pela definição, mas aqui rigorosa, da problemática, pelo fantasiar de hipóteses, mas que seguidamente submete a cuidadosa verificação, de modo a atingir resultados menos provisórios, embora também não definitivos (o definitivo é ciência morta e não ciência a fazer-se). Se a ensaística é, afinal, as pedradas de francos-atiradores no lago, para que as águas não estagnem, o estudo científico implica centros de pesquisa com trabalho de equipe organizado, apetrechamento adequado, orientações e discussões no convívio

com mestres e colegas de alta competência (de tudo isso beneficiámos durante a nossa longa estada em Paris, e é da mais elementar justiça salientar que o nosso contributo não teria sido possível sem o Centre National de la Recherche Scientifique).

— *Na sua opinião, a história...*

— ... é a maneira de responder às inquietações e perplexidades do presente por uma indagação do passado virada para a preparação do porvir; não é um campo separado do saber, é o método universal de pensar os problemas humanos — tudo quanto ao homem, aos homens concerne. Não consiste, de modo algum, em mera acumulação de factos, nem sequer na sua apresentação com traça mais ou menos artística. A história é, em si própria, teoria relacionadora explicativa, utilizando toda uma utensilagem complexa de noções operatórias e esquemas de relações, tais como «conjuntura», «estrutura», «complexo histórico-geográfico», na diversidade dos espaços, na multiplicidade dos tempos sociais-históricos (que um Braudel e um Gurvitch começaram a deslindar); sem privilegiar nenhum desses instrumentos, pois o que é dado simultaneamente não basta para se explicar a si próprio (ao contrário do que supõe certo estruturalismo, resvalando mais ou menos para a metafísica), antes implica a sua inserção no que é sucessivo — e reciprocamente, a sucessão implica a simultaneidade. No *estrutural em devir* está instalada a explicação histórica desde os anos de 1930, graças a Simiand, Lucien Febvre, Marc Bloch, Labrousse, e hoje Braudel, Pierre Vilar e tantos outros; como está a geografia humana da «escola francesa», a economia dos modelos verificáveis estatisticamente, a sociologia, e a própria psicologia (a psicologia de Janet, Wallon, Piaget, etc.). Convém que a ciência não esteja à mercê de modas, convém que não deixe de fincar bem os pés nas aquisições positivas que tanta vez já vêm de longe, para que não ande... a redescobrir a pólvora — e pólvora ineficaz.

Uma levíssima pausa e depois:

— Só a investigação efectiva, acompanhada da reflexão crítica sobre o ofício (mas por quem pratica o ofício), serve a cultura, que tem de ser permanente creação e não «dizer por palavras nossas» (apimentado com uma ou outra «objecção») o que outros já disseram. Nessa linha nos esforçamos por que se desenvolva a nossa obra. O grande estudo económico da expansão está para sair dos prelos em francês editado pelo Centre de Recherches Historiques de Paris. Na gaveta aguardam estudos, acompanhados de documentação comprovadora e

esclarecedora, relativos à estrutura e conjuntura da economia portuguesa do século XV a XIX.

— *Outros trabalhos?*

— Pensamos na reedição de *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* e de *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, depois de corrigidos e actualizados. Dirigimos a edição portuguesa da grande colecção de história universal *Rumos do Mundo* de Febvre-Braudel e fazemos parte da direcção da edição portuguesa da enciclopédia *Focus*, em cujas secções de ciências humanas colaboramos. Simplesmente, é urgentemente indispensável que surjam os centros de pesquisas de ciências humanas que aproveitem os novos valores e levem a passar da era da aventura individual à era do esforço colectivo consciente e metódico.

Artigo «Os escritores falam do que escrevem», em *Diário de Notícias*, de 22 de Agosto de 1968.

6.6 — A Expansão: um processo global

— *Em que situação de conhecimento científico se encontrava a História da Expansão Portuguesa quando da publicação dos seus primeiros livros?*

— Publiquei a primeira obra sobre problemas da Expansão em 1943. Já então se fazia sentir a forte influência de Jaime Cortesão, apoiada na síntese por ele publicada em 1940: *A Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses.* Jaime Cortesão integrara os descobrimentos dentro de uma problemática histórica universal, facto metodológico que constituiu novidade em Portugal.

Mas ao mesmo tempo que Jaime Cortesão entrava no apogeu iam surgindo novas personalidades na investigação e novas teorias interpretativas. Na metodologia da Expansão gizavam-se as bases de uma mudança radical na orientação histórica.

Veiga Simões trouxe para a investigação portuguesa a documentação europeia, preocupou-se com a génese da Expansão e com o tipo e alcance da acção desempenhada pelos infantes D. Pedro e D. Henrique. A problemática cultural e social surge, na sua obra, dispersa, publicada em ensaios incompletos. No entanto, Veiga Simões tinha um primeiro volume denominado *História da Península, do Século III ao VIII*. Esta história social serviria para perspectivar e iluminar dois outros volumes que o historiador já concluíra: A *História do Infante D. Henrique* e a *História do Infante D. Pedro*. O destino destas obras de Veiga Simões é mistério que não conseguimos decifrar.

O outro historiador marcante na História da Expansão Portuguesa foi Duarte Leite, o qual, com o seu espírito de rigor matemático, instaurou um tipo de análise crítica das fontes históricas até então inexistente. As fontes históricas de que se socorriam os historiadores pertenciam muitas vezes ao século XVI. Triunfava a tendência a aceitar os pontos de vista desse século já posterior ao desenrolar da Expansão. Duarte Leite passou pelo seu crivo crítico não só as fontes escritas (a *Crónica dos Feitos de Guiné*, de Zurara sobretudo, mas também Diogo Gomes, Cadamosto e outros) como ainda as fontes cartográficas. Procurou também determinar qual o valor da ferramenta mental dos homens dos Descobrimentos, num caminho que não está longe dos de Lucien Febvre.

A mitologia que enredava a História da Expansão foi grandemente abalada pelos trabalhos históricos de Duarte Leite e de Veiga Simões.

Os nomes e as investigações de Jaime Cortesão, Duarte Leite e Veiga Simões trouxeram verdade e responsabilidade à História da Expansão Portuguesa.

Pela resposta que nos foi dada podemos pensar imediatamente que um dos problemas fundamentais da ciência histórica reside na atitude metodológica do investigador. Desta atitude depende o grau de veracidade e o grau de profundidade a atingir pelo historiador. Sobre este assunto formulámos a seguinte questão:

— Quais os problemas metodológicos fundamentais que coloca a historiografia da Expansão?

— Fazendo uma rápida divisão, posso dizer que o primeiro problema diz respeito às fontes da História dos Descobrimentos, Conquistas e Colonização e o segundo às grandes ordens de temas que há a abordar e à maneira de os considerar.

O primeiro aspecto é decisivo. Faltam fontes indispensáveis para

responder a questões importantes. Há uma escassez de fontes coevas dos Descobrimentos. Os mapas do século xv desapareceram, os roteiros também não chegaram até nós, os relatos de viajantes são escassíssimos para o século xv. As crónicas que existem obedecem a ideologias, ou à oficial ou à do círculo cultural e social em que vivia o cronista. O investigador tem de peneirar bem os seus elementos de trabalho; procurar o que lhe pode servir de informação sobre os Descobrimentos e determinar aquilo que é interpretação do ambiente cultural ou que constitui uma directriz de ambientes que não participam nos Descobrimentos.

Há que ter, portanto, em conta: a escassez de fontes e a óptica segundo a qual foram elaboradas. As razões da Expansão nos cronistas são umas, as causas são outras.

Em relação aos temas, às perguntas que devemos formular, também se impõe uma atitude crítica e problematizadora. A História da Expansão não pode cair no anedótico, na preocupação factual, nas datas, nas prioridades, não deve ser presa de atitudes chauvinistas. O que adquire relevância no processo da Expansão são os movimentos colectivos que põem em contacto povos com diversos modos de vida, de sentir, de pensar. Não pode ser considerada apenas do ponto de vista de povo que se expande. Esse ponto de vista não pertence só a círculos dominantes; tem de considerar as correntes colectivas que levam à Expansão e as reacções das colectividades dentro desse processo. Nada é mais falso do que estimá-la como o processo da civilização da terra, mensagem de verdade aos povos que a ignoram. A Expansão portuguesa envolveu, sim, influências recíprocas de povos, contactos de civilizações.

Considerada como processo colectivo — e não apenas gesta de grandes personagens, heróis, ou gesta de povo incumbido de missão providencial —, a Expansão interessa à Humanidade no seu todo: não há participantes activos e passivos. Assim, toda a temática se deslocará dos nomes e nacionalidade dos descobridores e datas dos descobrimentos para toda uma evolução mais complexa, de teor económico, social e cultural. Os seus figurantes deixarão de ser bonecos e passarão a ser homens de carne e osso, actuando numa complexidade de motivações contraditórias.

Nesta perspectiva interessam os navios, a arte de navegação, a ferramenta mental, muito mais do que a data, o nome ou a biografia, a

não ser que esta seja elaborada de modo a esclarecer o ambiente cultu-
ral e social.

É fundamental que se tire à História da Expansão o tom simplista do nacionalismo e todo o orgulho etnocêntrico de povo que leva pela primeira vez aos outros povos a Civilização.

Como pode verificar e pensar o leitor, a História, tal como outras ciências humanas — a Sociologia, por exemplo —, sofre muito mais o impacte do ambiente social e político da época em que se forma do que as ciências matemáticas. As demonstrações matemáticas, bem fundamentadas, fazem-se e ninguém as discute; as demonstrações históricas, embora bem fundamentadas, fazem-se e estão constantemente em discussão porque envolvem mudanças nos hábitos materiais e mentais. À História, ao exemplo histórico, o homem, bem ou mal, com responsabilidade ou com leviandade, está sempre a recorrer. Os senhores feudais desejavam-na para os seus panegíricos, os reis para a exaltação da sua obra, os dirigentes dos Estados parlamentares para a consagração da sua política. Para o recurso à História há, quase sempre, um motivo que lhe é externo, e que muitas vezes lhe impede o achar da verdade, o proceder com objectividade. Daí as dificuldades da História a constituir-se como ciência, daí a íntima relação entre a época e a História. No campo da Expansão Portuguesa a nossa atenção deslocou-se para esta pergunta:

— A Expansão Portuguesa constitui hoje um dos períodos melhor estudados da História de Portugal. No entanto, épocas houve em que o interesse pelos problemas deste período quase desapareceu e outras em que surgiu de novo, pleno de vitalidade. Quais as razões que podem explicar estes dois factos?

— A Expansão Portuguesa parece que hoje beneficia de uma acumulação das investigações. Contudo, não está verdadeiramente estudada em muitos dos seus aspectos essenciais. O interesse tem sido muitas vezes extrínseco à análise científica do passado; tem-se reduzido, frequentemente, a uma proliferação retórica para justificação de determinadas opções presentes.

A primeira fase de grande interesse encontra-se no século XIX com o visconde de Santarém e as suas grande publicações documentais; o interesse relacionava-se com a expansão dos povos industrializados da Europa que vinham ameaçar posições creadas que importava defender. Portugal, frente a um mundo moderno implacavelmente eficaz,

vai buscar ao passado a sua contribuição positiva para esse mesmo mundo moderno.

A segunda fase processou-se com a República e a sua preocupação com a política ultramarina de unidade e desenvolvimento no sentido de promover os povos dessas províncias a nível condigno e até de os levar a serem senhores dos seus próprios destinos, como já sucedera com o Brasil. A obra mais importante deste surto é a *História da Colonização do Brasil,* que representa, ao mesmo tempo, o reconhecimento, um século volvido, sobre o direito do povo brasileiro a tomar nas suas próprias mãos os rumos do seu país e o legítimo orgulho em mostrar o papel positivo do português na formação de uma das grandes nações das Américas.

A terceira fase prolonga fundamentalmente a do período republicano, mas vem ligar-se à problemática mais moderna da História Universal. Neste surto predominam as figuras e as obras de Jaime Cortesão, Duarte Leite e Veiga Simões, a quem já me referi. Posteriormente, sem desconhecer as contribuições meritórias do comandante Teixeira da Mota, Luís Albuquerque e Luís de Matos, pode dizer-se que o interesse pela História da Expansão, no ponto de vista científico, diminuiu e que atravessamos uma crise grave, a qual afecta não só a História da Expansão como todos os estudos históricos em Portugal.

Depois do desaparecimento das grandes personalidades não soubemos entrar na era da organização de centros de investigação bem dotados tanto sob o ponto de vista humano como do auxílio material. Hoje, parece-me realmente que não deve privilegiar-se este estudo de História da Expansão, mas encarar muito a sério todos os problemas da vida colectiva do povo português dentro de uma perspectiva histórica.

Tendo já uma ideia do que se fez antes e depois do tempo em que o nosso entrevistado publicou as suas obras, parecia importante saber rapidamente o que pensa Magalhães Godinho sobre a sua obra.

— Para o avanço do conhecimento da História da Expansão, onde situa o Dr. Magalhães Godinho o seu maior contributo?

— Aquilo em que posso ter contribuído está em ter procurado abordar sistematicamente várias ordens de problemas que até aí só marginalmente eram abordados. O grande papel da Expansão quatrocentista e quinhentista foi ter levado à formação do capitalismo moderno de base mercantil e portanto é na análise dos aspectos económicos dos Descobrimentos, Conquistas e Colonização que vamos encontrar as razões mais sólidas de orgulho. Mas, independentemente de

quaisquer preocupações desta ordem, há que ter em conta que, de facto, a Expansão deve ser considerada como um processo global e não como narrativa de acontecimentos. Por conseguinte, trata-se de análise dinâmica de estruturas, quer no plano económico quer no social ou ainda nas formas de sentir e de pensar e de toda a utensilagem mental.

Os resultados advindos dos Descobrimentos para a economia e vida social e intelectual de Portugal têm provocado apreciações que se devem considerar já como históricas, pois a discussão vem desde o século XVI. *Por virtude dos progressos realizados no século* XX *em História da Expansão estará o problema mais esclarecido? Sobre este assunto pretendemos um esclarecimento:*

— Será que hoje já se pode efectuar uma apreciação, um balanço, digamos assim, sobre a influência dos Descobrimentos na evolução do povo português?

— O historiador como historiador recusa-se hoje a armar-se em juiz. Pretende, sim, analisar e explicar. Mas quando o historiador é português e no presente esse passado exerce ainda uma influência acentuada, é difícil evitarmos uma tentativa, que deve ser tanto quanto possível científica, de balanço.

Simplesmente, nós não dispomos ainda de todos os estudos que seriam indispensáveis para que tal balanço se realize com a seriedade que se impõe. Certas consequências que era costume atribuir aos Descobrimentos não parece que sejam de reter. Assim, não houve abaixamento demográfico, nem retrocesso agrícola, mas o que é certo é que os Descobrimentos vieram moldar a nossa sociedade de maneira que ainda hoje aparece bem vincada e tornaram possível em muitos momentos aquilo a que poderemos chamar as opções de facilidade. Convém libertarmo-nos de espectros e convém realizarmos um esforço franco, sério e fundamental para decidirmos se sim ou não se trocou a boa capa pelo mau capelo. Parece-me fundamental e decisivo que a Expansão tenha vindo a originar uma estrutura social em que aquilo a que tenho chamado terciário de Antigo Regime se hipertrofiou (refiro-me ao clero, à nobreza e aos grupos mercantis), e em que as actividades agrícolas não desempenharam o papel ou não contribuíram para a produção global como deveriam ter contribuído nas economias anteriores à Revolução Industrial. Ora a Revolução Industrial só foi possível devido a prévias mudanças agrícolas e agrárias, e daí que países como Portugal e Espanha não conseguissem no século XIX a industrialização esperada, nem a formação de sociedades autenticamente bur-

guesas. As sociedades ibéricas acabaram por recusar a modernidade e hoje, quando é imperativo arrancar para se entrar no mundo novo, encontram-se envelhecidas nessas estruturas arcaizantes ([1]).

Para terminarmos a entrevista e como que para demonstrar quanto a situação económica e social dos povos de hoje é determinada pela sua evolução anterior (o que parece evidente, mas é muitas vezes esquecido), quisemos ouvir a opinião do Dr. Magalhães Godinho sobre o seguinte problema:

— O continente americano apresenta hoje uma dicotomia evidente: o Norte, de países altamente industrializados, e o Centro e o Sul com países de estrutura subdesenvolvida. As características económicas, sociais e até políticas destas zonas podem e devem relacionar-se com o tipo de ocupação criado no século XVI*?*

— Incontestavelmente. Enquanto o Centro e o Sul foram ocupados e colonizados por economias de capitalismo mercantil e com a estrutura social que acabo de referir e portanto herdaram desta muitos dos seus obstáculos, o Norte foi sobretudo ocupado e colonizado no período do capitalismo industrial e por povos que não tinham formado a estrutura económica e social com hipertrofia do terciário de Antigo Regime.

Entrevista conduzida por José Raimundo, em *Vida Mundial*, Lisboa, 31 de Janeiro de 1969.

([1]) Mas o franquismo teve de evoluir e a Espanha industrializou-se, creou a terceira frota pesqueira mundial e modernizou vastas áreas da sua agricultura, reentrou na grande creação cultural e científica e assim irá fazer parte da CEE em condições favoráveis; ao passo que Portugal não tem sabido desenredar-se do arcaizante emaranhado estrutural e continua a atrasar-se em relação às mudanças do mundo [1985].

6.7 — Encontro

Doutor em Letras, pela Sorbonne, diplomado em Ciências Económicas e Sociais pela École Pratique des Hautes Études, de Paris, Vitorino Magalhães Godinho é, incontestavelmente, o nosso maior historiador vivo e o seu nome entronca na grande linha que vem de Fernão Lopes, Herculano, Oliveira Martins, Duarte Leite, Jaime Cortesão. Ensaísta que associa a uma profunda cultura uma honestidade inequívoca, vem com ele também não só uma austeridade de processos como uma veemência e um tom polémico que é salutar convite à saborosa aventura dialogante, pelo qual se bateram homens da têmpera de um Sérgio, de um Caraça, e se batem, em nossos dias, ensaístas como Mário Dionísio, Joel Serrão, Óscar Lopes e outros, a garantirem-nos que viva está a cultura portuguesa.

Autor de uma obra de larga respiração, parte dela publicada no estrangeiro, em revistas da especialidade ou obras colectivas das de maior prestígio europeu, o caso da *New Modern History* que a Universidade de Cambridge está a publicar, regeu também cursos na École Pratique des Hautes Études, de Paris, onde impôs o seu nome como encarregado de investigações do Centre National de la Recherche Scientifique, também de Paris, obtendo aí o mais alto grau.

Trabalhador operoso, o seu nome anda ligado à direcção portuguesa da *Focus* e de colecções valiosas cuja publicação decorre no nosso país.

Considerado pelos grandes especialistas da história, os seus trabalhos sobre a época da Expansão consideram-se fundamentais na bibliografia actual.

Dele recentemente foi posto à venda o 2.° volume dos *Ensaios* e estão programados mais dois volumes. Sobre a nossa crítica pesa agora a responsabilidade de não passar por cima (comodamente) destas obras, sem dúvida um marco da nossa cultura.

Lemo-los e por se tratar de uma obra de rara valia, resolvemos abordá-lo para uma troca de impressões. Tarefa difícil não foi, pois este homem, que passa a sua vida a investigar, a escrever, a orientar, desdobrando-se na multiplicação dos diversos compromissos que assume, consegue esta coisa espantosa que é a de frequentar sistematica-

mente o café, dando assim ensejo aos amigos de desfrutarem o privilégio do seu estimulante convívio.

— *O que o levou só agora a publicar os seus* Ensaios, *uma vez que já há bastantes anos tinham sido publicados em revistas, nacionais ou estrangeiras, especializadas?*

— Talvez, antes de mais, o receio de adormecer na facilidade do já feito, o gosto de enfrentar problemas ainda não tratados. Nada pior para o investigador do que ficar prisioneiro de temas e de pontos de vista que já abordou e defendeu: a pesquisa é incessante aventura por caminhos não trilhados, e só se vive plenamente quando se cria em permanência. Continuar sem se renovar do cerne só se compreende da óptica de interesses materiais conseguidos e de grupos de incompetências instaladas. Por outro lado, reunir dispersos forjados ao longo de mais de um quarto de século levanta múltiplos problemas: valerá a pena? Convirá a fidelidade à forma inicial (pois tais escritos estão datados e reflectem a data de feitura) ou será preferível actualizá-los? Que é que permanece vivo e que é que está irremediavelmente morto? Decidimo-nos, salvo excepções, por meros retoques, porque nos parece de maior proveito encarar os temas já tratados de ângulos novos e melhor ainda saltar para maneiras diferentes de pôr a problemática, a arranjos que não revolvem o próprio âmago dos trabalhos.

— *No prefácio do 2.º volume dos* Ensaios *faz este apelo e aponta um método: «Estudemos as nossas coisas, carinhosamente, com toda a ferramenta que nos der uma cultura aberta às realizações do globo inteiro, tenhamos a humildade da dúvida e a intrepidez de correr os riscos fora de rotina.» Em linhas gerais, pode dizer-nos como lhe tem sido possível «correr os riscos fora da rotina»?*

— Correr os riscos fora de rotina é a própria definição de pesquisa. Que diríamos de alguém que, pretendendo realizar uma obra de autêntico estadista, se resignasse à bonança do imobilismo? Não há vida intelectual no conformismo, na aceitação confortável do já realizado: ela é, eminentemente, posição desconfortável, por isso difícil de manter, mas que mesmo no desalento não desespera, porque sabe assumir assim o que é a dignidade do homem. Evidentemente que essa permanente aventura do espírito só se torna possível mediante determinadas condições materiais. Devo acima de tudo a minha existência de investigador ao Centre National de la Recherche Scientifique, de França; mas não quero esquecer aqui uns tantos editores portugueses, com elevado sentido da sua missão ao serviço da cultura. Fora isso, a receita

tem a facilidade do difícil: não se deixar esclerosar, não transigir quando está em jogo a dignidade, a própria essência da profissão e da cidadania, saber renunciar a tanta cousa e nunca renunciar à sua total independência, vencendo as tentações dos oportunismos.

— *Embora nos dois volumes já publicados estude e desenvolva temas vários que são quase sempre poderosos frescos que percorrem séculos não só da história universal como da nossa própria história há, no entanto, neste 2.º volume, um predomínio sobre o fenómeno da expansão portuguesa. Porquê?*

— O predomínio de temas de história da expansão portuguesa explica-se pela sedução que sobre nós exerceram, de início, as obras de Jaime Cortesão e Duarte Leite — além da impossibilidade de nos dedicarmos ao século XIX porque numa escola universitária perfeitamente obsoleta isso não era considerado «história»! Depois, apercebemo-nos de que, apesar de tanto se escrever (e palrar) sobre essa época da evolução nacional, os aspectos mais importantes, aqueles pelos quais os Descobrimentos foram verdadeiramente grandes, continuavam em total obscuridade. E nunca mais teremos história que se preze de tal época enquanto corrermos de centenário em centenário, com muito foguetório e nenhuma investigação efectiva. Penso, aliás, que é urgente libertar os nossos estudos históricos da obsessão dos Descobrimentos e expansão, e trazê-los à análise dos problemas basilares da evolução do nosso povo, às interrogações que respeitam à sua economia, à sua estrutura social, às suas instituições, à sua cultura, e que condicionam — e a que ponto! — o nosso porvir, se queremos libertar-nos de espectros e deixar bem para trás esse reino cadaveroso de que falava Sérgio. Para este grande pensador, o maior do nosso primeiro século XX, cuja obra se impõe ver em todas as mãos, criticamente discutida (como ele tanto desejava), vai o nosso pensamento comovido, neste momento.

— *Não obstante, verifica-se que domina com igual segurança toda a história do nosso país. E sempre o fez com a «intrepidez» de quem não recua «correr os riscos fora de rotina». Donde, não resistimos a esta indagação: porquê ainda não nos deu uma História de Portugal? A menos que entenda estarmos já suficientemente servidos...*

— Das tarefas mais urgentes é realmente a elaboração de uma História de Portugal, já que Sérgio não pôde levar a cabo a sua — e mesmo que o tivesse conseguido, a problematização e a ferramenta aperfeiçoaram-se, ampliaram-se. Talvez 69 nos permita realizar um

velho sonho, de colaboração, evidentemente, pois não é possível a um só abarcar, mesmo de relance, todos os horizontes. Mas é indispensável que comecem a trabalhar equipes (repare bem que não digo: equipas) cada vez mais numerosas, lançando-se à conquista de um passado que permanece em tão grande parte por conhecer. Pergunto-me por que é que há tal entusiasmo em organizar centenários (como se a única forma efectiva de homenagear os antepassados não fosse construir o futuro à medida dos nossos sonhos) e não se presta qualquer atenção a fundar os urgentemente indispensáveis centros de pesquisa científica. Há trabalho que sobra para dezenas e dezenas de investigadores verdadeiros, não é preciso andarem, com aflitiva falta de imaginação, atrás do que outros fazem, ou a repetir estudos já feitos... Mas onde está em Portugal a instituição, pública ou privada, capaz de se interessar por introduzir no nosso país a pesquisa em ciências humanas? E sem ela nunca tomaremos consciência plena dos nossos problemas, do que temos para resolver.

— *Apesar do seu pessimismo quanto ao panorama actual, no nosso país, dos estudos sobre história (e todas as ciências humanas) entendida como indagação paciente e ousada, cientificamente conduzida, do decurso da humanidade, num apaixonado esforço de se aproximar da, ou melhor, de ir construindo a desapaixonada «verdade», parece-lhe que temos gente e ambiente capazes de os reconduzir a um nível europeu?*

— Não temos quadros suficientemente numerosos, com a preparação mínima de exigir, para enfrentar numa indagação paciente e ousada, cientificamente conduzida, a nossa problemática fundamental. Razão imperativa para não perder nem mais um segundo em deitar mãos à obra. Que as pátrias não se medem aos palmos, mas pelo que representam os seus cidadãos — em termos de felicidade, de dignidade, de poder creador. Antes de mais, crie-se o clima adequado, sem tergiversações, sem manobras dilatórias. A nossa juventude tem-se mostrado plenamente apta ao trabalho de preparação que se lhe deve proporcionar: mandem-se às fornadas lá para fora, para onde possam formar-se a sério. Aproveitem-se os poucos que já há preparados, não deixando que considerações extracientíficas continuem a mutilar a pátria do alicerce em que tem de assentar no mundo moderno. Alguns valores já demonstrados existem, felizmente (não tantos quanto desejaríamos): confiem-se-lhes as tarefas do futuro. Mas é preciso despirmo-nos de

ridículas e extemporâneas vaidades — de julgarmos que somos os últimos abencerragens — e deixemo-nos de caturrices.

Magalhães Godinho não é apenas um grande historiador. É ainda (ou por isso mesmo?) um homem que domina a economia, a sociologia, a filosofia, a etnologia. E sobre qualquer destas ciências muito teremos a aprender com ele. Mas é também um intelectual bem informado sobre a actividade literária em Portugal, certamente por gosto e por consciência. Eis por que não resistimos a saber o que pensa da nossa literatura moderna, quais os poetas ou ficcionistas ou dramaturgos que desejaria citar ou que mais o tivessem impressionado nestes últimos anos.

— É a nossa literatura de hoje uma das nossas raras razões de esperar. Tem sabido ajudar a definir os nossos verdadeiros problemas, tem exprimido as nossas inquietações, as nossas frustrações, o nosso desespero que não abdica. Tem-se mantido isenta, sem dobrar a cerviz, não obstante condições mais do que desfavoráveis, tanta vez asfixiantes. Basta dizer que não dispõem os escritores de órgão próprio através do qual defendam seus legítimos interesses e marquem a sua contribuição para os rumos nacionais. Todavia têm sabido os nossos escritores dar lições, modestas mas prestigiantes, de altivo exercício do mester. Como destacar nomes, sem risco de omissões indesculpáveis? A obra poética de José Gomes Ferreira — e as suas narrativas ferozmente ternas do quotidiano, as aventuras em que o milagre está nas mãos dos homens, e esse espanto que é *A Memória das Palavras;* a poesia de Torga e os seus contos de bicharada e serrania; os romances de Redol, que com tanta felicidade tem sabido transformar-se, elevando-se a sério no ofício; *A Casa na Duna*, de um dos que melhor têm moldado a nossa língua, hoje, ao mesmo tempo que é um dos temperamentos mais visceralmente poéticos dos nossos dias, Carlos de Oliveira; os romances diabolicamente inteligentes de Abelaira, que teima em não se consagrar ao ensaio a que a sua cultura o levaria; os contos e *O Delfim* de Cardoso Pires; a ensaística de Mário Dionísio (mesmo quando sob outra forma se exprime); a sedução cabo-verdiana de Manuel Ferreira, cujo ofício também tanto se tem depurado; o grande Manuel da Fonseca dos inesquecíveis contos alentejanos e da prodigiosa *Seara de Vento;* o impressionismo quotidiano de Maria Judite de Carvalho; o teatro de Santareno e Stau Monteiro... desculpem-me não prosseguir. A crítica literária é que atravessa incontestável crise; porque os nossos críticos não têm a humildade de expor as obras

de que tratam ao público, e andam entretidos a jogar pingue-pongue uns com os outros (jogos de alusões que não interessam a mais ninguém senão aos próprios). Oxalá nos outros domínios a creação cultural atingisse rapidamente o nível que atingiu na literatura.

Artigo «Encontro com Vitorino Magalhães Godinho», em *O Comércio do Porto*, de 11 de Março de 1969 (entrevistado por Manuel Ferreira).

6.8 — Com a «Seara Nova»

— *Prof. Magalhães Godinho, tendo em mente que dirigiu edições portuguesas de obras de Duarte Leite e Jaime Cortesão, considera que o contacto íntimo com esses textos foi benéfico para o seu labor de historiador? Será o contacto com os textos, dessa ou doutra forma, útil conduta metodológica?*

— O convívio assíduo com os textos de Duarte Leite e Jaime Cortesão remonta a mais de vinte anos antes de organizar a colectânea póstuma de dispersos do primeiro e a segunda parte, também póstuma, da grande síntese com que o segundo finalizou a sua carreira. Claro que essa dupla tarefa, que me foi tão grata e cuja incumbência tanto me honrou, estreitou ainda essa intimidade, que constituiu para o meu esforço de investigação uma fonte permanente de inspiração e estímulo. Penso que nada há mais vivificador da autêntica actividade mental do que o contacto franco, na atitude de aprender incessantemente mas ao mesmo tempo crítica, com as obras-mestras do pensamento. Já assim pensava, aliás, António Sérgio, e tal me inculcou, quando eu frequentava ainda o liceu: deixar de lado o amontoado de obras secundárias e sobretudo de comentários e comentários sobre comentários, e ir direito às fontes, medirmo-nos com elas. Aconselharia, por isso, aos que querem enveredar pela carreira da pesquisa histórica, ou simplesmente lançar-se numa aprendizagem da história realmente esclarece-

dora para a nossa posição de homens, que não percam excessivo tempo com manuais, não sacrifiquem demasiado à preocupação de vir a saber tudo, muito bem arrumadinho, antes leiam, meditem, voltem a ler e a meditar as contribuições decisivas, mesmo se de certo modo desactualizadas. Que, começando por não esquecer o velho Henri Pirenne, tenham à cabeceira o Lucien Febvre e o Marc Bloch: *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, *La société féodale*, as *Mélanges historiques* reunidas postumamente, do segundo, a parte dedicada à utensilagem mental em *Le problème de l'incroyance au XVI*[e] *siècle* ou *Combats pour l'histoire* e *Pour une histoire à par entière*, assim como o *Lutero*, do primeiro. Fernand Braudel, evidentemente: o seu *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philipe II*, como, de Pierre Vilar, *La Catalogue dans l'Espagne moderne* não podem ser ignorados de nenhum peninsular. Acrescentem-se os já «clássicos» da história económica estatística, Labrousse (mestre também da história social) e Hamilton; noutro campo, *L'Économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval* de Georges Duby, *Seigneurie et féodalité* de Robert Boutrouche; como exemplo de estudo de uma região, *Beauvais et le Beauvaisies* de P. Goubert (de que há edição de bolso: *Cent mille provinciaux*). Não vamos prosseguir em fácil estendal. Sublinhemos apenas a importância, sobretudo para nós, portugueses, da tese de Albert Silbert sobre a estrutura agrária do nosso país ao findar o Antigo Regime: nada de equivalente saiu da pena de qualquer nosso compatriota há muitos anos.

— *E agora, noutro ângulo, que pensa da projecção destes autores na historiografia portuguesa?*

— Já que não chegaram os anunciados estudos de Veiga Simões, cabe reduzir aos dois nomes de Jaime Cortesão e Duarte Leite os de facto grandes historiadores portugueses do século XX, depois da geração de Costa Lobo e Alberto Sampaio. Sérgio não pôde levar por diante o projecto em que se empenhara, e, aliás, não era tão essencialmente historiador. Queiroz Veloso e David Lopes, como Gama Barros, foram profundos eruditos mas não alcançaram o nível de verdadeira construção histórica, salvo o segundo mas apenas parcialmente. Ninguém, como Cortesão, com o fôlego das perspectivas à escala planetária e das hipóteses explicativas mais arrojadas e sedutoras; introduziu a problemática onde se estava confinado a uma factualidade insignificativa, articulou a história à geografia humana, percebeu a importância das maneiras de sentir e pensar. Ninguém, como Duarte Leite,

soube impor a exigência do rigor crítico, a análise aprofundada das fontes (em caminho que o aproximou de Lucien Febvre), a busca da prova cientificamente conduzida, despindo a história da falsificação chauvinista, uma das mais perniciosas e que é mais difícil desmistificar. É claro que não podemos ficar onde um e outro ficaram, mas, dos portugueses, são aqueles que ainda hoje melhor são susceptíveis de encaminhar o nosso pensamento histórico. Nenhum outro há hoje com a sua projecção, embora tenhamos jovens investigadores e ensaístas de mérito.

— *No prefácio aos seus* Ensaios, *o Sr. Professor evoca o pensamento de António Sérgio. Muitos autores contemporâneos, em especial os da sua geração, consideram-se altamente devedores ao magistério sergiano. Em que sentido deve operar-se a reforma das mentalidades, preconizada por António Sérgio?*

— Disse já que Sérgio não era propriamente um historiador, nem essa era, de modo algum, a sua pretensão. É muito mais do que isso: o nosso grande pensador do nosso primeiro século XX: em filosofia, em pedagogia, em política e relativamente aos problemas basilares da nossa nação. Quaisquer que sejam os defeitos da sua obra ou acção, o que fica de pé é precisamente o esforço obstinado no sentido de levar os portugueses a pensarem e não meramente a papaguearem fórmulas, de os empurrar a pôrem problemas efectivos e a buscarem autênticas soluções explicativas sem se limitarem a acumular dados ou a julgar que explicam por meia dúzia de palavras-gazuas; Sérgio compreendeu como ninguém, e fez tudo para que nós compreendêssemos, que não é por nos submergir sob dilúvio de emprego das palavras *concreto* e *dialéctica*, ou *estrutura*, ou outras que tais, que o acto de pensar é efectivamente concreto, e dialéctico, e estrutural (então empregava-se mais a palavra *forma*), mas sim por, sem preocupações rotuladoras, cingir as questões, tecer relações em teia cada vez mais apertada (e que por isso é o contrário da marcha abstractizante). Porque confiava nos homens e na capacidade da razão, queria-os realmente autónomos, de cidadania completa, e não acocorados, vassalos do reino da estupidez, manipulados por espectros; apontava-lhes o futuro, e nunca a contemplação umbilical do pretérito, queria-os do seu tempo e não a viverem épocas revolutas no meio de um mundo em constante mudança; recusava-se por isso a matraqueá-los com sermões, antes os reptava para a discussão sem peias; não queria vesti-los mentalmente todos pelo mesmo figurino (como querem os mentalizadores de serviço), antes

que cada qual buscasse traçar o seu próprio rumo; porque não chega a haver autêntica vida mental se não há ambiente libérrimo, possibilidade ilimitada de crítica, acesso a todas as fontes de informação e a todo o património cultural sem as mínimas barreiras. Essa tensão sergiana, de formar o cidadão no trabalhador, o cidadão de mente livre preparado a pronunciar-se por si mesmo em conhecimento de causa, em vez de se limitar ao amen a este ou àquele breviário, tal tensão afigura-se-me que continua a ser o mais urgente imperativo da nossa vida colectiva.

— *Por vicissitudes várias, o Sr. Professor esteve ausente longos anos em França, tendo leccionado na Sorbonne e contactado com alguns nomes cimeiros da chamada «Escola de Paris». Que perspectivas rasgaram os historiadores franceses, ligados a esse movimento, à historiografia contemporânea?*

— Não há uma «Escola de Paris» em historiografia, no sentido de um conjunto de historiadores que sigam um padrão, que adoptem um formulário. Há, apenas, e é muitíssimo, no sentido de uma atitude comum — tão próxima da que foi a de Sérgio — de partir de problemas, e problemas basilares da existência dos homens, para buscar caminhos de explicações por uma faina paciente de reunião de dados e sua elaboração tanto quanto possível completas, não receando a ousadia das hipóteses, nunca se confinando nos horizontes acanhados, antes partindo sempre ao encontro de todas as outras perspectivas. O grupo dos *Annales* considera que não há, não tem sentido que haja ciências humanas compartimentadas; a unidade de pesquisa é o problema e para o enfrentar convém pôr em jogo todos os recursos possíveis, qualquer que seja o rótulo com que estão sistematizados (se já o estão). O historiador não tem só de estar a par da psicologia, da economia, da sociologia, da geografia humana, etc., tem de colaborar com o psicólogo, o economista, o sociólogo, o geógrafo e por seu turno de lhes prestar a sua colaboração. É, além disso, um cidadão que conscientemente vive os problemas do seu tempo, e para os esclarecer traz as achegas da história; muitas vezes, mesmo, é do presente que a investigação histórica deve partir, e tanto o ilumina pelo passado como ilumina o passado por ele.

— *Considera-se vinculado, como historiador e creador, às ideias mestras que norteiam esse movimento de renovação histórica?*

— Não se trata unicamente de um movimento de renovação da história, mas sim de renovação de todas as ciências humanas. Considero-

-me vinculado ao grupo dos *Annales*, não apenas por ser seu colaborador e ter sido um dos fundadores da Association Marc Bloch, mas sobretudo porque o liga uma atitude comum antidogmática, com base no humanismo científico. Não há, insisto, um catecismo a que se adira, o que há é a livre convergência de espíritos livres que amam correr os riscos das problemáticas e a aventura de uma racionalidade aberta, isentos de compromissos com César ou Mamon, dispostos a explorar todos os caminhos sem exclusivas, aceitando divergir unanimidades sacralizadas (sempre expressão de mediocridades instaladas e de interesses minoritários que não cedem).

— *Clarificando um pouco mais, que espírito deve orientar um investigador ou, se preferir, que ideias capitais têm orientado o seu trabalho creador? Sente, para lá de uma certa constância metodológica, uma necessidade de rectificar, de refazer, de reconsiderar?*

— O investigador não deve ser prisioneiro nem dos temas que alguma vez abordou (embora a alguns volte inevitavelmente, por vezes obsessivamente, mas que ao menos seja de outros ângulos) nem sequer das rotas de pesquisa que em certos momentos lhe pareceram as melhores. Considero primacial que saiba pôr-se permanentemente em causa e resista à tentação (e comodidade) dos caminhos trilhados. Não mudar por mudar — muito menos, mudar para agradar, para fazer carreira, a forma mais ignóbil de prostituição, e que mata o próprio investigador. Manter-se a par do que os outros tentam de novo, em todo o horizonte das variadas ciências humanas, sem cair na tentação da «moda», do ponto de vista mais recente por ser o mais recente, da terminologia em voga; deve fincar-se bem nas obras-mestras do pensamento, mesmo se ultrapassadas neste ou naquele ponto, mas manter-se inquieto, alerta, disposto a deitar pela borda fora explicações que propusera, com a agilidade para subir a outros pontos das serras ainda não escalados donde aviste panoramas que nunca visionara. Não pode o historiador, para fazer obra digna, borboletear de época em época, de região do globo em região do globo, mas convém que não se encurrale numa época única e numa única região, que sinta a constante ansiedade de averiguar o que há para além e não hesite em recorrer a novos meios de exploração. Penso que o investigador português, mesmo que trabalhe no estrangeiro, deve consagrar-se aos problemas de raiz portuguesa, sem espírito de campanário, evidentemente, mas sim na mira do progresso das ciências humanas ao serviço de todos os homens, qualquer que seja a sua nação; e ao serviço da sua nação, claro, quan-

do não amuar pondo-se à margem das restantes. Não interessa, ou pelo menos não chega que se leia o que os de fora fazem e o venhamos a expor com maior ou menor clareza e didactismo; é indispensável que a ciência seja constantemente repensada para enfrentar problemas ainda não abordados ou resolvidos. O investigador tem de ter acesso incondicionalmente livre a todas as fontes, bem como a todo o legado científico e suas mais recentes conquistas, sem a mínima peia. Tem de se acabar com o ridículo medo de «papões», com autores no *Index;* a ciência não se faz em redomas mentais, mas ao ar livre de todos os ventos. Em nenhuma obra, seja de quem for, está a Bíblia da ciência; quando tal se considera, cai-se no marxismo académico, no freudismo de seita, nos muitos *ismos* que são a negação do espírito científico. Mas não é por isso que deve deixar de dar-se à obra fundamental deste ou daquele pensador o papel que ela deve ter na nossa cultura; aliás, foi muito mais a própria evolução das cousas humanas que aproximou as ciências humanas do pensamento de Marx, do que a influência, extremamente restrita, de discípulos escolásticos. Simplesmente, nunca o investigador está autorizado a supor que dispõe de uma vez para sempre de um «abre-te Sésamo» dado *ne varietur:* o investigador tem de ir forjando a sua ferramenta metodológica à medida que investiga efectivamente (e não que se limita a repetir fórmulas sacramentais, por mais laicizadas que pareçam). Estultícia é admitir que há pesquisa sem ideias prévias: nesse caso, o que é pior, são as ideias de uma ideologia dominante e inconscientemente assumida, lugares-comuns que tudo desvirtuam afinal; sabe-se bem que não há «pura» acumulação de dados — e que se houvesse, não interessaria para nada. Mas se toda a pesquisa assenta em ideias prévias, importa que sejam realmente ideias e não estereótipos da mentalidade colectiva, por um lado, nem princípios de dogmática rigidez, mas sim momentos num idear que se vai refazendo e pondo em causa, e à medida que caminha num encadear de resoluções de problemas e explicações efectivas, regressivamente se analisa para alicerçar novas bases. Há sem dúvida epistemologias e metodologias prévias, porque toda a nossa actividade mental parte do cabedal disponível em dada época histórica; além de ser indispensável explicá-las, há que ter a coragem de as submeter a cada passo à prova, de as afinar, de as reelaborar, de fabricar outras inteiramente diferentes, se tal se vier a impor. Não é investigação a tarefa cómoda de confrontar os pesos em uso com estalões religiosamente guardados. Também não pode o historiador, ou qualquer outro inves-

tigador, fechar-se em capelinhas, onde se respira o incenso do elogio mútuo, horrorizando-se porque os de fora não comungam no culto dos super. E quando o autor, em vez de fazer obra positiva, se limita a polemizar, estejamos certos que, sob a aparente desenvoltura, é um peso morto da cultura.

— O Sr. Professor afirmou que não há cultura sem investigadores. Qual a missão concreta que se deverá atribuir aos investigadores?

— A cultura do nosso tempo que realmente está a afeiçoar o planeta inteiro é uma permanente creação e não mero somatório de realizações já conseguidas; é mais uma atitude, uma vontade de desbravar caminhos, de modelar de novo, do que ponto de chegada, estabilidade de posições conquistadas; é um constante e revivificador pôr em causa, esfrangalhando os estereótipos que tendem a adormecer-nos. Integrar Portugal, que tão arredio anda, nesta modernidade que é a nova invenção do homem, afigura-se-nos ser a primeira missão do investigador, como de todo o creador cultural: porque não nos integramos copiando simplesmente resultados, procurando assimilar o já feito, mas só na medida em que começarmos a fazer também. Que entre nós continua uma radical incompreensão da mentalidade científica, um sagrado horror por ela, e, logo, pela liberdade do espírito, num apego supersticioso a meia dúzia de tradições, para mais inventadas. Vejam-se as reacções perante o *aggiornamento* da Igreja Católica. Ao investigador cabe enfrentar os grandes problemas nacionais, em inteira isenção e não ao serviço de conveniências, enfrentá-los com toda a riqueza do apetrechamento científico do nosso tempo e do que se vier a crear, a fim de chegarmos finalmente a desprendermo-nos da resignação fatalista e de vermos com lucidez o que cabe fazer, e como há muito mais possibilidades do que pensam tacanhas filosofias. Mas se à investigação, e à creação cultural em geral, incumbe definir-nos no nosso tempo — no nosso tempo de vivos — e encaminhar-nos a construir o nosso porvir sem constrangimentos obsoletos, seria errado restringi-la ao imediato e descurar a pesquisa de base, os voos creadores na poesia, na pintura, em todos os campos, para além do que realmente nos oprime pela urgência. Cumpre instituir um Serviço Nacional de Investigação Científica e Creação Cultural, independente de pressões extrínsecas, capaz daquele inconformismo sem o qual não viveremos porque apenas nos arrastaremos sorumbaticamente; entregue a pessoal realmente qualificado, e não às meras consagrações académicas oriundas de viciado sistema. Impõe-se, para tal, uma prévia mudança de atmos-

fera. Não se conte que a renovação parta, como devia partir, da Universidade — dos quadros universitários, em desfasamento de meio século relativamente à moderna pesquisa e por inteiro esclerosados, salvo um ou outro núcleo (praticamente nenhum nas ciências humanas), incapazes de compreenderem as novas gerações e os imperativos do nosso tempo, tanta vez mentalizados para o amén a César.

— *É optimista quanto ao panorama da historiografia portuguesa contemporânea?*

— O panorama actual da historiografia, como aliás do conjunto das ciências humanas, é mais do que desolador. Nunca, como hoje, tivemos tal ausência de valores e tantas mediocridades instaladas. Mas se nos voltarmos para os novos, então fica-se com a certeza de que, com a condição de se querer realmente a cultura viva e não o mero comemorativismo ou interessada apologética, está ao nosso alcance virmos a ter investigação a sério e creação válida (como já temos em literatura). Mas isso deixou de ser possível com franco-atiradores, implica uma ampla institucionalização de que ninguém tem curado.

— *Parece-lhe que, no momento actual, é prematuro um esforço de síntese, de sistematização da história portuguesa?*

— Prematuro é, mas é também indispensável. Prematuro, porque não se tem efectuado o sistemático trabalho de pesquisa, segundo os requisitos da actual atitude científica, e portanto a síntese arrisca-se a não resultar tão inovadora quanto conviria. Indispensável, contudo, porque mau grado isso alguma cousa se fez, graças aos esforços de uns tantos isolados e à sã teimosia de alguns licenciados, e porque um balanço da situação e o traçado, mesmo altamente provisório, do travejamento da nossa história é que pode estimular as futuras pesquisas e inseri-las no contexto que lhes dará o sentido; quer dizer que essa síntese prematura é afinal uma tentativa de definição da problemática a atacar. Indispensável ainda, e com que urgência, porque Portugal não pode persistir em viver anacrónicos tempos, tem de se voltar resolutamente, intemeratamente para o porvir, e só conseguirá fazê-lo com eficácia se tiver clara consciência dos seus problemas — da sua história.

— *No seu livro* Os Descobrimentos e a Economia Mundial *aborda uma época em que o conhecimento da realidade do mundo português é decisivo para uma perspectivação correcta da história mundial. Por ser uma questão controversa, pergunto: considera que as estruturas económico-sociais, no continente português, durante os séculos* XV *e*

XVI, são características de uma sociedade feudal ou surgem claramente ao de cima estruturas que poderemos considerar de cariz capitalista? Que tipo de estruturas encontra eco mais profundo nas ideologias da época?

— A sociedade portuguesa da época da expansão não é já propriamente senhorial (designação que, como todos sabem, deve preferir-se à de feudal) nem é ainda capitalista. Capitalista, aliás, nunca o virá a ser bem, porque permaneceu enredada no que tenho chamado a estrutura de Antigo Regime: estrutura senhorial-mercantil, com hipertrofia de um «terciário» nobiliárquico-eclesiástico de raiz fundiária mas envolvido na mercancia (que ideologicamente recusa, aliás), com um Estado que é empresa a visar o lucro mas servindo de aparelho de distribuição desse lucro pelos tais «grupos terciários». Não julguemos que encontrámos explicações quando nos limitámos a aplicar rótulos, saibamos ver a especificidade da realidade social-económica desses séculos, porque ela, para mais, ainda condiciona a nossa realidade presente. Se falarmos de «burguesia» ou de «nobreza», tenhamos o cuidado de estabelecer precisamente o que há que entender por tal, na teia das suas actividades efectivas, na variabilidade de condições consoante as épocas; perscrutemos as classes por detrás da ordenação jurídica de estados ou ordens, mas não se caia no simplismo de supor que só pode haver esta e aquela classe, e que uma espécie de movimento de nora dessas duas ou três basta para tudo explicar (a burguesia a ascender, sempre, desde o século XI ao XIX, e a nobreza sempre a baixar ou o feudalismo a desagregar-se...) Evitado o perigo do psitacismo, evite-se também a atitude timorata, ou interesseira, dos que tudo querem baralhar, não sendo capazes de reconhecer as totalidades sociais em que se divide a sociedade global.

— O Estado, no reinado de D. Manuel, por exemplo, reflectia e favorecia mais as estruturas arcaicas ou as novas estruturas? Usando uma terminologia conhecida, a Coroa era predominantemente «lavradora» ou «mercadora»?

— Que a Coroa era então — século XVI, e seguintes, e mesmo já no XV — predominantemente «mercadora», não me parece contestável, basta a análise das finanças públicas para o comprovar. Que, por isso, assumisse atitude contrária à estrutura senhorial, não; pode ter coartado certos abusos, quando os povos procuravam defender-se a sério (há, no reinado de D. Manuel, numerosos processos de luta em torno dos direitos senhoriais, que mereciam atento estudo), sim, e até pode

ter aliviado certos encargos (como se deu com o encabeçamento das sisas, sob D. João III, tornado possível precisamente devido aos proventos da mercancia). Mas o caminhar de fundo para a grande propriedade eclesiástico-nobre, a apropriação senhorial de certos pastos concelhios ou comuns, não foi evitada, nem houve consciência clara, a nível político, da questão. Aliás o pensamento político português de então, como posteriormente e ainda hoje, é extremamente pobre, não ultrapassa em geral a discussão de quais devem ser as virtudes do príncipe.

— *Quais os livros que tenciona publicar em breve? Sempre concretiza o seu projecto de uma «História de Portugal»?*

— Deve sair dentro de breves semanas, editado pelo Centre de Recherches Historiques, de Paris, *L'Économie de l'empire portugais — L'or et le poivre — XV e XVI siècles* [1]; a edição em língua portuguesa, aliás mais completa (contém uma 3.ª parte que na original não figura), concluir-se-á dentro de curtos meses: refiro-me a *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (dois volumes). Este ano devem publicar-se mais dois volumes de *Ensaios*, em volta de temas metodológicos e de teoria do conhecimento. Quereria avançar o trabalho analítico *Estrutura e Conjuntura da Economia Portuguesa, Séculos XV-XIX*, que ocupará vários volumes, e onde trato, sempre que possível estatisticamente, as finanças públicas, os movimentos de preços e comerciais, as viragens estruturais e suas relações com a política económica, algumas ideologias, a textura de relações fundamentais da sociedade; não sei apressar-me, embora tal conviesse — tanto mais que a falta de imaginação leva uns tantos a andarem à espreita do que os outros fazem, a fim de se anteciparem ou de levarem discípulos por si a essa antecipação... Quando os temas inteiramente virgens da nossa história são às mãos-cheias! O que é preciso é que trabalhem a sério dezenas e dezenas de investigadores: há um mundo a desbravar. E espero entretanto realizar um primeiro esboço da almejada História de Portugal e ir preparando com a necessária lentidão esse projecto maior. E não desanimo de traçar uma «perspectiva das ciências sociais», de que um primeiro esboço já circula, graças à Associação Académica de Económicas e Financeiras.

— *Por qual dos seus livros sente maior afeição?*

---

(1) Saiu do prelo em 1969 (ed. SEVPEN, Paris).

— Não quereria parecer que envergo falsa modéstia, mas sinceramente... não sei. A obra de pesquisa de maior fôlego é *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Os *Preços e Moedas de 1750 a 1850* aliam melhor a investigação, muito mais incompleta todavia, à problematização e a um esforço teorizador que me é caro. *A Crise da História e Suas Directrizes,* como *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos,* foram pedradas no charco, e, conquanto mais ensaísticas, abriram perspectivas à pesquisa e dela hauriram já muito. Talvez agora a colectânea de *Ensaios* — pela razão óbvia de conterem de tudo. Mas francamente, não penso que me afeiçoe ao já feito, bordão, sem dúvida, numa caminhada, mas tantas vezes trambolho, objectivação em que nunca nos realizamos por inteiro. A afeição vai, sim, para os projectos, na esperança de nos realizarmos de futuro cada vez melhor e mais completamente.

— *Que medidas imediatas preconizaria para incrementar o estudo da História e o «dealbar» das ciências humanas em Portugal?*

— É estulto pensar que alguma cousa em escala significativa possa levar-se a cabo enquanto não for radicalmente mudada a atmosfera, acabando com o maccarthysmo e a caça às bruxas, enquanto não decidirmos enveredar sem tergiversações pelo desenvolvimento económico e social. Há que mandar para o estrangeiro fornadas de jovens averiguadamente capazes (e não nos assustemos, apesar disso, com os inevitáveis desperdícios), pois não dispomos cá de centros de investigação onde possam formar-se cabalmente. Aproveitem-se, entretanto, todos quantos têm sido generosamente oferecidos ao estrangeiro, ou andam por aí sem condições de realizar a obra para que seriam aptos, e acabemos resolutamente com o preenchimento de lugares com a primeira incompetência à mão, unanimemente reconhecida e não menos unanimemente aprovada, por não haver melhor (os melhores foram deixados de fora). Fundem-se as instituições onde possam trabalhar, sem luxos de edifícios mas com apetrechamento adequado (livros, máquinas, ficheiros, etc.); organização sem burocratices, em que o quadro administrativo esteja subordinado, como deve, à direcção científica (e não o incrível contrário); de começo pequenos núcleos, que se irão ampliando à medida que surgirem as pessoas qualificadas; desde logo lançados nas pesquisas relativas aos nossos problemas, mas em perspectiva universal e com preparação de toda a cultura do nosso tempo; trabalho em grupos e individual, consoante os casos, mas sempre enquadrado; maldição, todavia, se por enquadrar se quiser enten-

der arregimentar, subordinar, entrar a horas certas e sair a horas certas, ter ideias bem comportadas; enquadrar é dispor de auxílios, pontos de apoio e de confronto, é consciência de que se não está sozinho em tarefa gigantesca, é aceitar a discussão de ideias, procurar corrigir o que está mal. Cabe ainda instituir uma Faculdade (será este o nome adequado, ou cheira já a bafio?) de Ciências Humanas, com a História, a Geografia Humana, a Economia, a Sociologia, a Psicologia, etc.; mas francamente: a prata da casa não serve, salvo raríssimas excepções (oxalá não se estejam a tornar ainda mais raras, esmagadas pelas circunstâncias). Chamem-se também estrangeiros, mas conte-se que a sua presença não seja tão proveitosa quanto seria de supor. Numa palavra: crie-se amor pela cultura, forme-se a consciência de que por ela é que o homem se humaniza e a pátria se engrandecerá, abram-se as janelas para respirar fundo, acabe-se com provincianismos acacianos. Não é só, nem sequer em primeiro lugar, questão de verbas, mas de atitudes e orientações.

Entrevista em *Seara Nova*, n.º 1480, Fevereiro de 1969, conduzida por António Borges Coelho.

6.9 — Dos «Ensaios» (vol. II) e dos estudos históricos em Portugal

Apareceu em elegante edição da Livraria Sá da Costa o 1.º volume dos *Ensaios* do Prof. Vitorino Magalhães Godinho. Temas de história universal nele se tratavam. O 2.º volume dos *Ensaios* sobre temas de história de Portugal saiu agora. A mesma elegância de apresentação e sobriedade, a mesma arrumação de ideias, a mesma penetração crítica, a mesma cultura sólida, aquela cultura, penetração e limpidez que os leitores do *Diário de Lisboa* se habituaram a admirar.

— Nos prefácios dos dois volumes publicados manifesta V. o propósito de continuar o exemplo de Sérgio, utilizando a ensaística para a reforma da mentalidade portuguesa. Quais as razões desse reatar da linhagem sergiana e, de maneira mais geral, da colectânea lançada?

V. M. G. — Sim, a razão essencial foi essa: considero que permanece imperioso, e é cada vez mais urgente, reformar a mentalidade dos portugueses, de modo a abri-los ao mundo moderno (para cuja elaboração tanto contribuíram) e a levá-los a afirmarem-se na plena cidadania. Entre os caminhos a trilhar, afigura-se-me primacial introduzir no nosso país a atitude científica na abordagem dos problemas humanos. Para isso o ensaio é extremamente fecundo: porque assenta no sentido da problemática e risca todo o dogmatismo, nasce da crítica libérrima e à dúvida metódica incita, porque habitua a exigir a verificação e a prova, mas inteligentemente aduzida, não por mero amontoado de factos a trouxe-mouxe. Não foi, porém, sem hesitações que nos decidimos a reunir dispersos escritos ao longo de mais de um quarto de século de pesquisas e reflexão; se o decidimos, é por julgarmos que, a despeito da diversidade de feitura e até do desigual grau de dificuldade para o leitor, podem, mesmo em parte envelhecidos, ter ainda algum préstimo no sentido desse enraizar do humanismo científico de que falávamos.

— O 1.º volume, sobre «História Universal», o segundo, sobre «História de Portugal», os dois anunciados, agrupando esses dispersos por grandes conjuntos de temas, mostram o predomínio das preocupações historicistas. Quando novos tempos se anunciam para Portugal, não será isso afastarmo-nos das tarefas que prioritariamente se nos impõem?

V. M. G. — Por duas ordens de razões nos devemos voltar para o passado. Em primeiro lugar, assim enriquecemos a nossa experiência, enriquecêmo-la em convívio com as múltiplas e variadíssimas experiências de todos os homens de todos os tempos e lugares. É, por outro lado, a fim de responder cabalmente aos problemas que nos assaltam, àqueles que são fundamentais para nós próprios e para o nosso futuro. A história não é um campo separado do saber, é o método universal de pensar tudo quanto ao homem, e aos homens, diz respeito. Não é conservação frigorífica do passado, nem comemorativismo ritualista, é, sim, uma forma científica de ver as cousas voltadas para a prospecção; por ela apartamos o que é actual do anacrónico em que se

enreda, e nos apercebemos das virtualidades entre as quais nos cumpre optar com conhecimento de causa.

— *À luz dessa concepção, como aprecia a situação dos estudos históricos em Portugal?*

V. M. G. — Tudo quanto entra no âmbito das ciências humanas é, entre nós, paupérrimo, quase inexistente, em escandaloso contraste com o que se passa lá fora, e até na vizinha Espanha. Fazer história não é publicar documentos mais ou menos ao acaso, ou em colecções que não obedecem a normas rigorosas nem a critérios de largo fôlego. Não é também acumular fichas sobre um assunto qualquer, por mais «moderno» que pareça, sem elaboração reflectida e sem utilizar os métodos actuais das ciências humanas (não é elaborá-lo como há 50 anos!). É de inteira justiça recordar aqui a geografia humana de Orlando Ribeiro, a etnologia de Jorge Dias e Veiga de Oliveira, os estudos do Centro de Economia Agrária e da *Análise Social*, a *História Medieval*, de Oliveira Marques, a história social-cultural de António José Saraiva, Joel Serrão, José Augusto França, a história da literatura de Rodrigues Lapa, Óscar Lopes e tantos outros, os estudos de linguística de Lindley Cintra. Entre os novos, destaquemos Joaquim Magalhães, Maria Adelaide Chaves e Mesquitela Lima.

— *Não estamos afinal tão pobres como dizia?*

V. M. G. — Uma gota de água no oceano, comparado com o florescimento lá fora. Franco-atiradores, sem as instituições de pesquisa científica em que se enquadrem, onde se apoiem e aonde sejam chamados a trabalhar as dezenas e dezenas de jovens que precisamos que se consagrem à investigação. Algumas daquelas tentativas mais ou menos isoladas ou lutando contra tantos obstáculos seriam melhor sucedidas se estivesse criado ambiente propício.

— *Projectos?*

V. M. G. — Antes de mais, concluir *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (a cinco fascículos do termo), aprontar, para saírem no próximo ano, os dois restantes volumes dos *Ensaios* (e já vai havendo material para um quinto...), continuar a direcção da edição portuguesa da enciclopédia *Focus* (o último volume já vai em meio), da colecção histórica «Rumos do Mundo» (dois volumes serão lançados em 1969, um de Chaunu, outro de Braudel) e da colecção de ciências humanas «A Marcha da Humanidade», onde acaba de ser publicada a esplêndida *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, de Oliveira Marques; e assim assegurar a publicação do que haja de válido nas in-

vestigações de jovens ou de nomes consagrados, quanto à evolução da nossa gente e dos nossos problemas. Gostaríamos de apresentar «os fios condutores de uma história» — a de Portugal e dos portugueses (que principiámos neste jornal) — e de um dia, com equipe, retomar essa traça com outra envergadura. Na gaveta aguardam estudos relativos à estrutura e conjuntura da economia portuguesa do século XV ao XIX (com documentação anexa). Continuamos a colaborar no *Dicionário de História de Portugal*, regido tão eficazmente por Joel Serrão. Em Paris deve sair até ao fim do ano *L'Économie de l'empire portugais — XVe siècles* (857 páginas, 6 mapas). Insiste-se na reedição de *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* e dos *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* — mas exigem mexidela profunda. E visamos uma «Perspectiva das Ciências Sociais». O nosso maior contentamento será que continuem a afirmar-se outros investigadores de já conhecido valor e surjam muitos mais, cada vez mais numerosos, e encontrem cuidadosamente instituídos os centros onde possam trabalhar com a máxima proficiência, de modo a termos um dia uma autêntica pesquisa de ciências humanas.

«O Prof. Vitorino Magalhães Godinho fala dos seus ensaios e dos estudos históricos em Portugal», em *Diário de Lisboa*, de 28 de Novembro de 1968.

6.10 — A recusa do exílio

Royat, 18 de Maio de 1974

À Redacção do jornal *Diário de Notícias:*

Só agora chegou ao meu conhecimento que alguns órgãos de informação, a propósito de um convite que me foi dirigido pelos estudantes do ISCSPU, me apresentaram como «há longos anos exilado em França».

Trata-se certamente de um equívoco que julgo indispensável desvanecer junto do público português. Nunca estive exilado e sempre pude sair e entrar livremente do meu País. Vivi efectivamente em França *de Janeiro de 1947 a Setembro de 1960*, como investigador do Centre National de la Recherche Scientifique, porque a Faculdade de Letras de Lisboa, em obediência a instruções superiores, dispensara os meus préstimos de professor extraordinário contratado em Janeiro de 1944. Demitido do ISCSPU em 1962, reintegrado e no mesmo *Diário do Governo* de novo demitido, demissão confirmada por acórdão do Pleno do Supremo Tribunal Administrativo, com base na atitude de defesa do movimento estudantil e de crítica à política repressiva do Governo que eu assumira, vim de novo para França em Outubro de 1971, a convite da Universidade de Clermont-Ferrand, na qualidade de professor catedrático associado. Convidado para permanecer no ano lectivo de 1974-1975, declinara essa honra unicamente por razões de família.

Devia esta explicação, antes de mais por respeito a mim próprio, fundamento do meu respeito por todos os outros, e em especial por respeito por aqueles que sofreram o exílio, a deportação, a perseguição ou o cárcere. Parece-me aliás muito importante que, a aproveitar a confusão presente (natural), não surjam oportunistas a reclamar os louros de mártires.

Agradecendo a publicação deste esclarecimento, subscrevo-me com saudações democráticas.

Vitorino Magalhães Godinho

A presente carta foi publicada nas páginas do *Diário de Notícias*. em Maio de 1974.

6.11 — Carta a Fraústo da Silva

11 de Julho de 1974

Ex.^{mo} Sr. Prof. Doutor J. J. R. Fraústo da Silva,
reitor da Universidade Nova de Lisboa

Prezado Colega:

No momento preciso de partir para Paris é que o carteiro me entregou a sua carta de 1 do corrente. Por isso só agora, de regresso a Clermont, me é possível responder-lhe. Antes de mais, deixe-me confessar-lhe quanto me sinto penhorado pelo seu amável convite, não inteiramente inesperado, porquanto em Lisboa várias pessoas me tinham falado nessa eventualidade; mas a Maria de Lourdes escrevera-me apenas no sentido de me pedir sugestões, que de bom grado daria. Abordemos porém os principais tópicos:

1.° Minha situação pessoal. Era catedrático do ISCSPU e fui demitido pelo governo de Salazar. Sempre que, de há um ano para cá, era contactado no sentido de reocupar um posto no ensino superior, respondia que o Governo podia escolher um de dois caminhos: ou reintegrar-me, anulando a minha demissão (para o que não precisava da minha anuência), ou nomear-me de novo, caso em que eu punha condições dada a deslealdade anterior para comigo. Uma vez derrubado o Estado fascista, é evidente que só resta um caminho: reintegrar-me, anular a minha demissão. Isso se fez, e muito bem, imediatamente para o Rui Luís Gomes — aplaudo sinceramente, como é bem de ver. Mas não percebo porque não fui também reintegrado logo: esquecimento que me choca e escandaliza. É-me devida uma reparação, a que tenho inteiro jus; não me cabe pedir ou requerer seja o que for. Uma nova nomeação significaria reconhecer como válida a minha demissão, o que é inconcebível. Declaro apenas que não aceitarei nem um tostão dos quatro anos de vencimento que me seriam devidos: na conjuntura presente é o mínimo dos preitos que posso prestar ao esforço de reconstrução da Pátria.

2.° Mas uma vez reintegrado, põe-se o problema de resolver o posto a ocupar. Afigura-se-me difícil trabalhar frutuosamente nas antigas escolas, eivadas de vícios e com pessoal de formação nem sempre

consentânea com a renovação desejada. Atrai-me muito mais ir trabalhar para uma instituição nova, que se monte segundo princípios novos e gente seleccionada. Solução: a transferência, que me parece não suscitar quaisquer problemas.

3.º Não lhe escondo todavia a minha inquietação pelo pulular de universidades, escolas e postos. Penso que a nossa acção deve inserir-se num plano global de reorganização, e que há que fundir antigas escolas para crear outras diferentes — chamemos-lhes Faculdades, Institutos ou Áreas. Expus as minhas ideias num livrinho que deveria ter saído em Fevereiro mas parece que só agora veio a lume (e que ainda nem sequer vi), *Um Rumo para a Educação*. Vou dar indicação para lho enviarem. Abordei de novo o tema num artigo no jornal *República* de 5 de Junho corrente. Pois sem isso a confusão será inextricável e não conseguiremos eficácia. O Eduardo Correia convidara-me para a nova Faculdade de Economia de Coimbra, o Ário de Azevedo para o Instituto de Évora, os estudantes do ISCSPU pediram-me, depois de 25 de Abril, para voltar para lá, depois veio a sua carta, e ao regressar de Paris encontro uma no mesmo sentido da Faculdade de Letras.

4.º Para sairmos deste imbróglio, julgo que convém recensear as pessoas capazes com que é possível contar para preencher lugares nas velhas escolas (passado o espanejador, claro) e para encetar a construção de novos centros de investigação e ensino. Tanto os que estão em Portugal como os que andam pelo estrangeiro, e até brasileiros demitidos e válidos (há uns tantos que nos poderão ser muito úteis). Só com base em tal recenseamento poderemos determinar quais os grupos ou núcleos de trabalho a constituir desde já e a pôr em andamento.

5.º Apesar dessa precaução, é natural que ainda fiquem dispersos por escolas ou áreas ou faculdades diferentes pessoas que conviria trabalhassem em comum, ou pelo menos conjugadamente. Penso que neste ponto a nova Universidade pode desempenhar um papel decisivo, se nela funcionarem centros de pesquisa onde esses elementos se aglutinem. Um exemplo: haverá professores e assistentes de História Económica no Instituto Superior de Ciências Económicas, na Faculdade de Economia de Coimbra, no Instituto de Ciências do Trabalho, em Faculdades de Letras: assim dispersos, não disporão do material e meios de trabalho indispensáveis, nem poderão dividir tarefas, planear, dirigir investigações por estagiários de pesquisas e pesquisadores, etc.; ora se na Nova Universidade houver um centro de História Económica, aí se poderão concentrar os meios materiais e de pessoal

especializado e aí se encontrará o lugar geométrico de todos esses ensinos e actividades.

6.º Concordo, de maneira geral, com os princípios norteadores da Nova Universidade — aberta, viva, maleável, interdisciplinar (de facto, e não no papel!), ligada aos problemas nacionais, interligando pesquisa e ensino (ou antes, trabalho de seminário, laboratório, sessões de estudo, etc.). Acho particularmente importante começar por onde se pretende começar: os altos estudos após-licenciatura para preparação de quadros e os núcleos de investigações (segundo uma ideia que lancei já há anos em relatório para a Gulbenkian e que esta não aproveitou, quanto às ciências humanas). E a pouco e pouco ascender para montante, para os primeiros anos. De início, algo como a École des Hautes Études de Paris na sua 6.ª Secção (a que conheço).

7.º A divisão em áreas e departamentos tem, como todas as divisões, bom e mau; trata-se de questão secundária, aliás (o espírito que informa é que é tudo). Julguei perceber uma certa hesitação quanto a uma área única de ciências humanas e ciências sociais ou ao seu desdobramento; pendo para a unidade, mas convém esclarecer. Já quanto à divisão dessa área em departamentos serei muito mais reservado; vejo na que é proposta um tanto ou quanto de obsoleto, e considero que valerá a pena reconsiderar a questão, de modo sobretudo a garantir uma alta flexibilidade e «agulhas múltiplas». No meu livrinho vêm propostas que talvez não sejam inúteis.

8.º Quanto aos programas de cursos de após-graduação (expressão anglo-saxónia com que não simpatizo) e especialização e programas de investigação por onde abrir o fogo, considero importante partir, por um lado, do recenseamento das pessoas com que poderemos contar, e por outro da urgência dos temas e da facilidade de obter os meios de trabalho para os atacar. Certas propostas parecem-me demasiado vagas — por exemplo, «Estudos Urbanos» ou «Modernismo em Portugal e no Brasil», quanto aos cursos; «Núcleo de Estudos do Desenvolvimento» ou «Núcleo de Estudos de Economia Aplicada», quanto às investigações. Haverá talvez que ir para temas como «Mão-de-obra e emigração» (com historiadores, geógrafos, sociólogos, psicólogos, médicos, pessoal administrativo, assistentes sociais, professores primários a trabalhar no País e no estrangeiro), «A industrialização, factor de desenvolvimento ou factor de manutenção do subdesenvolvimento» — ou qual o tipo de modernização económica válido para o nosso país? (tema excepcionalmente importante), ou ainda «A evo-

lução da circulação interna, os desequilíbrios regionais e os planos de redes rodoviária e ferroviária», etc. Também este problema dos temas de cursos e de pesquisas por onde arrancar se me afigura merecer atento exame e discussão.

9.º Aproveito para indicar que não partilho o entusiasmo dos considerandos do Plano e Programas sobre as vantagens e eficiência da Economia Aplicada. Sou um entusiasta dos estudos económicos, sobretudo feitos em perspectiva longa, e da sua aplicação à política e actividades nacionais e internacionais. Mas basta ver a impotência de todos os governos e numerosíssimas comissões de especialistas perante a subida galopante dos preços, ou a sua incapacidade em reformarem o sistema monetário internacional (no entanto bem doente) para compreendermos que não é a Economia Aplicada o equivalente do leque dos antibióticos, antes há que inseri-la numa visão teórica aprofundada e numa acção colectiva lúcida e firme para servir de alguma cousa — implicando opções políticas que é melhor não escamotear.

10.º Entre os temas em torno dos quais constituir núcleos de pesquisa a pôr rapidamente a trabalhar incluo o estudo rigoroso e aprofundado da política colonial e ultramarina portuguesa desde fim do século XIX.

11.º Sem ignorar a importância do estudo das Línguas e Culturas Modernas, pergunto-me se não seria um dos sectores que mais fácil e eficazmente se poderiam desenvolver nas Faculdades de Letras existentes, e se não seria do maior interesse para nós implantar e ir alargando o estudo das culturas e civilizaçãoes africanas, islâmicas e asiáticas, bem como da América Latina (aqui recorrendo a brasileiros e chilenos disponíveis, que os há excelentes).

Estarei em fins do mês ou primeiros dias de Julho em Lisboa, embora tenha de voltar a Clermont em fins de Setembro. Penso que nessa altura poderemos falar demoradamente (embora sem lhe fazer perder tempo). Chegando a acordo quanto ao fundamental, e não vejo nada a obstar a que cheguemos, poderei começar logo a trabalhar, mesmo que a reintegração ainda não esteja efectuada. Espero que este atraso até lá, que me é impossível evitar, nada prejudique — devagar se vai ao longe, se soubermos encontrar o bom ritmo do motor.

Quanto ao meu currículo, só será necessário para fundamentar o vosso pedido da minha transferência para a Nova Universidade (caso assim o entendamos), não tem qualquer razão de ser para a reintegração que a deve preceder.

Aceite, prezado Colega, os meus melhores cumprimentos, com os votos para o êxito da Nova Universidade.

Vitorino Magalhães Godinho

6.12 — O aventureirismo que campeia em Portugal

O historiador português Vitorino Magalhãaes Godinho advogou, no Funchal, que do primeiro Colóquio Internacional sobre História da Madeira, que está a decorrer, se criem quadros institucionais para uma investigação permanente, séria, rigorosa e científica.

Aquele professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa considerou fundamental a creação de quadros institucionais para a investigação científica. Quadros que funcionem seriamente, «sem o aventureirismo fácil que campeia em Portugal».

Acrescentou que se deve também evitar «a investigação por amor à arte, que ainda hoje é possível, mas já não dá o rendimento necessário». Por isso, reafirmou, «é indispensável a existência de quadros institucionais que não sejam burocráticos, mas apoios, meios onde o cientista se move, onde ele forma uma unidade científica que permite a crítica recíproca e o conhecimento das novidades».

Por outro lado, aquele historiador considerou importante que este primeiro colóquio contribua para o estudo do que foram a Madeira e os Madeirenses, as suas relações, quer com Portugal quer com todo o mundo atlântico, para uma clara definição do futuro do arquipélago, dentro do quadro português, «com a sua autonomia, que é incontestada, mas com uma capacidade de realização original».

«Ora isso não se pode fazer sem investigação histórica», salientou o Professor, referindo: «Estamos, neste momento, a assistir ao espectáculo lamentável — mas, normalmente, os políticos portugueses são ignaros — de se estudar definições para a divisão administrativa de Por-

tugal, em que não entra um único historiador, um único sociólogo, um único antropólogo.»

Afirmou Magalhães Godinho que esta situação significa que «se desconhecem as realidades de base, aquelas que interessam ao historiador, ou seja os homens, a terra, a vivência específica que só pode ser compreendida na espessura dos tempos, na globalidade dos aspectos sociais, políticos, culturais, económicos, sem privilegiar nenhum deles».

Defendeu aquele historiador a definição dos problemas da investigação, apontando o próprio elenco das comunicações proferidas neste colóquio como, «de facto, se trata ainda de um primeiro encontro, algo casual, como os barcos que no século XVI abrigavam pela força dos ventos, vindos de vários lados, à mesma ilha».

«Não há, pois, uma definição da problemática própria das realidades madeirenses em toda a sua espessura cultural, na sua interpretação histórica, que é sempre global, e essa é a primeira cousa que se tem de fazer» — recomendou Magalhães Godinho.

Propôs também a definição de uma metodologia «rigorosa que estabeleça que a História, como a Geografia, a Sociologia, entre outras, são ciências humanas e não apenas ideologias, factores ao sabor dos interesses partidários ou de grupos económicos».

Afirmou que terá de haver «um esforço conjunto para atacar esses problemas, o mesmo que tem de ser feito a nível nacional».

«Em Portugal, não há praticamente investigação científica, não há creação cultural, não há instituições de cultura e de investigação científica a funcionar, não há grandes centros de história, geografia ou sociologia» — disse.

Adiantou que, «neste deserto, é muito difícil aos investigadores darem a sua contribuição, enquanto a classe política continua impávida e serena a saber de tudo e a resolver tudo. Espera-se sobretudo que, para bem de Portugal, resolvam os casos dos jogadores de futebol».

Aliás, este historiador afirmou ironicamente à Anop: «Sabe, eu quereria primeiro que houvesse uma Universidade em Lisboa, que não há. Existem apenas institutos de instrução primária, onde se cometem erros de ortografia extremamente grosseiros e onde vagamente se dão aulas que não servem para nada.»

Disse que «é preferível começar modestamente com grupos de trabalho que se apoiem em centros, que venham a ser criados», sublinhando ser partidário de «um grande Centro Nacional de História Eco-

nómica e Social, como de História Cultural, que tenha ramificações em vários pontos do País, e onde se trabalhasse em conjunto».

Vitorino Magalhães Godinho considerou «escandaloso, algo que atraiçoa toda a memória de um Jaime Cortesão, de um Duarte Leite, e de tantos outros, que não haja um Centro de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa».

Nesta perspectiva, defendeu que «há que formar pessoas competentes para a investigação e acção e não ter a preocupação de formar logo professores», embora reconhecendo existir «uma parte pedagógica e didáctica importante».

Considerou que Portugal é hoje «talvez o país europeu com maior número de Universidades, o que é um escândalo, porque os professores só lá estão transitoriamente, à procura de melhores lugares em Universidades mais rentáveis».

Prosseguindo, afirmou: «Temos de acabar com esta situação, eu diria que inicialmente há que suprimir várias das Universidades e crear escolas que sirvam para alguma cousa.»

Criticou que actualmente se teime que os licenciados em História, como os licenciados pelas outras Faculdades de Letras ou de Ciências Humanas, «tenham como única carreira o professorado».

«Isso é completamente errado, porque não devem existir cursos específicos de formação de professores. Isso é um dos piores crimes contra a cultura» — disse peremptório.

Magalhães Godinho considerou que «tem de haver cursos gerais, e os licenciados em História, tal como acontece em França, devem ser colocados essencialmente nos centros de planeamento regional e local, nas grandes áreas de estudo, nas actividades económicas, à frente das empresas».

«Magalhães Godinho critica na Madeira aventureirismo que campeia em Portugal», em *O Século*, de 31 de Julho de 1986.

6.13 — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

(Projecto de objectivos, meios, linhas de organização)

1 — A Universidade é essencialmente um lugar de investigação científica e creação cultural, onde se aprofunda e consolida a identidade nacional no diálogo das civilizações.

2 — À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas incumbe alta responsabilidade nessa dupla missão de abertura universalizante e de enraizamento nacional. Define-se a sua matriz pelos vectores do espírito científico (problematizador e crítico, indagador e demonstrativo por persuasão racional), da tecnologia inserida na ciência e ao serviço da dignidade dos homens, da elaboração artística e do acesso reflectido às artes e letras, da maneira de pensar histórica, da reflexão filosófica. Cabe-lhe desenvolver no seu campo as actividades científicas e culturais fundamentais, a fim de assentar a cidadania e a construção de uma pátria no contexto mundial de hoje e amanhã, com sentido humanista; as especializações e formações específicas profissionalizantes virão na sequência lógica, mas o papel desta escola está ligado sobretudo à preparação fundamental que proporcione a adaptação operacional a um mundo em mutação permanente e que exige não só dos quadros responsáveis mas até do maior número a rapidez de movimentos na polivalência do saber fazer.

3 — Porque orientada para a lúcida definição do que este país foi, é e quer ser (na variedade das suas famílias espirituais e metas entre as quais optar), congrega as maneiras essenciais de pensar o que é humano e o que é português, dos ângulos pois da geografia humana e morfologia social, da demografia, da linguística, da economia, da sociologia e antropologia social e cultural, da história, da análise literária e artística, da reflexão metodológica e teórica. Não se trata de mera justaposição, mas de interligação e jogo de permutas incessantes, sem apagar a especificidade de sistemas de conhecimentos ou actividades.

4 — Traçadas estas linhas orientadoras, as funções a desempenhar formulam-se basilarmente nos seguintes tópicos:

4.1 — A investigação científica nos eixos problemáticos e campos temáticos, e segundo as maneiras de pensar acima referidas, quer com vista ao desenvolvimento das próprias ciências e formas culturais, quer para formular os grandes problemas nacionais e desbravar os caminhos das soluções possíveis de acordo com as aspirações colectivas.

4.2 — Assim, plurianualmente a Faculdade elaborará um programa de pesquisas multidisciplinares e interdisciplinares visando questões capitais destas terras e gentes portuguesas, de modo a constituir *dossiers* a apresentar, uma vez concluídos ou sempre que renovados, aos serviços competentes e à opinião pública.

4.3 — A creação cultural nas suas várias modalidades, na medida em que se integram na matriz definida em 2, e de maneira a abranger os sucessivos andares ou níveis, desde o local e o regional ao nacional e ao universal.

4.4 — A preparação de formas e quadros de intervenção nos vários escalões, no respeito da pluralidade, com isenção política mas em obediência às grandes finalidades culturais, isto é, de desenvolvimento da pessoa humana e das colectividades.

5 — Em relação aos tópicos apontados, convém precisar e desenvolver:

5.1 — Detectar as opções essenciais do nosso tempo e tentar definir as finalidades supremas nacionais e mundiais, preparando ou colaborando na preparação de projectos globais que harmonizem a fidelidade ao legado recebido, no que tem de vivo e vivificador, com o imperativo de transformação no rumo da civilização da dignidade.

5.2 — Planeamento global, caminhando no sentido do planeamento integrado, desde logo no próprio campo estrito do económico (que não pode considerar como exógenas as relações sociais, a mentalidade, etc.).

5.3 — Planeamento e organização regional.

5.4 — Organização e programação das actividades locais.

5.5 — Planeamento e organização dos macro-sectores de actividades públicas e privadas (sistema de saúde, sistema educacional, património nacional, turismo, emprego e desemprego, etc.).

5.6 — Políticas e formas de intervenção quanto ao legado cultural, quer no âmbito nacional, quer no internacional, ou nos níveis regional e local, com inserção no movimento universalizante das civilizações.

5.7 — Nomeadamente, colaboração com agrónomos, economistas e geógrafos na preservação da paisagem rural, quanto a valores fundamentais; orientar a indispensável modernização técnica e de produtividade, mudança de culturas ou sua inserção sem colidir com os traços ambientais de conjunto.

5.8 — Do mesmo modo, colaborar com urbanistas e arquitectos no arranjo das paisagens urbanas de modo a defender as obras ou complexos culturais significativos e a preservar os valores axiais que vale a pena manter.

5.9 — Apoio às comunidades de emigração portuguesa, contribuição para assegurar a presença portuguesa noutros países; em interacção, de modo a receber os contributos de outras civilizações e culturas.

5.10 — Preparação dos quadros de intervenção e acção cultural, económica, social e outras, necessários à transformação presente da sociedade portuguesa e seu regular funcionamento como sociedade moderna. Incluímos aqui a formação de quadros destinados às empresas e às instituições e organismoa vários.

6 — A Faculdade não deve ter como missão única, nem sequer principal, a formação de docentes. A base da função docente é a sólida formação científica, igual ou equivalente à das outras profissões e carreiras. Terminada a licenciatura, o leque das opções profissionais deve manter-se inteiramente aberto. O professorado não pode estar, por uma formação em vaso fechado, cortado das restantes actividades sociais, públicas e privadas. É de incentivar a circulação de docentes entre os diferentes graus de ensino, e também entre o ensino e demais sectores da vida nacional, numa colaboração constante.

6.1 — Deve a Faculdade contribuir para repensar permanentemente os diferentes graus e modalidades de ensino, e o sistema educacional na sua globalidade; cabe-lhe em especial marcar o novo lugar que nele devem ocupar as ciências sociais e humanas, a creação literária e artística, a cultura humanística (moldada pela atitude científica).

6.2 — Para a formação profissional de professores (após-licenciatura) a Faculdade proporcionará ensinos de Sociologia da Educação, História das ideias pedagógicas e instituições educacionais, Organização do sistema educacional, etc.

7 — Na formação de quadros prevista em 5.10 incluem-se os que se destinam a museus, bibliotecas, arquivos, filmotecas e organismos ligados ao legado cultural. Deve articular-se uma colaboração perma-

nente com o Museu Nacional de Arte, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto do Património (sítios, complexos e obras culturais), o Museu de Etnologia — vértices desse fundo que as gerações nos legaram para viver o presente e edificar o futuro, nichos privilegiados da memória da nação.

8 — Para após-licenciatura, devem prever-se e organizar-se: 1) especializações em áreas vocacionais (como instituições culturais; sistemas organizacionais; gestão de empresas; gestão de recursos, etc.); 2) mestrados de preparação voltada essencialmente para a investigação; 3) seminários (de preferência livres) para desenvolvimento de maneiras de pensar e de temas com larga projecção nos meios universitários e do público em geral.

9 — A Faculdade organiza as suas actividades constelando-as em torno de um certo número de pólos, cada um dos quais centra uma área. A área é pois uma unidade organizacional de investigação científica, creação cultural e acção docente e formativa, cobrindo um feixe problemático e um campo temático (de problemas, temas, maneiras de pensar e operatórias interconexos), graças a uma abordagem sistemática ou pluriangular.

10 — Como áreas de organização propõem-se as seguintes (mais a título exemplificativo do que como elenco imperativo):

A) Sociologia e Antropologia Social e Cultural:

- *a*) Sociologia;
- *b*) Sociedades e culturas da Península Ibérica;
- *c*) Antropologia social e cultural;

B) Economias, Sociedades, Civilizações (História);

C) Linguística e Comunicação Social:

- *a*) Linguística;
- *b*) Comunicação Social;

D) Geografia e Acomodação do Território;

E) Culturas e Línguas Modernas;

F) Artes:

- *a*) História das Artes Visuais;
- *b*) Musicologia;

G) Pensamento Filosófico;

H) Interculturalidade (Civilizações da América Latina, Africanas, da Índia, China, Japão e Insulíndia).

11 — Cada área dispõe do pessoal docente que assegure os ensinos de que se incumbe e de núcleos de investigadores que, além de apoiarem os diferentes ensinos, estão ligados à função científica e de creação cultural da Faculdade e ao serviço à comunidade.

11.1 — Junto de uma área pode funcionar um ou mais centros de investigação. Esses centros podem estar também ligados a outras áreas ou mesmo Faculdades ou Institutos de Universidade. A área pode ainda entrar na composição e actividades de centros de investigação nacionais ou institutos com as mesmas características.

12 — A área pode dividir-se em departamentos ou constituir-se por reunião de departamentos, com graus de autonomia variável.

13 — A área ou departamento pode constituir com outra ou outras áreas e/ou departamentos formas de colaboração diversificadas, quer quanto a projectos de investigação, quer quanto a cursos de licenciatura, especializações, mestrados, seminários. Eventualmente, tal colaboração poderá institucionalizar-se sob a forma de grupo ou núcleo.

13.1 — A título exemplificativo, seriam de admitir:

História das ideias e maneiras de pensar (ideias políticas, sociais, religiosas, económicas, estéticas, morais, jurídicas, filosóficas, etc.).
Problemas do mundo de hoje.
Problemas de Portugal (análise histórico-estrutural).
Teoria e métodos das Ciências Humanas.

14 — Os cursos de licenciatura são, uns, da atribuição e responsabilidade da área ou departamento cujo feixe problemático e campo temático melhor cubra o respectivo currículo e finalidades; outros, resultam da colaboração e responsabilidade comum entre áreas e/ou departamentos. Cada área ou departamento não se define pelo curso ou cursos que ministra, nem esgota as suas actividades em ministrar cursos.

15 — Embora cabendo às áreas ou departamentos a iniciativa de lançamento de cursos e a sua realização de acordo com outras áreas e departamentos, dentro de fins consensuais, impõe-se que o conjunto dos cursos ministrados na Faculdade seja harmoniosamente planeado, de modo a corresponder à missão e metas fundamentais da instituição.

16 — São de considerar dois tipos de cursos: *a*) unicurriculares (por exemplo, História, Geografia, Cultura e Língua Alemã, etc.);

b) pluricurriculares, compostos por um tronco comum seguido de ramificações (por exemplo: Ciências Sociais, ramificando-se em Sociologia, Antropologia Cultural e Social, História, etc.; ou História, com ramos de História da Arte, Economia e Sociologia Históricas, Psicologia Social Retrospectiva e Sociologia das Mentalidades, etc.).

17 — Recomenda-se a adopção de cursos do tipo tronco comum — ramificações, não só pelo melhor aproveitamento de recursos escassos (docentes, particularmente, mas também biblioteca, meios audiovisuais), mas também em razão da interdisciplinaridade ou pluridisciplinaridade ela própria, porquanto assegura uma formação de maior plasticidade e é mais consentânea com os problemas que o mundo de hoje, e em particular o nosso país, enfrenta. Além disso, o tronco comum à partida permite aos estudantes escolherem mais conscientemente o curso para que estão vocacionados, e aos docentes aconselharem-lhes as vias mais adequadas às características pessoais. Por isso convém que as áreas e departamentos estudem as possibilidades de tais cursos e se lancem na sua instituição.

18 — O tronco comum pode manter-se de princípio ao termo do curso, mas alargando nos dois últimos anos o leque das opções.

19 — Recomenda-se vivamente, quanto ao último ano de cada curso, seja ele qual for, a obrigatoriedade de elaboração e discussão de um trabalho de pesquisa, ligado a uma das disciplinas ministradas ou, se fora delas, sempre que possível apoiado num seminário. Tal trabalho pode também relacionar-se com o estágio numa empresa ou instituição, sobretudo nas especializações; sem que todavia se reduza a mero relatório de estágio, tem de revestir-se de carácter científico.

20 — Os mestrados devem ser aliviados (excessiva carga de cursos tipo licenciatura); há que transformá-los em seminários de formação de investigadores, formação apoiada em sólida base metodológica e de técnicas de pesquisa, bem como de amplo desenvolvimento teórico. Entende-se preferível que partam de um bloco de alicerces comuns, desdobrando-se seguidamente em variantes, mas não muito numerosas, de modo que se dê o encontro e o diálogo constante de formações diversificadas. Impõe-se a realização de acordos graças aos quais tais séries de sessões de trabalho beneficiem ao longo de todo o ano sucessivamente da presença de professores e investigadores de outras escolas e centros, nacionais e estrangeiros.

21 — Cada área ou departamento deve ter em funcionamento seminários de formação dos próprios quadros e de preparação dos cur-

sos abertos a elementos de outras áreas, departamentos e até escolas ou centros. Além de reuniões quinzenais, pelo menos mensais, de carácter científico-pedagógico dos encarregados dos cursos ou dos docentes de cada ano do tronco comum.

22 — Uma das maiores dificuldades dos cursos universitários reside no nível e natureza da preparação com que entram os aprovados no 12.° ano. O ensino superior só poderá situar-se verdadeiramente em nível superior se o 12.° ano for reformulado, quer incluindo disciplinas de formação de base indispensáveis, quer formando os futuros universitários no manejo da ferramenta mental com que terão de lidar, e ainda oferecendo-lhes um leque de disciplinas e actividades que lhes dêem ensejo a escolher com um mínimo de consciência a sua via. Para tal impõe-se que os docentes universitários colaborem no planeamento, programação e até funcionamento do 12.° ano, e tenham de facto uma palavra a dizer quanto aos seus futuros estudantes.

23 — A construção da Faculdade que pretendemos e o País tem o direito de exigir e a realização das missões que lhe incumbem impõem prioritariamente a formação do seu próprio pessoal docente e investigador. Não podemos continuar a abrir a contratação no início do próprio ano escolar, e a confiar o ensino a quem não dispôs sequer de alguns meses para o preparar. Em princípio, os recém-licenciados devem assistir às sessões de trabalho (teóricas, práticas ou teórico-práticas), seguir seminários, poder estudar, frequentar bibliotecas e arquivos, participar em pesquisa no terreno, auxiliar os docentes, mas não ver-se confiada a docência, e isto durante um ano; a sua participação na docência deve ser limitada e fortemente apoiada. É preferível a Faculdade todavia recrutar jovens licenciados e formá-los como investigadores e docentes do que andar a roubar elementos de outras escolas (por transferências, destacamentos, etc.); mas em caso de recorrer a esta forma de recrutamentos deve poder fazê-lo com a antecedência indispensável à sólida preparação dos cursos.

24 — O recrutado não pode considerar que, por esse facto, adquiriu direitos imprescritíveis a um lugar na escola; a escola tem de poder seleccionar o seu corpo docente, havendo naturalmente um desperdício na escolha. Mas quer para poder escolher fundamentadamente quer para dispor de corpo docente satisfazendo aos requisitos de qualidade e eficiência, há que estabelecer imediatamente um quadro de pessoal que obedeça a uns quantos requisitos: *a*) os lugares por categoria devem ser atribuídos globalmente à área, departamento ou secção, in-

dependentemente da regência de cadeira determinada; b) os quadros não devem tapar os acessos à promoção dos que começarem a carreira ou ainda estiverem em etapes intermédias; *c*) o número de lugares por categoria deve ser tal que assegure que os que começam ou os que estão em situações intermédias ficarão devidamente enquadrados, beneficiando de orientação e apoio científico-pedagógico; *d*) o número de lugares de catedrático não deve ser inferior a cinco por departamento ou secção; *e*) o preenchimento dos lugares, qualquer que seja a categoria, só deve efectuar-se quando houver concorrentes com a necessária competência e satisfazendo os requisitos da missão científico--pedagógica que lhe caberá desempenhar.

25 — Os doutoramentos, como provas que são de capacidade de investigação científica e creação cultural, consistem essencialmente na apresentação e discussão de um trabalho de certo fôlego e de outro, suplementar ou complementar, sendo de preterir as provas complementares ditas sobre cadeiras afins. Em qualquer dos casos, nenhuma lista deve limitar previamente as possibilidades de combinação de eixos problemáticos, campos temáticos, perspectivas metodológicas. Por isso, para os doutoramentos devem apenas definir-se grandes círculos científicos e culturais, quer dentro de cada área ou departamento, quer inter-áreas ou departamentos. Do mesmo modo, os concursos para docência; tem de admitir-se que em campos diferentes se incluam disciplinas ou círculos temáticos repetidos; o concurso nunca deverá dirigir-se a um grupo de disciplinas demarcado de uma vez para sempre; sublinhe-se ainda aqui o interesse da interdisciplinaridade e de manter a abertura à renovação incessante da creação científica.

26 — Cada área ou departamento deve ter um órgão mínimo de administração própria e dispor de uma biblioteca especializada.

27 — A Faculdade, pelas suas áreas e departamentos, deve ser chamada a colaborar na atribuição de bolsas e nos planos de investigação de centros, institutos e outros organismos dependentes do INIC, Secretaria de Estado da Cultura, etc., e deve ser ouvida quanto às acções a realizar nos quadros dos convénios culturais.

28 — Devem ser postas à disposição da Faculdade, pelos serviços oficiais competentes, bolsas de estudo para serem atribuídas através do conselho científico e segundo o plano científico da Faculdade a docentes, doutorandos e outros que preparem trabalhos de investigação (por exemplo teses de licenciaturas e mestrados).

29 — Com as outras escolas superiores deve a Faculdade preparar

a coordenação e se possível planeamento de actividades à escala nacional, evitando duplicações, garantindo o melhor emprego dos meios humanos e materiais, de modo que fique assegurado o tratamento dos problemas prioritários dos pontos de vista científico e nacional.

30 — A Faculdade deve cotejar a sua experiência com a de instituições estrangeiras e manter com elas um diálogo colaborante, intensificando as permutas de toda a ordem (incluindo o intercâmbio de professores), de modo a enriquecermo-nos com a contribuição alheia e a situarmo-nos no plano universal.

31 — Dada a vocação e a missão assim orientadas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, entende-se que deve ser revogada a legislação que a identifica às Faculdades de Letras, e ser definida a sua especificidade.

32 — Repensando-se e organizando-se enquanto instituição colectivamente considerada, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, por aqueles que a compõem, visa a entretecer os seus laços de modo a afirmar-se plenamente como comunidade científica nacional, dentro do espírito universalista que, respeitando a identidade portuguesa, é dela uma constante e a insere numa civilização da dignidade do homem e dos homens.

Vitorino Magalhães Godinho

1982-1987

6.14 — Exposição Universal de Sevilha 1992

(Participação portuguesa)

1 — Concordamos com as linhas gerais do documento apresentado pelo comissário em 2 de Fevereiro de 1988. Julgamos útil precisar melhor alguns pontos e alargar algumas perspectivas. Passaremos depois à apresentação de alguns programas de realização desse projecto.

2 — Grandes áreas temáticas e feixes problemáticos:

1) Portugal: bilhete de identidade. A memória de um povo sem fronteiras.

Não basta, nem interessa repetir lugares-comuns, ou apenas divulgar o já sabido e tantas vezes dito. É indispensável partir de uma investigação aprofundada e reflexão crítica e inovadora — está em constituição um grupo para um projecto de investigação «Portugal e os Portugueses — análise histórico-estrutural», que poderá vir a dar apoio não dispiciendo. Permitimo-nos remeter para o nosso artigo no jornal mensal *ABC Portugal*, n.º 3, Março 1988, bem como para o plano do Centro de Cultura e História de Portugal do IPED — Projecto Universidade Aberta.

2) Presença da Europa em Portugal. Contribuição de Portugal para a estruturação da Europa e formação da consciência europeia.

Tópico ainda não estudado, mas em que é indispensável pegar, numa construção a partir das fontes (de todas as obras culturais, incluindo a paisagem). Salientar o papel dos Descobrimentos nessa génese em devir da Europa.

3) Os Descobrimentos, a construção do espaço à escala do globo e a creação da humanidade. O humanismo universalizante. As marcas portuguesas através do mundo e as marcas das outras civilizações em Portugal.

Como os Portugueses contribuíram para construir as imagens das civilizações e sociedades outras, e para moldar os seus destinos.

4) A língua portuguesa e a sua difusão através do mundo, depois de marcar todo o Ocidente peninsular.

5) Portugal entre o legado recebido e a prospectiva. As inquietações do presente, os rumos do porvir, numa construção de valores de uma civilização da dignidade e universalidade. A nação possível no mundo de hoje, e o seu papel na preservação das diferenças, no combate à homogeneização mercantilizada, a não confundir com universalismo do humano.

3 — Para realizar de maneira válida qualquer programa sério há que começar inescapavelmente pela formação de investigadores e creadores de cultura. Não dispomos de gente minimamente habilitada para as tarefas que se impõem, nem está a ser preparada. Qualquer que seja o tempo que isso demore, é etape que não pode de modo algum saltar-se, nem podemos escamotear a carência presente.

Com os investigadores e creadores que há podem encetar-se algumas tarefas, e estas irão sendo alargadas à medida que se formarem

novos elementos. Mas tais tarefas não podem limitar-se a utilizar materiais já carreados, nem a sínteses, que seriam improvisações, de resultados adquiridos. Há que começar a edificar a partir dos alicerces, com imaginação crítica, solidez operatória e interpretativa. É ao Centro Português de História dos Descobrimentos e da Expansão, que ao INIC cabe crear, que, afigura-se-nos, deve incumbir a formação de quadros, o inventário e análise das fontes e sua preparação para a investigação e elaboração científica, o planeamento das investigações, cursos de formação e aprofundamento e publicações científicas, o estabelecimento de critérios de publicações, cursos e divulgação, o exame crítico das publicações de fontes e dos estudos existentes.

Devem todavia aproveitar-se trabalhos acumulados pelas grandes gerações de eruditos e historiadores dos séculos XIX e XX, reunindo--os em colectâneas sistemáticas (por temas e problemas) de modo a formarem estudos que hoje nos faltam e continuam a ser válidos; completados com anotação e sólidas introduções e análise cartográfica, se necessária. Por exemplo, com base em H. Lopes de Mendonça, Quirino da Fonseca e outros uma obra sobre «Construção naval e navios».

4 — Convém acordar uma colaboração franca e eficiente entre esse Centro Português, a Comissão Europeia para a História da Expansão, a Comissão Nacional para o Quinto Centenário (Espanha), bem como com o Comissariado Português para a Exposição de Sevilha, embora esta tenha a sua especificidade.

5 — São de extrema importância as séries de vídeo e as sessões de televisão que venham a organizar-se. Pensamos que tal conjunto ganhará em se apoiar no IPED — Projecto Universidade Aberta, que dispõe de equipes pedagógicas para a acção cultural a distância. Infelizmente o Centro de Cultura e História de Portugal dessa instituição não conta com os investigadores e creadores culturais necessários, que há que formar com rigor e seriedade, e não tem realizado a obra que estava programada (por obstáculos que lhe são alheios), e que, se o tivesse sido, forneceria já uma boa base. E entretanto foi extinto. A televisão enferma de vícios — insanáveis? — de produção — a série «Portugal sem fim» é um exemplo de incompetência com lamentável dispêndio; tem de aceitar submeter-se ao veredicto competente, e passar a preparar as suas realizações com solidez.

As séries a realizar (compostas de sessões de 25 a 30 minutos) deverão constituir conjuntos de três a seis sessões, abordando os grandes

temas indicados em 1. Devem, pelo menos em certos casos, ser acompanhados de opúsculos com texto, imagens, mapas, diagramas.

6 — Passemos a algumas sugestões de colecções de obras a publicar:

1) Sociedades e civilizações do mundo nos séculos XV-XVII — a revelação portuguesa.

É uma das áreas fundamentais da contribuição portuguesa, que deu origem a uma rica e preciosa literatura (mesmo se muita permaneceu manuscrita). Mas discordamos da edição das fontes quer crítica quer actualizada e tornada de acesso simples. Seria trabalho insano e em pura perda modernizar a ortografia, pontuar as frases, passar às formas actuais das palavras e da sintaxe: nem por isso as obras se tornariam suficientemente atraentes para um público largo, como devem ser. Entendemos preferível escolher uns tantos temas gerais, e cada um ser exposto por um ou dois historiadores competentes, com base nos textos e iconografia coevos; exposições ordenadas, mostrando as estruturas fundamentais mas também as grandes transformações que se forem operando: assim dar-se-ão as características basilares de cada povo, o povoamento, a geografia humana retrospectiva, a estrutura social (castas, ordens, classes, organização familiar, as aldeias e cidades, etc.), as técnicas e a economia, os poderes e o Estado, a forma de fazer a guerra, as religiões, os costumes e a mentalidade, etc., etc. Principais títulos:

A África atlântica.

Com base em Cadamosto, Zurara, *Esmeraldo*, colectânea Valentim Fernandes, *Rios de Guiné*, de Álvares de Almada, etc.

O Oriente — do Cabo de Boa Esperança aos Léquios.

Com base em Tomé Pires, Duarte Barbosa, cartografia e iconografia da época, etc.

A China vista pelos Portugueses.

Com base em Tomé Pires, na «Enformação de mestre Francisco», Castanheda, Frei Amador Arrais, Frei Gaspar da Cruz...

A Ásia das cidades e caravanas — de Bassorah a Alepo e ao Cairo. de Ormuz a Tabriz.

Com base nos Itinerários de António Tenreiro, de mestre Afonso, da Terra Santa de Frei Pantaleão de Aveiro, Frei Gaspar de São Bernardino e Nicolau de Orta Rebelo. D. Álvaro da Costa, Frei Manuel Godinho.

O Brasil — encontro e creação.

Fernão Cardim, *Grandezas do Brasil*, de Ambrósio F. Brandão, etc.

A Abissínia e o Preste João.

Verdadeira Informação, cronistas, Góis, etc.

2) Viagens.

A descoberta das ilhas e da Guiné.
A exploração e traçado do Atlântico
As viagens de Pêro da Covilhã — conde de Ficalho.
As viagens de Vasco da Gama

Incluindo a Relação de Álvaro Velho, outras relações e relatos de cronistas, documentos relativos, etc.

A viagem de Cabral.

Reunindo toda a documentação que se lhe refere.

O descobrimento e a configuração das rotas no oceano Índico.

Nesta colecção publicam-se as relações de viagens, relatos que as narram, documentos que se lhes referem; com estudo geral, estudos parciais, esclarecimentos, cartografia.

3) O mundo português.

Lisboa no século XVI.

Com base em João Brandão, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Góis, Frei Nicolau de Oliveira, documentos reunidos por Freire de Oliveira e outros.

As cidades portuguesas no mundo.

Iconografia seleccionada; descrições.

Cidades e vilas de Portugal.

Iconografia, vistas aéreas, plantas, descrições, elementos estruturais, fotografias.

Aldeias e campos de Portugal.

Idem.

Portugal nos séculos XV-XVII.
Uma nação sem fronteiras.
Tesouros Artísticos de Portugal, direcção do Prof. Ferreira de Almeida (ed. *Reader's Digest*).

Reedição acrescentada (o editor suprimiu várias entradas) e correcta.

Geografia de Portugal e geografia histórica do mundo português.

4) Obra de síntese sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa.

Não existe nenhuma actualizada que se possa utilizar. Não nos parece que caiba planear uma obra tipo monumental (como a *História da Colonização do Brasil* ou a *História da Expansão Portuguesa no Mundo*). O signatário está a dirigir a preparação de uma obra em três volumes que, acessível ao grande público, se caracterize pelo rigor e pelas novas perspectivas, abrindo a problematização e operando com as metodologias comprovadas e inovadoras. É natural que esteja lançada em 1992.

Quanto a outras iniciativas neste terreno, afigura-se-nos que convirá aguardar a formação de novas gerações de investigadores, isto sem querer reivindicar para nós qualquer privilégio.

Em vez de uma obra de fôlego sintetizando todo esse movimento histórico, poderia pensar-se numa colecção de pequenos livrinhos, como pretendeu (mas não conseguiu ser) a Henriquina. Reservaríamos porém para fase ulterior, pelas razões já apontadas.

Quanto a outras edições, veja-se o parecer-relatório junto sobre o programa de acção da Comissão das Comemorações.

Lisboa, 30 de Março de 1988.

Vitorino Magalhães Godinho

6.15 — Algumas sugestões para um programa de acção para as comemorações dos Descobrimentos

1 — Insistimos em que nada pode arrancar a pleno sem prévia formação de numerosos investigadores e creadores culturais. Portanto, não antes de 1992. Como também requisito prévio que não pode saltar-se é a institucionalização séria e eficiente da pesquisa em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Uma e outra condições não dependem dessa Comissão, mas esta pode incitar as autoridades a creá-las e dar-lhes apoio sob formas várias.

2 — Há no entanto que aproveitar o que existe, e neste sentido propomos as seguintes edições ou reedições:

Luís de Matos — *Les découvertes et l'Europe: l'information en langue latine* (edição em francês, não vale a pena traduzir).

Duarte Pacheco, *Esmeraldo*, edição crítica preparada por Barradas de Carvalho.

Fontoura da Costa, *Às Portas da Índia em 1484*. Com anotação de Ana Isabel Buescu e João Rocha Pinto.

Conde de Ficalho, *Viagens de Pêro da Covilhã* [afinal reeditada, mas...].

Fernando de Oliveira — o conjunto da obra: *Arte da Guerra do Mar; F. O. e a Sua Obra Náutica*, por Henrique Lopes de Mendonça; *Ars Nautica*, esta preparada por Luís de Albuquerque.

Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, nas suas duas versões.

História da Colonização Portuguesa do Brasil. Em formato mais manuseável mas sem perder a qualidade gráfica. Duas apresentações: encadernação e papel de qualidade, encadernação de utilização e papel bom mas mais acessível.

3 — Quanto à constituição de um bloco de obras clássicas que dê uma visão, embora não perfeitamente actualizada, desta gesta mundial dos Portugueses, a tarefa não é fácil. Talvez possamos seleccionar as seguintes:

Jaime Cortesão, *Descobrimentos Portugueses*. A publicar em

três volumes, nem em edição grande formato e luxuosa como a da Arcádia, nem em edição pequeno formato e tão despojada como a de Livros Horizonte. Completada, na devida ordem, com a inserção de outros escritos de Cortesão.

Duarte Leite, *História dos Descobrimentos.* Com reproduções integrais.

Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos.* Com uma ou outra nota de actualização ou correcção.

A. Teixeira da Mota, *Arte de Navegar e Descobrimentos.* Colectânea ordenada e de modo a formar um todo (como realizámos para Duarte Leite). Completará e actualizará assim a de Fontoura, com vantagem de qualidade e de solidez de concepções sobre outras escolhas.

Ch. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire.* No original e em tradução.

V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Em francês, aproveitando a 1.ª edição nessa língua mas completando-a com a 3.ª parte.

J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI.*

A tese de Luís de Matos já acima indicada.

Orlando Ribeiro, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa.* 1962.

Estas obras deveriam sair dos prelos em francês ou inglês (não necessariamente todas na mesma língua) e em castelhano. E reeditadas em português quando necessário (por estarem esgotadas ou em edições pouco acessíveis).

4 — Outro conjunto abordando os diferentes aspectos dos Descobrimentos e Expansão só deverá empreender-se posteriormente (passado 1992), quando dispusermos de novas equipes de investigadores. Implica que esteja em pleno funcionamento o Centro Português de História dos Descobrimentos e da Expansão, e que já conte um bom currículo de actividades.

5 — Uma revista especializada incumbirá logicamente a esse Centro, e pelas razões já aduzidas nunca deverá começar antes de 1992. A revista de grande divulgação também pressupõe esse trabalho prévio de profunda investigação, e deve ser rigorosamente elaborada,

sem ceder a pseudofacilidades; a escolha dos responsáveis tem de ser muito criteriosa e não se inflectir por pressões.

6 — Novos planos de publicações só devem ser elaborados depois de atento exame dos especialistas ao que já foi feito e rigoroso estabelecimento de critérios; quer dizer que não podem começar já. Rejeitamos categoricamente as improvisações e as pressas. A produção para o público deve concentrar-se a partir de 1994. Somos contra «inquéritos à comunidade científica», que é algo que não existe no nosso país e de que entre nós não há sequer clara definição, triunfando o carreirismo, o oportunismo, a incompetência que finge ignorar-se como tal.

7 — Todo este esforço de investigação, creação cultural, divulgação, publicações, deve ser levado a cabo por plêiades formadas na dura disciplina das ciências humanas, com espírito interdisciplinar e multidisciplinar, que saibam problematizar (e não se limitem a escolher «temas», tantas vezes por imitação) e abordar os problemas com o arsenal das operatórias comprovadas e inovadoras. Hoje há maneiras de pensar comuns às ciências humanas, pese embora aos que escrevinham «epistemologias» em vez de investigarem a partir do cerne dos grandes feixes problemáticos e de construírem com rigor e abertura as fontes e os «dados». A sectorialização pode admitir-se em certos casos, mas da parte de quem disponha de sólida preparação e saiba orientar-se nos vastos horizontes, como um Lucien Febvre, um Fernand Braudel, um Pierre Vilar, todos os grandes mestres sempre vivos.

Os Descobrimentos e a Expansão têm de ser vistos como um processo global que põe em causa técnicas, economias, sociedades, civilizações, totalidades e indivíduos, maneiras de sentir, pensar e agir e condutas em situações, pulsões e laços de interdependências. Não podemos considerar o económico desligado dessas totalidades; a história da arte náutica só se compreende inter-relacionada com o económico e o político, as mentalidades e as relações sociais (os círculos social-culturais). E todos os aspectos só podem ser abordados por sucessivas construções das fontes que as insiram na evolução social-cultural, e correlativas construções dos «dados» que ao serem construídos como tais já estão a ser *tratados* (o tratamento de dados não é algo de posterior e que não suponha a sua análise prévia, a acompanhar em todo o percurso a forma de os «tratar»). Só há compreensão-explicação num esforço globalizante (de totalizações parciais, nunca de uma totalização última) ao mesmo tempo analítico, na operatória da lógica das re-

lações que interliga irreversibilidade e repetição (ou re-produção), acontecimentos e estruturas, totalidades e indivíduos, estruturas e processos, na multiplicidade dos espaços-tempos.

8 — Consideramos indispensável a participação de historiadores e outros cientistas das ciências humanas brasileiros nos trabalhos e realizações das Comemorações, e até da Exposição de Sevilha. Lembramos para já os Profs. Carlos Guilherme Mota e Amaral Lapa. Mas será também importante obter a colaboração (e até participação em comissões, etc.) de espanhóis, franceses, ingleses, holandeses, etc. Sobretudo dos colegas espanhóis.

9 — Afigura-se-nos indispensável que, assim como deverá vir a crear-se um Secretariado Executivo, exista também uma Comissão Científica, composta de historiadores, geógrafos e outros cientistas das ciências humanas ligados à temática dos Descobrimentos e do Portugal quatrocentista, quinhentista e seiscentista. Não devem ser designados em representação de instituições, mas pelo seu valor próprio, pelo currículo dos seus trabalhos. A título exemplificativo: Prof. Luís de Matos, Prof. Ferrand de Almeida, Prof. Romero Magalhães, Dr. Luís Felipe Thomaz, Prof. João Marinho dos Santos, etc. Em tal Comissão, porque científica, não entram os administrativos nem os divulgadores; só com extrema prudência serão de admitir cientistas das ciências humanas não estreitamente ligados aos eixos apontados.

10 — A promoção de congressos, colóquios e outras manifestações públicas só deve dar-se a partir de 1992, e não pode aceitar-se que resultem de iniciativas de pessoas que não sejam efectivamente de alto nível, ou de instituições que não tenham tradição na história dos Descobrimentos e Expansão. As improvisações para se adiantar aos outros, mostrar que «não se perdeu o comboio» devem condenar-se sem apelo. É lamentável que uma universidade onde não há um único especialista no campo em causa se lance em tais aventureirismos; ou departamentos que não tenham marcado na investigação e creação cultural nesses eixos. À escolha dos temas deve proceder-se com todo o cuidado e imaginação científica, de modo a representarem realmente marcos na reflexão da comunidade científica e não manifestações gastronómico-mundanas ou amontoados de sessões de palavrório. Seria tacanhez escolher, por exemplo, Bartolomeu Dias para tema de um congresso, e a desproporção manter-se-ia mesmo acrescentanto um «e o seu tempo» abre-te Sésamo. Tais encontros devem resultar de longo e aturado trabalho feito ao longo de anos, e não do encontro oca-

sional de pessoas a quem muitas vezes é a primeira vez que se pede para falarem de tais questões. A Comissão pode e deve chamar a atenção para o despropósito de certas iniciativas e convencer todos os fogosos improvisadores a guardarem para melhor ensejo a sua fogosidade.

11 — Concordamos com o apoio à informatização da bibliografia impressa sobre os Descobrimentos e Expansão proposta pelo Dr. Alfredo Pinheiro Marques.

12 — Quanto à edição em línguas estrangeiras de obras literárias da época dos Descobrimentos e com eles relacionadas, achamos que são de utilizar as traduções castelhanas, francesas e inglesas publicadas nos próprios séculos XVI e XVII. É o caso da *Peregrinação*, como o da *Verdadeira Informação do Preste João*, de Castanheda (liv. I), de Fernão Cardim, do P.e António de Andrade sobre o Tibete, etc. Claro que convém uma revisão atenta e competente, com notas de correcção ou esclarecimento. Deve-se recorrer a investigadores como Paul Teyssier, Stephen Reckert, Jean Subirats. Em certos casos, depois de prévia selecção, promover reedições da Hakluyt Society.

13 — Não são de excluir, sob a égide de eventuais «mecenas», edições de certo luxo, como a de

> Pedro Barreto Resende, *Livro do Estado da Índia Oriental*, 1636-1638.

Obedecendo aos critérios de edições críticas. Neste sentido seria de refazer a

> *Iconografia das Cidades do Ultramar Português*, de Luís Silveira,

em formato manuseável, mas melhorando as reproduções (aumentando o formato das que se considerarem importantes).

14 — A terminar estes apontamentos, sublinhamos uma vez mais que os próximos quatro anos devem consagrar-se sobretudo à preparação rigorosa, bem planeada, com a formação de nova gente realmente habilitada. Ponham-se de banda as manifestaçõezinhas, o espectáculo improvisado. Não podemos competir com os Espanhóis na grandiosidade; sigamos o nosso próprio percurso, pondo acima de tudo a qualidade, o bom gosto, a tensão por um Portugal melhor e por uma efectiva contribuição nossa ao humanismo universalizante.

Lisboa, 30 de Março 1988.

Vitorino Magalhães Godinho

6.16 — Acção educacional e prática cultural

Cabe-me fazer um balanço destas jornadas. Esse balanço pode ser o retomar, passo a passo, de caminhos que foram seguidos; ou talvez, presentemente, tentar problematizar as questões fundamentais, as dificuldades com que deparámos, retraçar os caminhos que foram abertos e aqueles que é preciso abrir; e dizer, também, algumas palavras heterodoxas que tenham o condão de desagradar, umas ao clã de tecnologia, outras ao clã de pedagogia e outras aos diferentes clãs que pensam em termos diversos.

Antes de mais, gostaria de sublinhar, embora reflectindo o que já aqui tive ensejo de dizer, que a minha preocupação fundamental é a acção educacional. Porquê? Porque é uma das formas de intervenção na sociedade de que somos cidadãos responsáveis, ou pelo menos, de que devemos ser cidadãos responsáveis e que não podemos transmitir, às gerações futuras, nos mesmos moldes em que a recebemos, nem naqueles em que estamos a viver. Há todo um processo de mudança que se impõe, quer o queiramos quer não, quer o apreciemos ou depreciemos, em que temos que nos inserir, e inserir nesse processo não simples imagens ilustrativas, ou segundo a linguagem noutro plano de compreensão mais terra-a-terra, mas elementos constitutivos dessa mesma mudança. Que se realize em nós, por nós, talvez, nem sempre para nós, em todo o caso, que exige a nossa presença, com uma tomada de consciência do legado que recebemos e da creação que queremos legar. Acção educacional é pois a nossa preocupação fundamental, aqui e agora; poderia ser a acção económica, ou outro tipo de acção. A acção educacional está institucionalizada em sistema escolar, mas, em princípio, passa por múltiplos canais não institucionalizados do ambiente social-cultural e julgo que ficou demasiado implícito, nas discussões que aqui se desenvolveram, a articulação entre a acção educacional e o ambiente social-cultural. Porquê? Porque pensámos em recursos técnicos, em artifícios, se não mesmo em virtuosismos, em mensagens a transmitir, em receptores e emissores; esta linguagem é não só uma linguagem que me parece inadequada para tratar os problemas das Ciências Humanas, como talvez alienante. Alienante por-

quê? Porque ela destrói a própria concepção de acção educacional. Receptor-emissor-mensagem: temos o professor, o aluno, as pessoas que dialogam, reduzidas à máquina e aos problemas tecnológicos. Ora entram aqui múltiplos factores e reduzi-los a esses aspectos é, de certo modo, impedir-nos de conceber adequadamente a acção educacional e o conjunto dos actos educacionais.

Para que sociedade, para que cultura? Reparem que nos países após industrializados, que nos finais do século XIX já eram altamente industrializados, nessa altura, o analfabetismo tinha, praticamente, desaparecido, reduzia-se a dois, três, quatro por cento. Em Portugal, tínhamos, ao abrir o século XX, 70% de analfabetos de maiores de 7 anos. Quer dizer que Portugal foi um país que, através da sua História, nunca sedimentou uma civilização da escrita; e isso é tanto mais grave quanto, se compararmos o número de edições e de tiragens, ao longo da nossa História, com o que acontece noutros países, vemos que a nossa produção tipográfica foi sempre inferior à das simples tipografias de Lyon. Portanto, vamo-nos dirigir a um povo cujas formas de creação passam quase sempre mais pela oralidade e a gestualidade do que pela mensagem escrita, do que pela escrita e pela leitura. Com todas as consequências que daqui é necessário tirar quando transitamos para a imagem, a imagem reprodutora de objectos ou de acções sem a mediatização de operatória conceptual. Isto impõe-nos, desde logo, o pensar a acção educacional e os actos educativos em relação com uma população alvo que tem características socio-culturais peculiares; em que, por exemplo, as formas de contabilidade não entraram nos costumes, como necessidade quotidiana, e, portanto, certos aspectos de uma mentalidade quantitativa se não formaram.

Ter em conta esse ambiente social-cultural ainda, porque a população é bombardeada por múltiplos canais, não só de informação, como de formação ou de deformação, ou de impressão: porque, quando se age, junto de um público, não é necessariamente para o informar, mas muitas vezes para suscitar as suas emoções, para o impressionar, mesmo que seja sem o desejo de o condicionar. Ora a verdade é que o nosso ensino vai estar a par com uma imprensa que tem determinadas características, com uma televisão e uma rádio, cujos programas têm as características bem conhecidas e que, infelizmente, por vezes, até se lembram de lançar os chamados programas culturais. Assim, nós não podemos desligar a concepção da nossa acção educacional, desse conjunto de meios que estão a moldar, em permanência, a mentalidade

das populações: não podemos discutir em abstracto se devemos aplicar este fundo, ou aquele, a presença ou não do professor, utilizar este artifício, ou o último recurso tecnológico, que tem um extraordinário efeito em Inglaterra; é esquecermo-nos de que os ingleses ouvem a BBC, têm outros jornais, que não são os nossos (não vou citar títulos) e têm uma outra televisão, além de terem uma outra escola. Esse aspecto também é importante, porque, quer queiramos, quer não, a existência de um sistema escolar institucionalizado vai ser não só um termo de comparação, como uma condicionante geral do ambiente sobre o qual pretendemos agir.

Quais são os nossos objectivos gerais? Julgo que a discussão técnica começa por aqui. Porque em Portugal há o costume, quando se põe um problema nacional, de o discutir tecnicamente, quando temos primeiro que sopesar as opções políticas e discuti-lo politicamente, e só depois decidir por soluções técnicas. Invertemos, em geral, a marcha das cousas; não há plano técnico porque a técnica intervém depois de feitas certas opções; evidentemente que a técnica, por seu turno, as condiciona, mas não pode ser desligada dos fins que pretendemos alcançar. Um exemplo muito simples: se considerarmos que a nossa missão é transmitir informação, utilizamos certos meios; se entendermos que a nossa missão é uma acção educacional, ou seja, formar cidadãos, formar trabalhadores, formar personalidades, então os meios de que devemos dispor, a maneira de os utilizar, tem de ser diversa, porque tem de conduzir cada qual a reflectir por si, a saber formular as questões por si, a crear um espaço de interioridade, sem a qual a sua personalidade se desfaz, estilhaçada por projecção nos múltiplos objectos que nos rodeiam e que não são apropriados, mas que se apropriam de nós.

Objectivos gerais, portanto, de uma instituição, como esta, não são as encomendas circunstanciais que possa receber, ou as injunções que queiram impor-lhe de resolução deste ou daquele problema, são objectivos de formação da personalidade e de transformação social. Quer dizer, temos de nos situar nestes dois campos: levar à autoformação dos outros e à sua afirmação própria e por outro lado controlar o processo de mudança, porque hoje acontece é que somos levados por correntes que não controlamos. É o caso, por exemplo, dos processos inflacionários, ou de desemprego, ou de inovação tecnológica, que não são controlados pela própria creação de atitude científica. Transformação social, quer dizer que não podemos escamotear certas opções

políticas, no sentido em que o termo deve ser aqui tomado: em relação aos problemas globais da nação portuguesa, em toda a sua dimensão histórica, em toda a sua projecção no futuro e em todos os múltiplos espaços em que ela se tem configurado e se configurará, através dos tempos.

Objectivos gerais vão condicionar uma concepção da acção pedagógica e do acto pedagógico. Esse acto ou esse conjunto de acções encadeadas têm portanto que partir do conhecimento do ambiente social cultural, daquilo que fomos, daquilo que somos, daquilo que queremos ser, para agir de uma maneira interveniente, lúcida, consciente, em diálogo efectivo, quer dizer, em discussão franca, leal, em que saibamos as razões reais das diferentes opções que nos são postas, ou que nós avançamos. Definidos assim os vários objectivos, não teremos uma pedagogia inteiramente neutra, teremos no entanto uma pedagogia que eu penso ser nacional, no sentido de contribuir para a consciência colectiva deste povo que devemos querer ser, desta Pátria que devemos amar, que devemos construir, tendo-a recebido demasiado rasgada em muitos farrapos. Objectivos claramente postos sobre os quais haverá não o consenso fácil de cedência por cansaço, ou de cedência por carreirismo, mas em resultado, precisamente, da confluência que resultará de opiniões contrastantes e do respeito por essa pluralidade.

A partir daí é que se vai pôr o problema das formas que a acção educacional reveste. Diria que não nos podemos limitar a uma forma de acção; isto é, a acção do ensino a distância insere-se num conjunto de outras acções, sejam pedagógicas, sejam de outra natureza — política, económica, cultural, etc,, e não podem ser vistas desligadas da cultura. Não vamos crear algo em vaso fechado, com pessoal altamente especializado, que vai ao exterior buscar uma colaboração, mas sem deixar que o professor, chamado de uma Universidade, penetre no santo dos santos; ele não deve ficar, necessariamente, na ignorância da própria tecnologia, como algo de fechado que não lhe diz respeito. Acabemos com esses compartimentos estanques: o que nós queremos é formar personalidades e construir neste país uma sociedade diversa, o resto são meios e como tal é que têm de ser considerados, não são os fins.

Assim, teremos que estudar, por exemplo, a evolução do papel socio-cultural do professor. Partiu-se, aqui, da ideia de um papel unívoco do professor, como transmissor de informação, dantes dizia-se

de conhecimentos. A verdade é que o professor tem hoje papéis muito diversos, não apenas porque a sua missão é, essencialmente, a de formação, mas também porque ele não pode realizar um trabalho que seja independente dos outros intervenientes na realidade social, seja no plano local, regional, nacional ou internacional. E é por isso que eu considero que não há formação de professores separada, há formação de pessoas de determinadas aptidões e competências que tanto podem intervir numa planificação local, na gestão de um património cultural, na creação de outros aspectos regionais (modelação de paisagem, por exemplo) ou na solução de problemas como o emprego e o desemprego, como ensinar.

Decerto o professor terá, para além da sua competência de base fundamental, científica e humana, de conhecer a fundo o seu ofício. Nós precisamos, em todos os campos, do respeito pelo ofício e da dignidade do ofício, quer dizer com as suas regras, com o seu conhecimento minucioso, inclusive, de gestos, que se sucedem, segundo esquemas perfeitamente estudados; tudo isso faz parte do professor, mas o professor não pode ser alguém que desde logo se forma para ser professor. Parece-me esse um erro fundamental: o nosso ensino tem-se destinado a formar, por seu turno, professores que formarão outros professores. Ora deve destinar-se a formar sociólogos não só para irem ensinar sociologia para os liceus, mas também para intervirem na sociedade portuguesa, formar antropólogos, para intervirem no problema do património cultural, por exemplo, ou das actividades locais. Isso é tão importante que ainda agora a nossa participação no projecto n.º 5 do Conselho da Europa — o projecto das 21 cidades — falhou rotundamente, porque não passamos do amadorismo. Não tínhamos pessoas preparadas, os tais sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, etc., que em Portugal não sabem fazer mais nada senão ensinar. Aliás, se me permitem uma pequena maldade, eu diria que um dos nossos dramas tem sido que formámos economistas para ensinar economia, e quando os pusemos a dirigir a nossa economia... bem, não falemos mais no caso.

Em suma: há uma multiplicidade de papéis sociais no professor, que não podemos reduzir a um esquema, a uma figura única; além disso há as situações e os meios.

Ensino presencial, ensino a distância são situações; mas o que há de fundamental são os objectivos, os papéis sociais e os recursos de que se dispõe, para uma acção educacional, exerça-se de uma ma-

neira, ou de outra. E nesse aspecto, o professor tem de ser aquele que leva, fundamentalmente, à autoformação e à formação para uma sociedade e uma cultura em processo de creação permanente, que leva, portanto, aos outros. É essa a grande dificuldade do ensino a distância: é crear um espaço de formação que, na escola, está definido fisicamente, as relações têm, portanto, uma base topográfica bem marcada, ao passo que nas formas não presenciais a primeira condição é um diálogo imaginário, ou um diálogo implícito, em que o outro tem o papel primacial e, no entanto, está ausente. Algo como a *Arlésienne* de Daudet, em que a ausente é a principal personagem. Formação de um espaço, um espaço de formação dos outros, como espaço mental, com os tais interlocutores ausentes. Com que recursos, por que formas? A forma escrita, a forma de transmissão de imagem, seja fixa, seja em movimento; e aqui, tendo em conta que a nossa cultura vai caminhar para formas de pensar e de mentalidade diversas. Não temos uma razão dada de uma vez para sempre, mas uma razão que se vai construindo a si própria operatoriamente, através da História, da evolução social.

Por isso, temos que saber pensar em moldes novos. O nosso problema não é tanto um problema técnico de saber em que momento se insere ou não a imagem, saber se há que inserir uma imagem, ou reduzir à fala, se o apresentador, ou melhor, o professor deve ou não estar presente, mas sim, sabermos raciocinar racionalmente, cientificamente, de uma maneira tal que o raciocínio gráfico, chamemos-lhe assim, seja incorporado num discurso lógico. Temos, aliás, um exemplo que é a gráfica criada por Jacques Bertin e que permite a resolução de problemas estatísticos altamente complicados por operações extremamente fáceis, elementares, de puro grafismo. Portanto, é essa concatenação lógica, a possibilidade de articulação, entre aquilo que eram diferentes planos e hoje deixam de o ser, que constitui, para mim, o problema de base, nesta pedagogia. Não é o problema técnico, ou sofisticação deste ou daquele artifício a utilizar.

Assim, teremos que considerar que a concepção é algo de extremamente complexo, porque implica equipes que trabalhem em colaboração, mas que não percam de vista que há um discurso lógico, que é único, e que todas as contribuições têm de ser peças, perfeitamente ajustadas, nesse discurso lógico único. Por isso, não vamos previamente delimitar demasiado o que serão as funções do professor, do

planeador, do realizador, dos operadores, porque é a nossa maneira mesmo de pensar que tem de ser transformada.

Hoje, o mapa não é uma ilustração da lição de geografia ou de história, é um meio de investigação científica; por exemplo, a construção de uma série de mapas pode servir para encontrar correlações socio-culturais extremamente importantes, explicar a evolução de tendências eleitorais, ou de estruturas da sociedade e da economia. Quer dizer que temos de saber pensar em termos de espaços e de tempos múltiplos e intregradamente.

É na medida em que nós pensarmos o mundo da imagem, digamos, para simplificar, na mesma operatória global de investigação científica e creação cultural, que nós depois realizaremos o acto educacional completo, no ensino presencial, ou a distância. Falei em creação cultural e chamo aqui a atenção para aspectos que me parecem extremamente importantes. É que em meu entender, as imagens, os *slides*, os mapas, a música, etc., devem intervir na medida e só na medida em que têm uma conexão lógica com o discurso que se está a realizar; nunca são ilustração, nem devem ser motivos de, para tornar atraente, ou motivar. Eu diria que sou pelo ensino desmotivado: quer dizer, se não formos capazes, pela formulação de problemas, pela posição de questões, pelo arquitectar de hipóteses, por todo o raciocínio científico, ou pelas formas de creação cultural, de levar os outros a reflectir, a aprender, a buscar por si, a interessar-se do mais fundo de si próprios, o recurso a «motivações» só desservirá os nossos fins. Insistamos na creação cultural. Qualquer que seja o campo — a música, a arquitectura, a modelação de um espaço, a renovação de um sítio urbano degradado, como é o caso do Martim Moniz, etc., se não formos capazes de ver as cousas nessa perspectiva, julgo que estaremos todos num caminho totalmente errado. Porquê? Porque a creação cultural é a forma viva de nós preservarmos o lugar que recebemos. Não vemos este país num conjunto de museus, ou de sítios para turistas visitarem, embora isso possa trazer um número apreciável de divisas; o que interessa é saber ligar o que recebemos com aquilo que vamos crear. Suponhamos o caso da paisagem minhota e dos imperativos de uma modernização agrícola: o que nós temos é de estudar primeiro, se é ou não possível, e se não é mesmo a melhor solução, preservar essa paisagem e introduzir as modernizações que não a alteram naquilo que tem de essencial.

Com este, outros casos. É evidente que o legado não permanece

imutável, ele vai tendo leituras diversas através do tempo e no nosso ensino teremos de apontar diversas leituras de uma obra cultural, seja um pelourinho, seja uma fonte, seja um quadro, um retrato, seja um quarteto de Bartok, ou outro tipo de creação qualquer. É evidente que, ao longo do tempo, há uma multiplicidade de sentidos, ou (para não me considerarem totalmente ignorante) uma polissemia. Pois bem, isso é natural, mas há uma dialéctica difícil e que temos de respeitar, entre a obra, a sua intenção, o seu significado e os vários significados que lhe vão sendo atribuídos e as várias leituras e as várias utilizações.

Pergunto-me se em muitos dos casos a ilustração de uma obra cultural noutro registo, sob pretexto de a tornar acessível, não nos distancia dessa obra cultural. Essa transposição é, ou pode ser um caso inteiramente diferente do próprio processo de creação cultural: porque a cultura não se cria a partir da realidade, a cultura cria-se a partir da cultura; a literatura faz-se a partir das obras literárias, a pintura faz-se a partir das tradições oficinais e dos quadros, como a música através das realizações sinfónicas, músicas de câmara, ou outras obras anteriores. Portanto, é perfeitamente legítimo que qualquer autor beba, vá haurir a todas as obras existentes as possibilidades de creação e execução; mas isso é diverso de darmos de uma obra difícil uma interpretação viva que saiba ao mesmo tempo respeitá-la. Não se trata de pegar na *Ilíada* ou na *Odisseia* e, por exemplo, mudar os nomes geográficos, os nomes das personagens, ou transpor os deuses, para outras concepções e interpretações. É perder por completo tudo o que está nessa obra cultural e a partir daqui, quando se começa, não há limites; há pequenas transposições que por si só bastam para impedir a compreensão e a função de dada obra cultural. Um exemplo muito claro é o da tradução do *Livro dos Cantares*, compilação atribuída à Escola de Confúcio, tradução feita em Macau, por Jesuítas: utilizam-se conceitos que são inteiramente estranhos à civilização chinesa.

Será isso que nos aproxima, que nos permite fruir desses cantares, aliás, muitos deles hinos sagrados, outros poesias profanas? Não: distancia-nos deles. E temos de ter um cuidado extremo em não confundir os registos, em não querer dar um discurso que se situa ao nível dos conceitos, digamos, dentro do calão mais fechado da investigação científica, e depois acompanhá-lo por desenhos que, em vez de se destinarem a adultos, se destinam ao meu neto que tem 12 anos. Penso que é um dos erros comuns, que é o de querer tornar fácil. O acto edu-

cacional não torna fácil. Ajuda a resolver as dificuldades, apetrecha--nos para resolver as dificuldades, mas como dificuldades; e o nosso mal é que, como sabem, somos, dizia Herculano, país de madraços e mendigos, e continuamos a sê-lo à custa dos empréstimos internacionais, a bem da madracice nacional. O português trabalha, sim, se for emigrante.

Nós temos a tendência para a preguiça, para escamotear as dificuldades, não as enfrentar, não decidir nunca, não tomar uma posição clara, não arriscar. Usamos o «talvez» da pior forma: não é o «talvez» da dúvida metódica, mas o «talvez» da cobardia de errar. Nós temos de ter a coragem de errar e mal vai ao professor que não errar de quando em vez. Os erros são necessários para o ensino, fazem parte do acto educacional. Ora eles, evidentemente, devem ser corrigidos, embora nem sempre haja ocasião de o fazermos. Há pouco, por exemplo, mencionou-se o nome de Jaime Cortesão, quando se estava a falar de Eduardo Zuzarte Cortesão. Não se tratava evidentemente do historiador, mas do que tem um consultório de psiquiatria.

Ora este lapso não foi aqui corrigido; claro que não tem importância, todos teriam feito a correcção mentalmente.

O que é certo é que no ensino há uma sucessão de aproximações e temos que errar e depois mostrar em que é que errámos e corrigir esse erro. Isso faz parte do próprio acto educacional. Se apresentarmos um produto acabado, muito bem embalado, sofisticado, etc., sabonete usado pelas grandes *stars* do cinema, penso que estamos a trair o que há de fundamental numa acção educacional.

É claro que essa acção tem que escolher entre meios, entre linguagens; nem todos os actos pedagógicos utilizam a mesma linguagem e em certos casos há uma combinação de linguagens.

Aí o problema é o da compatibilização dessas linguagens, de nível e de estrutura, para que não resvalemos na desagregação mental, quer dizer, no processo que em vez de ser de concatenação das ideias será da desconexão das ideias e da sua mistura híbrida com imagens que não são operatórias, portanto, não são ideias.

Compatibilização de linguagens, escolha de linguagens, segundo os actos pedagógicos e não previamente, fixarmos que só seguimos um determinado tipo de linguagem.

Penso, por isso, que o acto pedagógico é uma obra de arte. É uma obra de creação cultural, porque diz respeito à pessoa que é contactada na sua individualidade, porque implica inovação. Como sabem, pode-

-se improvisar quando se tem muitos anos de estudo, de prática do ofício e uma perfeita ordenação mental. Ora essa querela da ordem prévia, rígida, ou da creação, parece-me uma falsa querela, porque, ou o acto educacional requer novos moldes, a modelação de uma obra cultural, ou não é um acto educacional. Aliás, o problema põe-se, e eu diria que num outro domínio cultural, algo que me impressionou profundamente. Seguiram, com certeza, o Campeonato Mundial de Futebol.

O desporto é uma forma de cultura, e é uma forma de civilização, implica valores, que são fundamentais para a personalidade. Não sei se repararam que umas quantas equipes fracassaram, porquê? Porque o seleccionador-treinador foi incapaz de modificar o esquema inicial, que tinha previsto, em face de uma equipe que se revelava diferente do que ele previra e do que ele conhecia. E temos o caso dramático do Brasil; outros poderia apontar, em que de facto não houve desporto, porque não houve capacidade de creação cultural, quer dizer, de modificação do esquema inicial, que estava errado, ou que estava certo no momento inicial, e depois tinha de ser mudado de andamento, de ritmo, de ataque, pela descida pela direita, ou pela esquerda, a utilização do ataque na defesa, ou da defesa no ataque, etc. Tudo isso tem de ser uma função das próprias situações, e a situação educacional é uma situação de creação; é, nesse aspecto, como um desafio de futebol. Nós não podemos levar a equipe com os lugares inteiramente marcados — Sócrates, não sais do meio campo, Bento, cuidado mas não vais para a direita, etc. Pela mesma razão por que não há ensino de ciência feita, todo o ensino é uma partilha de investigação científica e de creação cultural.

Isto implica algo de muito mais difícil, implica também que saibamos sair de certos esquemas rígidos, como aqueles que dizem respeito ao ensino superior. Há professores para o ensino superior, com uma certa preparação, há professores para o ensino secundário, há professores para o ensino primário, etc., há professores para o ensino a distância, para o ensino presencial. Ora eu tenho defendido a ideia da circulação de professores, através dos graus de ensino, das diferentes formas de ensino. Porquê? Porque precisamente a acção educacional é uma obra de creação cultural e se nós crearmos o modelo único de galo de Barcelos e passarmos, em todas as aulas, a fazer o mesmo galo de Barcelos, não estamos a realizar obra de creação cultural, mas apenas uma obra de comercialização. Portanto, os professores devem circular, devem ter uma preparação que lhes permita circular; assim, o

professor do liceu deve ir ensinar no ensino superior, pode e deve, se necessário, doutorar-se, regressar ao liceu — porque não? —; não tem nada de extraordinário, não é baixar de grau, como professor universitário, ir preparar, nas escolas do magistério primário, no ensino secundário, etc., e circular, trocar ideias, ter a plasticidade que o leva também a intervir na vida social, a não ser professor em dedicação exclusiva; foi a pior cousa que se inventou neste país. Além de uma profunda imoralidade, pois, como sabem, com a dedicação exclusiva vêm insidiosamente outras formas de actividade ou recompensa. Tem sobretudo o gravíssimo inconveniente de fechar o professor no seu papel social de professor.

Não teremos ensino assim, não teremos professores assim. Ou temos professores que são cidadãos, que são trabalhadores que intervêm na creação cultural, em múltiplos aspectos da mudança social e cultural, ou não temos acção educacional e não temos professores. Há necessidade não de uma dispersão, não de uma comercialização dos professores, mas de exercerem actividades que os levam a inserir-se em múltiplos outros problemas e correntes da vida nacional.

Dir-me-ão que ficam os problemas fundamentais por resolver, aqueles com que estivemos ocupados aqui, durante estes dias, os problemas propriamente técnicos. Penso que talvez não. Quer dizer que será a partir de uma reflexão deste tipo que nós poderemos compreender o plano técnico e inseri-lo na cultura. Porque eu julgo que tem havido um tremendo equívoco que é contrário a uma das directrizes fundamentais da civilização europeia: separar, para um lado, a técnica, e para outro, a ciência, ou a cultura. Ora o que caracteriza a nossa civilização, em contraste com outras, precisamente, em contraste até com uma das matrizes donde viemos — a Civilização Helénica —, é que a mão e o cérebro estão interligados e que não há um plano técnico que possamos desprender do plano científico e do plano cultural.

Dir-me-ão ainda que não passei de banalidades e que fugi, precisamente, às grandes dificuldades, que não lhes disse quando deviam usar a grande angular ou a teleobjectiva, se deviam usar o desenho animado, ou a fotografia, ou o filme; mas penso que esses problemas têm de ser dominados com toda a competência do ofício, no entanto, penso igualmente que estão inseridos num contexto, num conjunto de opções, que são determinantes e que são os que definem o acto educacional. Por isso, concluiria que o que nós pretendemos construir não é o

ensino a distância, é um conjunto de formas de acção educacional que sirva para que Portugal seja um país de civilização da dignidade de todos os portugueses.

Na sessão de encerramento do Seminário sobre Ensino a Distância, organizado pelo IPED, na Aldeia das Açoteias, Setembro de 1983.

ÍNDICE FINAL

Preço de capa: 2600$00